
PELO SANGUE DO
Cordeiro
A VITÓRIA DO REMANESCENTE
NA BATALHA FINAL
Vanderlei Dorneles

Vanderlei Dorneles

PELO SANGUE DO *Cordeiro*

A VITÓRIA DO REMANESCENTE NA BATALHA FINAL



O Apocalipse à Luz das Escrituras

Casa Publicadora Brasileira
Tatuí, SP

Direitos de publicação reservados à
Casa Publicadora Brasileira
Rodovia SP 127 – km 106
Caixa Postal 34 – 18270-970 – Tatuí, SP
Tel.: (15) 3205-8800 – Fax: (15) 3205-8900
Atendimento ao cliente: (15) 3205-8888
www.cpb.com.br

1ª edição neste formato
Versão 1.1
2016

Coordenação Editorial: Vanderlei Dorneles
Editoração: Guilherme Silva e Vanderlei Dorneles
Revisão: Adriana Seratto
Design Developer: Cristiano Soares Vieira
Projeto Gráfico: Thays Lóia
Imagens Internas: Vandir Dorta Jr
*Capa:*Thiago Lobo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dorneles, Vanderlei
Pelo sangue do Cordeiro : a vitória do remanescente na batalha final [livro eletrônico] : o Apocalipse à luz das Escrituras / Vanderlei Dorneles. -- Tatuí, SP : Casa Publicadora Brasileira, 2016.
2,5 Mb ; e-PUB

ISBN 978-85-345-2273-1

1. Adventistas do Sétimo Dia - Doutrinas 2. Apocalipse 3. Bíblia - Profecias 4. Teologia do Remanescente - Ensino bíblico 5. Salvação 6. Segundo Advento I. Título.

16-03103 CDD-236.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia do Remanescente : Adventistas do Sétimo Dia : Doutrinas 236.9



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, *sem prévia autorização escrita* do autor e da Editora.

15444/34128

Apresentação

O Apocalipse à Luz das Escrituras

Cordeiro. Dragão. Animais ferozes. Anjos que voam pelo céu. Uma mulher pura e uma meretriz. Por séculos esses símbolos têm desafiado a mente dos estudiosos do Apocalipse. Entretanto, o cenário aparentemente misterioso das profecias torna-se claro e muito atual quando lido com base nas chaves de interpretação espalhadas ao longo da Bíblia.

Ao desvendar a simbologia apocalíptica, este livro conduzirá você pelas mais desafiadoras cenas da batalha final entre o Cordeiro e seu arqui-inimigo, o dragão. Esse conflito teve início no Céu, chegou à Terra e atinge a mente e o coração de cada pessoa. Esta obra ajudará você a firmar sua fé no terreno sólido da Palavra de Deus e tornar-se vitorioso pelo sangue do Cordeiro.

Vanderlei Dorneles é mestre em Teologia e Doutor em Ciências pela Escola de Comunicação e Artes (USP). Foi pastor de igreja e professor no Unasp, Engenheiro Coelho. Hoje atua como redator-chefe associado na Casa Publicadora Brasileira.

Desde que se tornou adventista, na década de 1980, Vanderlei Dorneles tem se interessado pelas profecias bíblicas. Estudos realizados na Universidade de São Paulo e na Universidade Andrews, nos Estados Unidos, o ajudaram a se aprofundar no tema. O resultado dessa imersão na escatologia bíblica é o que você pode conhecer nesta obra, que mostra de modo claro e didático o papel do remanescente profético no clímax do conflito entre Deus e Satanás.

Para alguns estudiosos, o Apocalipse trata de eventos que ficaram no passado. Para outros, revela o que ainda irá acontecer. Com base nas chaves de interpretação encontradas na própria Bíblia, esta obra mostra que o Apocalipse

narra a história de uma batalha que começou no Céu, atravessa os séculos e alcança a vida de todas as pessoas até o glorioso momento em que "o reino do mundo" voltará às mãos de Cristo (Ap 11:15).

Dedicatória

Aos mestres

Alberto R. Timm, por exaltar as três mensagens angélicas.

José Carlos Ramos, por ensinar a mensagem profética.

Amin A. Rodor, por pregar a mensagem da cruz.

Introdução

O estudo do Apocalipse tem sido uma experiência permanente para os cristãos, especialmente os adventistas do sétimo dia. Na verdade, o surgimento do adventismo está intimamente ligado às profecias desse livro. Os pioneiros adventistas se convenceram de que foram chamados por Deus como o remanescente dos últimos dias após descobrir o significado do selo de Deus e da abertura da arca da aliança em ligação com o santuário e o juízo de investigação revelados nas profecias.

Apesar do interesse e do estudo prolongado do Apocalipse, é fácil reconhecer que ainda há muitas coisas novas e espetaculares para se descobrir acerca das diversas visões de João. Ellen White afirma que ainda não "entendemos plenamente" as lições deixadas pelo profeta de Patmos (2002, 114). Diante disso, o desafio de prosseguir em interpretar as visões tão essenciais desse último livro das Escrituras permanece diante de nós. Ao atender ao apelo da mensageira do Senhor para examinar essas profecias, sabemos que grande luz e amplo discernimento estão reservados para os estudiosos sinceros.

O Apocalipse é certamente um dos livros mais fascinantes e misteriosos das Escrituras e da literatura universal. Suas profecias são caracterizadas, entre outras coisas, pela representação de realidades paradoxais, organizadas em termos de bem e mal. O livro estabelece claras linhas de demarcação entre luz e trevas, Deus e o diabo, justos e ímpios, salvação e destruição; o selo de Deus e a marca da besta, a mulher pura e a meretriz, o fruto da árvore da vida e o cálice da ira de Deus, a nova Jerusalém e a Babilônia, o mar de vidro e o lago de fogo. Uma tomada de decisão entre esses polos em conflito se impõe ao primeiro contato com as profecias apocalípticas.

As visões apocalípticas retratam de maneira bem clara a realidade dividida em dois planos, derivados da visão do grande conflito entre Cristo e Satanás. A boa-nova do Apocalipse, porém, é que esse conflito não continuará por muito tempo. Muito em breve "o reino do mundo" passará às mãos de Cristo e, com seus santos, Ele reinará para todo o sempre (Ap 11:15).

Como profecia apocalíptica, o livro de João abarca as questões universais e engloba toda a história desde o surgimento do pecado até sua aniquilação, visualizando um novo céu e uma nova Terra plantados na eternidade. Seu tema principal é o grande conflito entre Cristo e Satanás e não as relações e lutas entre nações históricas localizadas, a exemplo dos profetas clássicos, como Isaías e Jeremias, entre outros.

O Apocalipse apresenta uma ênfase escatológica focalizada no grande dia do Senhor, no juízo final, ao passo que os profetas clássicos enfocam os juízos divinos sobre Israel, Judá, Nínive e Babilônia, para citar alguns. De modo admirável, o livro de João cobre toda a história, mas se concentra particularmente no tempo do fim, no clímax do conflito cósmico.

Nas profecias apocalípticas, não há tempo de paz nem de descanso, a não ser após o encerramento do grande conflito. Nessa perspectiva, o cenário histórico do livro do Apocalipse retrata um tempo de tribulação, perseguição e juízo, seguido de retribuição e restauração.

Essas profecias tratam da realidade do conflito em uma linguagem predominantemente simbólica, com uso de cores fortes: preto, vermelho, amarelo. Há também expressões intensas: "abismo", "toda a terra", "clamou com grande voz", "cólera de Deus", "está feito", "verão a sua face", "novo céu" e "nova terra". Os símbolos visualizados pelo profeta apocalíptico são arquetípicos e paradigmáticos: serpente, cordeiro, selos, trombetas, cavalos, dragão, besta, meretriz, leão, espada, arca da aliança.

As profecias dessa natureza retratam o Céu e a Terra como duas dimensões separadas, mas em constante relacionamento. Por causa da relação direta entre o Céu e a Terra, o profeta sobe ao Céu e desce à Terra constantemente ao longo de suas visões. O mesmo ocorre com os anjos que também descem e ascendem, ministrando diante de Deus e diante dos seres humanos.

No começo do Apocalipse, o Céu e a Terra estão separados. No entanto, à medida que a história avança, Terra e Céu se aproximam por ocasião da abertura do sexto selo, em cujo clímax o Céu literalmente se abre ou se revela (Ap 6:14), colocando a humanidade diante do trono de Deus (6:16). Uma trajetória histórica ascendente é retratada de Éfeso a Laodiceia, do primeiro ao

sétimo selo, da tribulação ao ajuste final de contas, da Terra corrompida à Terra restaurada. Isso projeta a iminência e a certeza do clímax escatológico, com o fim do conflito cósmico e a retomada da paz universal, sob o governo da "Raiz de Davi" (Ap 5:5).

Os números são um simbolismo predominante no Apocalipse. Os sumérios, babilônios, cananeus e israelitas tinham o número sete como símbolo de perfeição e plenitude. O número sete ocorre 82 vezes no Novo Testamento, sendo 50 delas só no Apocalipse. Nesse livro, 12 é o número da aliança, quatro é número da Terra, três e sete são números de Deus. Também apocalíptico, o profeta Daniel fala de quatro ventos (7:2) em referência à totalidade da Terra. Já a história da Terra é contada por meio de quatro elementos principais, na estátua de Daniel 2 e nos animais de Daniel 7.

Entre tantos símbolos, sem dúvida, os que mais têm despertado o interesse e a curiosidade, ao longo da história cristã, são as figuras do dragão, da besta de sete cabeças e dez chifres, e da meretriz com o cálice de vinho na mão. Essas figuras, antagonistas do Cordeiro, não apenas são símbolos eloquentes, mas desafiadores para o intérprete. Nos anos recentes, as duas figuras principais de Apocalipse 17 assumiram uma importância especial, e o chamado "oitavo rei" se tornou um símbolo decisivo. Na crise final, descrita nessa visão, a entidade representada por esse símbolo desempenha um papel estratégico.

A interpretação desses símbolos e mesmo daqueles mais simples se torna uma tarefa árdua e que leva alguns ao subjetivismo e à alegorização, quando não a um arroubo de criatividade. Os símbolos do Apocalipse, contudo, provêm da própria Escritura. Eles mostram que João estava intimamente familiarizado com as profecias e a história do povo de Israel. Assim, suas imagens e seus símbolos são extraídos do arsenal simbólico da cultura judaica, especialmente do santuário, conforme retratados no Antigo Testamento.

A proposta deste livro é estudar os símbolos mais centrais da crise final à luz do Antigo Testamento. Para tanto, uma revisão de conceitos interpretativos de alguns autores contemporâneos é realizada com o objetivo de apontar caminhos escriturísticos para a interpretação das profecias de João. Assim, os dois capítulos iniciais tratam dessa metodologia recente no estudo do Apocalipse, a qual evidencia uma mudança na pesquisa do livro, de uma perspectiva tradicional que era predominantemente temática para uma postura

contemporânea mais exegética, textual e escriturística. Isso significa que, para os intérpretes mais recentes, o estudo do Apocalipse começa com a identificação das estruturas, da linguagem e dos símbolos empregados pelo profeta, pois essas foram as coisas que lhe foram mostradas ou reveladas por Deus. Essa identificação é seguida de uma tentativa de relacionar esses símbolos com suas matrizes no Antigo Testamento para então buscar o significado deles no texto de João.

O terceiro capítulo faz uma breve descrição das principais entidades e dos eventos da crise final, descrita a partir da visão da abertura da arca da aliança, em Apocalipse 11:19. Então, os capítulos seguintes tratam da interpretação dessas figuras, incluindo o dragão, as bestas, a meretriz e o oitavo rei. Os capítulos 7 a 10 tratam do desfecho da crise, com destaque para a batalha do Armagedom e a queda da Babilônia. No capítulo 11, as visões do Cristo entronizado e do Cavaleiro fiel e verdadeiro são consideradas como o fundamento da promessa e da garantia de completa vitória para os santos no clímax do conflito.

Ao longo deste livro, diversos autores e comentaristas são citados para reforçar, embasar e mesmo direcionar a argumentação apresentada. A maior parte das interpretações aqui desenvolvidas já foi defendida por esses autores, mas algumas são inéditas deste trabalho. Entretanto, mesmo nestas, reconheço um débito metodológico com as fontes alistadas no final deste livro. Cada citação direta ou indireta dos autores é seguida de um parêntese com sobrenome, ano da publicação e a página referida. O sobrenome informado entre parênteses ou no texto, junto às citações, está na lista das referências bibliográficas em ordem alfabética a fim de que o leitor possa ter contato direto com a obra citada, caso se interesse.

Desde que me tornei adventista do sétimo dia, há mais de trinta anos, com a leitura de *O Grande Conflito*, de Ellen White, passei a ter grande interesse no livro do Apocalipse. No entanto, nos últimos anos fui despertado para uma pesquisa mais exegética e interpretativa desse livro, especialmente depois de estudar um pouco mais de teologia na Universidade Andrews e de Semiótica, a ciência das linguagens e dos símbolos artísticos e religiosos, na Universidade de São Paulo.

Os muitos símbolos podem encantar o leitor do Apocalipse e mesmo

desviar sua atenção daquilo que é essencial. As bestas e o dragão, a fúria dos inimigos de Deus e a narrativa das trombetas e das pragas podem até amedrontar. Porém, nesse último livro das Escrituras, há uma mensagem essencial, que precede seus símbolos e se impõe sobre os poderes negativos retratados neles. O Apocalipse começa e termina com a mensagem primordial de que, no conflito cósmico, a vitória já está conquistada pelo Cordeiro de Deus; e essa vitória é partilhada com seus santos.

Em Apocalipse 1:5, João diz que a profecia provém do Senhor Jesus Cristo, o qual "nos ama, e, pelo seu sangue, nos libertou dos nossos pecados". Completa vitória e plena libertação de todas as forças demoníacas são asseguradas mediante a graça divina revelada no sangue do Cordeiro, o personagem central do livro. Em Apocalipse 22:14, ele afirma que são "bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras [no sangue do Cordeiro], para que lhes assista o direito à árvore da vida, e entrem na cidade pelas portas". O Apocalipse exalta a plena restauração proporcionada pelo sangue de Cristo. Tudo o que Adão e Eva perderam no paraíso, incluindo o direito à árvore da vida, é restaurado àqueles que estão cobertos pelo manto da graça e da justiça do Cordeiro que foi morto, mas que ressurgiu e foi glorificado à direita da Majestade.

Como se não fosse suficiente, no centro do Apocalipse (12:11), a vitória definitiva do remanescente e das testemunhas de Cristo é garantida por intermédio do "sangue do Cordeiro", sobre todos os poderes do dragão e de seus aliados.

Assim, embora o Apocalipse revele detalhes do grande conflito, da tribulação que assola os santos de Deus ao longo da história e, com mais força ainda, no fim do tempo, a mensagem central da profecia de João é de que a salvação e a vitória final estão garantidas na cruz de Cristo, aquele que foi "morto" e com seu "sangue" comprou para Deus pessoas procedentes de "toda tribo, língua, povo e nação" (Ap 5:9). Ao longo deste livro, essa vitória pelo sangue do Cordeiro é anunciada de maneira reiterada e enfática, especialmente nos capítulos 7 a 11.

No início de cada um dos sete conjuntos de visões do Apocalipse, o profeta contempla e descreve uma cena do santuário celestial, sendo a primeira delas a de Cristo andando entre os sete candeeiros, a qual revela seu constante

"caminhar" entre seu povo ao longo da história. Cada uma dessas sete cenas está cheia de certeza e transmite a garantia de que, no conflito final, o remanescente de Deus é vitorioso *pelo sangue do Cordeiro*.

CAPÍTULO 1

A Imagética do Apocalipse

O computador revolucionou o mundo em pouco tempo. As pessoas não somente têm acesso a um universo de informação a um simples clique, como estão experimentando uma nova interação com o conhecimento devido à facilidade de fazer conexões e associações entre os mais diversos conteúdos. O chamado "hipertexto", modelo de construção do computador e das redes de informação como a internet, consiste em linkar diferentes textos, imagens e fatos, permitindo o acesso aos mesmos de maneira encadeada. Esse princípio espetacular reproduz a maneira de o nosso cérebro funcionar, e seu uso, na verdade, não era inédito até o advento do computador. Ele já estava amplamente difundido por toda a Bíblia.

Os autores bíblicos produziram seus textos usando, mediante a inspiração do Espírito, o modelo do hipertexto. Isso quer dizer que um autor inspirado estabeleceu ligações entre o que estava escrevendo e o que seus colegas inspirados escreveram antes dele. Desta forma, toda a Bíblia se apresenta para nós como uma grande rede de conteúdos da revelação divina conectados entre si, por meio de imagens, metáforas e eventos que se repetem aqui e ali. Esses *links* são particularmente evidentes no Apocalipse.

Ellen White afirma que, "no Apocalipse, todos os livros da Bíblia se encontram e se cumprem" (1990, 585) especialmente os do Antigo Testamento. De fato, de todos os livros do Novo Testamento, o Apocalipse é o que se refere de maneira mais recorrente às Escrituras hebraicas. O erudito Alan F. Johnson diz que o uso que João faz do Antigo Testamento é "singular" em todo o Novo Testamento (1981, 411).

Nos 22 capítulos do Apocalipse, João faz cerca de 2 mil alusões ao Antigo Testamento, incluindo nada menos que 400 referências diretas e 90 citações literais do Pentateuco e dos Profetas. Jacques Doukhan, pesquisador adventista, diz que "para entender o Apocalipse, precisamos lê-lo à luz das

Escrituras hebraicas" (2002, 11). Jon Paulien, outro adventista, argumenta que "o Apocalipse não pode ser entendido sem contínua referência ao Antigo Testamento", pois ele é um "perfeito mosaico das passagens do Antigo Testamento" (1992, 80). Essas referências constantes indicam que as Escrituras hebraicas são a principal chave para abrir o significado dos símbolos do Apocalipse. Elas proveem os meios para "decodificar a mensagem" desse livro (ibid.).

Ellen White tinha entendido isso ao indicar que o Apocalipse é um tipo de "amarra" que une todos os fios de cada livro das Escrituras e mostra o cumprimento de suas promessas na vitória final de Cristo no grande conflito. Isso é bem claro em relação aos livros do Antigo Testamento, com os quais o Apocalipse forma um grande hipertexto.

João era um apóstolo do evangelho, no Novo Testamento. Ele viveu a realidade da igreja cristã e foi perseguido pelo judaísmo, assim como por Roma. Entretanto, sua mentalidade e as imagens com as quais o Apocalipse é construído estão profundamente enraizadas no Antigo Testamento. Sua maneira de pensar é modelizada pelas Escrituras hebraicas e especialmente pelas imagens do santuário.

A pressuposição de que as Escrituras interpretam a si mesmas é especialmente verdadeira no estudo do Apocalipse. O método empregado por Cristo e pelos apóstolos, "discorrendo por todos os Profetas" e por "todas as Escrituras" (Lc 24:27) para a exposição da mensagem de salvação, está refletido extensivamente no Apocalipse na exposição profética e simbólica da história da salvação.

Na verdade, ao longo de todas as Escrituras, percebe-se claramente por parte dos autores um compartilhamento de expressões, imagens e conceitos. Esse fenômeno evidencia que, além de trabalhar de modo complementar e cumulativo com os mesmos temas, os diversos autores inspirados compartilham um tipo de memória que podemos chamar de memória imagética e linguística. Isso é particularmente verdadeiro entre os profetas e, principalmente, por parte do autor do Apocalipse. Essas imagens e linguagens compartilhadas permitem aos diversos autores conectarem seus textos e amarrá-los em um todo integrado. É assim que as Escrituras se apresentam aos nossos olhos, como um conjunto de livros escritos em um período extraordinariamente longo, mas tendo um

discurso interconectado.

Uma vez que as Escrituras não são produto de interpretação humana, mas resultado da ação do Espírito Santo sobre homens santos (2Pe 1:20,21), a presença de um pensamento unificador e de uma memória integradora, atravessando cada livro do cânon, deve ser vista como uma consequência natural. O pensamento unificador e a memória integradora das Escrituras demonstram de modo claro a mente do Espírito de Deus em ação.

Por causa dessa natureza sistêmica da revelação divina e da memória visual e linguística compartilhada pelos diversos autores, a Escritura mesma provê as chaves para sua interpretação. Essas chaves devem ser encontradas no labirinto de seus textos, nas correlações, tipologias, relações intertextuais e nas citações diretas e indiretas entre os diferentes autores inspirados.

O pressuposto dessa memória imagética e linguística comum aos autores inspirados pode ser desdobrado em alguns princípios básicos:

1. Por meio da inspiração do Espírito Santo, a Escritura dialoga consigo mesma, em um processo que tecnicamente poderia ser definido como hipertextual ou intertextual; é como se nos bastidores da escrita dos textos bíblicos, embora separados no tempo, os autores estivessem em constante comunicação entre si, combinando a maneira de codificar sua mensagem.

2. Esse diálogo entre os autores bíblicos, em forma de intertextualidade imagética e linguística, revela conjuntos de expressões compartilhadas e provê uma espécie de mapa para a interpretação da Escritura.

3. As expressões e os termos técnicos que se repetem ao longo da Escritura criam pontes de significado e permitem um autor inspirado ser entendido à luz de outro também inspirado.

Em seu estudo das profecias, o pioneiro Guilherme Miller já empregava princípios hermenêuticos que se relacionam diretamente com o conceito de memória imagética e linguística ou intertextualidade. Segundo ele, a Bíblia é o contexto amplo de cada tema a ser estudado. "A Escritura deve ser seu próprio intérprete, uma vez que ela é a regra para si mesma" (citado por Damsteegt, 2009, 223). Miller acreditava que os princípios de interpretação da profecia

bíblica devem ser extraídos da própria Bíblia e não devem depender de comentários externos. Ele acreditava ainda que "Deus tem revelado coisas que hão de acontecer, por meio de visões, figuras e parábolas, e desta maneira as mesmas coisas são reveladas várias vezes, em diferentes visões, ou em diferentes figuras e parábolas. Se você deseja entendê-las, precisa combiná-las em uma só" (ibid.).

Ellen White comenta esses princípios: "Aqueles que estão empenhados em proclamar a terceira mensagem angélica pesquisam as Escrituras a partir da mesma metodologia adotada pelo pai Miller" (1884, 23). Ela se referiu aos enunciados de Miller como "simples, mas inteligentes e importantes regras" para o estudo e a interpretação da Bíblia. "Nós todos faremos bem em atentar para esses princípios" (ibid.).

Além de se referir à metodologia do estudo, Ellen White diz que a compreensão do Apocalipse é um dos fatores para o reavivamento da igreja, nos últimos dias. "Quando nós, como um povo, compreendermos o que este livro significa para nós, ver-se-á entre nós grande reavivamento. Não compreendemos plenamente as lições que ele ensina, não obstante a ordem que nos é dada é de examiná-lo e estudá-lo" (2002, 113).

Tendo esses princípios em mente e permitindo aos autores inspirados interpretar uns aos outros, o estudo do Apocalipse pode se tornar um meio de conhecer a Bíblia como um todo. Esse estudo, assim dirigido, permite também uma nova visão da dinâmica da mente humana inspirada pelo Espírito, no sentido de se aprender a pensar de maneira biblicamente integrada e organizada. A proposta deste livro é explorar algumas das visões da segunda metade do livro do Apocalipse, principalmente aquelas que têm a ver com o clímax do grande conflito, a partir desses princípios de estudo.

IMAGÉTICA BÍBLICA

As imagens captam nossa atenção e são "salvas" em nossa memória muito mais facilmente do que as palavras e os conceitos. Na mente dos autores bíblicos isso não era diferente.

Ao longo das Escrituras, alguns temas e eventos se destacam pela maneira

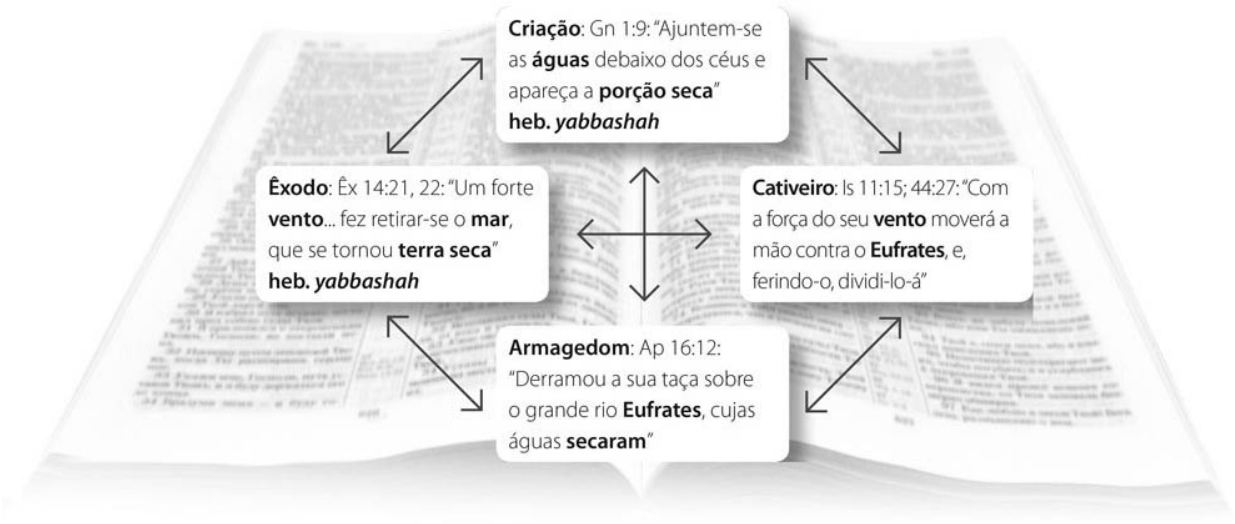
recorrente com que os autores se referem a eles. Os acontecimentos essenciais da história da salvação não somente são citados e mencionados pelos diferentes autores bíblicos, mas eles também exercem um papel estruturante na maneira de pensar desses autores. Isso quer dizer que os autores bíblicos enxergam a realidade, o mundo e os acontecimentos à luz desses eventos capitais.

Além de serem recorrentes, esses eventos são reportados por meio de certas imagens predominantes. O conjunto dessas imagens como recurso de codificação da mensagem bíblica constitui o que queremos chamar de "imagética bíblica".

Nas descrições proféticas e na própria história do povo hebreu, acontecimentos importantes bem como narrativas célebres se tornaram em arquétipos ou tipos na mentalidade bíblica. Por exemplo, aos exilados em Babilônia, Isaías descreve a restauração empregando a imagem do êxodo. Segundo ele, o Deus que prometia salvar os judeus era aquele "que outrora preparou um caminho no mar e nas águas impetuosas, uma vereda" (Is 43:14-17); o mesmo que estendeu "a mão para resgatar" Israel do faraó (11:10-12; cf. 44:26-28; 51:10-11; 52:1-12; 63:11-19). Na verdade, as imagens do êxodo modelizam a linguagem de diversos profetas. Oseias diz que Deus atrairia e levaria Israel novamente ao "deserto" (local da peregrinação de Israel) e lhe falaria "ao coração" (Os 2:14-15). Por meio de Miqueias, Deus promete: "Eu lhe mostrarei maravilhas, como nos dias da tua saída do Egito" (Mq 7:15; cf. Is 4:2-6; 11:15-16).

João descreve a libertação final no desfecho do Armagedom por meio da imagem do secamento das águas do Eufrates. Assim, ele faz uma alusão às profecias de Isaías sobre o fim do cativeiro babilônico bem como ao êxodo na abertura do Mar Vermelho. Curiosamente, Moisés narra o êxodo empregando a linguagem da criação; tal escolha sugere que, para ele, o êxodo corresponde a uma nova criação. João, por sua vez, ao conectar sua profecia ao fim do cativeiro e ao êxodo, também sugere que o desfecho do Armagedom corresponde a um novo ato criador, em que o povo de Deus é libertado para uma nova terra. Esses relatos históricos e proféticos *linkados* pela imagem da abertura das águas formam um tipo de hipertexto:

A abertura das águas*:* criação e libertação



Em geral, o êxodo é referido com a imagem da abertura do Mar Vermelho. Esse evento se transformou em um arquétipo ou tipo na memória e na cultura hebraica e, por conseguinte, em toda a Bíblia. O pesquisador adventista Hans LaRondelle diz que "os eruditos têm reconhecido o cântico de Moisés sobre a vitória do Senhor no Mar Vermelho como o arquétipo que se repete nas batalhas de Yahweh" (1992a, 381).

Os eventos centrais que marcam a relação de Deus com o povo eleito, muitas vezes, são memorizados e reproduzidos em diferentes contextos a partir de imagens. Essas imagens podem ser caracterizadas como paradigmáticas ou arquetípicas, no sentido de que elas incorporam e transmitem conceitos, e ajudam a estruturar a mente dos autores inspirados.

A metáfora da vinha, por exemplo, atravessa as Escrituras como uma imagem temática do povo da aliança e da terra prometida. A história de Israel é contada por meio da figura de uma vinha que foi plantada e cuidada, mas que depois se degenerou e não deu os frutos esperados. Ela é desolada, mas, por fim, restaurada. Falando sobre os primórdios da aliança, Moisés diz que Deus colocou Israel em uma terra de "ribeiros" e "mananciais", terra de "vides", a terra de Canaã (Dt 8:7-8). Retratando a idolatria posterior, Isaías elabora uma parábola e compara Israel a uma "vinha", plantada em um "outeiro fertilíssimo" (Is 5:1), a qual, porém, decepcionou o Senhor, não produzindo os frutos

esperados. Então, Deus decidiu desolar sua vinha e torná-la em um "deserto" (v. 6). A imagem da vinha se expande na linguagem deste segundo profeta e passa a incorporar não só a terra de Canaã, mas também o povo de Israel. Tanto a terra de Canaã quanto Israel se tornam estéreis sem as bênçãos da aliança. Jesus retoma a imagem da vinha (ou "videira"), dizendo que Ele mesmo é tanto a raiz quanto o tronco da árvore, e os discípulos, os ramos. Todo aquele que permanece conectado a Jesus produz "muito fruto" (Jo 15:7, 8), os mesmos frutos que a antiga videira de Israel falhou em produzir. A imagem modeliza ainda a argumentação de Paulo acerca da filiação divina dos crentes gentios, mediante a fé em Cristo. Ele troca a "videira" pela "oliveira", mas retoma as palavras de Cristo: alguns "ramos foram quebrados", outros foram "enxertados", tornando-se participantes da raiz e da seiva, mediante a fé em Cristo (Rm 11:17).

Nesses textos, a vinha, videira ou oliveira funciona não só como uma metáfora, mas se transforma em uma imagem da memória, um recurso de linguagem, capaz de conectar os textos e criar uma estrutura comum de argumentação entre os diferentes autores, formando um hipertexto. Embora utilizem o grego, uma língua caracterizada pela abstração em contraste com a concretude do hebraico, Jesus e Paulo empregam o mesmo recurso imagético/visual e concreto da cultura hebraica. Isso mostra que eles compartilham com Moisés e os profetas uma maneira comum de pensar e de se expressar. A imagem da vinha ou da oliveira é um exemplo da imagética bíblica.

Pode-se dizer que a vinha seja uma imagem *primordial* da relação de Deus com Israel, ou seja, pertencente ao princípio das coisas. Muitas imagens arquetípicas reproduzidas ao longo das Escrituras retomam os acontecimentos primordiais, como o êxodo, a queda e a criação.

Por exemplo, no relato da queda, Adão e Eva sentiram-se nus diante de Deus (Gn 3:11). Após o inquérito, Deus proveu vestes para eles, presumivelmente da pele do primeiro cordeiro morto (3:21). A condição de nudez e a impropriedade das vestes de origem humana se tornam uma representação da condição de indignidade, e as vestes providas por Deus, da condição de justificação e absolvição. Mais tarde, o sumo sacerdote Josué é mostrado com vestes sujas, as quais são trocadas por limpas, indicando o benefício da justiça que provém da fé, sobre os judeus pós-exílicos (Zc 3:3, 4). Nisso, a visão dada ao profeta retoma a imagem da veste, símbolo de

dignidade/indignidade, presente no relato da queda. Mais tarde ainda, o filho pródigo da parábola de Cristo recebe vestes limpas e novas ao ser reintegrado à casa paterna (Lc 15:22). No Apocalipse, os ímpios tentam se esconder, a exemplo de Adão e Eva, sugerindo sua "nudez" ante o trono de Deus, no clímax do sexto selo (Ap 6:16). Por sua vez, os salvos trajam vestes brancas e permanecem dignos ante o trono de Deus (Ap 7:9). Os santos usam "linho finíssimo, resplandecente e puro", símbolo de sua vida justificada e santificada diante de Deus pela fé em Cristo (Ap 19:8, 14). Assim, as "vestes" se tornam uma imagem de conceitos essenciais da história da salvação e conectam os textos posteriores a um acontecimento primordial: a queda.

O pesquisador adventista Jon Paulien, autor de diversos artigos e livros sobre o Apocalipse, pontua que os autores do Antigo Testamento construíram suas mensagens a partir de quatro imagens primordiais, as quais se transmutaram na memória do povo hebreu em ícones de eventos e atos especiais de Deus. Esses eventos seriam a criação, o dilúvio, o êxodo e o retorno do cativeiro babilônico. "A maioria das profecias do Antigo Testamento emprega a linguagem de um ou mais desses eventos" (2004, 34, 35).

Ainda segundo Paulien, essa recorrência aos eventos-chave ou primordiais é uma característica da revelação divina, transmitida por meio dos profetas. Entender esse processo de recorrência dos eventos ou imagens-chave nos ajuda a organizar uma metodologia para o estudo das profecias, especialmente as do Apocalipse.

Mais exemplos da imagética bíblica: A linguagem do dilúvio retoma a criação, no sentido de que a Terra coberta pelas águas foi colocada novamente na situação anterior à criação. Imagens e palavras comuns *linkam* os dois relatos descrevendo um movimento que sai do domínio do *abismo* para a *criação* e que, então, retorna à condição de *abismo*. Antes da criação, a Terra era "sem forma e vazia" e "havia trevas sobre a face do abismo [heb. *tehowm*]" (Gn 1:2). Deus, porém, deu forma à Terra e a encheu de seres vivos; e "assim, pois, foram acabados os céus e a terra e todo o seu exército" (Gn 2:1). No dilúvio, eis que se romperam "as fontes do grande abismo [*tehowm*]" (Gn 7:11), e a Terra outra vez ficou sem forma, coberta pelas águas. Pereceram todas as formas de vida em que havia "fôlego", e "assim, foram exterminados todos os seres" (Gn 7:22, 23; ver 8:1-5). Essa mesma linguagem é empregada por Jeremias para descrever a Terra na condição do dia da ira de Deus: "Olhei para a Terra, e ei-la sem

forma e vazia; para os céus, e não tinham luz" (Jr 4:23; ver 4:9, 23-27).

A narrativa de Moisés em Gênesis 7 e 8 indica que ele tinha a imagem da Terra pré-criação em mente ao reportar a condição do planeta no dilúvio. "A linguagem do dilúvio é a linguagem da criação" (Paulien, 2004, 36). Por sua vez, a linguagem de Jeremias também evidencia que a imagem da Terra pré-criação é seu modelo do que será a Terra após o predomínio do pecado, no dia do Senhor.

No êxodo, as águas do Mar Vermelho são abertas para deixar Israel sair da condição de cativeiro e opressão (Êx 14:21, 22). Como foi dito, essa imagem é retomada em diversos salmos e profecias, assumindo a dimensão de um paradigma ou imagem da memória. A abertura das águas marca a libertação do povo da aliança e o julgamento dos inimigos. Essa é a mesma linguagem empregada na narrativa do fim do cativeiro e da queda de Babilônia. Deus prometeu secar os rios de Babilônia, e a profecia se cumpriu quando Ciro desviou as águas do Eufrates, o que resultou na queda do reino de Belsazar e na desolação de Babilônia (Is 11:15, 16; 44:27, 28). No Apocalipse, a queda da Babilônia mística e a libertação dos fiéis de Deus também são previstas com a imagem do secamento das águas de um rio (Ap 16:12-16).

Nesse sentido, a imagem e a linguagem da criação, do dilúvio, do êxodo e do fim do cativeiro funcionam como estruturas organizadoras da memória e da visão espiritual dos autores bíblicos. Não só as palavras são reempregadas, mas a imagem desses atos divinos exerce um papel estruturante no pensamento dos autores inspirados, de modo que seus textos se apresentam interconectados na forma de um grande hipertexto.



INSPIRAÇÃO E CULTURA

Os grandes eventos anteriormente citados se tornaram em referenciais para o povo da aliança, moldando o pensamento dos israelitas, inclusive dos autores do Novo Testamento. Quando essas pessoas falavam de sua relação com Deus, esses eventos em forma de imagens vinham à mente como uma espécie de comprovação da aliança divina com eles. O fato de os autores inspirados reproduzirem a linguagem desses eventos em diferentes relatos (históricos, poéticos e proféticos) mostra que Deus se revela nas condições culturais em que as pessoas estão, e a revelação se reveste das imagens e da linguagem particular dos indivíduos com quem o Senhor se comunica. Deus

revela uma mensagem celestial, mas na linguagem e na mentalidade das pessoas que recebem a mensagem originalmente (Paulien, 2004, 43).

Isso é o que significa dizer que a Palavra de Deus é "constituída cultural e historicamente", embora ela não seja "condicionada" pela cultura (Müeller, 2007, 113).

Em vista disso, a maneira mais segura de interpretar as Escrituras, especialmente as profecias, é buscar conhecer a linguagem original e a mentalidade em que os autores bíblicos estavam inseridos. Quando falamos aqui de linguagem original, com propósito de interpretação das Escrituras, não falamos só da língua falada pelos autores inspirados, no caso o hebraico, aramaico e grego, mas também do conjunto de imagens e estruturas de pensamento com as quais eles estavam familiarizados.

Muitas vezes, as pessoas hoje leem as profecias como se tivessem sido escritas empregando eventos e linguagens de nossos dias. As profecias revelam o futuro, mas a linguagem e a mentalidade em que foram codificadas é a do profeta e de seu tempo. Para entender a profecia, portanto, é preciso entender o que ela significou para o autor original em sua linguagem, mentalidade e cultura.

Ellen White fala de acontecimentos futuros em relação a seu tempo, mas emprega a linguagem de sua época. Por isso, ela fala do povo de Deus buscando refúgio nas montanhas, e os inimigos usando espadas contra eles (1988a, 284, 285; 2004, 655, 656). Hoje, em tempos de satélites, as montanhas podem não ser mais totalmente seguras para se esconder, nem espadas são armas empregadas em perseguição. Ela também teve uma visão em que contemplou uma grande locomotiva que corria velozmente para a destruição, representando o mundo sob a direção de Satanás. Esse meio de transporte era muito familiar em seu tempo, sendo também o mais veloz da época (ver White, 1988a, 88, 263), o que não é mais o caso hoje. No entanto, o sentido de suas metáforas permanece.

Jon Paulien tem estudado as fórmulas empregadas pelo Apocalipse em suas referências ao Antigo Testamento. Segundo ele, "as palavras e as imagens usadas pelas pessoas são portadoras de sua experiência passada, de seu *background* cultural". Assim, o recurso da linguagem expressa aquilo que é

familiar às pessoas em dado tempo e lugar. Por isso, a linguagem precisa ser estudada e decodificada a fim de se tentar chegar o mais próximo possível das ideias do autor em seu tempo. No caso das profecias, "o futuro é descrito na linguagem das pessoas do tempo em que a revelação é dada" (Paulien, 1992a, 74). Ironicamente, hoje, para conhecer o futuro precisamos estudar o passado!

Na revelação, a mensagem sempre se origina do trono de Deus no Céu e, em se tratando de profecia, revela o futuro, mas é manifestada e comunicada sempre "no tempo, no lugar e nas circunstâncias do autor humano" (ibid., 75). Por isso, não há nas profecias uma representação das estruturas papais da Idade Média, mas uma besta e o número enigmático 666. A moderna nação americana com seus ideais cristãos de liberdade é retratada por meio de uma besta que parece cordeiro, mas que fala como dragão. O Apocalipse não faz menção a crise ecológica, tratados internacionais, computadores, *chips*, jatos, etc., porque essas coisas não faziam parte da cultura do profeta que viveu no primeiro século. João fala de candeeiros, anjos, livro selado, cavalos, trombetas, taças de vinho, dragão, uma mulher pura e uma meretriz, serpente e bestas, todas figuras extremamente familiares ao profeta, as quais Deus usou para se comunicar com ele nas circunstâncias em que ele vivia.

As imagens empregadas por João refletem sua familiaridade com a imagética hebraica, especialmente com o santuário. A visão das almas "debaixo do altar" (Ap 6:9-10), clamando por vingança faz referência ao sangue, que é "vida" (Lv 17:11), derramado nos sacrifícios das vítimas do santuário na base do altar (Lv 4:7). A imagem ecoa o clamor do sangue de Abel desde a terra (Gn 4:10; Hb 12:24). A alusão é ao martírio dos santos, vítimas que teriam seu sangue derramado como em sacrifício. Isso se torna ainda mais claro quando Apocalipse 16:6 declara que os ímpios que sofrem sob as pragas "derramaram sangue de santos e de profetas". Em outra visão, o "fogo do céu" que desce pelo poder da segunda besta é uma imagem que reproduz a cena do Carmelo (1Rs 18:24, 38; Ap 13:13). A imagem do Cordeiro em pé no monte Sião com os 144 mil (Ap 14:1) reproduz a cena de Salomão e todo o Israel no monte Sião (1Rs 8:1), de onde também sai o remanescente de Israel (2Rs 19:31). Assim, João extrai suas imagens do Antigo Testamento.

Deus não ignora nem passa por cima da cultura, do *background*, estilo literário ou modo de pensar das pessoas com quem Ele se comunica. Por exemplo, em Daniel 7, Ele revela basicamente a mesma mensagem de Daniel 2.

Entretanto, para o rei pagão, as nações foram retratadas na forma de um "ídolo", uma "imagem". Nabucodonosor certamente entendia as nações como gloriosas, representando por seu brilho os deuses a quem seus povos serviam. Por outro lado, ao profeta hebreu, as nações são representadas como ele as via, como bestas ferozes e vorazes, prontas a escravizar e destruir seu povo.

Conhecer o significado original da linguagem e da forma comunicativa usada pelos escritores bíblicos ajuda a nos proteger da tendência natural de reconstruir o texto bíblico à nossa imagem, adaptando seu significado ao nosso tempo. "O significado original da linguagem do texto é crucial para a correta interpretação das Escrituras" (ibid., 76).

A predominância dos eventos-chave nas Escrituras mostra a maneira de pensar dos profetas bíblicos. Eles não só utilizam as imagens da criação, dilúvio, êxodo e retorno do cativeiro, mas é possível dizer que essas imagens servem como uma espécie de linguagem, no sentido de que elas modelizam e estruturam a maneira de pensar desses autores. Esse esquema da revelação provê as fundações sobre as quais podemos entender melhor o Apocalipse. O livro profético de João não só repete esse modelo de revelação, mas ele o emprega à exaustão.

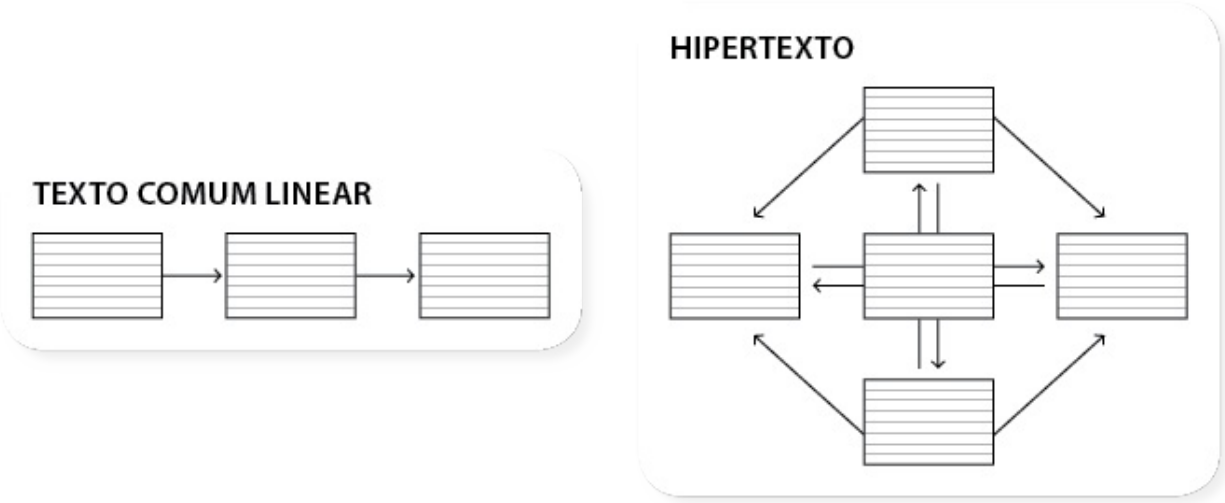
Assim, os eventos, as imagens, as cenas e a terminologia do Apocalipse são provenientes do Antigo Testamento, material com que João estava intimamente familiarizado. Essas imagens e linguagens, que estruturam a mentalidade do profeta, tendem a emergir de modo natural em seus textos. Isso pode também ser chamado de intertextualidade, uma espécie de jogo de espelhos entre dois ou mais textos bíblicos, em que um reflete imagens e linguagens de outros.

INTERTEXTUALIDADE BÍBLICA

As alusões do autor bíblico a um evento ou imagem usados por outro autor ocorrem em diferentes níveis e formatos. O mais comum é uma citação ou referência direta. Por exemplo, os autores do Novo Testamento fazem inúmeras citações do Antigo Testamento. Para isso, utilizam fórmulas introdutórias: "ouvistes que foi dito aos antigos" (Mt 5:21); "Moisés disse" (Mc 7:10); "conforme o que está escrito na Lei do Senhor" (Lc 2:23); "na lei está escrito" (1Co 14:21); ou "está escrito nos profetas" (Jo 6:45).

No entanto, a citação direta não é considerada como um tipo de intertextualidade propriamente dito, que seria uma citação mais natural e possivelmente até inconsciente. Na intertextualidade, o autor não usa nenhum termo para indicar que está se referindo a outro texto. Ele simplesmente emprega uma mesma linguagem ou as imagens já empregadas anteriormente, e o leitor precisa descobrir o que está por trás de sua maneira de codificar a mensagem. Então poderá entendê-la mais claramente.

Por causa das conexões intertextuais, o conjunto das Escrituras forma uma unidade interconectada que pode ser considerada um grande "hipertexto". No caso da internet, os diferentes textos disponibilizados na rede formam um imenso hipertexto, ao serem *linkados* por meio de conexões intertextuais (palavras, frases, imagens que acendem quando o mouse corre sobre as mesmas), diferentemente do texto comum que segue uma sequência linear. No caso das Escrituras, os diferentes textos na forma de narrativas, oráculos, salmos, visões e dissertações estão conectados entre si por meio da repetição de certos termos, imagens e expressões, os quais, respeitados os contextos paralelos, permitem que um autor inspirado seja interpretado por outro também inspirado. Encontrar essas conexões é parte do trabalho do intérprete na busca dos caminhos oferecidos pela própria Escritura para sua interpretação.



Os pesquisadores Sloan e Newman explicam que "a intertextualidade bíblica ou interbíblica é o engaste de fragmentos, imagens e ecos de um texto

dentro de outro" (2002, 58). Segundo eles, autores bíblicos posteriores demonstraram seu amor e sua fidelidade à sua tradição ao remodelar estrategicamente seus textos com base em relatos de seus colegas inspirados (ibid., 59). A intertextualidade revela que os autores bíblicos eram dotados da "ciência e da arte de fazer associações e conexões entre textos no interior do cânon bíblico" (Diop, 2007, 135).

Um exemplo bem claro desse "engaste" de um texto dentro do outro é a narrativa do Ano do Jubileu. A profecia de Isaías, lida por Jesus em Nazaré (Is 61:1-2; Lc 4:16-19), tem uma extensa relação intertextual com o Pentateuco, embora Isaías não estivesse fazendo uma citação direta de Moisés.

Em Levítico 25:8 a 12, Moisés prescreve o Ano do Jubileu. Após uma sequência de 49 anos, chegava-se ao ano santo. Nesse ano, no dia 10 do sétimo mês, portanto, no Dia da Expiação, os israelitas comemoravam o Jubileu, com a proclamação da liberdade aos escravos, o cancelamento das dívidas, a reapropriação das terras perdidas e o descanso do trabalho de semear (ver também Êx 21:2-6; 23:10-12; Dt 15:1-8; 31:9-13).

Esse ano 50º era um tipo de ano de Pentecostes, ao final de 49 anos. Isso faz sentido, ao se considerar que o Espírito Santo é o agente e princípio da liberdade.

A profecia de Isaías 61 trata da restauração do Israel cativo, prometendo liberdade aos exilados e restauração espiritual. Em vez de usar sua expressão favorita, "o dia do Senhor" (Is 2:17; 11:11; 27:1; 34:8), Isaías fala nesse texto do "ano aceitável do Senhor", estabelecendo assim uma conexão intertextual entre sua profecia e os textos de Moisés sobre o Ano do Jubileu.

"Ao batizar a teologia do Jubileu de Levítico em sua escatologia, o profeta visualiza um dia em que a sociedade humana vai experimentar uma poderosa, singular e final transformação", que Isaías sugere estar prefigurada no Jubileu (Sloan e Newman, 2002, 60). O profeta não apenas "engasta" o Jubileu em sua escatologia; ele vai além ao atribuir ao Jubileu uma dimensão profética que não tinha sido elaborada nem sugerida por Moisés.

Em Nazaré, ao ler Isaías, Jesus aprofundou ainda mais o tom escatológico atribuído ao Ano do Jubileu (Lc 4:18). Cristo anuncia o Ano do Senhor em

termos de liberdade, não do cativeiro social, mas do poder do pecado, sob o batismo e a unção do Espírito Santo. Uma vez que para a igreja esse batismo ocorre no Pentecostes, o significado teológico do Ano do Jubileu atinge então seu clímax. A liberdade espiritual, no ano evangélico do Senhor, é liberdade do cativeiro do pecado, do senhorio de Satanás; é a liberdade provida pela presença do Espírito Santo. "Se o Filho vos libertar verdadeiramente sereis livres" (Jo 8:36). Paulo afirma que a vida "no Espírito" é liberdade do pecado (Rm 6:12, 18, 22; 7:24; 8:2, 11).

Quando um profeta retoma imagens e linguagens usadas em profecias anteriores, a fim de compor ou transmitir uma nova mensagem, a verdade revelada se expande em um tipo de espiral, assumindo novas e progressivas dimensões de significado. Além disso, o engaste de um texto em outro provê importantes recursos interpretativos. Nesse sentido, a imagética e a intertextualidade bíblica são poderosos recursos da revelação e da inspiração, bem como da iluminação do Espírito para a compreensão da verdade revelada.

As relações intertextuais entre os autores inspirados não é uma descoberta dos estudiosos contemporâneos. Na verdade, essa era uma maneira de pensar e de transmitir a revelação divina predominante na mentalidade judaica. Diop afirma que "a maneira pela qual o judaísmo rabínico desenvolveu as regras formais (*middot*) de interpretação das Escrituras testifica da importância da interpretação interbíblica do Antigo Testamento" (2007, 137). Ele acrescenta que "a interpretação interbíblica [ou intertextual] era parte do ambiente religioso e cultural dos escritores do Novo Testamento" (ibid.).

Os intérpretes judeus, conhecidos como rabinos, consideravam que a exegese intertextual se baseava na ideia de que "o texto contém um mistério comunicado por Deus que não é compreendido até que a solução seja dada por outro intérprete inspirado" (Snodgrass, 2001, 218).

Por isso, a ocorrência de intertextualidade nas Escrituras é abundante, tanto entre os profetas e o Pentateuco, como entre os autores do Novo Testamento e os do Antigo Testamento.

Mais exemplos de intertextualidade: Em seu sermão no Pentecostes, Pedro, corajosamente, declarou que o Jesus que os judeus haviam condenado e crucificado não apenas ressuscitara, mas havia sido exaltado ao trono da

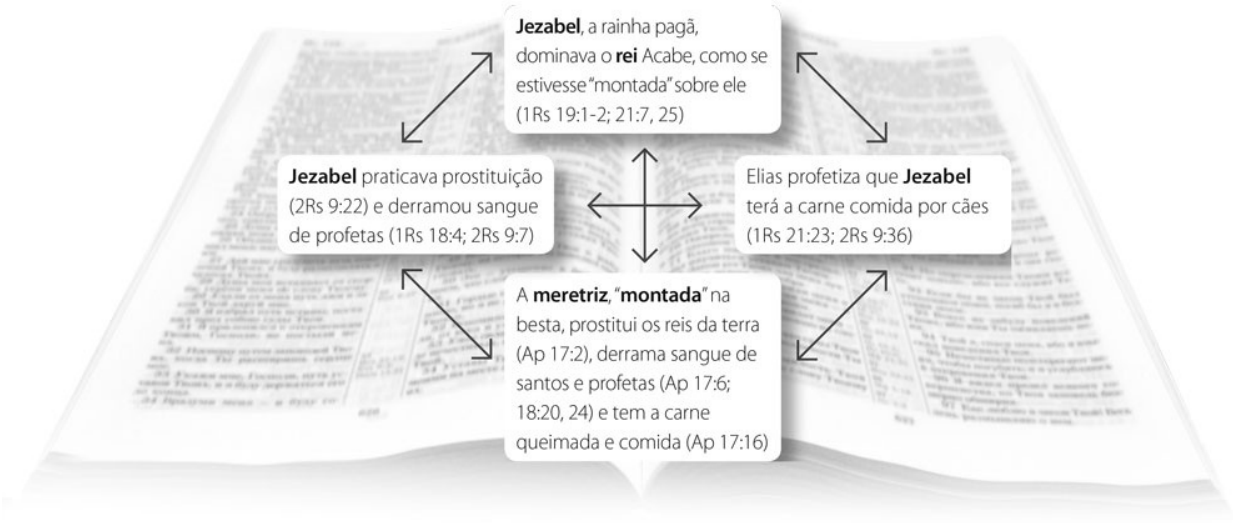
Majestade nos Céus. Diante da exaltação de Cristo, os judeus arrependidos e contritos se renderam e se curvaram ao Messias (At 2:32-38). Esta narrativa tem uma relação imagética e intertextual com o evento de José reunido com seus irmãos, após a morte de Jacó. O jovem José foi odiado e vendido pelos irmãos e padeceu no calabouço do Egito. Contudo, dali ele saiu para ser exaltado a governador do Egito e sentou no trono mais poderoso da Terra naquele tempo. Diante disso, arrependidos, os irmãos acabaram se curvando perante ele (Gn 50:15-21). Assim, inspirado pelo Espírito, o apóstolo construiu seu sermão tendo como pano de fundo um evento bem familiar à memória de seus ouvintes judeus, cuja reação completou o paralelo entre as duas cenas.

No Apocalipse, a descrição da meretriz Babilônia contém elementos textuais de diversos relatos do Antigo Testamento. Um deles é a narrativa do sonho de Nabucodonosor de uma árvore grande e frondosa. Na visão de João, a meretriz está sentada sobre "muitas águas" (Ap 17:1). Seu vinho embriaga "os reis da Terra" e ela domina sobre eles (17:18). "Os mercadores da Terra" se enriquecem "à custa da sua luxúria" (18:3). Todavia, um anjo de "grande autoridade" *desce do céu* e exclama com potente voz: "Caiu! Caiu a grande Babilônia" (18:2). Na composição dessa visão de João, o sonho de Nabucodonosor, que anunciava sua queda à condição de um animal do campo, parece evidente. O rei sonhou com uma árvore que crescia e se tornava forte; sua altura atingia até o céu. Ela era vista até aos confins da Terra e nela havia sustento para todos. Animais e aves do céu achavam sombra e faziam morada nos seus ramos. No entanto, um "vigilante, um santo, que *descia do céu*", clama fortemente contra ela: "Derribai a árvore, cortai-lhe os ramos" (Dn 4:10-14, itálico acrescentado). Em ambos os casos, um poder de grande alcance tem sua queda decretada por um mensageiro que desce do céu.

A prostituta, em Apocalipse 17, também espelha uma imagem do Antigo Testamento, em uma relação intertextual entre profecia e história judaica. Há uma relação tipológica entre a meretriz e Jezabel: a meretriz apocalíptica prostitui os reis da Terra (Ap 17:2), derrama sangue de santos e profetas (Ap 17:6; 18:20, 24) e tem a carne queimada e comida (Ap 17:16); por sua vez, Jezabel praticava prostituição (2Rs 9:22), derramou sangue de profetas (2Rs 9:7) e teve a carne comida (1Rs 21:23; 2Rs 9:36). Contudo, essa tipologia não esgota a relação entre as duas imagens. A prostituta escatológica é vista "*montada* em uma besta escarlate" (itálico acrescentado). Por sua vez, Jezabel, a

autoritária rainha pagã, dominava o rei Acabe, como se estivesse "montada" sobre ele, lançando assim o reino de Israel em um processo de paganização. Da mesma forma que Jezabel dominava o rei Acabe, a prostituta do Apocalipse domina a besta e os reis da Terra (Ap 17:18) e emprega o poder real deles para cumprir seus interesses pagãos.

Jezabel e a meretriz escatológica



As relações intertextuais e a reprodução de imagens de textos anteriores inicialmente evidenciam um processo particular da revelação divina. Cada vez que um autor recebe ou codifica um texto histórico, poético ou profético, empregando imagens e estruturas textuais de outro autor inspirado, o significado da verdade revelada se amplia e acumula novos vislumbres da revelação. Além disso, o processo de encadeamento dos textos permite encontrar as chaves providas pela própria Escritura para sua interpretação.

JANELAS PARA O SIGNIFICADO

No caso das profecias, Jon Paulien diz que "o propósito das alusões é levar o leitor a considerar a passagem do Antigo Testamento em questão e aplicar seu significado à passagem do Apocalipse" (Paulien, 2004, 139). É como se João quisesse que o leitor, ao reconhecer a alusão feita a um texto anterior, percebesse o contexto mais amplo da profecia em questão.

O cenário do Antigo Testamento e da própria história da salvação se torna em um contexto mais estendido para o Apocalipse, livro no qual todos os demais escritos bíblicos "se encontram e se cumprem". Uma frase ou um símbolo podem se tornar uma janela ilustrativa para o significado pretendido pelo autor inspirado.

Nessa perspectiva, o entendimento do Apocalipse deve ser buscado à luz das passagens do Antigo Testamento que estão "engastadas" em suas visões. "Reconhecer uma alusão direta abre janelas para o significado pretendido pelo autor" (ibid.). Isso é mais do que simplesmente considerar a língua original em que o autor bíblico escreveu seus textos. Tem que ver com a maneira de pensar e com as imagens e estruturas de pensamento e linguagem que operam em sua memória.

O Apocalipse, portanto, não pode ser entendido sem permanente referência ao Antigo Testamento, a fonte das imagens e das linguagens de seu autor. As recorrentes referências do Apocalipse ao Antigo Testamento indicam que esta é a principal chave para abrir o significado dos símbolos do livro profético. "O Antigo Testamento provê os meios para 'decodificar' a mensagem do Apocalipse" (Paulien, 1992a, 80).

As referências ao Antigo Testamento podem emergir tanto da mente de Deus, aquele que revela, quanto da memória de João, que recebe a revelação e a relata. Assim, elas refletem tanto a mente de Deus quanto a de João, a quem Deus revelou a si mesmo e sua palavra. No estudo desse livro, portanto, expressões como "o autor quer dizer", "a intenção de João" ou "o Apocalipse se refere" não devem ser entendidas como indicando que o livro do Apocalipse seja um produto meramente humano. Essas expressões são uma forma simplificada para se referir à complexidade da autoria divino/humana do livro em sua totalidade.

O uso das imagens e da linguagem do Antigo Testamento não é facilmente

identificado no Apocalipse uma vez que ocorre a transposição do texto hebraico, com o qual João devia estar mais familiarizado, para a língua grega, na qual o Apocalipse foi escrito. João não usa simplesmente a LXX (versão grega do Antigo Testamento) como seu texto básico, embora algumas palavras possam ser relacionadas entre essa versão grega e o Apocalipse. Os comentaristas e estudiosos do Apocalipse reconhecem diferentes fontes por trás das referências do texto de João. O Comentário Bíblico Adventista afirma que "uma análise dessas citações e alusões ao Antigo Testamento deixa claro que João traduziu diretamente do Antigo Testamento hebraico, embora às vezes tenha sido influenciado pela LXX ou por alguma outra versão grega posterior" (ed. Nichol, 7:800).

Em geral, o Apocalipse reflete o Antigo Testamento de modo inconsciente e livre, por meio de imagens de memória e intertextualidade, dando eco a expressões e símbolos "vivos" como parte da cultura e da mentalidade do apóstolo João. Entretanto, há também as referências deliberadas e conscientes, quando João parece ter o contexto original em mente e assume que seus leitores conhecem a fonte que ele está usando, embora não use a costumeira expressão "está escrito". Essas referências, que parecem ser conscientes e deliberadas, são consideradas como um tipo de texto paralelo entre o Apocalipse e o Antigo Testamento. Alguns tipos principais desses paralelos, segundo os especialistas, são:

Paralelos verbais. Quando duas ou mais palavras significativas são empregadas em comum. A passagem: "e subiu fumaça do poço como fumaça de grande fornalha" (Ap 9:2) é uma citação literal de Êxodo 19:18: "a sua fumaça subiu como a fumaça de uma fornalha". Outro paralelo verbal é visto na razão do lamento de João pelo fato de ninguém "nem no céu, nem sobre a terra, nem debaixo da terra" poder abrir o livro selado (Ap 5:3). Esse texto repete a mesma lista de Êxodo 20:4: "Não farás para ti imagem [...] do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra."

Paralelos temáticos. Quando o autor tem claramente uma passagem em mente, mas usa palavras diferentes. O paralelo pode ocorrer entre o texto grego de João e o texto da LXX, do hebraico ou aramaico. Por exemplo, a expressão "o Deus Todo-Poderoso" (*theos ho pantokrator*) é usada 121 vezes no Antigo Testamento, mas um contexto paralelo com o Apocalipse é encontrado apenas em Amós 4:13 (NTLH): "Foi Deus quem fez as montanhas e criou o vento. Ele

revela os seus planos aos seres humanos. Ele faz o dia virar noite e anda por cima das montanhas. Este é o seu nome: o Senhor, o Deus Todo-Poderoso." Apocalipse 1:8 diz: "Eu sou o Alfa e Ômega, diz o Senhor Deus, aquele que é, que era e que há de vir, o Todo-Poderoso."

Paralelo estrutural. Quando o Apocalipse usa uma narrativa inteira ainda que sem reproduzir as mesmas palavras. Apocalipse 9:1 a 11 reproduz a mesma sequência temática de Joel 2:1 a 11: a chamada por trombeta, menção a trevas, um exército de gafanhotos, a descrição do exército, ansiedade causada pelos gafanhotos, o escurecimento do sol, o barulho das carruagens e a menção ao líder do exército. Paralelos estruturais também ocorrem na descrição das pragas (Ap 16 e Êx 7–12; Sl 78, 105, 135, 136; outros exemplos são: Ap 1:12-18 e Dn 7:9-13 e Dn 10; Ap 13 e Dn 3 e 7; Ap 18 e Ez 26–28; Ap 19:11-16 e Is 63:1-6).

A visão de Apocalipse 4 e 5 tem como pano de fundo a cerimônia de coroação dos reis de Israel (cf. Dt 17:18-20; 2Rs 11:12). As maldições da aliança no Antigo Testamento (cf. Lv 26:21-26) estão na base da visão dos sete selos. A visão dos 144 mil, vistos vitoriosamente sobre o mar de vidro, cantando o hino de Moisés e do Cordeiro, faz clara alusão a Êxodo 15. As visões de Apocalipse 16:12 a 18:24 são montadas em cima do relato da conquista da Babilônia histórica pelo rei persa Ciro e seu exército (Is 44:26–45:7; Jr 50–51).

No apêndice de *The New Testament in the Original Greek*, de Westcott e Hort (1981, 184-188), estima-se que, dos 404 versículos do Apocalipse, 265 contenham aproximadamente 550 referências a passagens do Antigo Testamento; há 13 referências a Gênesis, 27 a Êxodo, 79 a Isaías e 53 a Daniel, entre outras.

O Apocalipse, portanto, é a obra de um cristão judeu intimamente familiarizado com as imagens e as linguagens do Antigo Testamento. A descrição da Babilônia (Ap 17, 18) tem paralelos com Jeremias 51. As duas bestas dos capítulos 13 e 17, com seus dez chifres que são dez reis, refletem diretamente das visões de Daniel 7 e 8. A visão das duas oliveiras e dos dois castiçais (Ap 11) é uma reconstrução da visão de Zacarias 4. Os períodos de tempo no livro do Apocalipse derivam de Daniel, como "tempo, dois tempos e metade de um tempo" (Ap 12:14; cf. Dn 12:7). Muitos dos juízos contidos nas trombetas são paralelos às pragas do Egito. No primeiro capítulo do Apocalipse, o verso 6 se refere a Êxodo 19:6; o verso 7 a Daniel 7:13 e Zacarias 12:10 e 12;

o verso 14 consiste de duas passagens extraídas de Daniel 7:9 e 13, e 10:5. O verso 15 deriva de Daniel 10:6 e de Ezequiel 1:24; o verso 16 se relaciona com Isaías 11:4 e 49:2; o verso 17 deriva de Isaías 44:6 e 48:12; e o verso 18, de Isaías 38:10.

Além das inúmeras referências ao Antigo Testamento, o Apocalipse também tem paralelos no próprio Novo Testamento. Os acontecimentos do discurso escatológico de Cristo (Mt 24) podem ser divididos cronologicamente em três períodos: pré-tribulação, tribulação e pós-tribulação. Esses períodos estão também no Apocalipse. Eventos como guerra, fome, pestes e terremotos ocorrem nos quatro primeiros selos (Ap 6). Terremotos são mencionados em Apocalipse 16:18 e 18:8. A questão do martírio (Lc 21:12-16) ocorre em Apocalipse 6:9 a 11; 11:7 a 10; 13:7, 15; 16:6; 17:6; e 18:24.

A grande tribulação é mencionada em Apocalipse 7:14. Os falsos profetas são referidos em sua forma escatológica nos capítulos 13 e 16:13. Os distúrbios celestes de Lucas 21:25 a 28 estão em Apocalipse 6:12 a 14. A vinda do Filho do Homem é anunciada em Apocalipse 1:7 e é consumada quando o Senhor se manifesta no clímax da batalha do Armagedom (Ap 19:11-21).

Também é preciso frisar, no entanto, que, embora o Antigo Testamento seja amplamente referido direta e indiretamente no Apocalipse, a obra de João é claramente uma composição do contexto do evangelho. A vitória de Cristo na cruz é o tema organizador de todo o livro do Apocalipse. Cada menção ao santuário centraliza-se no Cristo que foi morto, mas que está vivo. É sua obra como mediador e intercessor que abre o livro selado e dá o ponto de partida à cadeia de eventos descrita em toda a obra. É Cristo que abre e fecha toda a narrativa apocalíptica de João.

A mensagem da cruz e do breve retorno de Cristo atravessa todo o Apocalipse. Cristo é o personagem central; de fato, o protagonista de todo o livro profético.

CAPÍTULO 2

O Santuário no Apocalipse

Se você tentar se comunicar com alguém que não fale a sua língua e fizer todos os esforços, mas sem êxito, sem dúvida, a comunicação poderá se estabelecer se você usar um desenho ou mímica. De fato, a imagem é um recurso de comunicação universal. Deus sabe disso, pois Ele é o engenheiro que planejou e executou a construção de nosso cérebro. A evidência disso é que, diante da necessidade de comunicar aos seres humanos o plano da salvação, Ele decidiu usar um recurso visual: o santuário, cheio de cores, formas, desenhos, ritos e figuras.

Além do Criador, os profetas, inspirados pelo Espírito Santo, também sabem disso muito bem. As profecias estão cheias de símbolos e figuras. Entre os profetas, João é certamente o mais especializado no uso das imagens. O Apocalipse é rico em figuras, especialmente as derivadas do santuário.

As referências, imagens e conexões intertextuais com o Antigo Testamento constituem uma forte evidência de que as fundações do Apocalipse são, de fato, as Escrituras hebraicas. No entanto, as estratégicas cenas do santuário, descritas nesse livro, não deixam dúvida de que a visão profética de João está particularmente fundada na aliança de Deus com Israel como retratada no santuário.

Uma das mais impressionantes características do Apocalipse é a constante representação das cenas de adoração no Céu, geralmente em meio a espaços e imagens do santuário. As imagens e cenas do santuário são um tipo específico de referência ao Antigo Testamento por parte do Apocalipse. Jon Paulien diz que "o santuário do Antigo Testamento e seus rituais exercem uma função estrutural na organização do livro do Apocalipse" (2004, 124). Isso significa que o livro de João não é um mero arranjado de relatos e visões. Ele tem uma estrutura detalhadamente organizada, com base nas cenas e mesmo nas festas hebraicas relacionadas ao ritual do santuário.

Tal é a predominância do santuário no Apocalipse que, em seus 22 capítulos (versão Almeida Revista e Atualizada), a palavra "santuário" ocorre 13 vezes, "sangue" 18 vezes, "altar" sete vezes, "tabernáculo" quatro vezes, "candeeiro" sete vezes, "sacerdote" três vezes, "trono" 36 vezes e "Cordeiro" 31 vezes, sendo só uma com "c" minúsculo (Ap 13:11).

A interpretação adventista das estruturas textuais e imagéticas relacionadas com o santuário, no Apocalipse, é um desenvolvimento dos últimos 40 anos. Desde a década de 1980, quando Desmond Ford levantou dúvidas em relação à doutrina do juízo investigativo,[1] entre outras crenças adventistas, a teologia e a hermenêutica do santuário e do Apocalipse tiveram um grande progresso e aprofundamento. Um pouco desse desenvolvimento está refletido na série *Daniel and Revelation Committee Series*, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Bíblica, da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, e publicada em parte no Brasil como *Santuário e Profecias Apocalípticas*, pela Unaspress.

Importantes autores dessas décadas recentes no estudo do Apocalipse são: William Johnsson, Hans K. LaRondelle, Richard Davidson, Jon Paulien, Jacques Doukhan, Ekkehardt Müeller e Ranko Stefanovic, entre outros. Todos eles têm algum débito metodológico com o erudito adventista Kenneth A. Strand. Este estudioso teve o mérito de lançar uma nova base metodológica para o estudo do Apocalipse entre os adventistas, mantendo mesmo assim a perspectiva historicista. Antes, o Apocalipse era estudado, em grande medida, a partir de uma perspectiva temática; depois disso, os estudiosos começaram a enxergar as estruturas textuais e as imagens que tão belamente compõem e organizam o livro de João. O estudo temático, que falhava em reconhecer a dimensão estrutural da obra do Apocalipse, passou a dar lugar à exegese textual, escriturística e intertextual das profecias.

Strand foi a primeira pessoa a perceber a chamada estrutura quiástica do Apocalipse, segundo a qual o livro se divide em duas partes principais, sendo a primeira predominantemente histórica (Ap 1–11:18) e a segunda, escatológica (11:19–22:21). Ele também enxergou o papel modelizador e organizador do santuário em toda a estrutura do Apocalipse.

DA INTERCESSÃO À EXPIAÇÃO

Essa estrutura destaca uma visão do santuário na abertura de cada uma das sete grandes seções de visões detalhadamente organizadas no Apocalipse. As cenas do santuário funcionam como uma introdução ao significado do conjunto de visões que as seguem. A sequência das cenas do santuário também determina um movimento progressivo em todo o conjunto de visões, sendo que elas começam com Jesus no lugar santo e caminham para destacar o encerramento da expiação e do juízo no lugar santíssimo.

As sete seções do Apocalipse são como que encadernadas pelo prólogo (Ap 1:1-8) e o epílogo (22:6-21), que estão intimamente conectados por meio de diversas expressões comuns. Na primeira cena, João se vê diante da figura do Cristo glorificado, caminhando entre sete candeeiros; portanto, no lugar santo (Ap 1:10-20). Esta cena abre a seção das cartas às sete igrejas. A segunda mostra o trono do Deus criador (Ap 4) e a entronização do Cordeiro glorificado (Ap 5), o único capaz de abrir o livro selado. Essa cena dá abertura à visão dos sete selos. A terceira cena mostra o incensário de ouro com que se faz intercessão pelos santos (Ap 8:2-5), sendo seguida pela narrativa das trombetas. Na quarta cena, ocorre a abertura do santuário com a visão da arca da aliança no lugar santíssimo, onde a expiação é realizada (Ap 11:19). O que se segue são as visões do clímax do grande conflito. A quinta cena mostra a finalização do juízo de investigação no lugar santíssimo e a saída dos anjos com as taças da ira de Deus sem mistura de misericórdia (Ap 15:5–16:1); segue-se a narrativa das sete últimas pragas. Na sexta cena, uma multidão diante do trono proclama a justiça divina em face do julgamento da grande meretriz e anuncia as bodas do Cordeiro (Ap 19:1-10); o que se segue é o juízo sobre os reis da Terra, a prisão do dragão e aniquilação final do pecado e dos impenitentes. Por fim, na sétima cena, diante do trono, Deus é aclamado em virtude de seu tabernáculo com os santos na nova Jerusalém (Ap 20:3-11).

AS SETE CENAS DO SANTUÁRIO NA ESTRUTURA DO APOCALI					
SEÇÃO HISTÓRICA			HIST./ESC.	SEÇÃO ESCATO	
I	II	III	IV	V	VI

Cena Introdutória no Templo 1:10-20	Cena Introdutória no Templo 4–5	Cena Introdutória no Templo 8:2-5	Cena Introdutória no Templo 11:19	Cena Introdutória no Templo 15:1–16:1	Cena Introdutór no Templ 19:1-10
Descrição Histórica **As Igrejas** 2–3	Descrição Histórica **Selos** 6	Descrição Histórica **Trombetas** 8:6–9:21	Descrição Histórica: **Grande Conflito** 12–13	Descrição Escatológica Juízo Final **Pragas** 16:2-21	Descriçã Escatológi Juízo Fina **Milênio** 19:11–20:
	Interlúdio Vislumbre Eventos Finais **Selamento** 7	Interlúdio Vislumbre Eventos Finais **Livrinho e Testemunhas** 10:1–11:13	Interlúdio Vislumbre Eventos Finais **Cordeiro no Monte Sião** 14:1-13	Interlúdio Vislumbre Eventos Finais **Queda da Babilônia** 17:1–18:20	Interlúdio Exortação Apelo **Bem-aventurad** 20:6
	Clímax Escatológico **Sétimo Selo** 8:1	Clímax Escatológico **Sétima Trombeta** 11:14-18	Clímax Escatológico **A Ceifa** 14:14-20	Clímax Escatológico Juízo Final **Ruína da Babilônia** 18:21-24	Clímax Escatológi Juízo Fina **Lago Fog Nova Ter** 20:7–21:4

Cada cena do santuário é seguida de uma sequência histórica ou escatológica de visões, sendo que as cenas 2 a 6 também contam com um interlúdio ou vislumbre dos eventos finais. O quadro seguinte esboça a estrutura do livro, organizada a partir das sete cenas do santuário:

Todas as cenas retratam o santuário celestial, os lugares santo e santíssimo, e o trono de Deus. As três primeiras tratam dos móveis e atividades do lugar santo: os sete candeeiros, a intercessão por parte do Cordeiro entronizado e o altar do incenso. As três cenas seguintes tratam do início e do encerramento da expiação e do juízo, no lugar santíssimo. Na última cena, a visão é do templo celestial novamente, mas no contexto da nova Terra: "Eis o tabernáculo de Deus com os homens" (Ap 21:3).

Cada um dos sete conjuntos de visões também descreve um movimento em que a atenção do profeta se desloca do Céu ou do templo celestial para a Terra. Esse movimento ocorre sete vezes. É como se João subisse ao santuário no Céu e descesse à humanidade na Terra em cada novo conjunto de visões. Nada é mostrado ao profeta sem que primeiro ele visualize o santuário, centro do comando de Deus no plano da salvação. Antes de mostrar qualquer movimento na Terra, envolvendo a igreja e o mundo, o profeta vê a ação de Deus no trono e no santuário, garantindo assim a consumação da redenção dos santos.

Nas quatro primeiras cenas, ocorre menção a objetos e eventos do templo (candeeiro, sacrifício do cordeiro, incenso e arca da aliança). Entretanto, nas três seguintes (a partir de Ap 15:8), não há mais menção a essas coisas. "Após a linha que divide o quiasma, as cenas do templo não mais envolvem os objetos do templo porque as funções representadas por esses objetos – as atividades salvíficas indicadas por eles – já não estão mais disponíveis. Em vez disso, fumaça enche o templo porque o ministério da misericórdia já se encerrou" (Strand, 1992a, 69).

Após a cena do encerramento da intercessão e da expiação, são feitas proclamações e dados sinais de juízo com referências apenas ao trono divino e ao Céu (16:17; 19:1-5; 21:5). O ponto de transição entre essas cenas é Apocalipse 11:19, que fala do lugar santíssimo, onde ocorre a expiação, com a menção da arca contendo as tábuas da aliança. O conjunto de visões de Apocalipse 11:19 a 14:20 fica exatamente no centro da estrutura do livro para destacar o clímax do conflito como o ponto focal do livro.

O pesquisador adventista Ranko Stefanovic enfatiza que, enquanto a terceira cena (Ap 8:2-5) destaca o serviço contínuo de intercessão no santuário, envolvendo a queima de incenso, a quinta cena (Ap 15:1–16:1) destaca o

encerramento da intercessão, ficando "a quarta cena do santuário localizada no centro da estrutura", com a indicação do juízo investigativo em curso a partir de 1844. Ele diz que "esse arranjo literário indica que os cap. 12 a 14 formam o centro do livro, e que a igreja no limiar do clímax do grande conflito é o ponto focal de todo o livro" (2002, 31). Além disso, a atividade do juízo de investigação ou expiação está localizada, portanto, entre a intercessão e o derramamento das últimas pragas.

Ao mostrar o drama da igreja no clímax do grande conflito, o Apocalipse revela as cenas do santuário para enfatizar a garantia da vitória final dos santos. Kenneth Strand argumenta que a presença divina que garante a redenção era o foco central do antigo tabernáculo em Israel. Moisés recebeu instruções para fazer um santuário, de modo que Deus pudesse habitar no meio dos israelitas (Êx 25:8). Quando a construção estava completa, "a nuvem cobriu a tenda da congregação, e a glória do Senhor encheu o tabernáculo" (Êx 40:34).

O Apocalipse, portanto, é organizado a partir da estrutura do santuário para enfatizar que a contínua presença de Deus é uma garantia de vitória no clímax do grande conflito, e é por essa presença que os santos vencem o dragão.

> *Este é o pensamento fundamental: que a presença divina permeia as cenas introdutórias dos sete conjuntos de visões do Apocalipse. Deus, na pessoa do Cristo vivo, em primeiro lugar, é descrito como estando presente com seu povo na Terra, sustentando-o e provendo mensagens por meio do Espírito Santo, então a cena muda para o santuário celestial, onde Cristo está ativamente ministrando em favor de seu povo. Finalmente, quando Deus e o Cordeiro habitam com os remidos e a nova Jerusalém é trazida para a nova Terra, a constatação final é a tangível presença de Deus com seu povo* (*Strand, 1992a,* 66).

Ellen White valoriza essa ideia ao afirmar que "uma coisa se compreenderá certamente no estudo do Apocalipse – que a ligação entre Deus e seu povo é íntima e decidida". E acrescenta: "Maravilhosa ligação é vista entre o universo do Céu e este mundo" (2002, 114).

A presença de Deus, no entanto, jamais é estática. Onde quer que o Senhor se manifeste, sua presença é marcada por ações salvíficas.

A CONSTANTE ATIVIDADE DE DEUS

Diversos estudos têm mostrado o significado crucial das cenas do santuário na introdução de cada seção de visões para a interpretação do Apocalipse. Richard Davidson diz que "todo o livro é estruturado pela tipologia do santuário" (1992, 112; ver também Strand, 1992, 35-39).

As cenas introdutórias do santuário destacam a progressão da história da redenção dentro do Apocalipse. Essa progressão se deve ao envolvimento direto e pessoal do próprio Deus. A ação contínua do Deus criador e do Cristo entronizado e glorificado, enviando o Espírito Santo e os anjos em socorro dos santos (Ap 5:6), é o tema de cada uma dessas cenas gloriosas.

As cenas do santuário não somente estruturam o Apocalipse, mas servem de antecipação e realce à mensagem de cada seção de visões. As três primeiras cenas (Ap 1:12-20; 4–5; 8:2-5) estão centralizadas ou relacionadas com o lugar santo do santuário. Como tal, elas apontam para o ministério mediador diário (*tamid*) de Cristo.

A primeira cena retrata Cristo entre os sete candeeiros, lembrando as sete lâmpadas do lugar santo que queimavam continuamente (Êx 25:37). Essa visão de Cristo caminhando entre os sete candeeiros (que são as sete igrejas, Ap 1:20) aponta para sua mediação constante e seu "caminhar" entre seu povo ao longo da história. Cristo está familiarizado com as lutas dos santos. Os detalhes acerca da pessoa de Cristo como sacerdote, descritos na visão, são reempregados no início da mensagem a cada igreja (Ap 2 e 3). "Assim, uma íntima conexão entre o Sacerdote celestial e sua mensagem às igrejas é revelada nesta cena. Essa conexão comunica segurança e conforto: Cristo está no meio dos candeeiros (1:13), caminhando entre eles. Ele sabe da condição deles e de suas necessidades" (Davidson, 1992, 116).

A segunda cena destaca o trabalho de Cristo como intercessor, o Cordeiro que foi morto, tendo assumido o trono da Majestade no universo. Esta cena parece descrever a cerimônia de inauguração do santuário celestial após a

ascensão de Cristo. Por causa de sua morte e da vitória sobre a cruz, Cristo é instalado para seu ministério de intercessão no lugar santo (Ap 5:5-10, 12; ver Hb 8:1, 2).

Os sete selos representam "os passos ou meios pelos quais Deus, por meio de Cristo, prepara o caminho da história humana para a abertura e leitura do grande livro do destino no julgamento e na consumação escatológica" (Davidson, 1992, 116). A seção mostra como "Deus trabalha pela salvação do ser humano", e é iniciada com a sugestiva cena de Deus assentado em seu trono celestial, diante do qual Cristo se apresenta como plenamente qualificado para romper os selos e abrir o livro do destino da humanidade.

A palavra grega *thronos* ocorre 62 vezes no Novo Testamento, das quais 47 estão no Apocalipse. Esta palavra é a chave para o entendimento de Apocalipse 4 e 5, em que é utilizada 19 vezes. Assim, a ação de Deus e de Cristo no trono é o foco da visão dos sete selos.

A terceira cena revela que o objetivo básico do ministério contínuo de Cristo é a intercessão, com a menção do incensário com as orações dos santos oferecidas sobre o altar, diante do trono (Ap 8:3). Nesta cena do santuário, que introduz as sete trombetas, o anjo oferece incenso com as orações dos santos sobre o altar de ouro (Ap 8:2-6), um retrato da mediação de Cristo no santuário celestial. Segundo Jon Paulien, a passagem se relaciona com o quinto selo (Ap 6:9-11), em que "as orações dos santos se referem particularmente às preces imprecatórias dos perseguidos e martirizados" (2004, 313). Ele acrescenta que "o incenso (símbolo dos méritos de Cristo) torna essas orações aceitáveis, e as sete trombetas são a resposta de Deus às orações dos santos por vingança sobre aqueles que os têm perseguido e martirizado" (ibid.).

A visão mantém a atenção do profeta no "trono de Deus", onde sete anjos se preparam para tocar suas trombetas (Ap 8:2). Um novo ciclo de eventos está para tomar lugar. O tempo transcorrido é o mesmo das sete igrejas e dos sete selos, mas novas dimensões são apresentadas à medida que as trombetas são tocadas.

Stefanovic vê as trombetas bem como os selos como o anúncio da intervenção divina na história, em uma perspectiva historicista.

A abertura dos sete selos e o toque das sete trombetas cobrem o mesmo período da história cristã, embora não na mesma sequência, que vai da cruz até o fim de todas as coisas. Contudo, se a abertura dos sete selos retrata o progresso do evangelho no mundo e seu efeito sobre aqueles que professam ser povo de Deus, mas são infiéis e desleais, a visão do soar das trombetas retrata o julgamento de Deus sobre aqueles que rejeitam o evangelho, "aos seres humanos que não têm o selo de Deus sobre a fronte" (Ap 9:4), e que persistentemente oprimem seu povo (2002, 282).

Jacques Doukhan destaca que a sétima trombeta ecoa o sexto selo. Ambos estão relacionados com o fim do tempo, quando todas as profecias alcançam seu cumprimento final. Ambos anunciam esse momento nos mesmos termos: o tempo da ira de Deus e do julgamento das nações (2002, 100; cf. Ap 11:18; cf. 6:15-17).

Diferentemente das três primeiras, a quarta cena do santuário (Ap 11:19) aponta claramente para o lugar santíssimo, onde está a arca do testemunho, que é o foco da visão. A atenção é dirigida para o interior da arca, ou seja, para a lei de Deus como a base do juízo investigativo e como o ponto central da controvérsia na crise final, desenvolvida na seção que se estende de Apocalipse 11:19 a 14:20.

Todos os elementos das visões que seguem essa quarta cena se relacionam diretamente com a visão da lei de Deus como o conteúdo da arca do testemunho (Ap 11:19). Os descendentes da mulher são perseguidos porque guardam os mandamentos de Deus (12:17). As bestas se unem para selar os seres humanos contrariando os mandamentos (13:10,16, 17; 14:12). Os três anjos anunciam o início do juízo e chamam as pessoas a adorar a Deus e guardar seus mandamentos (14:6-12; cf. Ec 12:13,14). Os selados de Deus que guardam os mandamentos são vistos com o Cordeiro no monte Sião (14:1-3).

Em contraste com os serviços diários referidos na primeira parte do livro, a cena de Apocalipse 11:19 muda a ênfase para cerimônia do Dia da Expiação, retratando a abertura do lugar santíssimo no santuário celestial, com a decorrente visão da "arca da Aliança". As visões que precedem esta quarta cena,

ou seja, o encerramento do tempo profético de Daniel (Ap 10:5, 6), a ordem para profetizar (restaurar a verdade, Ap 10:11) e a medição do templo, do altar e dos adoradores (11:1), apontam para o início da expiação no santuário celestial, em 1844. Esse tema da expiação é mantido ao longo de toda a segunda metade do Apocalipse até o capítulo 20.

O livro do Apocalipse frequentemente segue a estrutura básica e as detalhadas descrições de Ezequiel, cujo exemplo está presente em Apocalipse 10 e 11. Ezequiel recebe um livrinho para comer (Ez 2:9–3:3) e é imediatamente chamado para dar a mensagem de um juízo investigativo sobre Judá, no lugar santíssimo do santuário terrestre (3:4–8:18). João recebe o livrinho para comer e a ordem para medir o templo, o altar e os adoradores (Ap 11:1-2). Ambas as passagens servem como preâmbulo para o juízo investigativo.

Essa seção de visões (Ap 12–14) é o ponto de transição entre as duas metades do livro profético, tendo ela mesma as duas perspectivas: histórica e escatológica. As visões dessa seção tratam de aspectos históricos do conflito entre Cristo e Satanás: o início do conflito no Céu, a cruz, a primeira e a segunda bestas; bem como os elementos da crise final: selamento, juízo e as pragas. A partir dessa seção, as cenas do santuário se fixam no lugar santíssimo, e as visões se concentram no desfecho do grande conflito.

A quinta cena (Ap 15:5-8) marca o fechamento ou a de-inauguração do santuário. Fumaça da glória de Deus enche o templo e ninguém mais pode entrar. O tempo de angústia começa, e as sete últimas pragas derramam a ira de Deus sobre a Terra (16:1-21).

Repetindo a sequência dos selos e do selamento em Apocalipse 6 e 7, esta quinta cena do santuário descreve as sete últimas pragas como o castigo final dos ímpios (Ap 16), mas antes antecipa a glória dos salvos (15:1-3). Os selados de Deus são mostrados sobre o "mar de vidro", entoando o cântico de Moisés. A cena ecoa o cântico dos israelitas após a passagem pelo Mar Vermelho (Êx 15:1-20). Além disso, é bom notar que as narrativas das pragas sobre o Egito e da queda de Babilônia modelizam a visão dos juízos finais de Deus sobre a Terra. As quatro primeiras pragas correspondem às pragas derramadas no Egito por ocasião do êxodo. A sexta e a sétima pragas são modelizadas pelo tema da queda da antiga Babilônia. As pragas caíram sobre o Egito para libertar os israelitas, e o secamento das águas do Eufrates levou à queda da antiga

Babilônia e à consequente libertação dos judeus exilados. Stefanovic vê aí uma clara indicação de que "o propósito do derramamento das sete últimas pragas é livrar o povo de Deus da opressão da Babilônia do fim do tempo" (2002, 468).

Nessa cena gloriosa, os remidos estão "em pé" diante do "mar de vidro" (Ap 15:2); em Apocalipse 7:9, a grande multidão dos remidos, ou os 144 mil, está "em pé diante do trono". Este pode ser um mesmo evento, mostrado duas vezes ao profeta, o que se deduz mediante a afirmação de que "há diante do trono um como que mar de vidro" (Ap 4:6).

Nessa quinta cena, também se abre novamente no céu o "santuário do tabernáculo do Testemunho", e os anjos com as taças da ira divina saem para derramá-las sobre a terra (15:5-6). Então o santuário se enche de "fumaça procedente da glória de Deus" (15:8), da mesma forma que se encheu o santuário terrestre da "nuvem" da "glória" de Deus, no início do juízo investigativo sobre Judá (Ez 10:3-4). Ninguém pode entrar em ambos os santuários, no momento retratado nessas cenas, pois se iniciam os juízos divinos executivos (as pragas) sobre os transgressores bem como a recompensa para os santos que estarão em pé sobre o "mar de vidro", no caso do Apocalipse.

Os capítulos 17 e 18 podem ser considerados como um parêntese entre as duas seções adjacentes, destacando o significado da sexta praga. João ouve "grande voz" vinda do santuário do lado do trono, dizendo: "Feito está!" (16:17); em seguida, ele é abordado por um dos anjos que saem do santuário (17:1-3) para lhe falar sobre o julgamento da Babilônia (Ap 17, 18).

A sexta cena mostra louvor e adoração ao que se assenta sobre o trono (Ap 19:5, 6) por seus justos juízos (19:1-10). A visão que se segue é do cavaleiro com o manto salpicado de sangue (19:13) que pisa o lagar do vinho do furor da ira de Deus, o qual deixa em seu rastro a superfície da Terra coberta de mortos, e as aves são chamadas a cear (19:17, 18, 21). Esta cena tem uma relação intertextual com a visão de Isaías 63:1-6:

> *Quem é este que vem de Edom, de Bozra, com vestes de vivas cores, que é glorioso em sua vestidura, que marcha na plenitude da sua força? Sou Eu que falo em justiça, poderoso para salvar.*

Por que está vermelho o traje, e as tuas vestes, como as daquele que pisa uvas no lagar?

O lagar, Eu o pisei sozinho, e dos povos nenhum homem se achava comigo; *pisei as uvas na minha ira*; *no meu furor, as esmaguei, e o seu sangue me salpicou as vestes e me manchou o traje todo.*

Porque o dia da vingança me estava no coração, e o ano dos meus redimidos é chegado.

Nessa sexta cena do santuário, o foco é o louvor e a adoração a Deus pelos justos juízos executados sobre a Terra e pela iminência das bodas do Cordeiro e sua noiva (Ap 19:1-10).

Finalmente, a sétima cena do santuário desloca a visão do profeta para a Terra renovada, na condição pós-pecado, quando Deus estabelece seu tabernáculo com os remidos (21:3). Nesta última cena (Ap 21:1–22:5), João ouve uma "grande voz vinda do trono, dizendo: Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles" (v. 3). Este é o objetivo primordial e permanente do santuário, conforme as palavras divinas: "Para que Eu possa habitar no meio deles" (Êx 25:8).

As sete cenas do santuário servem de abertura para as visões que as seguem. Elas não apenas introduzem o tema das visões, mas servem de garantia da vitória dos santos em relação ao conflito retratado em cada seção de visões. A visão da ação permanente de Deus e de Cristo no santuário e sobre o trono do universo são uma lembrança recorrente de que Deus e todo o Céu estão envolvidos na salvação dos pecadores.

Cada cena se constitui em uma garantia de que Deus, Cristo e o Espírito Santo, desde o trono do universo, estão intensamente ativos em executar e consumar o plano da salvação. A vitória final dos santos está assegurada. A presença e a obra contínua de Deus são afirmadas sete vezes, o número da perfeição.

Resumo das sete cenas do santuário

Ap 1:12-20:	*Mediação* contínua de Cristo, lugar santo **Cristo caminha entre seu povo**
Ap 4-5:	*Inauguração* do ministério intercessor no santuário celestial **Cristo trabalha por seu povo**
Ap 8:3-5:	*Intercessão* no santuário celestial, lugar santo **Cristo intercede por seu povo**
Ap 11:19:	*Julgamento* e expiação no lugar santíssimo **Cristo faz expiação por seu povo**
Ap 15:1-8:	*Cessação* do ministério no lugar santíssimo **Cristo vinga seu povo**
Ap 19:1-10:	*Louvor* e adoração após o "Está feito!", no lugar santíssimo **Cristo é adorado por seus feitos**
Ap 21:1–22:5:	*A Habitação* de Deus com a humanidade redimida **Cristo habita com seu povo**

As cenas do santuário no Apocalipse progridem do lugar santo para lugar santíssimo, da intercessão para a expiação. Da mesma forma, por meio de imagens e expressões no decorrer das cenas, o Apocalipse faz referência às festas judaicas, executadas no contexto do santuário, as quais progridem da Páscoa até a Festa dos Tabernáculos. As festas constituem um segundo elemento organizador da estrutura do livro de João.

Jacques Doukhan, um judeu adventista, diz que cada um dos sete ciclos de visões é aberto com uma cena do santuário que faz alusão aos dias santos de Israel, prescritos em Levítico 23. Segundo ele, "o autor, portanto, nos convida a ler o Apocalipse à luz das festas judaicas, rituais que lançam significado simbólico ao longo da história" do plano da salvação (2002, 14).

As festas judaicas se encerraram na cruz, quando o verdadeiro Cordeiro foi morto pelos pecados do mundo. Entretanto, a referência às mesmas no Apocalipse aponta, assim como as cenas do santuário, para a permanência dos conceitos e princípios do santuário e de suas festas para além da cruz. Embora as festas já tenham se tornado obsoletas, uma vez que o antítipo se sobrepôs ao tipo, as verdades espirituais transmitidas por essas festas permanecem e são garantidas pelo ministério de Cristo no templo celestial.

Festas Judaicas no Apocalipse

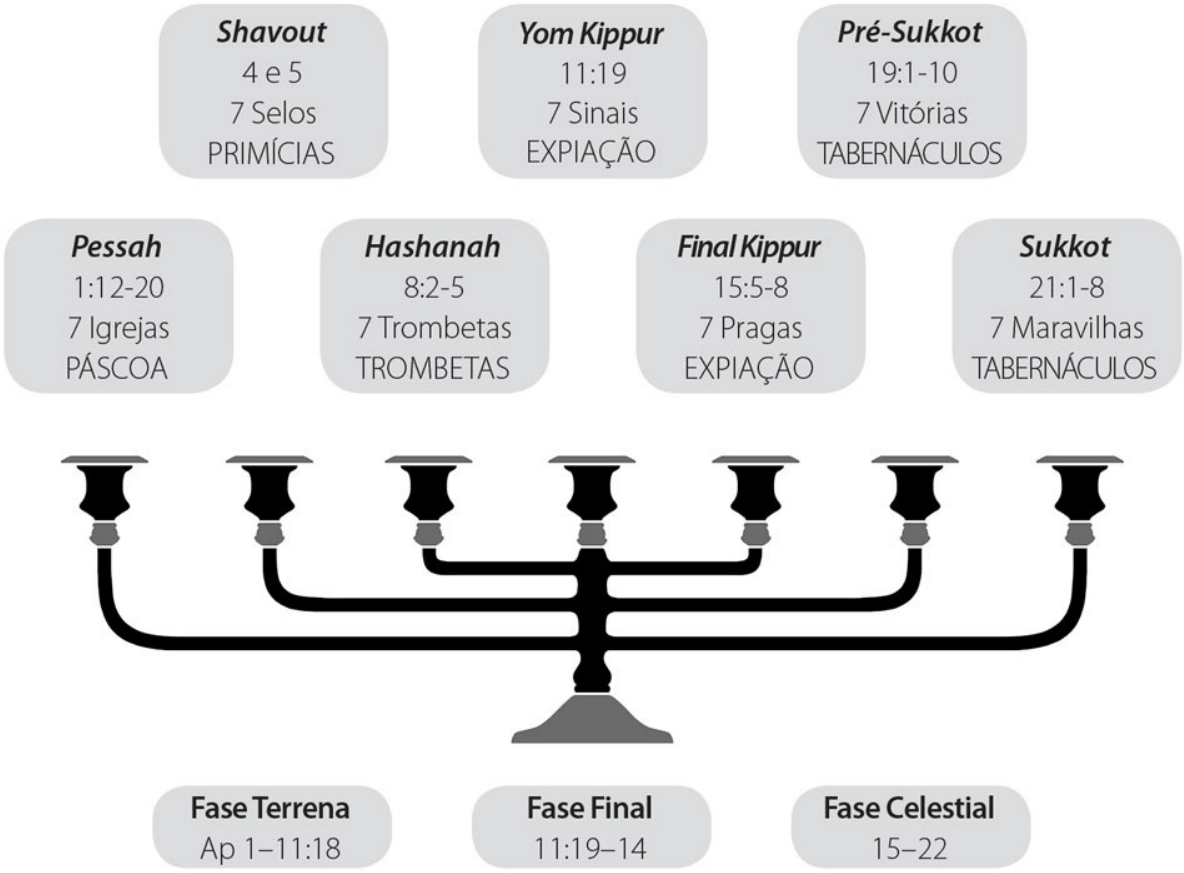


Figura 3: Da Páscoa à Festa dos Tabernáculos
(adaptado de Jacques Doukhan, 2002)

Páscoa – Ap 1

A primeira cena do santuário, como visto, retrata Jesus entre os sete candeeiros de ouro (Ap 1:10-20). Ele é o Cordeiro que esteve "morto" (v. 18), mas vive para garantir a presença salvífica de Deus entre seu povo. O ambiente dessa visão é claramente o lugar santo do santuário e sugere a constante intercessão de Cristo em favor dos santos, representados pelas sete igrejas.

Assim, a Páscoa (ou *Pessah*) é a festa judaica referida em Apocalipse 1:17 e 18; e volta a ser sugerida em diversos momentos (ver 5:9, 12), inclusive nas recorrentes menções ao Cordeiro e seu sangue. A Páscoa é o ponto de partida de todo o plano salvífico, assim como foi o início da jornada dos israelitas com Deus, na saída do Egito (Êx 12; cf. Nm 28:16).

Festa das Primícias – Ap 6

As sete semanas que se estendiam da Páscoa até o Pentecostes eram conhecidas como a Festa das Primícias (ou *Shavout*; ver Êx 23:16; 34:22; Nm 28:26), em que se fazia a colheita da cevada (ed. Nichol, 1:764; 2:89). Na descrição dos selos, há menção a trigo, cevada, azeite e vinho (Ap 6:6), o que remete a esta festa.

Festa das Trombetas – Ap 8

A Festa das Trombetas "segue o Pentecostes e era celebrada no primeiro dia do sétimo mês (tisri, set./out.) do calendário judaico" (Doukhan, 2002, 79; ver Lv 23:23-25; Nm 29:1).

A terceira cena do santuário (Ap 8:3-5) faz alusão aos festivais da Lua Nova, no sétimo mês, que culminavam com a Festa das Trombetas (Nm 10:2, 10; 29:1), chamada de *Rosh Hashanah*, o ano novo judaico, que admoestava Israel a se preparar para o dia do juízo (*Yom Kippur*). Assim, no Apocalipse, as trombetas devem ser vistas como um anúncio do juízo divino sobre os perseguidores de seu povo.

Enquanto os selos tratam da história sob a perspectiva da salvação, as trombetas o fazem sob a perspectiva do juízo. Stefanovic explica que, no Antigo Testamento e Novo Testamento, o toque de trombetas simboliza a "intervenção de Deus na história" (2002, 275). Essa era uma experiência comum no Antigo Testamento. Ocorria o toque de trombetas como um chamado para a batalha

(Jz 3:27; 6:34; Jr 51:27), o anúncio da coroação do rei (2Sm 15:10; 1Rs 1:34, 39; 2Rs 9:13; 11:14), um chamado para o ajuntamento do povo (Nm 10:2-7; 1Sm 13:3-4; Ne 4:20; Jl 2:15-16) e a advertência face à aproximação de um perigo (Jr 4:5, 19-21; 6:1-7; Ez 33:3-6; Am 3:6).

Na maioria dos casos, o toque de trombetas estava associado ao contexto do templo e a uma guerra santa (Lv 25:9; Nm 10:9-10; Js 6:4-20). Números 10:8 a 10 pode ser o texto-chave do Antigo Testamento para o entendimento do significado das trombetas no Apocalipse por se destacar nessa passagem a relação do toque de trombetas com a defesa de Deus sobre seus filhos em relação aos inimigos.

> *Os filhos de Arão, sacerdotes, tocarão as trombetas*; *e a vós outros será isto por estatuto perpétuo nas vossas gerações.*
>
> *Quando, na vossa terra, sairdes a pelejar contra os opressores que vos apertam, também tocareis as trombetas a rebate, e perante o Senhor, vosso Deus, haverá lembrança de vós, e sereis salvos de vossos inimigos* (*Nm 10*:8-9, *itálico acrescentado*).

Considerando-se o apelo feito a Deus em Apocalipse 6:10, em memória dos mártires, as sete trombetas no Apocalipse apresentam-se como a resposta divina a esse apelo, sendo que a ira é derramada sobre os inimigos, mas ainda "com mistura de misericórdia", pois as sete últimas pragas são sem misericórdia (cf. Ap 14:10). Portanto, as trombetas assinalam um juízo, mas não ainda o juízo final, que ocorrerá com as sete últimas pragas.

Os profetas relacionam o toque de trombetas com o Dia do Senhor, dia de ira contra os ímpios e de libertação para os santos (cf. Is 27:13; Jl 2:1; Sf 1:16). No Novo Testamento, o toque de trombetas também anuncia o Dia do Senhor e a intervenção divina (Mt 24:31; 1Co 15:51-53; Ap 1:10; 4:1).

Assim, tanto o Antigo Testamento quanto o Novo Testamento proveem o *background* para o entendimento do significado do toque de trombetas no Apocalipse, que anuncia uma série de intervenções divinas em resposta ao clamor em memória dos mártires (cf. Ap 6:10). Há, portanto, uma clara relação

entre o toque de trombetas e a intervenção divina. Apocalipse 10:7 diz que "nos dias da voz do sétimo anjo, quando ele estiver para tocar a trombeta, cumprir-se-á, então, o mistério de Deus, segundo anunciou aos seus servos, os profetas". Em Apocalipse 11:15, João diz: "O sétimo anjo tocou a trombeta, e houve no céu grandes vozes, dizendo: O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo, e Ele reinará pelos séculos dos séculos."

Além disso, a Festa das Trombetas era o auge da convocação do povo de Israel a fim de preparar-se para a chegada do dia do juízo, conhecido como Dia da Expiação ou *Yom Kippur*. Assim, a alusão à Festa das Trombetas, no Apocalipse, é um indicativo bem claro de que uma mensagem de juízo é o conteúdo das visões que se estendem de Apocalipse 11:19 até 14:20.

Dia da Expiação – Ap 11

A cena introdutória ao quarto grupo de visões (Ap 11:19–14:20) narra a abertura da arca da aliança, no lugar santíssimo do santuário. As sete visões que se seguem anunciam que "é chegada a hora do seu juízo" (14:7).

Como um tipo, o *Yom Kippur* incluía não só (1) o juízo investigativo, fim da expiação e a purificação do santuário (Lv 16), mas também (2) o juízo retributivo/executivo sobre os pecadores impenitentes no pátio (Lv 23:29-30) e ainda (3) o rito de eliminação pelo sacrifício do bode azazel enviado ao deserto (Lv 16:10, 20-22). Desta forma, as visões do grande conflito (Ap 12–14) são seguidas pelas pragas (Ap 15, 16), a queda da Babilônia (Ap 17, 18), a destruição dos reis da Terra (Ap 19:11-21), a prisão e destruição de Satanás, o juízo final sobre os ímpios (Ap 20) e, finalmente, a renovação da Terra e a retribuição aos santos (Ap 21, 22).

O foco dessa cena é "a arca do pacto no lugar santíssimo", cujo contexto claro é o Dia da Expiação, que ocorria 10 dias após a Festa das Trombetas (Lv 23:26-32). "Durante esses 10 dias, o povo de Israel deveria se preparar para o grande dia do julgamento (o décimo dia do sétimo mês, o mês de tisri)" (Doukhan, 2002, 105).

Não é coincidência, portanto, que a arca seja o centro da visão, considerando seu papel primordial no contexto do Dia da Expiação. Naquele dia, o sumo sacerdote aspergia o sangue do sacrifício sobre a arca (Lv 16:13-

15). Colocada no lugar santíssimo e tendo sobre si os dois querubins, a arca representava, na mente dos israelitas, o trono celestial de Deus e era identificada com o próprio Yahweh (Nm 10:35, 36).

Festa dos Tabernáculos – Ap 21

A última celebração na sequência das cinco principais festas judaicas era a Festa dos Tabernáculos, ou *Sukkot*, que ocorria logo após o Dia da Expiação. Naturalmente, a seção final do Apocalipse tem muitas alusões à Festa dos Tabernáculos. Uma vez que a colheita foi feita e as peregrinações do povo de Deus pelo deserto do mundo estão terminadas (Ap 14–20), os santos então se reúnem na nova Jerusalém onde Deus estabelece seu "tabernáculo" com eles (Ap 21:3; ver Stefanovic, 2002, 35).

Jacques Doukhan diz que a Festa dos Tabernáculos é prevista na quinta e na sexta cenas do santuário (Ap 15:1–16:1; 19:1-10). Ele considera essas visões como uma espécie de "pré-Tabernáculos", sendo a festa visualizada como iminente.

Em Apocalipse 21, o Dia da Expiação já se encerrou, o pátio está purificado e começa, finalmente, a Festa dos Tabernáculos. Essa festa era marcada pelo ajuntamento do povo após as colheitas no campo. Então os israelitas iam a Jerusalém para celebrar por sete dias (Êx 34:22; Lv 23:33-37). Semelhantemente, os salvos entram na nova Jerusalém, sendo que "as primeiras coisas" são passadas e a colheita da Terra, finalizada (ver Ap 14:17-20; 21:4, 5). Na festa do Antigo Testamento, Israel habitava em tabernáculos (*Sukkot*), de onde deriva o nome da solenidade. Na nova Terra, o tabernáculo de Deus (*skene*, Lv 23:42, LXX) está com seu povo e Ele habitará (*skeno*, Ap 21:3) com eles.

O povo de Israel era ordenado alegrar-se "perante o Senhor" (Lv 23:40) durante essa festa. Isso significava acenar com ramos de palmeiras, cantar, tocar instrumentos musicais e festejar. No cumprimento apocalíptico, há novamente cenas de aceno com ramos de palmeira (Ap 7:9), hinos de louvor (7:10; 14:3; 15:3, 4), harpistas tocando suas harpas (14:2) e a grande festa das bodas do Cordeiro (19:9).

Assim, o santuário e suas festas formam uma estrutura da aliança para o

Apocalipse e garantem que as bênçãos de salvação manifestadas no contexto do santuário e de suas festas são uma realidade para o novo Israel.

As visões do Apocalipse que constituem o foco principal deste livro, portanto, estão relacionadas diretamente com o clímax do conflito entre Cristo e Satanás. Desde o texto de Apocalipse 11:19, as visões de João se concentram na última fase desse conflito, destacando o surgimento do povo remanescente para restaurar a verdade na Terra (Ap 14:6-12), a reação do dragão diante dessa restauração (Ap 12–13) e, então, o castigo final dos ímpios (Ap 16–21) e a retribuição aos santos (Ap 22).

A visão da arca da aliança, como um anúncio da chegada do juízo investigativo, funciona como chave interpretativa para as visões restantes do livro, cujo foco está na lei de Deus, pisada pelos ímpios e guardada pelos santos. Mesmo ao tratar da perseguição do dragão ao filho da mulher pura até a cruz e à mulher por 1.260 anos, o auge da visão de Apocalipse 12 é a crise final entre o dragão e o remanescente (v. 13-17). Ao descrever as duas bestas, incluindo a ação da primeira em perseguir os santos por 42 meses (1.260 anos), novamente o auge da visão é a crise final desencadeada pela imposição da marca da besta por parte da besta de dois chifres (Ap 13:11-18).

Assim, o texto de Apocalipse 11:19, ao destacar a visão da arca da aliança para o início do antitípico Dia da Expiação no santuário celestial, serve como um portal de entrada para esse conjunto de visões que anunciam o desfecho do grande conflito cósmico, no qual os santos obtêm a vitória pelo sangue do Cordeiro (Ap 12:11). O capítulo seguinte descreve o contexto, os eventos e os principais personagens envolvidos nessa fase do conflito.

---

1 No fim da década de 1970, o teólogo adventista australiano Desmond Ford levantou sérias dúvidas em relação à doutrina adventista do santuário, apresentadas em um documento de 991 páginas intitulado "Daniel 8:14, the Day of Atonement, and the Investigative Judgment" [Daniel 8:14, o Dia da Expiação e o juízo investigativo], o qual foi analisado e refutado por uma comissão de eruditos adventistas com cerca de 125 delegados, em Glacier View, Colorado, em agosto de 1980. O documento "Sanctuary Review Committee" rejeitou as propostas de Ford, mantendo que Cristo está procedendo ao juízo investigativo no lugar santíssimo do santuário celestial, e que o papel dos escritos de Ellen G. White é também de importância doutrinária em vez de apenas pastoral (Gary Land, "Coping Change 1961-1980", em Gary Land, ed. *Adventism in America: A History*, ed. rev. [Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1998], 184, 185).

CAPÍTULO 3

A Abertura do Céu

Em janeiro de 1604, o físico e matemático italiano Galileu Galilei entrou para a história ao construir a primeira luneta. Com ela, o astrônomo enxergou muito além do que se via no céu a olho nu e descobriu novas luas em torno de outros planetas. Ele também conseguiu ver certas ranhuras na superfície da Lua que, até então, era considerada por muitos como a porta do Céu. Depois da luneta de Galileu, vários outros instrumentos foram desenvolvidos até os grandes telescópios capazes de fotografar luzes emitidas a bilhões de anos-luz de distância.

O desejo de enxergar além do céu é tão antigo quanto o ser humano. No entanto, a mais ampla e reveladora visão do céu a ser alcançada pelos habitantes da Terra não dependerá dos poderosos telescópios existentes hoje. Deus mesmo vai abrir o céu diante de nós em uma visão jamais experimentada. A abertura do céu, evento que vai preceder a segunda vinda de Cristo, foi vista por Isaías e algumas vezes por João, sendo relatada especialmente em Apocalipse 6:14, 11:19 e 19:11.

No início do ciclo das visões acerca das sete igrejas, dos sete selos e sete trombetas, o Céu e a Terra estão distanciados. No entanto, à medida que a história avança para seu auge, com a volta de Cristo, a humanidade caminha para estar diante de Deus, com a apoteótica abertura do céu diante de todos os olhos. A experiência de estar diante do "trono" de Deus e do Cordeiro é descrita no clímax do sexto selo (Ap 6:14-17). Na segunda vinda, todos os seres humanos estarão fisicamente diante da presença gloriosa de Cristo, manifestado como Senhor dos senhores e Reis dos reis.

Curiosamente, em todas as estruturas literárias do Apocalipse, apontadas por especialistas, o conjunto de visões iniciado em Apocalipse 11:19 (indo até 14:20) ocupa uma posição central. A estrutura quiástica, com que se organizou todo o conjunto das visões, destaca essa seção como a mensagem primordial

desse último livro das Escrituras. Isso ocorre não porque seja a mais importante, mas porque ela condensa toda a história do grande conflito entre Cristo e Satanás e projeta o clímax desse conflito, com a participação essencial do povo remanescente de Deus.

A extraordinária abertura do céu sugere ser um movimento preparatório na abóbada celeste para a manifestação de Cristo em sua segunda vinda (ver Ap 19:11). Em resultado dessa abertura, os ímpios se verão diante da glória de Deus, o que espalhará o terror sobre toda a humanidade condenada no juízo divino. Por isso, "os reis da Terra, os grandes, os comandantes, os ricos, os poderosos e todo escravo e todo livre" procurarão se esconder "nas cavernas e nos penhascos dos montes" e ainda pedirão que os "montes" e "rochedos" caiam sobre eles para escondê-los "da face daquele que se assenta no trono e da ira do Cordeiro" (Ap 6:15-16; ver Is 2:10, 11).

Por outro lado, entre os santos, haverá cântico e ações de louvor, "como na noite em que se celebra uma festa santa; e alegria de coração", pois "o Senhor fará ouvir a sua voz majestosa e fará ver o golpe do seu braço, que desce com indignação e ira" contra os inimigos (Is 30:29-30). Os santos clamarão desde as montanhas e dos pontos elevados da Terra: "Este é o nosso Deus, em quem esperávamos, e Ele nos salvará; [...] na sua salvação exultaremos e nos alegraremos" (Is 25:9).

João descreve duas vezes o fenômeno da abertura do céu. Além dessa visão do clímax do sexto selo, também descrita por Isaías (ver Is 34:4; 2:10-12), ele igualmente contemplou a abertura do santuário celestial com a consequente visão da arca da aliança (Ap 11:19), após o que, ele diz: "e sobrevieram relâmpagos, vozes, trovões, terremoto e grande saraivada". Fisicamente falando, este evento extraordinário deve ocorrer durante a sexta e sétima pragas. Quando esta última é derramada, João também diz: "e sobrevieram relâmpagos, vozes e trovões, e ocorreu grande terremoto" e "grande saraivada" (Ap 16:18, 21). Estes são fenômenos físicos que ocorrerão de forma literal no clímax do sexto selo, podendo se seguir a visão das tábuas da lei de Deus no céu com a abertura da arca (ver White, 2004, 638). No entanto, esses fenômenos bem como a abertura do santuário têm uma função simbólica na visão de Apocalipse 11:19; e, assim, servem como uma espécie de preâmbulo para anunciar o juízo de investigação iniciado em 1844.

Como visto no capítulo anterior, a abertura do santuário em Apocalipse 11:19, como a cena introdutória das visões do grande conflito descritas em Apocalipse 12 a 14, faz alusão ao início do ministério de Cristo no lugar santíssimo do santuário celestial, em 1844. A partir dessa visão, a "arca da aliança" se torna o foco principal das visões do livro, pois toda a atenção no desfecho do conflito se volta para a lei de Deus, pisada pelos ímpios e guardada pelos santos (Ap 12:17; 14:9-12).

Há alguns versos especiais no Apocalipse que são considerados como textos de transição ou "trampolim" de uma seção para outra. Eles servem de conclusão para as visões precedentes e de introdução para as seguintes. Alguns deles são: Apocalipse 1:20; 3:21; e 6:10. A menção às "sete estrelas" e aos "sete candeeiros" (1:20) prepara o leitor para a visão das sete igrejas que vem na sequência. A conclusão das cartas às igrejas (3:21), com a promessa ao vencedor de sentar no trono com Cristo, antecipa a visão de Apocalipse 4 e 5, que relata a entronização de Cristo no Céu, uma garantia da promessa. A prece imprecatória em memória dos mártires (6:10) abre espaço para o relato das sete trombetas, que revelam os juízos de Deus ao longo da história contra os ímpios que perseguiram os mártires.

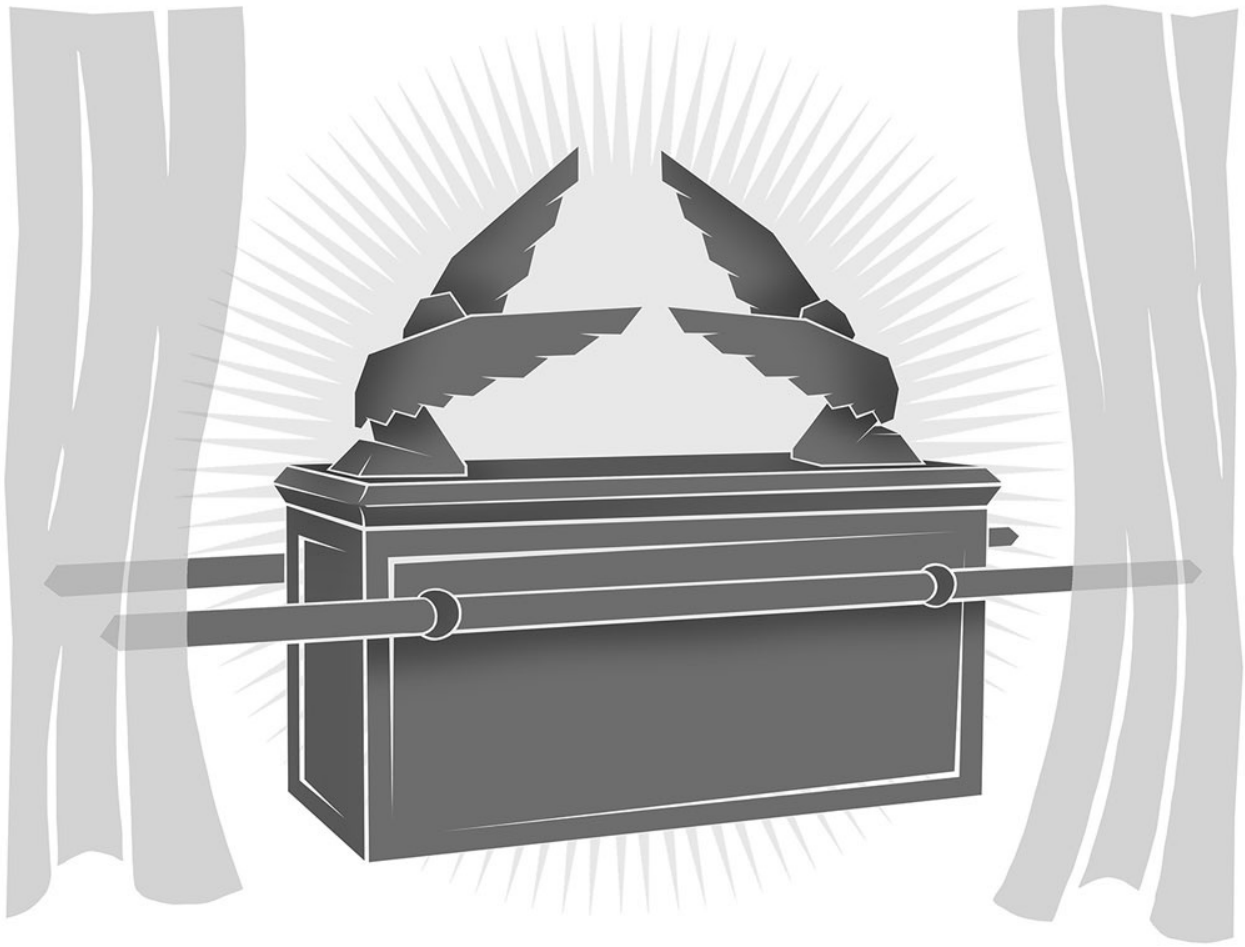
Essa mesma função de trampolim é exercida por Apocalipse 11:18, onde se afirma que as nações se iraram; mas, então, veio a ira de Deus e o "tempo determinado" para se instalar o juízo, retribuir os santos e "destruir" os que destroem a terra. O "tempo" foi determinado na profecia de Daniel 8:14, indicando o ano de 1844. O juízo é referido em Apocalipse 11:19, com a abertura do lugar santíssimo, e se desdobra na mensagem do primeiro anjo em 14:6 e 7: "É chegada a hora do seu juízo." Nesse sentido, Apocalipse 11:18 não só conclui a seção precedente, mas anuncia os fatos seguintes e, na verdade, serve como preâmbulo para toda a segunda metade do Apocalipse, que trata sobre o juízo e seus desdobramentos.

Ranko Stefanovic diz que Apocalipse 11:18 provê um resumo da estrutura da segunda parte do livro e sumariza suas principais seções e temas (2002, 366). Há cinco declarações principais nesse versículo, as quais antecipam as visões posteriores da seguinte forma: (1) "as nações se enfureceram" resume Apocalipse 12 a 14, que revela a ira das nações por meio das investidas do dragão, da besta e da besta de dois chifres; (2) "chegou, porém, a tua ira" antecipa Apocalipse 15 e 16, que retrata a precipitação das pragas nas quais a

ira divina é derramada sobre os portadores da marca da besta; (3) "o tempo determinado para serem julgados os mortos" resume Apocalipse 17 e 18, em que a ira de Deus se manifesta no julgamento e destruição da Babilônia e de seus aliados; (4) "para se dar o galardão aos teus servos" e (5) "para destruíres os que destroem a terra" antecipam Apocalipse 19 a 22, que mostra os resultados do juízo em termos de punição para os ímpios com a destruição eterna no lago de fogo e recompensa para os justos na nova Jerusalém.

A alusão ao Deus que é e que era e que passa a reinar (Ap 11:17) antecipa o desfecho da crise final, com a garantia da vitória definitiva de Deus, inclusive sobre a besta que "era e não é, está para emergir do abismo e caminha para a destruição" (17:8).

Jacques Doukhan afirma que, assim como o livro de Daniel, a estrutura do Apocalipse tem uma visão central (Ap 12–14) que focaliza o tempo do fim e o juízo. O capítulo 7 de Daniel exerce essa mesma função. Doukhan enxerga nesse conjunto de visões (Ap 12–14) a revelação de sete sinais: o dragão que ataca a mulher (primeiro sinal, Ap 12) e que chama as bestas do mar e da terra (segundo e terceiro sinais, Ap 13); os remidos que entoam no Céu hinos de louvor (parêntese, Ap 14:1-5); os três anjos que pregam mensagens de esperança (quarto, quinto e sexto sinais, Ap 14:6-13); e, no clímax do auto clamor, a presença de Deus que cobre os céus (sétimo sinal, Ap 14:14-20; ver Doukhan, 2002, 105).



A RESTAURAÇÃO DA LEI DE DEUS

No santuário hebraico, a arca ficava dentro do lugar santíssimo, o espaço principal do rito do Dia da Expiação (Lv 16). Esse ritual era um tipo e anúncio do dia do juízo escatológico. A abertura do lugar santíssimo, pelo sumo sacerdote, com a visão da arca da aliança, marca o início da segunda e última parte do ministério de Cristo no santuário celestial, após o qual Ele retornará à Terra.

Dentro da arca, no santuário, ficavam as tábuas dos dez mandamentos, a imutável lei moral de Deus (Êx 25:16; Dt 10:3-5; Hb 9:4). No Apocalipse, a visão da abertura da "arca da aliança" é um forte indicativo de que, durante o tempo do fim, retratado nas visões subsequentes, a lei de Deus ocupa um lugar central nas questões que decidirão o destino de todos os seres humanos, os

quais caminham para estar diante do trono do juízo divino (ver Ap 12:17; 14:12; cf. White, 1988, 433).

Nas visões que se seguem à abertura do lugar santíssimo e à visão da arca, dos capítulos 12 a 14, uma cadeia de eventos conduz ao clímax do grande conflito, com a restauração da verdade e da lei de Deus na Terra, o que leva a humanidade a assumir sua posição ao lado de Deus ou do dragão. O evento que desencadeia a crise final é o início da proclamação das três mensagens angélicas retratadas em Apocalipse 14:6 a 12.

O primeiro anjo anuncia o "evangelho eterno" e a chegada da "hora" do juízo investigativo, tipificado no ritual do Dia da Expiação. Ele chama a humanidade a "temer" e "adorar" o Deus criador de todas as coisas (Ap 14:6-7). Sua pregação está enraizada no Antigo Testamento (Ec 12:13-14; Êx 20:8-11; Gn 7:1) e sugere que a obediência aos mandamentos de Deus, com a específica guarda do sábado, é a resposta esperada ao apelo de preparação para o juízo.

Na sequência da primeira mensagem, o segundo anjo anuncia a consequente queda da Babilônia mística, que com seu "vinho" tem embriagado os habitantes da Terra (Ap 14:8). O terceiro anjo adverte o mundo contra a aceitação da "marca da besta", cujos portadores incorrerão no castigo sob a "cólera" de Deus (Ap 14:8-12). A adesão à marca da besta parece ser a atitude contrária à mensagem do primeiro anjo, que chama as pessoas à obediência à lei de Deus. Resistir ou falhar em adorar o Deus criador e obedecer-lhe equivale a receber a marca da besta.

A restauração da verdade e da lei de Deus, decorrente da pregação dos três anjos, segue-se ao início do juízo, em 1844, retratado na visão da abertura do lugar santíssimo (Ap 11:19). Esse movimento de restauração da verdade deve alcançar toda a Terra (Ap 14:6) e, assim, faz emergir uma geração de cristãos comprometidos com a verdade revelada nas Escrituras. Estes são os "restantes" ou remanescentes, "descendentes" da mulher pura, os quais são perseguidos pelo dragão (Ap 12:1, 17). O grupo é apresentado em diversas visões. Em Apocalipse 7, eles são os selados de Deus, ou a "grande multidão", preparados para estar "em pé diante do trono [de Deus] e diante do Cordeiro" (ver Ap 6:16, 17; 7:9). No capítulo 14, eles são vistos com o Cordeiro no monte Sião, pois "não têm mácula" (v.1-5). No final do livro, eles são descritos em comparação com a nova Jerusalém, a cidade de Deus. Essa cidade santa é como uma "noiva

adornada para seu esposo" (Ap 21:2). No capítulo 19, João anuncia a chegada das "bodas do Cordeiro, cuja esposa a si mesma se ataviou, pois foi lhe dado vestir-se de linho finíssimo, resplandecente e puro", o que representa "os atos de justiça dos santos" (19:7-8).

A menção específica aos "mandamentos de Deus" (Ap 12:17) confirma que a abertura do lugar santíssimo com a consequente visão da arca é o evento determinante da crise final, centralizada na lei de Deus. Nesse contexto, o dragão persegue os remanescentes que "guardam os mandamentos" (12:17). A besta semelhante a "leopardo" faz guerra aos "santos" (13:2, 7; em Dn 7:6, o leopardo é símbolo da Grécia, de cuja cultura o catolicismo medieval herdou algumas de suas piores heresias, como a imortalidade da alma). A besta parecendo cordeiro decreta a morte dos que têm o selo de Deus e não adoram a besta (13:15-17). Contudo, os santos, por sua "perseverança", mantêm-se irredutíveis em sua fidelidade aos "mandamentos de Deus" (Ap 14:12), a exemplo dos três amigos de Daniel na antiga Babilônia (Dn 3:16-18).

A REAÇÃO DO DRAGÃO

A reação do dragão à abertura do santuário e à subsequente restauração da verdade bíblica e da lei de Deus sobre a Terra, da qual ele pretende ser o príncipe, é de fúria extrema. Em diversas visões paralelas, o Apocalipse retrata esse confronto em que o diabo tenta solapar a obra dos três anjos, os quais representam o movimento de pregação e testemunho da verdade por parte do povo remanescente de Deus. Isso pode ser verificado especialmente nos capítulos 12, 13, 16 e 17.

No capítulo 12, a tentativa da "serpente" de destruir a mulher pura (v. 13, 14) é frustrada ao longo de 1.260 anos. Após esse período, ela tenta arrebatar a mulher, arrojando "água como um rio" após a mesma (v. 15). A "terra", porém, ajuda a mulher e absorve o rio lançado pela serpente. Após a Idade Média, os fiéis de Deus acharam guarida no continente recém-descoberto, a América livre, aqui representada pelo símbolo "terra". No clímax do tempo do fim, contudo, o dragão faz sua última investida contra a "descendência da mulher" (Ap 12:17). Para isso, ele usará um poder político terreno que se levantará no mesmo lugar em que a mulher foi abrigada. Esse poder vai empregar todas as suas forças civis e militares em favor da causa do dragão.

João utiliza a expressão "terra" em Apocalipse 12:9 e 13 em sentido literal, em referência ao planeta Terra, para onde ele afirma que Satanás foi lançado após sua queda, o que confirma as palavras de Pedro de que Satanás foi expulso do Céu (2Pe 2:4). No entanto, o profeta claramente utiliza a palavra "terra" em sentido simbólico no verso 16, ao afirmar que "a *terra abriu a boca* e engoliu o rio que o dragão tinha arrojado de sua boca" (itálicos do autor). As imagens da mulher, da serpente, do filho para nascer e do conflito que os envolve retomam a cena de Gênesis 3, em que Deus faz a primeira profecia da vitória sobre o pecado (ver Doukhan, 2002, 110). O dragão arrojou água da sua boca para tragar a "mulher". Esta é uma clara imagem de perseguição por parte de inimigos (Sl 32:6; 69:1-2; 124:2-5; Na 1:8). Aliada da mulher até certo tempo, a "terra", porém, engole o rio (Ap 12:16).

A imagem de Apocalipse 12:16 relembra a experiência de Israel no deserto, quando a "terra abriu a sua boca" e tragou Coré, Datã e Abirão devido à rebelião deles contra a liderança e a autoridade de Moisés (Nm 16:32; 26:10; Dt 11:6; Sl 106:17). Ela relembra também as palavras do cântico de Moisés de como Deus levantou sua destra, e "a terra engoliu" os egípcios que perseguiam Israel (Êx 15:12).

É digno de nota que a visão de um dragão que persegue a mulher por dar à luz um bebê libertador tem paralelos na mitologia antiga.

> *Paralelos parciais podem ser encontrados no antigo folclore de muitas nações e não podem ser negados. Na mitologia grega, a deusa grávida Leto, perseguida pelo dragão Python, é levada em segurança para a ilha de Ortygia* (*Delos, em variantes formas do mito*) *onde ela dá* à *luz Apolo, que então retorna e mata o dragão. Na mitologia egípcia, o dragão vermelho Set-Typhon persegue Ísis e é mais tarde morto por Hórus, seu filho. Um mito babilônico conta da derrota de Tiamat, o monstro marinho de sete cabeças, por Marduk, um jovem deus da luz* (*Mounce, 1998, 230*).

É possível que João tivesse conhecimento desses mitos, porém, sua fonte certamente não eram essas mitologias. Pelo contrário, esses mitos antigos

podem ter sua origem na mesma fonte das visões dadas a João: a narrativa da queda em Gênesis, com a promessa à primeira mulher acerca do nascimento de um descendente que pisaria a cabeça da serpente, o diabo (Gn 3:15).

No capítulo 13, uma visão paralela, João dá detalhes mais específicos sobre a luta histórica do dragão contra a mulher pura. Usando a primeira besta semelhante a leopardo, a qual se levanta do "mar", ele persegue os santos por 1.260 anos (42 meses, Ap 13:5). Diante da "perseverança e [da] fidelidade dos santos" (13:10), a besta fracassa em sua investida contra a causa de Deus. Tendo levado muitos à morte pela espada, ela mesma sucumbe à espada (13:10).

A ferida de morte infligida sobre a besta abre espaço para o remanescente se erguer e avançar em sua obra de restauração da verdade na Terra. A partir do verso 11, o profeta revela por quais meios o dragão tentará interromper o progresso do remanescente em restaurar a verdade no clímax do conflito, usando a segunda besta, que parece "cordeiro", mas que fala como "dragão". A guerra do dragão contra o "remanescente" revelada em Apocalipse 12:17 é detalhada no capítulo 13 a partir do verso 11 com a apresentação do instrumento usado, o qual emerge justamente da "terra", do mesmo lugar em que a "mulher" achara abrigo. Isso significa que a América democrática e protestante, simbolizada pela "terra" (em Ap 12:16), é o agente da última investida do dragão contra os santos.

Os capítulos 12 e 13, portanto, revelam os instrumentos da crise final, como resultando da aliança entre o dragão, a besta semelhante a leopardo e a besta de dois chifres. Os três formam a trindade satânica, a contrafação do trabalho da Trindade divina em sua obra pela salvação dos pecadores. A chamada "imagem à besta" (Ap 13:14) é a reprodução do mesmo fenômeno que, no velho mundo, durante a Idade Média, sustentou a causa do dragão contra os santos: a união de Igreja romana com o Estado monárquico europeu. Esse fenômeno tomará lugar na América protestante, simbolizada pela "terra" (Ap 12:16; 13:11).

No contexto dos capítulos 12 e 13, o dragão, a besta semelhante a leopardo e a besta de dois chifres representam poderes políticos, os quais incorporam também um poder religioso perseguidor. O dragão ostenta "sete diademas" em suas cabeças, o que é um indicativo de realeza (Ap 12:3) e do

império romano. Entretanto, ele faz guerra contra os santos (12:6, 17), interferindo na religião.

A besta de sete cabeças também ostenta "diademas" em seus dez chifres (13:1), os quais representam os reis que lhe outorgaram seu poder real. As coroas ou diademas (13:1) nos chifres confirmam que essa besta assume "poderes políticos" (ed. Nichol, 7:904) a ela outorgados pelos dez reis. De fato, "os papas ascenderam ao trono dos césares. A capital do sistema papal era a mesma ocupada pelo império romano" (ibid.). Assim, a besta assume o "trono" do dragão e exerce "grande autoridade" (13:2). Mas, a exemplo do dragão, ela também persegue os santos (13:7), o que confirma a presença do poder religioso nessa estrutura.

Por sua vez, a besta de dois chifres exerce "toda autoridade" (13:12), tem poder de coação e de decretar a morte dos que "habitam sobre a terra" (v. 14, 15) e domina sobre questões de economia e mercado (v. 16, 17). Tudo isso revela a natureza política de seu poder. No entanto, ela também ordena que as pessoas "adorem a primeira besta" (13:12) bem como opera "grandes sinais" (13:13), o que revela uma dimensão religiosa de seu poder.

Assim, na tentativa de eliminar a semente da mulher pura, o diabo usa esses poderes políticos e religiosos; porém, ele não alcança seu objetivo.

O CONFLITO GLOBALIZADO

No capítulo 16, em um parêntese aberto na descrição da sexta praga, o profeta avança em detalhar os instrumentos com os quais Satanás faz sua última investida contra os santos na crise final. João descreve o movimento de "três espíritos imundos" (v. 13), provenientes da boca do dragão, da besta e do falso profeta, os quais "se dirigem aos reis do mundo inteiro com o fim de ajuntá-los para a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso" (v. 14).

Em Apocalipse 13, o profeta já havia antecipado a subserviência do poder político americano, representado pela besta de dois chifres, bem como da "terra e os seus habitantes" (13:11, 12), à causa do diabo ou ao poder religioso romano representado pela primeira "besta" restaurada (v. 12). No capítulo 16, ele revela que essa submissão dos "reis do mundo inteiro" é alcançada mediante a atuação

extrema do poder religioso, então representado pelos "três espíritos", em uma verdadeira força-tarefa ecumênica que empreende todos os esforços possíveis, incluindo a realização ou simulação de "sinais" espetaculares (16:13, 14). O poder religioso busca arregimentar todo o poder político, militar e civil da Terra, em apoio à peleja de Satanás contra os santos no grande dia do Deus Todo-Poderoso.

Diante dessa investida final, o profeta garante, porém, que aqueles que "vigia[m] e guarda[m] as suas vestes" serão finalmente bem-aventurados (Ap 16:15). No capítulo 19, ele explica que as "vestes" limpas dos santos são "os atos de justiça" (19:8) de uma vida em harmonia com a lei de Deus que tem sido restaurada na Terra.

A visão da força-tarefa ecumênica incumbida de "ajuntar" os reis do mundo inteiro (Ap 16:13-16), naturalmente, é um parêntese no relato da sexta praga (16:12), no qual o profeta retorna a uma situação anterior às pragas a fim de explicar as condições que justificam essa praga. A sexta praga é descrita em linguagem simbólica e deve significar a queda da Babilônia mística, decorrente da "secagem das águas", que representam "povos, multidões, nações e línguas" (17:15).

O que representam os três espíritos imundos que saem da boca do dragão, da besta e do falso profeta nesse contexto de Apocalipse 16 é uma questão importante no entendimento da crise final.

Jon Paulien raciocina que um "demônio" é um anjo caído. Logo, os três espíritos de demônios seriam a "contrafação demoníaca dos três anjos bons de Apocalipse 14:6-12". A contrafação é obra-prima do engano satânico e, nesse contexto do livro, uma ampla obra de contrafação é revelada, incluindo uma falsa trindade, um falso selo e uma falsa adoração. Ambos os grupos de anjos têm uma missão que se dirige a todo o mundo (Ap 14:6; 16:14). "O primeiro trio apela para o mundo adorar a Deus, enquanto o segundo busca congregar as pessoas para servir à trindade do mal" (2008, 76).

Assim, os três espíritos de demônios (Ap 16:14) revelam uma força religiosa opositora em ação direta contra o ministério dos três anjos de Apocalipse 14 no clímax do conflito. Se as três mensagens angélicas têm o objetivo de restaurar a verdade e a lei de Deus na Terra, a atuação dos três

demônios difunde a contrafação, ou seja, um falso sistema religioso ecumênico e contrário à lei de Deus cuja finalidade é atrair e ajuntar o poder político das nações bem como toda a humanidade em uma ação global contra o remanescente representado pelos três anjos de Apocalipse 14.

Como foi visto, em Apocalipse 12 e 13, o dragão e as duas bestas representam poderes políticos perseguidores, como os animais ou bestas são empregados nas profecias (Dn 7:17, 23; 8:20-23). Entretanto, mesmo quando o dragão representa o império romano, oprimindo Judá e crucificando a Cristo, há nesse império a influência religiosa do paganismo (Ap 12:4). A primeira besta como símbolo do poder imperial dos papas medievais incorpora a religião cristã apóstata que utiliza o poder político para os próprios fins (13:6-8). Por sua vez, a segunda besta, símbolo de um império político e militar no fim do tempo, realiza "grandes sinais", o que revela o poder de um falso profeta como parte de sua estrutura (13:13, 14).

Assim, o ecumênico trio de espíritos de Apocalipse 16:13 não deve ser visto como equivalente aos três símbolos precedentes (dragão, besta e a besta de dois chifres). Eles são descritos como "saindo" da boca dessas entidades. Ao usar a expressão "falso profeta" em lugar de "besta de dois chifres", pode ser que João tivesse em mente a dimensão religiosa dessa segunda besta, pois ela opera "grandes sinais", atividade relacionada aos falsos profetas (Dt 13:1-5; Mt 7:15, 22; 24:24; Mc 13:22; 2Ts 2:9; Ap 16:14; 19:20). Sendo que o dragão em Apocalipse 12 é relacionado ao império romano bem como ao diabo e, por desdobramento, ao paganismo, o falso profeta não deve ser equivalente à segunda besta, senão parte dela, sendo um de seus dois chifres, os quais são vistos como símbolos do republicanismo (poder político) e protestantismo (poder religioso) americano. Da mesma forma, em Apocalipse 16, o "espírito" que sai da boca da "besta" não deve ser símbolo do império medieval dos papas, mas da religião integrante desse império, a qual subsiste depois que o império político já não existe mais, no contexto do tempo do fim.

O "fogo" que desce do céu (Ap 13:13), como parte dos sinais do falso profeta, retoma a imagem do Carmelo, onde falsos profetas não puderam fazer fogo descer do céu. No Apocalipse, entretanto, o falso profeta imita o sinal do verdadeiro profeta Elias a fim de seduzir os povos da Terra. Esse sinal do falso profeta também é uma alusão às "línguas de fogo" no Pentecostes (At 2:3). Johnson diz que "o fogo falso seria uma referência aos dons pseudocarismáticos

que criam a contrafação da comunidade eclesiástica cujo compromisso é com o anticristo" (1981, 531).

Assim, os "espíritos de demônios" podem ser uma alusão à dimensão religiosa integrante da entidade política representada em cada um desses símbolos, nos capítulos 12 e 13. Nesse caso, enquanto o dragão está para Roma pagã em Apocalipse 12, o espírito que sai de sua boca estaria para o espiritismo ou paganismo em Apocalipse 16, o qual subsiste depois da queda de Roma. Igualmente, a besta semelhante a leopardo está para o império dos papas no capítulo 13, mas o "espírito" que sai de sua boca (16:13) representa a religião cristã corrompida integrada a esse império e que permanece após a queda do império medieval dos papas. Semelhantemente, a segunda besta está para os Estados Unidos em Apocalipse 13, ao passo que o "falso profeta", em Apocalipse 16, está relacionado com o protestantismo apostatado da verdade bíblica como parte integrante do poder dessa nação na crise final.[1]

Portanto, em Apocalipse 16, esses "espíritos" devem ser vistos como símbolos de poderes religiosos, pois eles são mostrados em uma campanha que se dirige aos "reis da terra", ou seja, ao poder político. Nesse caso, eles representam as três principais religiões mundiais: espiritualismo ou paganismo, catolicismo e protestantismo, ou seja, os cristãos que se desviaram da verdade das Escrituras. "Esses três espíritos constituem os agentes que convocarão as nações à batalha. Os agentes recrutadores, ou seja, os três espíritos, são de natureza religiosa, e as forças recrutadas são políticas e militares" (ed. Nichol, 7:934). Portanto, os "reis" são os "poderes políticos da Terra, em associação com a tríplice união religiosa" representada pelos espíritos de demônios (ibid., 936).

Essa confederação de poderes vai caracterizar a apostasia final sob a atuação da Babilônia escatológica. Para Stefanovic, a Babilônia é uma "confederação religiosa global no tempo do fim feita da junção da trindade satânica (dragão, besta e falso profeta) orquestrada contra Deus e seu povo". Trata-se de um "sistema religioso global apóstata", uma "confederação de organizações religiosas apoiadas pelo poder político mundial" (2002, 448). LaRondelle acrescenta que, no Apocalipse, "tanto a Babilônia quanto Israel [igreja] são vistos como entidades universais. O território de ambos é de escopo global" (1992a, 386). O evangelho é pregado a "todas as nações, tribos, povos e

línguas" (Ap 14:6), o que confirma o alcance global da igreja como o novo Israel representado pelos três anjos. O anúncio feito pelo remanescente acerca da queda da Babilônia alcança toda a Terra (Ap 14:8; 18:1). Da mesma forma, o anjo diz que as águas (do Eufrates) sobre as quais a Babilônia está sentada são "povos, multidões, nações e línguas" (Ap 17:15; cf. 16:12), ou seja, os povos de toda a Terra.

Paulien argumenta que o fato de os três espíritos irem ao encontro dos reis da Terra para congregá-los "sugere o papel decisivo do espiritualismo em unificar o mundo para uma causa comum" (2008, 173). Isso apontaria para o papel do misticismo como um subproduto do pós-modernismo, incluindo também os diversos cultos cristãos que têm se desviado da verdade bíblica e se inclinado para as experiências místicas.

O profeta de Patmos prevê a natureza bem-sucedida da obra dos espíritos em "ajuntar" os reis da Terra. Por fim, eles estarão reunidos, congregados em torno dos interesses do poder religioso, em um lugar que João chama de "Armagedom", o espaço da batalha final no cenário do grande conflito.

No capítulo 17, João aprofunda ainda a abordagem da relação entre os reis da Terra e o poder religioso apóstata no clímax do conflito, já antecipada nos capítulos 12, 13 e 16. Ele descreve a figura da meretriz sentada sobre "muitas águas" e montada em uma "besta escarlate" (Ap 17:1, 3). Ao passo que a mulher pura tem seu apoio em Deus e em sua palavra, a mulher impura está apoiada no poder dos reis da Terra, cujo favor lhe foi garantido pela atuação dos espíritos de demônios (Ap 16:13, 14). O fato de a meretriz estar "sentada sobre a besta reflete seu relacionamento com os poderes políticos do mundo" (Stefanovic, 2002, 507).

As sete cabeças da besta representam sete grandes poderes temporais que, ao longo da história, apoiaram a causa da religião falsa, o que é indicado pelo fato de a mulher "montar" a besta (17:3, 9) e "[se prostituir com] os reis da terra" (18:3). O clímax do conflito é retratado nessa nova visão com a afirmação de que um "oitavo rei" ainda se apresentará a fim de sustentar a mulher ou a religião falsa em sua contenda contra Deus e seus santos. A besta, na fase desse oitavo e último rei, lidera as nações da Terra ou os "dez reis" no confronto final (Ap 17:12, 13) contra o Cordeiro e aqueles que o seguem, os "chamados, eleitos e fiéis" (17:14).

No auge do confronto, porém, os reis da Terra serão assombrados por terríveis fenômenos no céu e na Terra, diante dos quais se fragmentará a união das forças opositoras a Deus e seus santos. No clímax do sexto selo, o profeta descreve "os reis da terra, os grandes, os comandantes, os ricos, os poderosos e todo escravo e todo livre" (Ap 6:15) buscando esconder-se nas cavernas e nos buracos da Terra em face do terror da presença de Deus, com a extraordinária abertura do céu.

Assim, uma escalada de eventos se estende desde a abertura do santuário, com a consequente visão da arca, marcando o início do juízo investigativo em 1844, até a abertura do céu, no clímax do sexto selo, antes da gloriosa manifestação de Cristo. Esses eventos estão centralizados na obra dos três anjos em restaurar a verdade e a lei de Deus na Terra e na contrafação dos três espíritos de demônios em difundir a falsa religião e o antagonismo à verdade bíblica e à lei de Deus.

Os desdobramentos desses eventos destacam o papel da coalizão formada pelo dragão, a besta e a besta de dois chifres. Estes dois últimos também são descritos na figura da meretriz Babilônia montada sobre a besta escarlate ou o oitavo rei (Ap 17), os quais serão definitivamente derrotados pelo "Cavaleiro" que se chama "Fiel e Verdadeiro" e que "julga e peleja com justiça" (Ap 19:11). O profeta visualiza o Cavaleiro no mesmo instante da abertura do "céu", acompanhado de "exércitos" trajando "vestiduras de linho finíssimo, branco e puro" (v. 14).

A identidade mais específica desses símbolos é discutida nos capítulos seguintes.

---

1 Sobre o desenvolvimento da interpretação adventista acerca da besta de dois chifres de Apocalipse 13:11, como um símbolo dos Estados Unidos, ver Uriah Smith, *The United States in the Light of Prophecy*; or, *An Exposition of Rev*. xiii, 11-17 (Battle Creek, MI: Steam Press of the Seventh-day Adventist Publishing Association, 1876); L. A. Smith, *The United States in Prophecy* (Nashville, TN: Southern Publishing Association, 1914); ver também Vanderlei Dorneles, *O Último Império* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012), p. 33-52.

CAPÍTULO 4

A Serpente de Sete Cabeças

O apóstolo Paulo afirma que "toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino" (2Tm 3:16). Por sua vez, Pedro diz que "nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação" (2Pe 1:20) porque jamais qualquer profecia foi dada por "vontade humana", mas homens santos "falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito" (v. 21).

Essas palavras nos encorajam no estudo dos complexos símbolos empregados pelos profetas, por trás dos quais está a revelação de importantes eventos e grandiosas promessas do plano da salvação, como é o caso de cada visão do Apocalipse, inclusive as que tratam a respeito do dragão e das bestas.

No auge do grande conflito, que se segue à abertura do santuário e da arca da aliança (Ap 11:19), as forças inimigas de Deus organizam a resistência à restauração da verdade e da lei de Deus na Terra mediante a ação conjunta da trindade maligna formada pelo dragão, a besta semelhante a leopardo e a besta de dois chifres. Como visto no capítulo anterior, esses símbolos retratam entidades que integram poderes religiosos e políticos no fim do tempo. Na visão relatada em Apocalipse 17, a mesma associação entre esses poderes é ilustrada na figura da mulher impura montada em uma besta escarlate.

O dragão vermelho de sete cabeças e dez chifres (Ap 12) é um símbolo paralelo à besta semelhante a leopardo também de sete cabeças e dez chifres (Ap 13) bem como à besta escarlate igualmente de sete cabeças e dez chifres (Ap 17). Os elementos visuais e dinâmicos desses símbolos são os recursos empregados por Deus para revelar detalhes da história do grande conflito. O significado da visão deve ser buscado mediante a consideração sobre as imagens e os detalhes cuidadosamente descritos.

Este capítulo e o seguinte partem da pressuposição de que Apocalipse 12, 13 e 17 apresentam símbolos paralelos a exemplo da visão das sete igrejas, dos setes selos e das sete trombetas, bem como de Daniel 2, 7 e 8.

Na descrição do dragão, da besta tipo leopardo e da besta escarlate, nota-se que há uma estrutura comum: uma fera de sete cabeças e dez chifres. No entanto, o símbolo se reconfigura a cada novo aparecimento. Inicialmente ele se assemelha a um dragão, depois a uma fera parecendo um leopardo e, então, a outra fera, mas da cor escarlate. Visões paralelas não são visões idênticas, logo os símbolos paralelos não podem ser colocados como equivalentes; eles devem ser comparados e distinguidos. Assim, em seus aspectos estruturais, o dragão vermelho (12:3) se relaciona com a besta semelhante a leopardo (Ap 13) e com a besta escarlate (17:3), mas em cada visão há um foco específico e novos detalhes são revelados. A relação do dragão e da besta escarlate com o diabo não deve ser de identificação, já que animais, bestas e chifres representam poderes políticos seculares e não seres espirituais (ver Dn 7:3-7, 17, 24; 8:3, 20, 21), embora seja preciso considerar que o diabo é o poder operante por trás das entidades assim representadas.

O que esses símbolos representam dentro da narrativa dos eventos decisivos do grande conflito entre Cristo e Satanás revelados nessa seção do Apocalipse? As análises são diversas.

POSSIBILIDADES

Uma interpretação predominante nos setores da teologia liberal tem sido de que a besta escarlate aponta para a mesma entidade representada pelo dragão de Apocalipse 12 e a besta de Apocalipse 13, que seria o império romano, cuja capital foi considerada a "cidade das sete colinas", como sugere o verso 9, do capítulo 17. Um problema para esta interpretação preterista, abraçada "pela maioria dos exegetas" liberais (Johnson, 1981, 554), é que ela resulta em uma negação do dom profético na pessoa de João (ver cap. 6).

Outra linha de interpretação vê a besta de sete cabeças, mas não necessariamente o dragão, como símbolo dos sete poderes mundiais que se opõem ao povo da aliança. Entretanto, considera que, tanto no contexto retratado no capítulo 13 quanto no 17, o símbolo aponta para o papado ou "Roma papal" (Stefanovic, 2002, 515, 516; ed. Nichol, 7:946-949). O comentarista Ranko Stefanovic entende que, em Apocalipse 17, João se refere à mesma besta de Apocalipse 13, pelo fato de ela ter sete cabeças e dez chifres (2002, 402).

Stefanovic, no entanto, não define com clareza a distinção entre a meretriz e a besta escarlate, em Apocalipse 17. Ele diz que "a besta sobre a qual a prostituta escatológica Babilônia está montada é o mesmo *poder político-religioso* que por longo tempo tem perseguido os fiéis seguidores de Cristo" (2002, 514, itálico acrescentado). Contudo, ele também afirma que "a besta escarlate (Ap 17:3) representa o poder *secular e político* do mundo" (itálico acrescentado) e que "os sete montes são sete sucessivos poderes globais que dominaram o mundo ao longo da história os quais Satanás tem usado para oprimir o povo de Deus ao longo dos séculos" (ibid., 515). Afirma ainda que "a grande meretriz tem encontrado seu apoio na besta que aparece na história como uma sucessão de *reinos seculares infiéis*" (ibid.; itálico acrescentado). Quanto ao oitavo rei, ao mesmo tempo em que aponta para o ressurgimento da sétima cabeça, ou seja, do papado medieval, ele também afirma ser um poder político: "O poder político global que estará a serviço da Babilônia na crise final surgirá como o oitavo no sentido de que ele é distinto dos outros sete, mas é também um dos sete, mais precisamente o sétimo que veio depois de Roma" (ibid.).

Entretanto, Apocalipse 17 relata uma nova visão, com uma besta escarlate e não aquela de aparência de leopardo do capítulo 13. O fato de a primeira sair do "mar" e a segunda do "abismo" não significa que o símbolo seja o mesmo, mas que as bestas têm a mesma origem.

Essa interpretação toma a afirmação: a besta, que "era e não é, está para emergir do abismo" (17:8) como o ponto de partida e como uma estrutura dominante para as duas visões. A fase "era" é atribuída ao papado medieval; "não é" seria o período posterior à Revolução Francesa, em 1798; e "está para emergir" apontaria para a retomada de seu poder na crise final.

Um problema para esta segunda interpretação é que, embora no capítulo 13 o poder religioso esteja incorporado à primeira besta, em Apocalipse 17, a "meretriz" é o símbolo do poder religioso e não a "besta escarlate". Uma segunda objeção enfrentada pelos defensores desse ponto de vista é que a explicação do anjo ao profeta é tomada de uma perspectiva histórica posterior à queda do papado, no período em que supostamente a besta "não é", ou não está atuando. Todavia, a besta atua por meio de suas cabeças, ou dos reis que suas cabeças representam; e o anjo afirma que, desses sete reis (no tempo em que ele está falando ao profeta) cinco já são passados, mas "um existe"! Ora, se um rei

"existe", ou está atuando, como seria possível dizer que a besta "não é", nesse mesmo período? Se, ao mesmo tempo que o anjo afirma que uma cabeça da besta, o sexto rei, *está* em atuação (17:10), então a frase "a besta, que era e *não é*, está para emergir" não pode ser entendida como indicando um tempo específico de atuação por parte da besta. Além disso, em Apocalipse 17, a "besta escarlate", finalmente se levanta contra a "meretriz" e a destrói (v. 16). Logo, na fase do oitavo rei, a "besta" não deve ser identificada com o papado, pois, nesse caso, ao destruir a meretriz, a besta destruiria a si mesma. Por fim, em Apocalipse 19, no contexto da segunda vinda, a besta é retratada junto aos reis da Terra (v. 19). Nesse caso, a besta continua em ação após a destruição do poder religioso apóstata, representado pela meretriz, como descreve o capítulo 18.

Uma terceira interpretação relaciona a besta escarlate (Ap 17) ao dragão vermelho (Ap 12), sendo, portanto, uma referência ao próprio diabo em sua luta contra Deus e seu povo, no clímax do grande conflito (Müeller, 2005, 39). Esta interpretação resolve alguns problemas, mas não deixa de suscitar outros. Primeiramente, o anjo afirma que a besta, que "também" é o oitavo rei, "procede" dos sete (17:11); e não seria o caso de o diabo "proceder" dos sete reis, sendo um deles. Além disso, é dito que a meretriz está "montada" sobre a besta (17:3), o que indica governo e domínio da mulher sobre a besta (18:7); também não seria lógico afirmar que a religião, retratada na meretriz, pudesse dominar o próprio diabo. Ainda é preciso considerar que as bestas, tanto em Daniel quanto no Apocalipse (Dn 8:20, 21; Ap 13:2), representam poderes históricos e não seres espirituais, como o diabo. Ele é descrito na Bíblia como o "príncipe", mas não como "rei" da Terra (Jo 14:30; 16:11; cf. Ap 17:9, 11). É preciso lembrar que o diabo subsiste após a segunda vinda, até o fim do milênio, mas a besta é "lançada" no lago de fogo no início do milênio (Ap 19:20; 20:10). Logo, uma identificação entre a besta escarlate e o diabo não parece se ajustar ao contexto do próprio livro.

Na busca pelo significado desses símbolos, é preciso empregar a metodologia descrita no primeiro capítulo deste livro e lembrar que a profecia apocalíptica está enraizada nas imagens e linguagens do Antigo Testamento. Nesse caso, se João tem uma imagem ou um evento importante do Antigo Testamento como uma espécie de história de fundo para suas principais visões, qual seria a imagem veterotestamentária para o dragão e as bestas que ele vê e

descreve?

Essa questão pode nos levar a importantes descobertas para a interpretação das visões de João. As respostas devem ser buscadas nos textos e nas relações intertextuais com o Antigo Testamento, que é reconhecidamente a fonte primordial das ideias e da linguagem do autor do Apocalipse.

A BESTA NO ANTIGO TESTAMENTO

Seria a figura da "besta" também extraída do Antigo Testamento? Se a metáfora é usada como um símbolo no contexto profético das Escrituras, qual seria seu significado e como isso poderia nos ajudar a esclarecer as visões acerca do dragão e das bestas de sete cabeças no Apocalipse? A leitura de alguns textos dos salmos e dos profetas, com os quais o Apocalipse mantém certas relações intertextuais sugere respostas.

O autor do Apocalipse emprega a palavra grega *therion*, "besta", 38 vezes para os símbolos proféticos descritos e apenas uma vez para animais (Ap 6:8). O termo *therion* é empregado pela versão grega do Antigo Testamento, com a qual João devia estar familiarizado, para traduzir a palavra hebraica *chay*, que se refere a animais e feras selvagens de modo geral (como em Gn 1:24, 25, 30; 2:19, 20; Lv 11:27; 17:13; Sl 50:10; 79:2; Is 56:9; Jr 12:9). As "feras" (do grego, *theria*) do campo também são mencionadas pelos profetas como instrumentos de castigo, os quais Deus elimina ao restaurar seu povo (Jr 15:3; Ez 5:17).

No entanto, no Antigo Testamento grego, a palavra *therion* também é usada como metáfora ou símbolo dos inimigos que oprimem o povo de Deus. Isso é particularmente claro em Ezequiel 34, texto que oferece um possível pano de fundo para o uso de *therion* como símbolo no Apocalipse. Em uma profecia sobre a restauração do cativeiro babilônico, o profeta afirma que os pastores de Israel falharam em sua tarefa de cuidar das "ovelhas" do Senhor, por isso elas se "espalharam" e se tornaram em "pasto para todas as feras [*theria*] do campo" (v. 5) e "andam espalhadas por toda a terra" (v. 6, 8). Nesse texto, Ezequiel faz um paralelo entre o fato de as ovelhas (ou, os israelitas) serem entregues às feras e a condição de estarem espalhadas pela Terra, o que é uma linguagem do cativeiro.

Deus promete, porém, reverter a situação ao buscar Ele mesmo as suas ovelhas (v. 11) e livrá-las "de todos os lugares para onde foram espalhadas" (v. 12) e congregá-las "dos diversos países" (v. 13). Assim, o cativeiro seria quebrado, com o surgimento do pastor supremo, "meu servo Davi" (v. 23), ou seja, o Messias. O profeta está afirmando que as ovelhas de Israel estavam sendo "devoradas" pelas "bestas" (*theria*) nos "países" que as escravizaram. Naturalmente, ele não usa a palavra "besta" em referência a leões e feras selvagens que atacassem os israelitas, mas às nações inimigas, que, como feras selvagens, procuravam devorar o povo da aliança.

No verso 25, a profecia de Ezequiel atinge seu clímax, quando Deus afirma: "farei com elas um concerto de paz", a nova aliança, e "acabarei com a besta ruim [*therion*] da terra" (ARC). Neste versículo, Ezequiel emprega a palavra hebraica *chay*, no singular, a qual é vertida no texto grego para o plural *theria*, "bestas". Por isso, a ARA utiliza o plural seguindo a versão grega, e a ARC segue o texto hebraico, traduzindo para o singular "besta".

Em resultado dessa ação salvífica, contra a "besta", Deus garante: "E saberão que Eu sou o Senhor, quando Eu *quebrar as varas do seu jugo* e as livrar das mãos *dos que as escravizam*. Já não servirão de rapina aos gentios, e as *feras da terra* nunca mais as comerão" (v. 27, 28, itálico acrescentado). Novamente no verso 28, o texto hebraico usa o substantivo no singular, e a ARC traduz: "não servirão mais de rapina aos gentios, e a besta-*fera* [heb. *chay*; gr. *therion*] da terra nunca mais as comerá" (Ez 34:28). Nesta profecia, portanto, Ezequiel se refere ao Egito, Assíria e Babilônia, nações gentílicas que escravizavam Israel, com o símbolo *therion*, "besta", empregando a palavra hebraica *chay*, no singular. O fim de cativeiro de Israel, portanto, é referido como resultado de Deus quebrar o "jugo" de servidão com a destruição da "besta".

Isaías profetiza, em paralelo com Ezequiel, o fim do cativeiro com as seguintes palavras:

> *Naquele dia, o Senhor tornará a estender a mão para resgatar o restante do seu povo, que for deixado, da Assíria, do Egito, de Patros, da Etiópia, de Elão, de Sinar* [*Babilônia*]*, de Hamate e das terras do mar. Levantará um estandarte para as nações, ajuntará os desterrados de Israel e os dispersos de Judá recolherá desde*

os quatro confins da terra (*Is 11:11, 12*).

Miqueias também profetiza o fim do cativeiro, incluindo Egito, Assíria e Babilônia, como inimigos de Israel: "Nesse dia, virão a ti, desde a Assíria até às cidades do Egito, e do Egito até ao rio Eufrates [Babilônia], e do mar até ao mar, e da montanha até à montanha" (Mq 7:12).

Nesse paralelo entre as três profecias do fim do cativeiro, por ocasião do dia do Senhor, como esperado pelos judeus cativos, o Egito, a Assíria e Babilônia ("Sinar") são tomados como nações representadas pela "besta ruim da terra" (Ez 34:25, ARC).

Além desse emprego, a palavra *therion* é usada por Daniel para os quatro animais da visão do capítulo 7, os quais representam Babilônia, Pérsia, Grécia e Roma, os poderes opressores de Israel.

Portanto, o símbolo usado para representar os inimigos do povo de Deus no auge do grande conflito, descrito no Apocalipse, não é inédito. Os profetas do fim do exílio já o empregavam em referência às nações, que, como uma besta selvagem, procuravam tragar o povo da aliança. Deus, porém, se levantaria contra essa besta a fim de libertar seu povo perseguido e congregá-lo novamente na terra prometida. Entre essas nações se destacam o Egito, a Assíria e Babilônia, os principais instrumentos do cativeiro de Israel e Judá.

O DRAGÃO NO ANTIGO TESTAMENTO

Além da palavra *therion*, o profeta João emprega 13 vezes o substantivo grego *drakon*, "dragão", e quatro vezes *ophis*, "serpente", de forma intercambiável, em conexão com os inimigos de Deus. Novamente, o uso dessas imagens no Antigo Testamento pode sugerir o que estava na mente de João ao usar o termo *drakon* para descrever a fera de sete cabeças e dez chifres em Apocalipse 12, capítulo em que "João usa o termo *serpente* como um sinônimo para *dragão*" (Kistemaker, 2001, 362).

A figura do dragão, como representação das forças opositoras a Deus e seu povo, é comum no Antigo Testamento, assim como a da serpente.

Curiosamente, a metáfora do dragão é usada em referência ao Egito e a Babilônia. Falando sobre o êxodo, o salmista afirma: "Tu [Senhor] dividiste o mar pela tua força; quebraste a cabeça dos monstros das águas. Fizeste em pedaços as cabeças do leviatã, e o deste por mantimento aos habitantes do deserto" (Sl 74:13, 14, ARC). Neste texto, o salmista emprega o termo hebraico *tannyin*, traduzido por "monstros das águas" e na versão grega por *drakon*; e utiliza o termo hebraico *livyathan*, traduzido por "leviatã" e na versão grega também por *drakon*. Portanto, nessa linguagem poética *tannyin* e *livyathan* são usados como metáforas de forma intercambiável para a mesma entidade, neste caso, o Egito.

Nesse salmo, tanto no verso 13 quanto no 14, o salmista usa a palavra hebraica *ro'sh*, "cabeças", no plural, no que é seguido pela versão grega. Nesse caso, no paralelismo, o salmista está dizendo que Deus, no êxodo, quebrou as cabeças do dragão. O Egito, portanto, é referido aqui com a figura do dragão de mais de uma cabeça.



O profeta Isaías também se refere ao Egito, no contexto do êxodo, com a figura do *tannyin*, ou "dragão" (ARC), como tendo sido ferido pelo Senhor (Is 51:9, 10); o mesmo é feito por Ezequiel (Ez 29:3; 32:2).

Nesses casos, temos a figura do dragão empregada no Antigo Testamento em referência ao Egito. O fato de o monstro figurativo ser referido pelo salmista como tendo mais de uma cabeça é significativo, ao considerar esses textos como possível pano de fundo para a figura do dragão e da besta de sete cabeças descritos no Apocalipse. Além disso, o fato de as cabeças do monstro serem quebradas pelo Senhor faz lembrar o protoevangelho, com a promessa de que o Filho da mulher "esmagaria" a cabeça da "serpente", do hebraico *nachash* (Gn

3:15; vertido na LXX como *ophis*, outra metáfora usada pelo Apocalipse para o inimigo de Deus).

Além do Egito, também Babilônia é chamada de *tannyin* (*drakon*, na LXX), o qual esmagou Judá, mas que seria destruído pelo Senhor (Jr 51:34, 36, 37). Esta, portanto, é a segunda nação retratada com o emprego da metáfora desse monstro figurativo entre as que oprimiram o povo da aliança.

Como foi mencionado, Isaías visualizava o fim do cativeiro em termos do "dia do Senhor" (Is 2:12; 7:18; 10:20; 11:11; 13:6, 9; 26:1; 34:8). O dia do Senhor, como retratado pelos profetas clássicos, é retomado no Novo Testamento como o dia da segunda vinda de Cristo ou dia do juízo. LaRondelle diz que "o dia do Senhor [dos profetas do AT] será cumprido como o dia do Filho do Homem. A guerra santa de Yahweh se transforma na guerra de Cristo como Rei dos reis [Ap 19]" (1992a, 383). Nessa perspectiva, Isaías afirma: "Naquele dia, o Senhor castigará com a sua dura espada, grande e forte, o dragão, serpente veloz, e o dragão, serpente sinuosa, e matará o monstro que está no mar" (Is 27:1). O profeta emprega aqui o termo *livyathan* (*drakon*, na LXX), e *tannyin* (*drakon*, na LXX) e os interpreta como sendo a "serpente", que é *nachash* (*ophis*, na LXX), os dois termos gregos empregados por João.

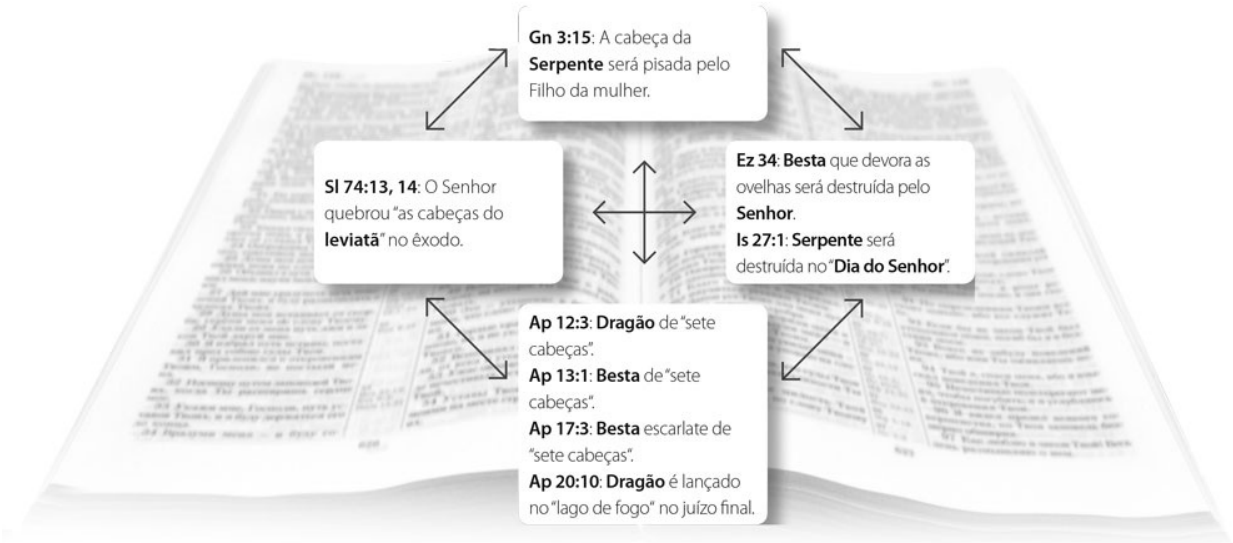
Essa profecia de Isaías 27, colocada em paralelo com as de Ezequiel 34, Miqueias 7 e Isaías 11, leva à conclusão de que, para esses profetas, no dia do Senhor, Deus se levanta contra as nações opressoras (Egito, Assíria e Babilônia) para livrar Israel. Essas nações, portanto, são retratadas com o emprego das figuras "besta", "dragão" e "serpente". Robert H. Mounce afirma que o *livyathan*, "mostro marinho" ou leviatã, no Salmo 74:13, "é o Egito" e que, na profecia de Isaías 27:1, a mesma figura aponta para "Assíria e Babilônia" (1998, 232).

A profecia de Isaías 27 parece que estava na mente de João ao descrever a visão do Cavaleiro que se chama "Fiel e Verdadeiro", de cuja boca sai uma espada afiada para "com ela ferir as nações" (Ap 19:11, 15) e para a prisão do "dragão [*drakon*], a antiga serpente [*ophis*] que é o diabo, Satanás" (20:2), o qual por fim é destruído no lago de fogo (20:10). Assim, o dia do Senhor, no Apocalipse, corresponde ao dia em que a salvação é consumada, quando o "dragão", ou a "serpente", que foi expulso do Céu (12:7-9) e perseguiu a mulher (12:17), for derrotado por Cristo no "lago de fogo" (20:2, 10).[1]

Antes, porém, desse dia final, cada vez que Deus se levantou para defender o povo da aliança, fosse contra o Egito, Assíria ou Babilônia, sua ação salvífica correspondeu a "quebrar" as cabeças do dragão (Sl 74:13, 14, ARC). Assim, o próprio diabo é figurativamente derrotado quando Deus destrói um poder terreno que o inimigo vinha usando para perseguir os santos. No dia final, porém, ele mesmo será destruído.

Assim, há evidências suficientes para se afirmar que a figura descrita por João, em Apocalipse 12, 13 e 17, como um dragão ou uma besta de sete cabeças, é uma reprodução da figura de *therion*, *tannyin* e *livyathan* bem como de *ophis* (a serpente) do Antigo Testamento. Esse raciocínio está em harmonia com a ideia de que o Apocalipse está enraizado na linguagem e no sistema de imagens do Antigo Testamento, com o qual apresenta inúmeras relações intertextuais. Stefanovic afirma que a figura do leviatã de sete cabeças é o "pano de fundo" para o dragão como símbolo do inimigo de Deus e seu povo descrito por João em Apocalipse 12 (2002, 379).

O dragão e a serpente nas Escrituras



Nesse caso, o Antigo Testamento provê claramente a identificação das

primeiras entidades referidas pelo anjo ao profeta João (ver Ap 17:9) como sendo representadas nas cabeças do monstro ilustrativo: Egito, Assíria e Babilônia. Daniel amplia essa lista ao indicar, após o reino de Babilônia, a Pérsia, Grécia e Roma como poderes opressores do povo da aliança, os quais também são chamados de *therion*, na Bíblia grega (Dn 7:3-7, 11, 17, 19, 23; 8:4).

AS FASES DA BESTA

A questão que surge diante desses textos é: Por que o dragão (a serpente ou a besta) ainda será destruído pelo Senhor, se no êxodo Ele já quebrou as suas cabeças, como diz o salmista?

A explicação do anjo, de que cada cabeça da besta escarlate, é um "monte" ou "reino" (Ap 17:9) indica que a besta de sete cabeças é uma besta que tem sete ou oito vidas. Por isso ela cai, mas se levanta logo adiante por meio de outro poder terreno, e isso se repete sete ou oito vezes ao longo da história. Cada vez que Deus quebra um poder temporal que oprime seu povo, isso equivale à vitória sobre um dos sete ou oito reinos opositores principais, sendo esse um evento do grande conflito. Isso ocorre, portanto, diversas vezes ao longo da história até o último golpe que será a destruição, no lago de fogo, do próprio diabo, o poder por trás de cada uma das cabeças da besta. Jon Paulien afirma que "a imagem de uma besta de sete cabeças representa uma besta que vive, morre e torna a viver sete ou oito vezes" (2008, 211). De acordo com Stefanovic, "a besta tem estado ativa ao longo dos tempos por meio de suas cabeças. Quando uma cabeça é ferida de morte, a besta cessa sua ação. Quando no futuro aquela cabeça é curada, a besta reassume suas atividades" (2002, 404), como se retornasse do abismo.

Alan F. Johnson propõe que, "nas imagens do Antigo Testamento, os poderes satânicos e inimigos de Deus estão relacionados ao abismo ou às águas, como monstros marinhos, a exemplo do dragão ou leviatã" (1981, 524). Por sua vez, Stefanovic diz que, no Antigo Testamento, o "mar" frequentemente simboliza a morada de simbólicos monstros marinhos (Jó 26:12-13; Sl 74:13-14; Is 27:1; 51:9-10; Ez 32:2) de onde os "poderes malignos surgem para oprimir Israel" (2002, 402).

Entretanto, a origem ou o *habitat* desse monstro fictício não é totalmente consistente ao longo de toda a Bíblia, pois *livyathan* e *tannyin* são figuras do submundo, do abismo e das águas (Sl 74:13), mas a *therion* de Ezequiel é uma figura do campo (Ez 34:5, 8). Daniel afirma ter visto os quatro animais ou bestas subirem "do mar" (Dn 7:3). Já o carneiro e o bode, que são paralelos ao urso e ao leopardo do capítulo 7, são vistos "junto ao rio" e "sobre a terra", respectivamente (Dn 8:2, 5). O quarto animal, representando Roma, foi visto subindo do "mar", mas João afirma ter visto o dragão, que também representa Roma, como um sinal "no céu" (Ap 12:3). Já a besta escarlate, paralela ao dragão e à besta que sobe do mar, foi vista sob a meretriz, em um "deserto" (Ap 17:3).

Por outro lado, finalmente, o dragão é aprisionado por mil anos, "no abismo", que naturalmente representa a Terra em sua condição "sem forma e vazia" (Jr 4:23) durante o milênio. Assim, o estar submerso no "abismo" (Ap 17:8; 20:3; gr. *abussos*), "submundo" ou "mar" (gr. *talassa*), parece ser simplesmente a indicação da condição de inatividade da besta e do dragão, e o "emergir do abismo" deve indicar a retomada da atividade opressora. William Johnsson afirma que a retomada da besta de Apocalipse 13, após a cura de sua ferida de morte, é como uma "ressurreição dos mortos" (1992, 23). Ou seja, a ferida da besta a leva ao submundo dos mortos, portanto, ao abismo. Quando ela retorna à ação, isso é descrito em termos de "emergir do abismo" (Ap 17:8), do lugar dos mortos, da inatividade.

É importante considerar que a figura do monstro de sete cabeças empregada pelo salmista, pelos profetas e, então, pelo Apocalipse era parte da mitologia antiga. "Na mitologia cananeia, 'leviatã' era uma serpente de sete cabeças que lutava contra os deuses e as forças do bem, portanto, era considerado uma incorporação das forças do mal" (ed. Nichol, 4:208). Kistemaker afirma que o mito babilônico da criação apresenta "um monstro de sete cabeças", o qual é destruído pelo deus Marduk (2001, 353). Por sua vez, Johnson confirma que:

> *A imagem de um monstro de sete cabeças é bem atestada em antigos textos sumerianos, babilônicos e egípcios. Um selo cilíndrico proveniente de Tel Asmar (antigo Eshnunna, cerca de 80 km a noroeste de Bagdá), datado de cerca de*

2500 a.C., mostra duas figuras divinas matando um monstro de sete cabeças com chamas saindo de sua calda. Quatro de suas cabeças estão prostradas como se já mortas. Uma lança está na mão do personagem que golpeia a quarta cabeça (1981, 524; ver também Heidel, 1942, 107-114; Budge, 1969, 1:278-279).

O leviatã, no selo cilíndrico de Tel Asmar



Ao empregar uma imagem da mitologia, os hebreus não estavam necessariamente endossando, sob inspiração divina, a figura mitológica, que é apenas uma lenda baseada em uma visão dualista e maniqueísta da realidade. Nas mitologias antigas, as forças do bem e do mal batalhariam indefinidamente ao longo de eras sem fim. De fato, os profetas bíblicos "desmitologizaram os mitos do monstro marinho ao retratar a vitória do Deus de Israel sobre as forças demoníacas do mal que em diversas manifestações tentavam destruir o povo de Deus" (Johnson, 1981, 524).

A comparação estabelecida entre *tannyin*, *livyathan* e *therion* do Antigo Testamento e o dragão e a besta do Apocalipse, como figuras ilustrativas dos

poderes opressores do povo de Deus, confirma o paralelo entre o dragão e as bestas de sete cabeças. Kistemaker concorda com esse paralelo ao afirmar que "a besta escarlate de sete cabeças e dez chifres é descrita nos mesmos termos do dragão vermelho [...] e da besta que sobe do mar (12:3, 9; 13:1)" (2001, 464).

Assim, nas visões de João, o dragão e as bestas são símbolos paralelos que se reconfiguram a cada nova visão (Ap 12, 13, 17) a fim de acrescentar novos detalhes e novas perspectivas à revelação dos mesmos poderes em sua luta contra Deus e seu povo.

Em Apocalipse 12, o foco geral da visão é o conflito entre Cristo e Satanás, desde o Céu até a crise final com a perseguição ao remanescente (Ap 12:17). No entanto, há também um enfoque histórico específico, em que o dragão é símbolo principalmente do império romano, ou seja, a sexta cabeça. No capítulo 13, o foco da visão se desloca para a ação dos inimigos contra a lei de Deus, e o período histórico em destaque é a Idade Média, com a atuação da sétima cabeça que altera a lei de Deus (cf. Dn 7:25). Em Apocalipse 17, com a visão da mulher montada na besta escarlate, a ênfase parece ser na relação entre Igreja e Estado, e o contexto histórico é o clímax escatológico, com a atuação do oitavo rei como o suporte político da meretriz no fim do tempo.

Em todas as fases da atuação do dragão e da besta, mostradas a João, o poder por trás das entidades representadas é o do próprio Satanás, agindo por meio de um poder terreno e histórico, que se torna um instrumento em suas mãos. Stefanovic diz que, no Apocalipse, a besta é símbolo dos "poderes políticos por meio dos quais Satanás opera ativamente ao longo da história terrestre, em geral, e nos últimos dias, em particular" (2002, 402). Com base em Apocalipse 17:9, William Johnsson afirma que as "sete cabeças do dragão" representam "reinos por meio dos quais Satanás tem trabalhado para oprimir o povo de Deus ao longo dos tempos" (1992, 17). Stefanovic acrescenta ainda que a composição da figura da besta em Apocalipse 13, "com base em Daniel 7 e com sete cabeças", sugere que "a besta do mar representa todos os poderes mundiais opressivos, civis e religiosos, que perseguiram o povo de Deus desde o estabelecimento da igreja no êxodo até a segunda vinda de Cristo" (2002, 411). Assim, os intérpretes têm relacionado tanto o dragão quanto as duas bestas aos poderes opressores como um todo ao longo da história, sendo que cada cabeça do símbolo representa um poder político específico.

O poder satânico materializado em um império perseguidor, portanto, parece ser a realidade representada pela figura do dragão e das bestas, sendo que esse poder se levanta e cai a cada novo império que aparelha e utiliza contra o povo de Deus. Isso se ajusta à explicação do anjo de que a besta, que "era e não é, está para emergir" (Ap 17:8, 11). A afirmação pode ser vista como uma paródia em relação à pretensão do dragão de ser como Deus, "aquele que é, que era e que há de vir [ou há de ser]" (Ap 1:4, 8; 4:8; ver Êx 15:11; Mq 7:18), o único "Eu Sou" (Êx 3:14). Essa expressão do anjo ao profeta, portanto, não deve ser uma referência à fase posterior à Revolução Francesa, com a queda do papado, somente, mas a cada uma das sete fases posteriores a uma queda da besta no grande conflito contra Deus. Portanto, a frase "a besta" que "era e não é, está para emergir" funcionaria como uma adjetivação geral da besta, mais do que uma revelação de um momento específico de sua trajetória.

Satanás empreende uma campanha permanente em busca de ser igual a Deus (Is 14:14; Ez 28:6; 2Ts 2:9, 10; White, 2004, 593; 2002, 62; 2005, 14). Uma vez que a besta é seu instrumento, também ela pretende ser o que só Deus é. A indagação "Quem é semelhante à besta?" pode ser uma paródia de expressões semelhantes em relação a Deus (Êx 15:11; Sl 35:10; 113:5; ver ed. Nichol, 7:905).

Esse mesmo sentido de paródia, visto na expressão "a besta que era e não é", pode estar presente no número 666, como número da besta. É preciso ter em mente que o número é uma referência à besta de sete cabeças com um todo (Ap 13:18) e não a uma só de suas cabeças, no caso a sétima, que representa o papado medieval (13:3). Alan F. Jonhson propõe que o número 666 deve ser visto como a "acumulação [repetição] do número 6". Por causa do contraste com 7, é válida a interpretação de que "o 666 seja uma alusão à incompletude, à paródia demoníaca em relação à perfeição do 7, ao engano do quase-perfeito, à idolatria e blasfêmia da falsa adoração" (1981, 535). Assim, o 666 também indicaria a tentativa repetitiva e frustrada por parte do diabo e da besta de ser como o Deus perfeito, referido com o número 7. Sendo uma Trindade perfeita, Deus pode ser designado com a repetição tríplice do 7. Por outro lado, a trindade satânica, sendo uma imperfeita contrafação da perfeição divina, seria designada com a repetição tríplice do 6.

As ações paralelas das entidades representadas pelos três símbolos

empregados no Apocalipse, assim como ocorre em Daniel 2, 7 e 8, confirmam que a estrutura básica do símbolo é a mesma e que os mesmos poderes são representados nas três visões. Em Apocalipse 12, o "dragão vermelho" luta contra Cristo no primeiro século (12:4); nesse caso, ele representa o império romano.[2] Entretanto, ele também persegue a igreja durante 1.260 anos (12:13, 14); logo, ele também representa Roma papal. No fim do tempo, ele ainda persegue o remanescente que guarda os "mandamentos de Deus" (12:17); consequentemente, ele também representa os Estados Unidos, que é quem vai perseguir o remanescente na crise final. Cada fase de atuação da entidade assim retratada parece, portanto, corresponder, já em Apocalipse 12, ao período de uma das cabeças.

Por sua vez, a besta semelhante a leopardo persegue os santos por 42 meses ou 1.260 anos; logo, ela representa a mesma Roma papal também representada pelo dragão. Em associação com a primeira besta, a besta de dois chifres oprime o remanescente que não tem o selo da besta (13:5, 15-17); ou seja, esta besta parecendo cordeiro representa o mesmo poder já representado pelo dragão: os Estados Unidos, o agente opressor na crise final. A mesma sequência é retratada em Apocalipse 17, quando o anjo afirma que as sete cabeças são sete reis/impérios opressores, aos quais se segue um oitavo rei.

Em cada uma dessas fases, uma única cabeça do monstro está em atuação. Isso é claramente atestado pela afirmação do profeta, em Apocalipse 13:3, de que viu "*uma* de suas cabeças" (naturalmente a sétima) ferida de morte. A ferida de *uma* das cabeças interrompe a ação da besta inteira, apesar de ela ter outras seis. William Johnsson observa que a ferida descrita em Apocalipse 13:3, ocorre em uma das cabeças, mas afeta a besta inteira e interrompe sua atividade perseguidora (1992, 23). João confirma isso ao reiterar que a própria besta é "ferida à espada" (Ap 13:14).

Isso confirma que a besta só atua por meio de uma de suas cabeças de cada vez. Quando essa cabeça é ferida, ela desce ao abismo e só retorna na fase da cabeça subsequente, ou seja, por meio de outro poder político global. Seguindo esse raciocínio, o oitavo rei deverá ser tão distinto de Roma papal quanto Roma papal era distinta de Roma imperial e da Grécia, e assim sucessivamente.

OS SETE IMPÉRIOS

A identificação das fases de atuação das entidades representadas pelas cabeças do dragão e da besta tem, portanto, uma base sólida nas Escrituras. Os profetas clássicos proveem a identificação das primeiras nações opressoras ao usar as metáforas *therion, tannyin* e *livyathan* em referência ao Egito, à Assíria e a Babilônia. Daniel usa a palavra *therion* para os símbolos alusivos a Babilônia, à Pérsia, à Grécia e a Roma e emprega a figura do "chifre pequeno" da quarta "besta" para Roma papal. O Apocalipse, por sua vez, retrata com a imagem do dragão o império romano principalmente; e com a figura da besta semelhante a leopardo, o império dos papas. Nesse caso, resta o oitavo rei a ser identificado à luz do próprio contexto bíblico, o que é tema do capítulo 5.

A explicação da visão em Apocalipse 17:10, portanto, entendida do ponto de vista do tempo histórico do profeta João, no primeiro século, tem sólido apoio escriturístico, pois cinco dos poderes referidos pelo anjo já tinham passado (Egito, Assíria, Babilônia, Pérsia, Grécia), um existia, que era Roma, e o sétimo estava por vir, ou seja, Roma papal (ver Paulien, 2008, 218; ed. Nichol, 7:855; Strand, 1992, 191; Stefanovic, 2002, 411).

A afirmação do anjo de que o sétimo reino (Roma papal) teria de durar "pouco" (1.260 anos!) pode ser entendida da perspectiva da garantia da vitória dos fiéis de Deus alcançada na cruz e não do ponto de vista do tempo cronológico. O adjetivo "pouco" (gr. *oligon*, Ap 17:10) é usado no Apocalipse, ao se afirmar que o diabo, após a cruz, sabia que tinha "pouco tempo" (*oligon kairon*, 12:12). Por outro lado, ao falar que o dragão será solto após o milênio, mas por "pouco tempo", João usa a frase *mikron kronon* (20:3), indicando desta vez um tempo curto cronometrado. Pedro também usa *oligon* no sentido de tempo não cronometrado (ver 1Pe 1:6).

Todos esses sete poderes de natureza política proveram o suporte necessário à causa do poder religioso representado pela meretriz, à luz da visão de Apocalipse 17. Assim, "a besta pode ser identificada com Satanás atuando por intermédio dos agentes políticos que, em todas as eras, se submeteram a seu controle" (ed. Nichol, 7:943; ver também Stefanovic, 2002, 515).

Esse relacionamento entre o poder político e poder religioso parece ser a ênfase da visão de Apocalipse 17. O profeta diz que com a meretriz "se

prostituíram os reis da terra" (v. 3). Com exceção da sétima cabeça, todas as demais representam poderes essencialmente políticos. Na sétima cabeça, os dois poderes estão integrados. No império dos papas medievais, o poder político e o religioso eram exercidos por uma única pessoa. No entanto, em todos os demais casos, um poder político distinto do poder religioso se coloca a seu serviço, com uma besta irracional que é montada e domada por um ser humano.

Alguns consideram o número sete, das cabeças do dragão e da besta, como simbólico e representativo de todos os poderes opressores dos santos ao longo da história, não devendo ser entendido literalmente (ver Kistemaker, 2001, 356). No entanto, a explicação do anjo de que "caíram cinco, um existe, e o outro ainda não chegou" (Ap 17:10) não deixa margem para essa possibilidade, já que ele fraciona o número sete em números comuns. Além disso, ele acrescenta um oitavo ao conjunto. As cabeças, de fato, representam os principais poderes que se opuseram à verdade "desde que Deus escolheu um povo e organizou sua obra na Terra" (ed. Nichol, 7:948). Apesar da oposição dos grandes poderes da Terra, os santos permanecem, pois, como Jesus afirmou, "as portas do inferno não prevalecerão contra" sua igreja (Mt 16:18).

É preciso pontuar que, embora as cabeças do dragão e da besta sejam relacionadas a nações históricas, o período de atuação das mesmas, representado nas profecias, é somente aquele em que o poder dessa nação é usado especificamente contra o povo da aliança. Nesse período, essas nações formulam decretos que requerem submissão dos santos em detrimento da lei de Deus, sob pena de morte. Os sete/oito impérios mencionados no Apocalipse, em diferentes circunstâncias, formulam decretos e mandados de morte contra o povo de Deus.

Ações imperialistas na forma de decretos contra o Israel de Deus foram tomadas por parte do Egito (Êx 1:11, 14, 16-18, 22; Hb 11:23), Assíria (2Rs 18, 19:10, 17, 19), Babilônia (Dn 3:6, 10, 17, 18), Pérsia (Et 3:8, 9, 13), Grécia (Dn 8:20), Roma (Lc 21:20-24; Dn 9:26, 27; Mt 24:15-20), Roma papal (Dn 7:21; Ap 13:7) e da segunda besta, ou os Estados Unidos (Ap 13:15). Contudo, apesar de esses decretos demandarem adoração e serviço sob ameaça de morte, os fiéis perseveram em obedecer a Deus, desafiando o poder dos impérios.

O objetivo de cada um desses sete poderes, com seus decretos, é aniquilar o povo de Deus ou suprimir seu caráter religioso distintivo. Deus, porém, o

defende. Isso ocorreu com o Egito, com a "ordem" e o "decreto" para matar os filhos dos hebreus (Êx 1:22; cf. Hb 11:23) e no episódio do Mar Vermelho (Êx 14:9-30); com a Assíria, no cerco de Senaqueribe a Judá (Is 8:4-8; 36:1-15; 37:3-37); com Babilônia, durante o cativeiro (Jr 39:9, 10; 52:13-15); com a Pérsia, sob a influência de Hamã (Et 7:4; 9:1-6); com a Grécia, sob o comando de Antíoco Epifânio (1 Macabeus 1:20-64; 3:42; 4:14, 36-54); com Roma, nas perseguições a judeus e cristãos (Dn 8:9-12, 24, 25; Ap 2:10, 13); e com papado ao longo de sua história (Dn 7:21, 25; 8:24; 11:33, 35). O mesmo se dará sob as ações opressoras da segunda besta de Apocalipse 13 que pretenderá fazer com que, por força de decreto, sejam mortos todos quantos não adorarem a "imagem da besta" (v. 15).

Apesar de não estarem registradas nas Escrituras, as investidas gregas contra Judá foram intensas e tiveram o objetivo específico de destruir a religião bíblica. Por ocasião de seu retorno de uma campanha frustrada contra o Egito, por volta de 170 a.C., o rei selêucida Antíoco Epifânio entrou em Jerusalém e assassinou inúmeros judeus fiéis. Ele tomou tesouros do templo, paralisou a oferta sacrificial tanto da manhã quanto da tarde e ergueu um altar idólatra diante do templo para o sacrifício de porcos. "Ordenou aos judeus que interrompessem sua adoração a Yahweh e, em vez disso, adorassem o Zeus olímpico e Dionísio, que cessassem a circuncisão, ignorassem o sábado, usassem o porco como alimento e como vítima de sacrifício e que destruíssem a Torah" (ed. Nichol, 5:15).

O PRÍNCIPE DOS IMPÉRIOS

Ao oprimir os santos, os sete impérios afrontam a Deus diretamente. Isso mostra que eles são usados como instrumentos diretos nas mãos do inimigo de Deus. Cada decreto e cada investida do inimigo contra o povo da aliança, por meio dos impérios globais, é um evento específico do grande conflito.

O faraó do Egito questionou Moisés: "Quem é o Senhor para que lhe ouça eu a voz e deixe ir a Israel?" (Êx 5:2). O rei assírio Senaqueribe cercou Jerusalém e desafiou o "Senhor", afirmando que Yahweh não poderia livrar Judá de suas mãos (2Rs 18:13, 30-35). Nabucodonosor ameaçou os judeus, dizendo: "E quem é o deus que vos poderá livrar das minhas mãos?" (Dn 3:15). Na Pérsia, Hamã quis exterminar os judeus (Et 3:8) por causa da lei de Deus. O

selêucida Antíoco matou judeus, profanou o templo e quis destruir a Torah. Roma crucificou a Cristo e destruiu Jerusalém. Acerca de Roma papal, se indagaria: "Quem é semelhante à besta?" (Ap 13:4), que mataria os santos (13:7). Por sua vez, a besta de dois chifres fará com que a Terra e seus habitantes "adorem" a primeira besta (13:12) e condenará à morte os que não fizerem isso (13:15).

Esses desafios a Deus, assim como os aspectos comuns e as ações paralelas do dragão vermelho, da besta semelhante a leopardo e da besta escarlate sugerem que há um poder único por trás de cada um dos impérios opressores do povo da aliança ao longo da história. Esse certamente é o poder de Satanás. O dragão e as bestas não devem ser símbolos exclusivos do próprio diabo, pois esta não é a característica dominante desses símbolos, mas ele é o poder que se esconde por trás de todos os impérios opressores e que os utiliza como seus instrumentos.

A lógica da relação do diabo com os impérios pode ser entendida a partir da afirmação de Cristo de que ele é o "príncipe deste mundo" (Jo 14:30; 16:11). O diabo alega que este mundo lhe foi "entregue" (Lc 4:6). Ele deseja reinar sobre a Terra criada por Deus e, ao usar um império de alcance global capaz de formular decretos e proibir a obediência à lei de Deus, ele ensaia seu domínio sobre a Terra, na qual não pode de fato reinar diretamente.

Daniel revela que os reinos representados pelas bestas que descreve nos capítulos 7 e 8 de seu livro têm um "príncipe", o qual se opõe ao "príncipe" Miguel, o protetor dos santos (ver Dn 10:13, 20, 21). O "príncipe" da Pérsia e o "príncipe da Grécia" podem ser o próprio diabo, tentando governar a Terra por meio desses poderes terrenos que se submeteram a ele.

Parece claro que Daniel está falando de Satanás como o "príncipe da Pérsia". Ele usa a palavra "príncipe" (heb. *sar*) 18 vezes, nenhuma delas em referência a um rei terreno. No capítulo 1, ele usa *sar* seis vezes em referência ao "chefe dos eunucos". Cinco vezes ele usa a palavra em referência a Miguel, ou Cristo, o "príncipe do exército" (8:11), o "príncipe dos príncipes" (8:25), "um dos primeiros príncipes" (10:13), "vosso príncipe" (10:21) e "o grande príncipe" (12:1; ver Js 5:14, que também chama Jesus de "príncipe do exército do Senhor"). Em Daniel 10:13, ele usa duas palavras em conexão com a Pérsia, falando do "príncipe [*sar*] da Pérsia" e também dos "reis [*melek*] da Pérsia".

Neste versículo (Dn 10:13), o profeta revela os bastidores do grande conflito naquele contexto. O anjo de Deus (Gabriel) tem uma obra a realizar junto a Ciro, o rei da Pérsia. No entanto, o "príncipe da Pérsia", supostamente uma força maior que o rei, interrompe o caminho. Só após a entrada de Miguel no conflito é que o caminho fica livre para Gabriel cumprir sua tarefa. Então, ele consegue o que desejava junto aos reis da Pérsia.

Ellen White parece favorecer essa ideia ao dizer que "enquanto Satanás estava procurando influenciar as mais altas autoridades no reino da Medo-Pérsia para que não mostrassem favor ao povo de Deus, anjos trabalhavam no interesse dos exilados". Segundo ela, aquela "era uma controvérsia na qual todo o Céu estava interessado", e, por intermédio do profeta Daniel, nos é dado "um lampejo desta poderosa luta entre as forças do bem e as do mal". Ela ainda afirma que "durante três semanas Gabriel se empenhou em luta com os poderes das trevas, procurando conter as influências em operação na mente de Ciro; e antes que a contenda terminasse, o próprio Cristo veio em auxílio de Gabriel". Assim, "a vitória foi finalmente ganha; as forças do inimigo foram contidas todos os dias de Ciro" (1996, 571).

Nessa linha de argumentação, Robert L. Thomas diz que "cada cabeça da besta é uma encarnação parcial do poder satânico que governa o mundo por um período" (1995, 292). Kistemaker afirma que, "depois da queda, Adão não mais governou a criação divina, mas Satanás usurpou esse direito (Lc 4:6)" e que "o dragão domina o mundo ao governar por meio dos impérios globais" (2001, 356). Segundo ele entende, a besta escarlate "não é um dos sete reis/reinos (v. 10)", como alguns têm afirmado ser ela mesma o "oitavo rei", da série descrita pelo anjo a João (Ap 17:11; ver NVI). Em vez disso, ele propõe que a besta, a exemplo do dragão, "personifica a totalidade do mal neles todos; portanto, ela é muito maior que qualquer um deles individualmente". Ela "trabalha em e por meio de cada um dos sete impérios bem como do oitavo". A frase "era, não é e voltará" ocorre com variações três vezes neste capítulo (17:8, 11) e é uma "clara pretensão de ser igual a Deus, 'que era, é, e há de ser' (1:4, 8; 4:8)" (ibid., 473).

No entanto, Deus não tolera o domínio de Satanás sobre seus santos nem mesmo pelo uso de um poder temporal. Por isso, Ele se levanta e quebra a cabeça do dragão em cada evento quando liberta seu povo das garras do poder inimigo materializado em um império terreno. Assim como no êxodo e no fim do cativeiro babilônico, no tempo do fim, se "levantará Miguel, o grande

príncipe, o defensor" dos santos (Dn 12:1; 10:21) para quebrar o poder da besta definitivamente. A ferida de morte a uma das cabeças da besta semelhante a leopardo é descrita pela palavra *plege* (Ap 13:3), que no Apocalipse significa "praga", ou um juízo infligido por forças divinas (Ap 9:18, 20; 11:6; 15:1; 16:9, 21; 18:4, 8; 21:9; 22:18). É Deus quem pessoalmente esmaga as cabeças da besta ou da serpente, como prometido em Gênesis 3:15.

É importante frisar que o dragão e a besta são um símbolo único, mas com sete cabeças, as quais são sete impérios. Ao longo da história, esses impérios são sete diferentes reinos opressores. Entretanto, em sua substância corpórea, eles são um só, pois a besta só tem um corpo. Isso torna o símbolo de João inteiramente apropriado: uma única besta de sete cabeças para representar sete impérios a serviço de um único poder espiritual, o de Satanás, o inimigo de Deus.

A representação dos impérios em um símbolo único ocorre tanto no Apocalipse quanto em Daniel. O quarto animal de Daniel 7 representa Roma pagã e Roma papal (Dn 7:8-11). Roma pagã e Roma papal também são representadas na figura do mesmo "chifre pequeno" do bode (Dn 8:23-25). O animal tinha quatro chifres, representando quatro reinos gregos posteriores. Todavia, em sua cabeça surge outro chifre, representando outros dois impérios subsequentes à Grécia. O mesmo ocorre com a estátua do sonho de Nabucodonosor, que corporalmente é uma só, mas representa os quatro impérios desde Babilônia, e ainda os reis dos últimos dias, entre os quais está incluído aquele representado pela besta de dois chifres de Apocalipse 13:11.

A estátua do sonho de Nabucodonosor, contendo cinco diferentes elementos, representa os cinco principais poderes mais dez reinos menores. Medindo 60 côvados por seis, a estátua era uma representação dos deuses caldeus sobre os quais se apoiava o poder de Babilônia. Portanto, não deixava de ser uma alusão ao "príncipe deste mundo", o diabo, que é quem está por trás de todo tipo de ídolo. Mesmo que os impérios babilônico, persa, grego e romano tenham passado, no contexto indicado nos pés da estátua, de certa forma, eles permanecem, porque Daniel diz que a pedra que cairá nos pés da estátua, no futuro, quebrará *então* "o ferro, o barro, o bronze, a prata e o ouro" (Dn 2:35, 45), apesar de os reinos que eles representavam já não existirem como impérios. Cada um desses impérios, de alguma forma, permanece no outro que o sucede, seja por compartilhar certos símbolos culturais, seja por compartilhar a mesma

pretensão de ser igual a Deus.

O reino de Cristo, porém, ao ser estabelecido, não herdará nada dos poderes anteriores, mas destruirá para sempre todas as obras humanas que os diferentes impérios compartilharam ao longo da história.

---

1 A LXX usa o substantivo grego *drakon* 30 vezes para traduzir o heb. *tannyin*, que é "dragão", "serpente", "monstro marinho", e o heb. *livyathan*, que é "dragão", "leviatã", "monstro marinho". Usa também *ophis* 29 vezes, para traduzir o hebraico *nachash*, "serpente" ou "cobra", e o hebraico *efeh*, "víbora" ou "cobra".

2 A menção aos "anjos" do dragão (Ap 12:7) indica que o dragão e a "terça parte das estrelas" são primariamente uma alusão a Satanás e os anjos maus em sua rebelião contra Deus. Entretanto, Ellen White afirma, em *O Grande Conflito*, p. 438 que, embora "o dragão represente primeiramente Satanás, é, em sentido secundário, símbolo de Roma pagã". Nessa visão (Ap 12), o dragão representa "Satanás atuando por meio de Roma pagã, o poder que dominava o mundo quando Jesus nasceu" (ed. Nichol, 7:894).

CAPÍTULO 5

O Último Rei

Apesar de o dragão e as duas bestas serem descritos como tendo exatamente sete cabeças que representam sete reis/impérios, ao explicar a visão a João, em Apocalipse 17, o anjo afirma que um oitavo e último "rei" é previsto. Nas palavras do intérprete celestial, "a besta, que era e não é, também é ele o oitavo rei, e procede dos sete" (v. 11).

Embora este seja apenas mais um elemento na sequência dos sete "reis" anteriores, é justificável um capítulo para explicá-lo. Primeiro, por se tratar do último elemento no cenário escatológico previsto na visão da mulher montada sobre a besta; segundo, por se tratar de um tema que tem atraído a atenção de muitos estudiosos nos anos recentes; e, por fim, pela variedade de traduções e interpretações dadas a essa parte da visão.

A interpretação da identidade do oitavo rei depende naturalmente da identidade atribuída à besta escarlate e suas cabeças. Como foi mencionado no capítulo anterior, a interpretação preterista predominante nos setores liberais é de que a besta escarlate representa a mesma entidade retratada no dragão (Ap 12) e na besta (Ap 13), que seria o império romano e sua capital considerada a "cidade das sete colinas" (cf. 17:9; ver comentários de Johnson, 1981, 554). Essa interpretação, porém, resulta na negação do dom profético. Os preteristas, que enxergam no dragão e na besta apenas uma referência ao império romano, não veem grande relevância na figura do oitavo rei.

Muitos dos que interpretam a besta de Apocalipse 17 como um símbolo dos sete poderes globais opressores do povo da aliança consideram o oitavo rei como um retorno do sétimo poder, ou seja, de "Roma papal" (Stefanovic, 2002, 515, 516; ed. Nichol, 7:946-949). Nesse caso, o "oitavo rei" indicaria a fase final de atuação dessa mesma entidade, após a restauração de seus poderes perdidos na Revolução Francesa, em 1798, conforme previsto em Apocalipse 13:3. Stefanovic diz que "o poder político global do fim dos tempos que estará a

serviço da Babilônia surge como uma oitava cabeça" (2002, 411). Para ele, essa "oitava cabeça é de fato o reaparecimento da sétima cabeça [papado] no tempo do fim após a cura da ferida de morte" (ibid.). Além de outras questões contextuais a essa interpretação, anteriormente discutidas, o que Stefanovic chama de "poder político global" a serviço da meretriz no fim do tempo é claramente definido em Apocalipse 17:12 a 14 como o conjunto da "besta escarlate" (oitavo rei) mais os "dez reis".

A terceira linha de interpretação identifica a besta escarlate (Ap 17) com o dragão vermelho (Ap 12) e considera o oitavo rei como a manifestação do diabo no fim do tempo ou depois do milênio (Müeller, 2005, 39). Jon Paulien pontua que o "oitavo rei" seria a própria besta "escarlate", mas entende que ela representaria uma "confederação de poderes políticos e militares" em oposição a Deus no fim do tempo (Paulien, 2008, 136, 212, 218; ver também ed. Nichol, 7:943).

Ainda uma interpretação mais popular e menos embasada teologicamente vê a besta escarlate como sendo Roma papal e considera que a criação do estado do Vaticano, em 1929, pelo Tratado de Latrão, corresponderia à cura da ferida da besta de Apocalipse 13:3. Os sete reis representados pelas cabeças da besta seriam sete papas; e o oitavo, portanto, seria um último papa que guardaria certas relações com seu antecessor.

Patricia Ann Sunday afirma que "o Tratado de Latrão proclamou Pio XI como o primeiro santo papa/rei do império católico romano", que "ele literalmente se tornou rei do Estado do Vaticano", em 11 de fevereiro de 1929, e que o sucessor de Bento XVI seria o oitavo e último papa (2012, 300). Barho e Mbeledogu afirmam que, uma vez que Pio XI foi o "primeiro monarca do Vaticano", Bento 16 foi o sétimo rei/papa, e que o oitavo "não ser[ia] humano" e seu reino duraria somente "sete anos"! (2012, 215, 216).

A multiplicidade de interpretações reflete a complexidade da visão, especialmente das palavras de Apocalipse 17:11. Como foi visto, as interpretações que identificam a besta escarlate com a primeira besta de Apocalipse 13:1 ou Roma papal e mesmo com o dragão esbarram em um problema claro: por fim (Ap 17:16), a besta escarlate e os "reis da terra" odeiam e destroem a meretriz (o poder religioso romano).

Por outro lado, a "confederação de poderes seculares", prevista por Jon Paulien, e o "poder político global" apontado por Ranko Stefanovic, como a realidade revelada no oitavo rei, em vez de ser a besta escarlate, pode representar a própria coalizão formada pela besta e os "reis da terra". Nesse caso, a besta não é o "poder político global", mas o rei maior dessa confederação que lidera os demais reis da Terra. Assim, uma definição mais objetiva da entidade representada pelo "oitavo rei" ainda é necessária.

A proposta deste capítulo é fazer uma exploração dos paralelos entre as visões de Apocalipse 12, 13 e 17, com vistas à identificação da possível identidade do oitavo rei. Esta abordagem é um desdobramento da exploração da natureza e do significado da "besta" e do "dragão" nas Escrituras, feita no capítulo anterior.

UMA CABEÇA IMPLANTADA

O texto de Apocalipse 17:11 tem sido traduzido de diferentes formas principalmente em função da partícula grega *kai*, que precede o pronome *autos* ("ele") e o adjetivo ordinal *ogdoos* ("oitavo"). A Nova Versão Internacional (NVI) diz: "A besta que era, e agora não é, é o oitavo rei." Johnson afirma que, neste caso do verso 11, a NIV simplesmente "não traduz a partícula conectiva *kai*, que inicia esta frase ['é o oitavo rei'] no texto grego", o que sugere uma interpretação subjacente prévia à tradução (1981, 519). A King James Version (KJV) a traduz por even: and the beast that was, and is not, even he is the eighth. A Nova KJV, traduz por also: the beast that was, and is not, is himself also the eighth. As versões em língua portuguesa em geral traduzem a partícula *kai*, neste texto, por "também": "e a besta, que era e não é, também é ele, o oitavo rei" (ARA). A partícula *kai*, conjunção "e", também é usada como advérbio e, nestes casos, pode ser traduzida por "também" ou "igualmente" (ver Mt 5:39f; 5:46; 12:45f; Mc 8:7; At 13:9).

Levando em conta o uso regular da partícula *kai* como um advérbio, além de uma conjunção ("e"), a tradução da Nova KJV e da ARA parece mais fiel ao texto e mais ajustada ao contexto, uma vez que a besta é o poder em atuação por meio de cada uma das sete cabeças ou dos sete "reis". O sentido, então, poderia ser de que ela é ou atua por meio de cada uma das sete cabeças/reis e *também* atuará por meio de um oitavo rei. Isso estaria em conformidade com os

antecedentes da figura da besta e do dragão de sete cabeças, que no Antigo Testamento são metáforas de poderes como o Egito, Assíria e Babilônia (ver capítulo anterior). Interpretar que a *própria* besta seja o oitavo rei deixa sugerido que ela não seria cada um dos sete reis anteriores. Isso implica separar a besta de suas cabeças, o que seria estranho à unidade do símbolo.

Explorando a expressão grega usada por João, Robert H. Mounce insiste em distinguir o oitavo rei dos sete anteriores. Ele pontua que esse elemento "é um oitavo [rei] no sentido de que ele é distinto dos outros sete" e que ele é "dos sete [*ek ton hepta*]" e não "um dos sete". Nessa condição, o oitavo "exercerá o mesmo tipo de papel de seus antecessores", e seu período de atuação "é a grande tribulação precedente ao retorno de Cristo" (1998, 318).

A ausência do artigo definido antes do adjetivo ordinal masculino *ogdoos* ("oitavo"), no texto grego, não favorece necessariamente a ideia de que esse oitavo rei seja a própria besta (gr. *therion*, que é um substantivo neutro; ver ed. Nichol, 7:949, 950). Essa ausência do artigo significa simplesmente que este é um elemento novo na visão. Cada vez que João descreve algo pela primeira vez, ele o faz sem emprego do artigo definido (ver Ap 12:1, 3; 13:1, 11; 17:3). Sendo que o adjetivo *ogdoos* é masculino, ele se relaciona aos "reis", do grego *basileus*, um substantivo plural masculino. Nesse caso, no contexto da descrição dos sete reis (v. 10, 11), é mais natural ver o "oitavo" como mais um rei/império histórico do que como a própria besta, cujo gênero é neutro.

O fato de o anjo afirmar que cinco reis já haviam caído, um existia, o sétimo viria (v. 10) e, ainda, um oitavo apareceria sugere uma relação consecutiva e de semelhança entre os sete reis e o oitavo elemento. Além disso, ele acrescenta que o oitavo "procede" (do grego *ek*, "procedência", "origem") dos sete. Nesse caso, um oitavo império, proveniente dos sete (no sentido de semelhante), é realmente previsto.

Nesse ponto do texto, a NVI se torna ainda mais confusa; pois, logo após afirmar que a besta "é o oitavo rei", afirma que ela "é um dos sete" (v. 11). Ora, se a besta fosse o oitavo, não poderia ser um dos sete. Por outro lado, se o oitavo fosse um dos sete, então não haveria oito, mas apenas sete reis. Em Apocalipse 13, é prevista a restauração da besta ferida, mas isso só ocorre mediante o surgimento de outro elemento, a besta de dois chifres. Além disso, João diz que é a "besta" que é curada, não a cabeça ferida. A ideia de

"procedência", no sentido de semelhança, parece ser a mais ajustada a este emprego da preposição grega *ek*.

Se a besta é "*também* um oitavo", conclui-se que ela é cada um dos impérios representados por suas sete cabeças. Assim, um oitavo rei é previsto como se fosse implantado na besta tardiamente, apesar de ela só ter sete cabeças. Esse oitavo, no entanto, tem uma relação igualmente íntima com a besta, a exemplo dos demais que figuram como parte corpórea do símbolo. Ao afirmar que o oitavo "procede dos sete", o anjo não parece deixar espaço para a conclusão de que a "própria" besta seja esse rei, pois assim ela seria menor do que os sete, nos quais ela teria sua origem. Por outro lado, o oitavo também não poderia ser o próprio diabo, pois ele não pode "proceder" desses poderes terrenos, caso contrário seria menor e subordinado a eles.

Nesse caso, o sentido mais adequado às palavras do anjo parece ser de que a besta toma expressão em cada um dos poderes representados por suas sete cabeças, mas ela é ainda um oitavo poder, que "procede" desses anteriores, um poder semelhante aos anteriores. Quem seria, então, esse último poder a ser usado pelo inimigo de Deus na crise final, como um suporte político para a religião falsa, a exemplo dos demais?

Como visto no capítulo anterior, o foco mais específico em Apocalipse 17, em que uma mulher está montada em uma besta, parece ser a relação entre Igreja e Estado, que é descrita como uma relação de "prostituição". A mulher é uma "meretriz", uma religião/igreja pervertida, com a qual se prostituem os "reis da Terra", representantes do poder político (Ap 17:2; 18:3, 9). Esse foco está ajustado ao contexto, pois João descreve no capítulo 16 a visão dos "três espíritos imundos" (poderes religiosos) que vão ao encontro dos "reis do mundo inteiro" (poderes políticos; v. 13, 14). A visão da meretriz *montada* sobre a besta indica que os "três espíritos" alcançaram seu objetivo em seduzir os poderes políticos em benefício da causa da religião. O fato de essa besta escarlate não ter "diademas" em suas cabeças indica que seu poder real, no contexto em questão, é exercido pela meretriz (Ap 12:3; 13:1; 17:3), que a si mesma se considera "rainha" (18:7).

Sete impérios "carregaram" a mulher ao longo da história. Se o oitavo rei é da mesma natureza dos sete anteriores e sobre ele também a mulher estará montada, como esteve nos demais, esse rei deverá ser um poder político que, no

clímax do grande conflito, se colocará à disposição da religião falsa, sendo capaz de formular decretos e perseguir os dissidentes dessa religião em nível global. Da mesma forma que essa religião falsa se apoderou do poder político e militar dos sete impérios históricos para perseguir os santos de Deus, ela deverá encontrar outro poder com o qual manterá a mesma relação de prostituição espiritual, no clímax do conflito.

VISÕES PARALELAS

O primeiro caminho a ser percorrido na tentativa de se identificar exegeticamente o oitavo rei deve ser aquele sugerido pelo próprio contexto interno do livro do Apocalipse. No capítulo anterior, anunciamos a hipótese de que os capítulos 12, 13 e 17 desse livro devem ser vistos como visões paralelas, em virtude da estrutura comum dos três principais símbolos aí empregados para descrever os inimigos de Deus no clímax do grande conflito, a saber, o dragão e as duas bestas de sete cabeças e dez chifres.

Na interpretação do Apocalipse, é preciso levar em conta a natureza distintiva das profecias apocalípticas, que é a descrição de quadros paralelos, complementares e interdependentes (ver Johnsson, 2011, 884-886; ed. Nichol, 7:94, 95, 106, 872, 905). William Johnsson diz que as visões paralelas "recapitulam e ampliam o assunto já apresentado", acrescentando "detalhes ausentes no relato anterior" (2011, 886, 887). No caso de Daniel, os capítulos 2, 7 e 8 descrevem os mesmos poderes por meio de diferentes figuras e com diferentes enfoques. Ekkehardt Müeller e Gerhard Pfandl afirmam que tanto Daniel quanto o Apocalipse usam o "princípio da recapitulação", segundo o qual cada visão cobre aproximadamente a mesma época histórica, mas se concentra em diferentes aspectos dos acontecimentos descritos (2015, 85).

Em Daniel 2, a visão é de uma estátua, um tipo de ídolo, que representou para Nabucodonosor os reinos do mundo em sucessão (Babilônia, Pérsia, Grécia, Roma e os últimos reis) até a chegada do reino eterno de Deus. O enfoque dessa visão é a permanência do reino de Deus em detrimento da efemeridade dos reinos humanos. Daniel conclui a interpretação da visão destacando esta verdade: "O Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído; este reino não passará a outro povo; esmiuçará e consumirá todos estes reinos, mas ele mesmo subsistirá para sempre" (v. 44). Essa era uma

mensagem direta ao rei babilônio que se orgulhava de seu reino e pretendia que ele fosse perpétuo, tanto que em seguida ele fez um ídolo todo de ouro para ser adorado (Dn 3:1), como se Babilônia pudesse cobrir toda a história, da cabeça aos pés da estátua.

Em Daniel 7, o mesmo período histórico e os mesmos poderes terrestres (Babilônia, Pérsia, Grécia, Roma e Roma papal) são mostrados por meio de novos símbolos. A visão é dada a Daniel, para quem as nações inimigas, que oprimiam Israel, se assemelhavam a "feras" ou "bestas" rapinantes (ver Ez 34:27, 28). Nesse quadro, o enfoque é o juízo de Deus ao tomar o controle do mundo em suas mãos para defender os santos, no fim dos tempos (Dn 7:8, 9, 14, 27). Esta era uma mensagem direta a Daniel e aos cativos de Judá, em Babilônia. O profeta repete esse detalhe da visão três vezes, formando paralelos verbais: "continuei *olhando*, *até que* foram postos uns tronos, e o Ancião de Dias se assentou" (v. 9); "eu *olhava* e eis que este chifre fazia guerra contra os santos e prevalecia contra eles, *até que* veio o Ancião de Dias e fez justiça aos santos do Altíssimo, e *veio o tempo* em que os santos possuíram o reino" (v. 21, 22); por fim, diz: "mas, *depois*, se assentará o tribunal para lhe *tirar o domínio*, para o destruir e o consumir até ao fim" (v. 26, itálicos do autor).

Em Daniel 8, dois símbolos são descritos, representando um resumo dos poderes (Pérsia, Grécia, Roma e Roma papal) retratados na visão anterior, com um foco específico sobre o ritual do santuário. Por isso, não há leão, urso nem leopardo nesta visão, mas um "carneiro" e um "bode" (v. 3, 5), os dois animais representativos do serviço diário (Lv 9:2) e do Dia da Expiação no santuário hebraico (Lv 16:3, 5) que tipificava o juízo do povo de Deus, ou sua vindicação final. Por meio da visão desse juízo é garantido ao profeta que o povo de Deus será vindicado em face das investidas dos reinos humanos contra eles. O último reino de "feroz catadura" oprimirá o "povo santo", mas será "quebrado" por mãos divinas (Dn 8:23-25).

Nesses relatos de Daniel, conclui-se que as visões paralelas revelam em geral um mesmo período profético, prevendo as ações das mesmas entidades históricas, mas com símbolos diferentes e com enfoques complementares e cumulativos. Uma vez que as visões são paralelas, a interpretação delas é interdependente.

O mesmo ocorre no Apocalipse. João relata a visão das sete igrejas, cujo

enfoque é a presença de Cristo com elas ao longo da história. Essa visão é aberta com uma cena do santuário em que Jesus caminha entre os candeeiros, símbolo das igrejas (Ap 1:12, 13). Cada carta inicia com uma apresentação de Cristo por meio de seus títulos e termina com uma promessa ao vencedor. Em cada uma delas, Jesus repete a afirmação "conheço as tuas obras" (2:2, 19; 3:1, 8, 15), exceto a Esmirna a quem diz "conheço a tua tribulação" (2:9), e a Pérgamo, "conheço o lugar em que habitas" (2:13). Essas afirmações recorrentes confirmam a presença pessoal de Cristo em cada fase da igreja na história. À última igreja de Laodiceia ("povo do juízo"), é feita a promessa de que o vencedor se assentará também no "trono" com Cristo (Ap 3:21), condição para reinar e julgar (Dn 7:18; 1Co 6:2-3; Ap 20:4).

Na narrativa dos sete selos, o foco é o poder de Cristo para consumar a obra da salvação no transcorrer da história. A visão é introduzida com a entronização de Cristo, o "Cordeiro" (Ap 5:6) que foi morto, tornando-se "digno" de abrir o livro dos sete selos (v. 9). No fechamento da visão, a presença dos glorificados diante do trono de Deus confirma a eficácia do poder salvador de Cristo: "São estes os que vêm da grande tribulação, lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro" (Ap 7:14).

O terceiro quadro dessa série são as sete trombetas, precedidas de uma visão do "altar de ouro que se acha diante do trono" (Ap 8:3), enfocando a mediação divina em prol dos santos perseguidos e a consequente ação divina na história em julgar e punir os ímpios, em defesa de seus fiéis. A visão é encerrada com a menção ao domínio de Cristo, que assumiu o governo do mundo, para vindicar os santos e destruir os opressores (Ap 11:15-18).

Assim, da mesma forma que em Daniel, essas três visões paralelas no Apocalipse cobrem relativamente o mesmo período histórico com a descrição das mesmas entidades em ação: Deus, os santos e os inimigos opressores. As visões são interdependentes, de modo que a mesma metodologia empregada para os selos e as trombetas também deve ser empregada para a visão das igrejas que, tomando as sete congregações locais da Ásia como símbolos, revela a trajetória e evolução da igreja de Deus ao longo da história, de Éfeso a Laodiceia, da tribulação ao juízo. Tanto em Daniel quanto no Apocalipse, o juízo é a fase final da história.

Com essa perspectiva em mente, a visão do dragão e das duas bestas (Ap

12, 13 e 17), sendo consideradas paralelas, também devem cobrir em linhas gerais o mesmo período histórico, com as mesmas entidades, sendo visões cumulativas e interdependentes.

Como proposto no capítulo anterior, Apocalipse 12 tem um foco sobre o conflito entre Cristo e Satanás, desde o Céu até a crise final com a perseguição ao remanescente no fim do tempo (Ap 12:17). A visão das duas bestas, no capítulo 13, tem seu foco na ação dos inimigos contra a lei de Deus, com a descrição específica da sétima cabeça que altera a lei de Deus e da segunda besta que formula um decreto para impor a marca da besta em substituição ao selo de Deus no clímax da história (Ap 13:5-7; cf. Dn 7:25; Ap 13:15, 16). A visão da meretriz montada na besta escarlate (Ap 17) tem seu foco sobre a relação entre Igreja e Estado, destacando a atuação do oitavo rei no clímax do conflito.







A questão, nesse caso, seria: Que entidades são representadas por esses três símbolos paralelos em seu escopo amplo e como essa representação pode ajudar a identificar o oitavo rei? Dispondo os capítulos 12, 13 e 17 em paralelo, quanto às entidades representadas pelo dragão e as bestas, temos a seguinte configuração:

Apocalipse 12: O dragão persegue a mulher pura e a Cristo (v. 4); nisso ele representa Roma imperial. Entretanto, ele também persegue a mulher por 1.260 anos (12:6, 14), assim ele representa igualmente Roma papal. Por fim, ele persegue ainda o remanescente, que guarda "os mandamentos de Deus e [tem] o testemunho de Jesus" (12:17); e, nisso, ele representa também a mesma entidade retratada pela besta de dois chifres (13:15-17), os Estados Unidos. No

entanto, é dito que ele tem "sete cabeças" com "sete diademas" (Ap 12:3), as quais devem representar sete diferentes "reis", presumivelmente os mesmos representados pela besta escarlate (de Ap 17).

Apocalipse 13: A besta semelhante a leopardo recebe o trono do dragão (13:2), isto é, ela sucede Roma imperial e persegue os santos por 1.260 anos (ou 42 meses, 13:5); assim, também ela representa Roma papal. Por sua vez, a besta de dois chifres emerge da "terra" (13:11), o mesmo local em que a mulher pura fora socorrida após a perseguição de 1.260 anos (12:16); desta forma, ela representa um poder político do Novo Mundo, onde um grupo expressivo de cristãos fiéis à Bíblia se refugiou no início do século 17. Ela persegue os que não têm a marca da besta e que, portanto, guardam os mandamentos de Deus; nisso, ela representa a mesma entidade já retratada nas ações do dragão contra o remanescente (12:17). Fica claro que a guarda dos mandamentos é o motivo da perseguição por parte das duas bestas aos santos no capítulo 13 mediante o paralelo verbal entre Apocalipse 13:10: "aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos" e 14:12: "aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus". Observa-se ainda que a besta do mar tem sete cabeças e cada uma representa um poder diferente, pois só "uma" das cabeças da besta é "golpeada de morte" (Ap 13:3) no contexto referente ao fim da Idade Média. Nesse caso, ela também deve representar os mesmos "reis" retratados na besta escarlate.

Apocalipse 17: A besta escarlate tem sete cabeças que são sete reis (v. 9-10); nisso, ela representa os cinco impérios que já haviam caído no tempo de João (Egito, Assíria, Babilônia, Pérsia, Grécia), aquele que o anjo disse que existia no tempo de João, isto é, Roma imperial, bem como o sétimo que ainda viria, ou seja, Roma papal. Todavia, ela também é um oitavo (v. 8), um último poder da mesma natureza dos sete anteriores, sobre o qual a meretriz estará montada na crise final. Nisso, ela pode representar também o mesmo poder já retratado pelo dragão no capítulo 12:17 e pela besta de dois chifres, no capítulo 13:11, o qual restaura a ferida de morte da primeira besta, colocando à disposição desta o seu poder político. Além disso, é preciso notar que a besta escarlate ou o oitavo rei faz "guerra" (*polemos*; a mesma palavra usada em Ap 12:17 e 13:7) aos que estão com o Cordeiro (Ap 17:14).

Considerando essas implicações dos três símbolos paralelos, temos a seguinte configuração:

Ap 12 Dragão	v. 3 Egito	v. 3 Assíria	v. 3 Babilônia	v. 3 Pérsia	v. 3 Grécia	v. 4 Roma	v. 6, 14 Roma Papal
Ap 13 Bestas	v. 3 Egito	v. 3 Assíria	v. 3 Babilônia	v. 3 Pérsia	v. 3 Grécia	v. 3 Roma	v. 5, 7 Roma Papal
Ap 17 Besta	v. 10 Egito	v. 10 Assíria	v. 10 Babilônia	v. 10 Pérsia	v. 10 Grécia	v. 10 Roma	v. 10 Roma Papal

LaRondelle afirma que as sete cabeças e os dez chifres dos monstros simbólicos de Apocalipse 12, 13 e 17 estabelecem paralelos evidentes entre essas visões. "*Três vezes* nas visões do livro do Apocalipse *uma besta* simbólica com sete cabeças e dez chifres é apresentada (cap. 12, 13 e 17)" (1992b, 177, itálico acrescentado). "Essa besta [Ap 17] tem também a significativa característica de sete cabeças e dez chifres (v. 3), intimamente relacionada com o dragão vermelho do capítulo 12" (ibid., 376).

Na segunda fala, em Apocalipse 17, ao tratar da identidade da besta, o anjo usa verbos nos três tempos fundamentais. Ele diz que "caíram cinco" dos "sete reis", um "existe" e outro ainda viria (v. 10). Também diz que os "dez reis" ainda não tinham recebido reino, mas receberiam (v. 12). E completa: esses dez reis e a besta "pelejarão" contra o Cordeiro (v. 14) e "odiarão a meretriz" (v. 16). O uso coerente dos modos verbais, especialmente o futuro, nas explicações feitas por anjos ou por terceiros acerca de entidades por virem apoia a afirmação de que toda explicação é dada "no tempo do profeta" (Paulien, 2008, 214, 215; ver Strand, 1979, 54).

O uso dos tempos verbais em Daniel provê uma base para esse princípio (ver Dn 2:31-35; 2:36-44; 7:1-15; 7:16-27; 8:3-12; 8:13-14, 19-25; 9:25-27). Exceto quando identifica os símbolos com as entidades representadas ("estes grandes animais, que são quatro, *são* quatro reis"), ele usa o verbo no futuro de

forma coerente: "que se *levantarão* da terra" (Dn 7:17, itálico acrescentado).

Nesse paralelo entre as três visões, os mesmos poderes são retratados por diferentes símbolos. Isso sugere que o último poder a perseguir os santos é aquele retratado na figura da besta de dois chifres. Outros paralelos ainda podem corroborar esse ponto de vista.

VISÕES COMPLEMENTARES

Além das grandes visões paralelas, o Apocalipse também apresenta diversas expressões e pequenas visões paralelas e interdependentes. A exploração desses *links* internos e dessas visões menores pode confirmar a interpretação das grandes visões.

A relação do juízo da meretriz (Ap 17:1) com a sexta praga (16:12) lança luz adicional sobre Apocalipse 17, no sentido de possibilitar uma mais ampla exploração das entidades retratadas nos símbolos da meretriz e da besta escarlate. Nessa praga, o mundo aparece completamente polarizado entre os inimigos de Deus e o remanescente. Os inimigos integram a coalizão feita pelo dragão, a besta e o falso profeta (16:13) que incorpora também os "reis do mundo inteiro" (16:14). O remanescente é composto pelo grupo que "vigia e guarda" para andar retamente diante de Deus (Ap 16:15). No Armagedom, portanto, os inimigos que desafiam o "Deus Todo-Poderoso" (16:14) reúnem os poderes religiosos da Terra representados pelo dragão, a besta e o falso profeta (espiritualistas e cristãos professos) e os poderes políticos e militares representados pelos "reis do mundo inteiro".

Esses dois grupos são representados diversas vezes no Apocalipse, porém, mais claramente no contexto do clímax do grande conflito descrito em Apocalipse 13, 16 e 17. No capítulo 13, esse grupo opositor é representado por dois símbolos: a primeira besta, então curada de sua ferida mortal, e a besta de dois chifres (ver 13:11-17). No capítulo 17, o mesmo grupo é representado por dois outros símbolos: a meretriz e a besta escarlate, na fase de seu oitavo rei, junto dos "dez reis". Do capítulo 13 para o 16 e 17, há uma progressão em que a entidade representada pela primeira besta (catolicismo medieval) torna-se um poder apenas religioso e se expande para incorporar "espiritismo" e "protestantismo" (ver Paulien, 2008, 160-165, 173; White, 2004, 588, 589),

como sugerido em Apocalipse 16:13, formando a Babilônia (ver Ap 17:5). Por sua vez, a besta de dois chifres passa a incorporar também "os reis da terra" (Ap 13:12, 14; cf. 16:14; 17:12, 16), pois são colocados sob sua influência direta.

Essa ampliação na descrição das entidades justifica a mudança nos símbolos. Assim, o poder religioso representado pela besta de sete cabeças (Ap 13:1), destituído do poder político perdido devido à ferida de morte, é mostrado em Apocalipse 17 na figura da meretriz; e a besta de dois chifres (poder político) é substituída por outro símbolo: o oitavo rei.

A mudança de símbolos é comum na profecia apocalíptica, quando se deseja ampliar ou mudar o espectro da revelação como já visto. Em Daniel 2, a sequência de impérios (Babilônia, Pérsia, Grécia e Roma) é representada pela estátua de ouro, prata, bronze, ferro e barro. Com mais detalhes, a mesma sequência é retratada em Daniel 7 por quatro animais: leão, urso, leopardo e o quarto animal. Já em Daniel 8, os três últimos poderes são representados por um carneiro, um bode e um "chifre pequeno".

Considerando o contexto comum do clímax do grande conflito e do Armagedom, em que os inimigos de Deus assumem essa composição política e religiosa, as descrições da crise final em Apocalipse 13, 16 e 17 podem ser postas em paralelo, de modo que a primeira besta restaurada está para a meretriz, assim como a besta de dois chifres está para o oitavo rei. Essa alteração nos símbolos se justifica em vista das mudanças na configuração das entidades em questão e das ampliações na descrição das mesmas, como mostra o quadro dos poderes opositores no clímax do conflito:

	PODERES RELIGIOSOS	PODERES POLÍTICOS
Ap 13:11-17, 8: Crise final	Primeira besta restaurada	Besta de dois chifres + Terra e seus habitantes
Ap 16:12-		

16: Armagedom	Dragão, besta e falso profeta	Reis do mundo inteiro
Ap 17:12-15: Última peleja	Meretriz Babilônia	Besta escarlate: oitavo rei + dez reis

Os símbolos apocalípticos parecem ser usados de modo bastante coerente na representação específica tanto dos poderes religiosos quanto políticos/militares, no sentido de que os animais ou bestas representam poderes políticos seculares e animais com características humanas, ou pessoas, representam os poderes religiosos.

Em Daniel 7, os animais que representam os poderes políticos babilônico, persa, grego e romano não têm características humanas. Já o "chifre pequeno", que surge no quarto animal e que representa o poder político-religioso papal, tem "olhos, como os de homem" e "uma boca que falava" (Dn 7:8). Ao descrever o quarto animal, Daniel diz que ele era "diferente" de todos os demais, pois o chifre que "subiu" em sua cabeça tinha "olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência" (Dn 7:7, 8, 20, 24).

No Apocalipse, a besta símbolo do poder político e religioso papal tem uma boca que profere "blasfêmias contra Deus" (Ap 13:6). Por sua vez, a segunda besta, símbolo do poder político republicano e protestante americano, "[fala] como dragão"; se fala, tem algo de humano (13:11). Em Apocalipse 17, uma mulher representa o poder religioso, mas a besta escarlate não exibe nada de humano, o que a relaciona com os poderes políticos e militares.

É digno de destaque que a segunda besta passa a falar depois que recebe o "fôlego" ou "sopro" (gr. *pneuma*) da primeira besta (Ap 13:15). Isso sugere que a relação entre as duas bestas ocorre no contexto em que Igreja e Estado se unem na localidade representada pelo símbolo "terra". É essa união que torna a segunda besta a representação de um poder político e religioso, a qual passa a

evidenciar uma característica humana que distingue as figuras dessa natureza no Apocalipse: ela "fala" como dragão.

Nesse caso, como um símbolo descrito por João, a besta de sete cabeças representa o poder religioso somente no período histórico aludido em Apocalipse 13:1-10, quando tanto o poder religioso quanto o político são exercidos por uma mesma entidade, o bispo de Roma. Por isso, esta é a única visão em que a besta de sete cabeças tem uma boca que "fala", sendo que a visão se concentra apenas em uma das cabeças da besta-padrão, pois quando "uma de suas cabeças" é ferida de "morte", a besta toda deixa de atuar (Ap 13:3).

O *Comentário Bíblico Adventista* diz que "a principal diferença entre as bestas de Apocalipse 13 e 17 é que a primeira, identificada com o papado, não faz distinção entre os aspectos religioso e político do poder papal, ao passo que, na segunda, os dois são distintos, a besta representa o poder político, e a mulher, o poder religioso" (ed. Nichol, 7:944).

A CABEÇA DUPLICADA

Deve-se notar também que o quadro de Apocalipse 17 de uma besta de sete cabeças mais um oitavo rei permite um paralelo ainda mais direto com Apocalipse 13, em que João também descreve *oito* elementos, com o quadro de uma besta de sete cabeças mais uma besta de dois chifres, ou um oitavo poder na história.

Considerando o papel essencial que essa besta semelhante a cordeiro desempenha na crise final, era de se esperar que ela fosse referida em Apocalipse 17 cujo foco é o clímax do conflito. Uma vez que os Estados Unidos não são representados em Apocalipse 13 como uma das sete cabeças da besta principal, mas como uma besta a mais, é também natural que, em Apocalipse 17, esse poder fosse representado como um oitavo, ou um rei acrescentado na sequência dos sete impérios anteriores.

Por outro lado, o que torna os Estados Unidos um poder perseguidor dos santos, na crise final, é o fato de essa nação reproduzir o fenômeno característico de uma das cabeças da besta, a sétima, que representa um poder

terreno formado pela união de Igreja e Estado. Assim, quando os Estados Unidos formalizarem uma união da Igreja protestante com o Estado republicano, estará então reproduzida a "imagem à besta" (Ap 13:14) nessa nação protestante. De modo que o poder que essa nação exerce na crise final pode ser adequadamente descrito como uma espécie de duplicação ou reprodução da sétima cabeça da besta. Ela é apresentada como uma "imagem da besta", como se fosse uma projeção ou sombra da primeira.

Desmond Ford explica que o símbolo da "imagem da besta" evidencia "uma instituição e certos procedimentos nos quais se duplicará a forma e o comportamento do poder da besta em outro tempo". Segundo ele, essa "união de Igreja e Estado que caracteriza a apostasia e sempre precede perseguição, será novamente construída" (citado por Stefanovic, 2002, 422). LaRondelle acrescenta que, "uma vez que a Babilônia está sentada e emprega a 'besta', ou seja, os poderes políticos mundiais, na batalha contra os santos (Ap 17:1-6), o sentido amplo da Babilônia escatológica parece incluir a *união* de Igreja e Estado em escala global" (1992b, 162). Ou seja, o fenômeno da "imagem da besta" a se instalar nos Estados Unidos deverá se reproduzir em escala global, pois a segunda besta ordena "aos que habitam sobre a terra que [também] façam uma imagem à besta" (Ap 13:14, 15; 15:2; 16:2).

Ellen G. White explica que a união da Igreja com o Estado levará os Estados Unidos à formação de uma imagem da besta. "Quando as principais igrejas dos Estados Unidos, ligando-se em pontos de doutrinas que lhes são comuns, influenciarem o Estado para que imponha seus decretos e lhes apoie as instituições, a América do Norte protestante terá então formado uma imagem da hierarquia romana" (2004, 445).

Nessa perspectiva, o oitavo rei não deverá ser um que surja por destruir o sétimo, mas um desdobramento do sétimo, embora distinto dele. Essa relação entre o oitavo rei e o sétimo pode justificar a expressão de que ele "é dos sete" (Ap 17:11, KJV, ARC) ou de que ele "procede dos sete" (ARA). João diz que a entidade representada pela segunda besta (EUA) "exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença" e "faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta" (Ap 13:12). Há uma relação de cooperação e coexistência entre a "besta" e a "imagem da besta", sendo descritas como duas entidades distintas, mas interdependentes (Ap 13:15; 15:2; 16:2). No contexto do fim, a "besta" tipo leopardo mencionada nesses textos seria a estrutura

religiosa que permanece depois da perda dos poderes políticos por parte do papado medieval, e a "imagem da besta" é o poder político do Novo Mundo que se coloca à disposição dessa estrutura religiosa apostatada da verdade.

Apesar de Ranko Stefanovic interpretar o oitavo rei como um ressurgimento do poder político medieval do papado no fim dos tempos, ele enxerga na segunda besta de Apocalipse 13 uma relação bastante estreita com a primeira besta, sendo a segunda o poder político que dá suporte ao poder religioso. Corretamente, ele diz que essa segunda besta "desempenhará um papel-chave na crise final", e "o que a segunda metade de Apocalipse 13 parece sugerir é que a autoridade medieval da primeira besta novamente será exercida [mas] por meio da besta que surge da terra" (2002, 423). Ele sugere inclusive que "a segunda besta substituirá a primeira besta em poder e autoridade universais e agirá como o poder opressivo global do tempo do fim" (ibid.). Na fase final de sua atuação, "a besta que surge da terra chega a exercer coação e intolerância que caracterizaram a besta do mar durante a Idade Média" (ibid., 424). Na perspectiva esboçada por Stefanovic, o poder político a dar suporte ao papado na crise final é aquele representado pela segunda besta de Apocalipse 13, não restando outra alternativa senão vê-la como um poder paralelo ao oitavo rei de Apocalipse 17, embora ele mesmo não tenha concluído isso.

Assim, uma relação de cooperação e desdobramento entre os dois supostos últimos reis já está antecipada em Apocalipse 13, e essa relação é possível pela união da Igreja com o Estado. Tal união é representada em Apocalipse 13 pela cooperação entre a besta de dois chifres e a primeira besta, e em Apocalipse 17 pela mulher (Igreja) montada sobre a besta (Estado).



O anjo afirma ao profeta que o oitavo rei "procede [*ek*] dos sete" (Ap 17:11). A natureza específica dessa procedência deve ser entendida em termos de semelhança, ou seja, o oitavo rei é *dos* sete; é um poder político como os anteriores. Curiosamente, ao considerar a descrição de João acerca da segunda besta em Apocalipse 13:11, verifica-se que ele diz ter visto, depois da primeira besta, "*outra* besta emergir da terra". Ao fazer esse registro, ele não usa o adjetivo *heteros*, que significa outra de natureza diferente. João afirma que a segunda besta é uma *allos* da primeira besta, ou seja, outra da mesma natureza.

A primeira besta parece um leopardo e tem sete cabeças e dez chifres, enquanto a segunda parece um cordeiro e só tem uma cabeça e dois chifres. Contudo, o profeta afirma que elas são da *mesma* natureza. Essa relação estabelecida entre as duas, que está para além de sua aparência, deve apontar, portanto, para uma semelhança de natureza. De fato, a segunda besta repete o fenômeno característico da sétima cabeça: a união medieval de Igreja e Estado, sendo ela mesma definida em termos de uma "imagem da besta". O símbolo de um animal apresenta, contudo, a habilidade de "falar", embora como dragão

(13:11). Esse detalhe sugere que o símbolo aponta para uma entidade investida dos poderes religioso e político simultaneamente.

Assim, a expressão usada por João, *allo therion* (13:11), indica que esta segunda besta é da "mesma natureza da primeira" (ed. Nichol, 7:907).

> *A imagem da besta será uma organização que funcionará segundo os mesmos princípios da primeira besta. O que caracteriza a atuação da primeira besta é o uso do poder estatal para apoiar instituições religiosas. Assim, na imitação, a segunda besta deverá repudiar seus princípios de liberdade. A Igreja prevalecerá sobre o Estado para impor seus dogmas. O Estado se colocará a serviço da Igreja, e o resultado será a perda da liberdade religiosa e a perseguição das minorias discordantes* (*ed. Nichol,* 7:909).

Curiosamente, na visão de Apocalipse 16, no suposto início da obra dos três espíritos que operam sinais a fim de atrair os "reis", fica sugerido que o "falso profeta", que deve ser um símbolo do protestantismo, está separado dos "reis" (Ap 16:13-14), assim como o espiritualismo e o catolicismo, representados pelo dragão e a besta semelhante a leopardo. Eles são retratados em atuação a fim de seduzir os "reis" da Terra. Já no capítulo 13, que enfatiza o início da atuação da besta de dois chifres, no fim do tempo, o protestantismo parece já estar integrado a essa besta, pois então é dito que ela mesma opera "sinais" a fim de seduzir os que "habitam na terra" (13:13, 14). Após a destruição da meretriz, descrita em Apocalipse 18, o "falso profeta" aparece junto à "besta", que deve ser a escarlate na fase do oitavo rei, sendo então ambos lançados no lago de fogo (Ap 19:20). Assim, João deixa sugerido que, até certa altura da trajetória da entidade representada pela besta de dois chifres, o protestantismo não é parte de seu poder atuante, mas se torna no momento em que a besta assume seu papel profético. Fica, portanto, implícito um momento em que a Igreja protestante passará a exercer influência sobre o Estado.

É importante considerar o papel exercido pela entidade representada pela besta de dois chifres parecendo cordeiro em relação aos santos, no contexto amplo de Apocalipse 12 a 17.

Em geral, os adventistas consideram que o poder imperial americano, que exercerá um papel decisivo na crise final, ao formular uma lei dominical e desencadear uma perseguição contra o remanescente que guarda os mandamentos de Deus, é retratado uma única vez no Apocalipse (cap. 13). No entanto, essa não é a característica da profecia apocalíptica que usa quadros paralelos e mostra as mesmas entidades-chave em diferentes visões. De fato, já na visão de Apocalipse 12, esse poder é representado na figura da "terra" que abre a sua "boca" e socorre a mulher perseguida pelo dragão, no fim dos 1.260 anos (v. 15-17). A "terra" aqui é claramente um símbolo para a América do Norte, onde os protestantes que desejavam permanecer fiéis a Deus e à Bíblia se refugiaram no início do século 17.

Nesse caso, a primeira menção do Apocalipse a esse poder o retrata como um aliado da igreja de Deus. Nessa região do mundo, a Bíblia foi amplamente difundida sob a mentalidade protestante, leis foram formuladas para garantir liberdade de consciência e crença e aí surgiu o movimento profético de restauração da verdade e da lei de Deus que se difundiu por todo o mundo. A primeira revolução moderna foi a Revolução Americana, a qual se espalhou pelo mundo como uma ideologia e um novo regime sociopolítico (ver Dorneles, 2012). Entretanto, chegará um momento em que a "terra", ou seja, a América do Norte, será o cenário do ressurgimento do poder opressor aos fiéis de Deus, na figura da segunda besta (Ap 13:11).

Considerando que as cabeças da besta escarlate de Apocalipse 17 representam sete reis/impérios mundiais (Egito, Assíria, Babilônia, Pérsia, Grécia, Roma e Roma papal), o oitavo rei pode ser, portanto, o poder americano, conforme representado pela besta de dois chifres em Apocalipse 13:11. Nesse caso, o "oitavo rei" seria o último império a exercer poder contra os fiéis de Deus, em apoio à religião falsa.

Essa relação entre o oitavo rei e a besta de dois chifres não descarta a relação entre a besta escarlate e o diabo, mas procura especificar de que forma e por meio de quem o diabo deverá agir no clímax do conflito. Essa interpretação é condizente com o que a própria Escritura provê em termos de identificação para os reis/impérios, ao relacionar o oitavo rei a um império da mesma natureza dos anteriores.

Há, portanto, uma relação estreita entre o dragão (*drakon*, para usar a

palavra de João) e os poderes imperiais, no momento em que eles se voltam contra o povo de Deus. No êxodo, o Egito é o *drakon* que Deus esmagou nas águas do Mar Vermelho (Sl 74:13, 14; Is 51:9; Ez 29:3, 32:2, LXX). No cativeiro, Babilônia é o *drakon* que devorava Israel (Jr 51:34, LXX). Roma pagã é representada pela figura do *drakon* (Ap 12:3, 9). Roma papal recebe poder e trono do *drakon* (Ap 13:2) e a besta de dois chifres, como símbolo dos Estados Unidos, "fala" como *drakon* (Ap 13:11).

Além de o oitavo rei ser "procedente" ou semelhante aos sete, os símbolos unificados para representar diferentes entidades sugerem que todos os impérios mantêm certas relações entre si. Isso indica que, ao longo da história, em certo período, eles são um poder comum em oposição a Deus, no sentido de que Satanás é o agente que atua por trás de cada cabeça da besta. Os impérios representados pela besta compartilham símbolos, ideais, mitos, crenças e, sobretudo, uma visão comum de seu pretenso papel na manutenção da ordem do mundo (ver Dorneles, 2012, 89-115; ver também Hall, 2008). Por isso, são representados por uma mesma besta de sete cabeças.

O chamado Grande Selo dos Estados Unidos, estampado na cédula de um dólar, é uma evidência dessa relação entre os impérios. O selo representa a integração de elementos culturais dos impérios egípcio, grego, persa, babilônico e romano no império americano. Seus principais itens são: (1) a pirâmide truncada egípcia, muito usada pela maçonaria; (2) o olho da Providência, ou o olho de Hórus, deus solar filho de Osíris e Ísis, na mitologia egípcia; (3) a águia de cabeça branca, que era o pássaro de Zeus na mitologia grega e representava a descida do deus à Terra na crença egípcia; e (4) os motes "annuit coeptis", "novus ordo seclorum" e "e pluribus unum", tirados de Virgílio, poeta romano (ver Ovason, 2004). O desenho da águia, no selo, faz referência ao chamado "Faravahar", uma efígie persa que simbolizava a luz celestial em torno dos reis, heróis e santos da Pérsia; bem como à águia romana.

O paralelo entre a descrição do clímax do grande conflito provida por Apocalipse 13, 16 e 17 permite avançar ainda mais na relação entre o oitavo rei e a besta de dois chifres.

O IMPÉRIO DESERTOR

João diz que a besta e seus aliados (os dez chifres) odiarão e destruirão a meretriz (Ap 17:16). Se a besta e os dez chifres/reis são vistos como o poder político que é seduzido e enganado pelo poder religioso no fim do tempo, isso se torna coerente com a previsão de que a besta e os reis destruirão o poder religioso que os enganou. Este seria o efeito da sexta praga, explicada em Apocalipse 17 e 18.

Antes, porém, a besta e os reis da Terra são aliados da meretriz. O profeta afirma que a besta escarlate "leva" (17:7; gr. *bastazo*, "carregar", "conduzir") a meretriz que sobre ela está "montada" (v. 3). Essa relação de cooperação está refletida tanto no capítulo 13 quanto no 17. A besta de dois chifres faz uma imagem à primeira besta e restaura sua ferida (Ap 13:14), ou seja, a segunda besta se coloca a serviço da primeira. A besta de dois chifres lidera os que "habitam sobre a terra" (13:14) e os "reis do mundo inteiro" (16:14) contra Deus e seu povo, no Armagedom. A besta escarlate, que *também* é o oitavo rei (17:11), lidera os "dez reis" (nações modernas), em sua investida contra o Cordeiro, na peleja final (17:14).

Por outro lado, o clímax do conflito descrito em Apocalipse 13:11 a 17 não seria possível sem o papel desempenhado pela besta de dois chifres. Embora a primeira besta sobreviva à ferida recebida, é a segunda que restaura seu poder, que lhe faz uma imagem e impõe suas leis sobre toda a Terra (v. 14-17). Se a crise final é desencadeada pelo surgimento da besta de dois chifres em Apocalipse 13, esse poder precisava necessariamente estar representado no cenário da crise final, descrito em Apocalipse 17.

Nesses três cenários (Ap 13, 16, 17), portanto, há a previsão de uma "grande coalizão" de poderes seculares, a serem liderados, segundo o cenário de Apocalipse 13, pela besta de dois chifres e, segundo Apocalipse 17, pela besta escarlate na fase do oitavo rei. Ambas as figuras revelam uma entidade serviçal do poder religioso.

Entretanto, o anjo declara que a besta escarlate (poder político e militar), apoiada pelos dez reis, destruirá a meretriz (poder religioso). No desfecho do conflito, a proclamação final e dramática das três mensagens angélicas, no alto clamor (Ap 14:6-10; 18:1-3) por parte do remanescente, provocará o desmascaramento da meretriz e contribuirá para sua consequente queda, cujo clímax se dará na sexta praga. As "águas" que "secam" (Ap 17:15) apontam para

a retirada do apoio das nações (13:14; 16:14; 17:12, 13), ou seja, do poder político que ela havia conseguido seduzir. Assim, as nações antes unidas em favor da Babilônia não só deixarão de apoiá-la, mas se voltarão contra ela para destruí-la (17:16). Dentre as nações seduzidas pela meretriz, a mais forte é aquela representada pela besta de dois chifres, ou seja, os Estados Unidos, que lideram toda a coalizão política do fim do tempo. As declarações do Apocalipse são fortes: "Os dez chifres [reis] que viste e a besta, esses odiarão a meretriz, e a farão devastada e despojada, e lhe comerão as carnes, e a consumirão no fogo" (v. 16). Desta forma, a ira de Deus sobre a meretriz será executada por meio dos próprios aliados que também são inimigos de Deus. LaRondelle diz que Apocalipse 17:16 anuncia "o veredito do Céu de que a Babilônia eclesiástica será destruída pela Babilônia política" (1992b, 162).

A tradução "e os dez chifres que viste na besta são os que aborrecerão a prostituta" (ARC) não é coerente com o contexto porque, segundo Apocalipse 17:12 e 13, os "dez reis" não têm poder independentemente da besta. Eles exercem seu papel com e por meio da besta, por isso são representados como dez chifres da besta. Assim, a tradução "os dez chifres que viste e a besta, esses odiarão a meretriz" (ARA) é mais clara à luz do contexto imediato sobre a relação dos reis com a besta. Além disso, "evidências textuais comprovam esta variante ['os dez chifres que viste e a besta' (Ap 17:16)]. Os chifres *e* a besta participam da execução da sentença divina contra a Babilônia" (ed. Nichol, 7:952).

No Antigo Testamento, Deus usou a Babilônia antiga para executar juízo sobre Judá (2Rs 24:1-20; Jr 20:4), e a Pérsia, para se vingar de Babilônia (Is 13:19; 34:14). Juízos divinos executados pelos próprios aliados são comuns no Antigo Testamento. Por seus pecados de sangue (Ap 18:18, 24), a meretriz pagará com sua vida, nas mãos dos reis aliados.

Nessa perspectiva, o oitavo império, tendo sido um aliado do povo de Deus sob os princípios protestantes, renunciará às suas crenças e aos valores da liberdade para se tornar um aliado do poder religioso apóstata do Velho Mundo, de onde os protestantes saíram no século 17. Todavia, essa não será sua última mudança de filiação. Os eventos finais, comandados por Deus, vão assombrar e perturbar esse poder, bem como todos os reis da Terra que também terão formado sua "imagem da besta". Então, ciente de que foi seduzido e enganado pela meretriz, o oitavo rei deixará de ser o maior aliado para odiar e destruir a

mesma meretriz, como prevê a profecia de Apocalipse 17 e 18.

Ellen G. White diz que os inimigos do povo de Deus chegarão perto de destruí-lo na grande tribulação; mas, finalmente, esses inimigos vão usar suas armas para destruir os próprios líderes espirituais (o poder religioso). Presumivelmente, ela está descrevendo o efeito da sexta praga porque faz essa afirmação em um contexto após o encerramento da intercessão e antes da segunda vinda de Cristo (ver White, 2004, 637, 639, 640, 655, 656).

Desta forma, o oitavo poder político e militar a dar sustentação à causa da religião falsa está bem representado na figura da besta que carrega a mulher infiel. O oitavo rei deverá ser um poder também imperial capaz de emitir decretos e levar o restante do mundo a apoiar a causa de Satanás em perseguir os santos de Deus. No entanto, ele não apoiará o inimigo de Deus por longo tempo. Os acontecimentos relacionados à sexta praga provocarão uma reviravolta no mundo e o último aliado da meretriz será, de fato, o instrumento para sua destruição.

Essa interpretação acerca da identidade do oitavo rei se ajusta ao contexto geral da segunda metade do Apocalipse, especialmente dos capítulos que tratam da união de Igreja e Estado no fim do tempo (cf. Ap 12, 13, 16 e 17). É coerente com a previsão feita em Apocalipse 17:16 ao identificar um oitavo rei capaz de destruir a meretriz no clímax do conflito, o que seria o resultado da sexta praga. Com isso, justifica a previsão de a meretriz ser destruída por seus amantes (os "reis"); dos quais, o mais forte é aquele representado pela besta de dois chifres.

A interpretação aqui apresentada também contempla a característica predominante das profecias apocalípticas, que é a apresentação de quadros paralelos nos quais certos períodos de tempo e determinadas entidades são revelados mais de uma vez, em visões cumulativas e interdependentes. Essa compreensão também está plenamente ajustada à perspectiva adventista do sétimo dia acerca dos últimos acontecimentos envolvendo o remanescente, o papado e os Estados Unidos, conforme o Espírito de Profecia.

CAPÍTULO 6

A Meretriz e os Reis

Os antigos gregos tinham uma explicação para a origem do mal. Segundo a mitologia deles, os deuses teriam ficado irados com a invasão ao monte Olimpo por parte do titã Prometeu, que teria roubado o fogo e repassado-o aos humanos. Então, irado, o deus maioral Zeus teria presenteado o titã Epimeteu, irmão de Prometeu, com a mais bela criatura: a mulher, chamada Pandora. Entretanto, a mulher levaria consigo um dote: uma caixa, que jamais deveria ser aberta. Obviamente, a proibição aguçaria a curiosidade dela, que finalmente a teria aberto, libertando as forças do mal que passaram então a provocar todo tipo de infortúnio no mundo dos homens.

O mito de Pandora parece uma adaptação ou uma versão mitológica grega da narrativa da queda, relatada em Gênesis. Em ambos os casos, a mulher seria o meio pelo qual o mal teria entrado no mundo.

Paralelamente, na linguagem simbólica das profecias bíblicas, uma mulher se torna o caminho de perdição dos "reis". Naturalmente, essa é uma mulher impura que seduz e desvirtua o poder político do mundo para diversas ações perseguidoras contra o povo de Deus.

Por outro lado, a Bíblia exalta a figura de uma mulher pura como símbolo da igreja de Deus. Nas Escrituras, é também a mulher o meio pelo qual o Messias entraria no mundo dos seres humanos e traria libertação do pecado.

Essas duas mulheres, uma pura e outra perdida, exercem um papel crucial nas narrativas proféticas. Segundo o Apocalipse, a mulher pura finalmente entra com o Cordeiro para as bodas, sendo eleita para a vida eterna. A impura, por sua vez, enfrenta juízo e punição por causa de seus pecados de engano, sedução e perseguição. Essas mulheres retratam duas igrejas, duas cidades, duas comunidades.

João viu o julgamento da meretriz em detalhes. Após o relato das pragas,

um dos anjos que têm as sete taças da ira de Deus (Ap 16) chama o profeta do Apocalipse para uma nova sequência de visões. O anjo inicia a revelação com o anúncio: "Mostrar-te-ei o julgamento da grande meretriz" (Ap 17:1).

Transportado a um deserto, João vê uma mulher lasciva, com um cálice tanto de impurezas quanto de abominações na mão e montada em uma besta escarlate repleta de nomes de blasfêmia. A mulher traja púrpura e linho, os tecidos da realeza (Ap 17:4; 18:16; cf. Jz 8:26; Et 8:15; Ct 3:10; Dn 5:7), e escarlate, a cor do pecado (Is 1:18). Ela também é descrita como sentada sobre "muitas águas" e tem uma relação adúltera com os "reis da terra" (Ap 17:2; 18:3). A meretriz está embriagada com o sangue dos santos, e vê-la causa "grande espanto" ao profeta (Ap 17:6).

Alguns estudiosos consideram Apocalipse 17 como uma das seções mais desafiadoras e, ao mesmo tempo, mais fascinantes do livro profético de João. Alan Johnson acredita que a interpretação deste capítulo influencia toda a leitura do livro (1981, 554).

A narrativa de Apocalipse 17 se constitui de três partes principais: a fala do anjo (v. 1, 2); a visão dos símbolos (v. 3-6); e uma nova fala do anjo (v. 7-18). A visão é naturalmente simbólica, mas as duas falas do anjo devem ser consideradas como explicativas, portanto, literais e temporais, no sentido de que desvendam os símbolos e ocorrem "no tempo e nas circunstâncias do profeta" (Paulien, 2008, 214, 215). O anjo usa os verbos no presente e no passado ao tratar da identidade da meretriz em termos de seus pecados: com ela "se prostituíram os reis da terra" e se "embebedaram os que habitam na terra" (v. 2).

Apesar de o anjo dizer a João que mostraria o julgamento da mulher, a visão que se segue trata mais da besta escarlate do que da meretriz. Além disso, a despeito do espanto do profeta, a identidade da meretriz tem levantado menos discussões do que a da besta e de suas cabeças. De fato, no relato da visão, a mulher é descrita em cinco versos (1,2, 4-6) e explicada em um único, o 18. Por sua vez, a besta é descrita nos versos 3 e 7 e explicada nos versos 8 a 17.

No texto grego dos versos 1 a 6, são usadas 102 palavras para descrever a mulher e apenas 12 para a besta. Na explicação dos versos 7 a 18, somente 36 palavras se referem à mulher contra 243 referentes à besta (ver ed. Nichol,

7:946). Assim, o momentâneo triunfo e a súbita queda da meretriz só podem ser compreendidos como resultado da atuação da besta em seu favor e, depois, contra ela. Esses dados sugerem também que a figura da mulher era bem entendida pelo profeta, por isso, o anjo se demora mais em explicar a besta.

Entretanto, a identidade da mulher não é uma questão simples. Ela é chamada de "a cidade que domina sobre os reis da terra" (v. 18). É culpada do sangue de "santos, apóstolos e *profetas*" (18:20, itálico acrescentado) e de "todos os que foram mortos sobre a terra" (18:24). Alguns a relacionam com a antiga cidade de Roma. Outros entendem que ela é a representação de uma igreja que se desviou da fé bíblica; outros ainda acham que ela representa uma religião mais ampla do que a igreja que perseguiu os santos na Idade Média.

Considerando esses aspectos amplos de sua descrição e interpretação, a meretriz desafia os estudiosos, embora bem menos do que a besta. No estudo desse símbolo profético, um aspecto a ser levado em conta é o contexto das sete pragas no qual se visualiza a meretriz montada na besta escarlate (Ap 16–18). A ideia de juízo é clara nessa seção do livro.



Como anunciado no primeiro capítulo deste livro, a abordagem ao Apocalipse deve sempre levar em conta o fato de João fazer inúmeras alusões ao Antigo Testamento. Assim, o contexto amplo para o entendimento dos símbolos que descreve é o conjunto das Escrituras com seu cenário de imagens e metáforas, muitas delas provenientes do santuário.

A GRANDE CIDADE

A explicação do anjo de que as sete cabeças da besta são "sete montes" (Ap 17:9) e de que a mulher "é a grande cidade que domina sobre os reis da terra" (17:18) levou muitos a ver uma relação direta entre a meretriz e a antiga cidade de Roma. Esta cidade foi a sede do poder imperial dos césares e dos papas e continua sendo a sede da igreja que mantém uma lei diferente da lei de Deus,

expressa em sua Palavra.

A interpretação de que a meretriz é um símbolo de Roma é bem antiga. O comentarista Simon J. Kistemaker diz que, "com base em uma antiga moeda romana, mostrando a deusa Roma sentada sobre sete colinas, e em citações de historiadores romanos, muitos eruditos interpretaram a Babilônia do Apocalipse como uma referência a Roma" (2001, 460).

O escritor romano Marcus Terentius Varro, escrevendo no primeiro século a.C., deve ter sido o primeiro a usar a expressão *septimontium* (as sete colinas) em referência a Roma. Posteriormente, muitos autores fizeram o mesmo. O erudito David E. Aune esclarece que "as tradicionais sete colinas [de Roma] são retratadas em uma inscrição de Corinto, na base de uma estátua erigida durante a primeira metade do 2º século d.C., provavelmente retratando Dea Roma [a deusa que personificava Roma] sentada sobre as sete colinas de Roma". Em vista disso, Aune afirma: "Não há dúvida de que João podia identificar as sete colinas com Roma" (citado por Kistemaker, 2001, 470-472). O comentarista Robert H. Mounce declara que, de fato, "há pouca dúvida de que os leitores de João no primeiro século pudessem entender esta referência de alguma forma a outra coisa senão Roma, a cidade construída sobre sete colinas" (1998, 313, 314).

Esses intérpretes tomam a palavra usada por João para "montes" como equivalente a "colinas"; e Roma é a cidade das sete colinas desde antes do tempo de João. Essa interpretação, no entanto, não justifica as palavras do anjo a João: "dir-te-ei o *mistério* da mulher" (Ap 17:7, itálico acrescentado), pois a relação entre as sete colinas e a cidade de Roma precede o tempo de João e repeti-la não chega a ser a revelação de um mistério.

Embora esse raciocínio seja bastante difundido e chegue a ser útil para alguns, por relacionar a meretriz à igreja que mudou a lei de Deus, sendo ela parte de Roma imperial ou papal, é preciso verificar se isso é compatível com os diversos aspectos da visão dada ao profeta.

O comentarista Alan F. Johnson duvida de que esse fosse o significado pretendido por João. Para ele, primeiramente, "as sete colinas pertencem à besta, não à mulher". Além disso, é dito que a mulher, ou seja, a cidade [v.18], se "assenta", no sentido de exercer domínio sobre as sete cabeças da besta ou

sobre os sete montes. "Se a mulher fosse a cidade de Roma, é óbvio que ela não exerceria domínio sobre sete sucessivos imperadores ou sobre as sete colinas de Roma" (1981, 558). Johnson ainda afirma que, "quando quer que seja apelado para a 'sabedoria' ['mistério', v. 9], a descrição requer discernimento teológico e simbólico, não mero *insight* geográfico ou numérico" (ibid.).

Deve-se notar ainda que nenhuma distinção é feita entre os reis e os montes (ed. Nichol, 7:949). O anjo parece usar as duas expressões como sinônimas ou equivalentes, de modo que ele poderia ter dito que "os sete reis são igualmente sete montes". Nesse caso, ao dizer que "cinco" deles já haviam passado (17:10), o anjo exclui a possibilidade de referência às colinas de Roma, pois ainda hoje elas estão lá, no mesmo lugar! Para total confusão dessa clássica interpretação da meretriz como símbolo de Roma, o anjo estaria ainda afirmando que só uma colina existia, e que outra ainda viria e uma oitava colina seria agregada a elas!

Por outro lado, se no tempo de João a cidade de Roma já era conhecida como a cidade das sete colinas, então sua visão perderia todo o efeito de profecia, pois ele estaria falando de algo que todos sabiam, mesmo os descrentes como o escritor romano Marcus Varro.

A interpretação de que os "sete montes" (17:9) seriam as sete colinas de Roma contraria ainda a lógica de que a besta e a meretriz representam realidades distintas; além disso, os montes são símbolos da besta e não da mulher. A palavra grega usada para montes é *oros*, a qual deve ser traduzida por "montes" ou "montanhas". A NVI a traduz por "colinas"; mas, nesse caso, "uma exegese prévia influenciou a tradução" (Johnson, 1981, 559).

Essa interpretação antiga é de origem católica romana e evidentemente teve o propósito de desviar a atenção dos cristãos do papado para um poder antigo de natureza apenas política, a Roma dos pagãos. Hans LaRondelle afirma que "alguns estudiosos católicos romanos interpretaram a Babilônia como a cidade pagã de Roma no passado e, mais especificamente, como a *Roma pagã a ressurgir no futuro*" (1992b, 153). Assim, tornou-se "popular entre católicos romanos e protestantes a visão de que a meretriz Babilônia (Ap 17) simboliza a antiga cidade de Roma, localizada em sete colinas literais e governada por sete dinastias de imperadores desde Augusto a Domiciano" (ibid.). No entanto, a Babilônia de Apocalipse 17 "não é uma entidade política, mas religiosa" (ibid,

151).

Diante dessas evidências contrárias à interpretação das sete colinas de Roma como a realidade referida nas sete cabeças da besta, segue-se que os sete "montes" devem ser considerados como na mentalidade hebraica, ou seja, como reinos ou poderes políticos. Em Isaías 37:32, o profeta diz: "De Jerusalém sairá o restante, e do *monte* Sião, o que escapou." Nesse paralelismo, ele relaciona o "restante" com o que "escapou", e "Jerusalém" com o "monte Sião". Em sua oração, Daniel diz: "Falava eu ainda, e orava, e confessava o meu pecado e o pecado do meu povo de Israel, e lançava a minha súplica perante a face do Senhor, meu Deus, pelo *monte* santo do meu Deus" (9:20, itálico acrescentado). Aqui, o profeta coloca o "povo de Israel" em paralelo com "monte santo". Evidentemente, ele não orava pela montanha, mas pelo reino de Judá, aqui referido com a metáfora "monte". O mesmo ocorre com o termo "rei", que Daniel usa como equivalente de "reino" (ver Dn 7:17, 23; 8:21, 23). Tanto a palavra "monte" quanto "rei" não são um *símbolo* de reino, mas termos também usados frequentemente com esse significado (ver ainda Sl 48:2; Is 2:2, 3; Jr 17:3; 31:23; 51:23-25; Ez 17:22, 23; Dn 2:35; Zc 4:7).

Assim, a expressão "sete montes" deve ser interpretada como indicando sete poderes mundiais que têm seu lugar ao longo da história, em relacionamento direto com o povo da aliança. Isso justifica a sequência de cinco que eram passados, um que existia e outro que ainda viria. "A mulher não se assenta em montanhas literais, mas posiciona-se sobre os impérios mundiais a fim de usá-los contra o reino de Deus. Ao longo da história, ela tem tentado subverter a cidade de Deus, mas tem falhado nessa empreitada" (Kistemaker, 2001, 471).

A besta escarlate, em que João vê a mulher sentada, não tem diademas sobre suas cabeças (Ap 17:3), o que indica que o poder real dos reinos representados por essas cabeças, no período enfatizado nessa visão, é exercido pela meretriz, que domina sobre eles. Ela mesma diz que está sentada "como rainha" (18:7). Entretanto, além dos sete impérios sobre os quais a mulher governa diretamente, ela também está "sentada" sobre "muitas águas", que são "povos, multidões, nações e línguas" (17:15). Isso indica que o poder da meretriz se estende sobre todos os povos da Terra. Nesse caso, as águas podem ser uma representação dos povos sob o governo dos "dez reis". Desta forma, pode ser que os "dez reis" (Ap 17:3, 7, 12, 16) representem uma multiplicidade

de reinos, simbolizados pelo número redondo "dez".

Esses povos e seus reis são sujeitados à mulher por ação da besta, por meio de suas consecutivas cabeças. O anjo diz que os "dez reis" recebem poder, "com a besta" (Ap 17:12), o que indica que eles e a besta entram em ação juntos. No fim do tempo, eles podem ser uma representação de todas as nações que aderem à campanha da segunda besta para fazer uma "imagem à besta", ou ao papado (Ap 13:14). Eles também são mencionados no conjunto dos "reis do mundo inteiro", os quais são seduzidos e ajuntados pelos espíritos de demônios (Ap 16:14). O "receber" poder (Ap 17:12) pode ser entendido em termos de exercer autoridade contra o povo de Deus, pois é isso que caracteriza a besta ou sua emergência no cenário profético. Os povos existem por longo tempo, mas a profecia os representa em um momento específico em que eles passam a exercer seu poder contrariamente a Deus e seu povo (Ap 17:12-14).

A declaração do profeta de que "em seu coração incutiu Deus que realizem o seu pensamento" (Ap 17:17) indica que Deus tem controle sobre as ações dos mesmos, podendo usá-los como instrumentos de seus propósitos de juízo, como o fez com o antigo rei Nabucodonosor (ver Jr 25:9-14).

Alguns entendem os dez chifres do dragão e das bestas como representação dos mesmos dez poderes mostrados na cabeça do quarto animal de Daniel 7:20 e 24, ou seja, os dez povos bárbaros que tomaram o império romano e, depois, deram seu poder ao "chifre pequeno", o papado, sendo que três deles caíram nesse processo. No entanto, além dessa menção específica aos dez chifres que se reduzem a sete no contexto do surgimento do papado na profecia de Daniel 7, nenhuma menção é feita a essa redução de dez para sete nos chifres do dragão ou das bestas. Isso deixa aberta a possibilidade para se interpretar os dez chifres nas demais visões (Ap 12, 13, 17), exceto em Daniel 7, como uma representação de uma multiplicidade de nações que se submetem ao controle da besta nas diversas fases de sua atuação, desde o Egito até a última fase, a do oitavo rei. Além disso, é preciso considerar também que o papado exerceu poder sobre outros reis além dos sete reis bárbaros que originalmente se submeteram a ele.

Em cada fase, os impérios tiveram um conjunto de reis menores que se submeteram a eles e se tornaram seus aliados ou vassalos, estando debaixo de seus decretos (ver Et 3:12; Dn 2:2-4; 6:25, 26). Isso estaria de acordo com a

interpretação de que os dez chifres da besta são uma "designação mais genérica dos poderes políticos menores por meio dos quais Satanás age ao longo da história, em contraste com as sete cabeças, que são vistas como representantes dos principais poderes políticos", ou seja, os impérios (ed. Nichol, 7:894). É importante ressaltar que os dez chifres do quarto animal de Daniel 7:20 representam especificamente os dez reis bárbaros no contexto da queda do império romano e ascensão do papado. Tanto é assim que três deles caem ou são derrotados no contexto específico representado na visão. Esse não é o caso dos dez chifres do dragão e das bestas que não são vistos quebrados em nenhum momento.

No Apocalipse, os dez reis e a besta sobrevivem à destruição da meretriz (Ap 18:9), sendo eles mesmos os agentes dessa destruição (17:16). Entretanto, os "reis da terra" são mencionados ao lado da besta e do falso profeta por ocasião da segunda vinda de Cristo, quando são mortos (19:17-19, 21; cf. 6:15; 17:2, 18; 18:3, 9).

MULHER COMO SÍMBOLO

No Antigo Testamento, o povo de Deus, como nação escolhida ou igreja verdadeira, é retratado por meio da figura de uma mulher (Is 54:5; Jr 6:2). Quando a aliança com Deus é reafirmada, a figura de uma virgem é destacada (Is 37:22; Jr 31:4). O mesmo ocorre no Novo Testamento. Paulo se refere à igreja como uma "virgem pura", que se prepara para seu único esposo (2Co 11:2; ver Ef 5:25-32). Uma mulher pura "vestida do sol" é vista por João como símbolo da igreja que guarda a aliança com Deus (Ap 12:1).

A representação da igreja pura em Apocalipse 12:1 reproduz a descrição da noiva de Salomão, que era "formosa como a lua" e "pura como o sol" (Ct 6:10). Isaías afirma que Deus cobre seu povo com "vestes de salvação" e o envolve com "manto de justiça" (Is 61:10).

Quando o povo de Israel se corrompia e abandonava os caminhos de Deus, voltando-se aos ídolos, esse mesmo povo é comparado a uma mulher corrompida, uma meretriz (Jr 3:20; Ez 16:2, 35, 59; 23:2-4, 30; Os 4:12; Am 5:2). A prostituição, como metáfora em profecia, portanto, tem que ver com a quebra da aliança e a adesão a um amante, um ídolo, um falso deus. Na

mensagem dramatizada de Oseias, a nação escolhida é representada por uma esposa infiel. O profeta afirma: "sua mãe se prostituiu"; ela dizia: "Irei atrás de meus amantes, que me dão o meu pão e a minha água" (Os 2:5). Deus adverte acerca do castigo por causa do pecado de a esposa infiel ter procurado os "baalins", queimado "incenso" aos ídolos, e trocado o Senhor por Baal (v. 13, 16). Assim, o conceito de "prostituição", especialmente aqui, é explicado de modo claro em termos de se trocar o verdadeiro Deus por um falso deus, ou outro senhor.

Nessa linha de pensamento, a meretriz do Apocalipse poderia ser relacionada direta e exclusivamente à igreja cristã que, no início da Idade Média, trocou a fidelidade a Deus pelo serviço ao imperador e ao paganismo derivado da cultura greco-romana. Nesse caso, o Israel espiritual teria ido pelo mesmo caminho do antigo Israel, praticando a prostituição espiritual. Alguns veem a meretriz de Apocalipse 17 como o resultado do processo de decadência a que teria se submetido a mulher pura de Apocalipse 12 ao longo da era cristã, resultando na igreja perversa que descumpre a lei de Deus e ainda ensina o mundo a fazer o mesmo. Ao admirar-se com "grande espanto" (Ap 17:6), é como se João tivesse reconhecido na meretriz a antiga mulher pura de Apocalipse 12, mas então embriagada com "o sangue dos santos".

Essa comparação, no entanto, tem seus limites, pois o Apocalipse afirma que, durante os 1.260 anos, Deus sustenta e cuida da igreja que foi ao "deserto" (Ap 12:6, 14). Logo, a mulher pura ou igreja verdadeira não se corrompe. Além disso, no fim desse longo período, a mulher permanece pura. É dito que ela é socorrida pela "terra" (v. 16). Deve-se notar ainda que há evidência de que as duas mulheres, a pura e a meretriz, coexistem. A mulher pura é perseguida durante 1.260 anos pela serpente (Ap 12:6, 14). Por sua vez, a besta tipo leopardo persegue os "santos" por 1.260 anos (13:5, 7). Logo, os "santos" que sobrevivem ao longo da Idade Média são a mesma igreja representada pela mulher pura. Nesse caso, a "serpente" e a "besta" representam o poder perseguidor dominado e usado pela mulher impura. Por isso, a meretriz é acusada de martirizar os "santos" (Ap 18:20, 24), representados pela mulher pura. Isso ocorre especialmente durante a Idade Média (cf. Dn 7:21, 25). Entretanto, a mulher pura sobrevive todo esse tempo, sob perseguição, e, finalmente, ela se prepara para as bodas com o Cordeiro, seu noivo (Ap 19:7, 8), ao passo que a impura é destruída no fogo (Ap 17:16).

Além disso, há indicativos de que a meretriz vista por João aponta para uma forma de religião que incluiria não só um segmento da religião cristã que trocou Deus pelo imperador e, depois, pelo papado. A descrição da prostituta de Apocalipse 17 tem uma relação intertextual com a personagem histórica Jezabel, a esposa do rei Acabe, que era filha de Etbaal e sacerdotisa de uma religião pagã (1Rs 16:31, 32). O jogo de espelhos entre Jezabel e a meretriz do Apocalipse é bastante amplo. Ambas praticam "prostituição" (2Rs 9:22; Ap 17:2, 4, 5); derramam "sangue" de santos e profetas (1Rs 18:13; 2Rs 9:7; Ap 17:6; 18:20, 24); e, ao morrer, têm a "carne" comida (1Rs 21:23; 2Rs 9:36; Ap 17:16). Mais uma vez o significado da metáfora em sua relação com o Antigo Testamento deve ser levado em conta na interpretação da entidade por trás do símbolo.

Essa relação clara entre a sacerdotisa pagã Jezabel e a meretriz Babilônia favorece uma expansão no significado do símbolo, de modo que a meretriz possa abarcar um espectro mais amplo além daquele de uma entidade da desviada religião cristã somente. Deve-se notar também que a metáfora "prostituta" é usada, no Antigo Testamento, em referência a Jerusalém (Is 1:21; Jr 2:20; Ez 16:15), mas também a religiões de povos pagãos, como Tiro (Is 23:15-17) e Nínive (Na 3:4).

Também é preciso considerar que, ao explicar a visão ao profeta, o anjo não usa expressões relativas à mulher que indiquem só o futuro. Pelo contrário, ele sempre se refere a ela no presente ou no passado, o que sugere sua atuação ao longo da história: a "grande meretriz que se acha sentada sobre muitas águas" (Ap 17:1); "com quem se prostituíram os reis" (v. 2); "as águas que viste, onde a meretriz está assentada, são povos" (v. 15); e "a mulher que viste é a grande cidade que domina sobre os reis" (v. 18).

Além disso, considerando que o Apocalipse diz que a meretriz é culpada do sangue de "profetas", "santos" e "apóstolos" e de "todos os que foram mortos sobre a terra" (18:20, 24), ela deve apontar para uma forma de religião perversa que já devia existir antes da era cristã e que continua depois dessa era. Observando os tempos verbais na visão, o anjo diz a João que com a meretriz se "prostituíram os reis da terra" e com seu vinho se "embebedaram os que habitam na terra" (17:2). Ele diz também que ela está "sentada", ou seja, exerce domínio, sobre os sete reis/impérios (17:9). Desta forma, os verbos conjugados no passado, no tempo de João, apontam para a relação mantida pela meretriz

com os reis/impérios que tinham existido até então, do Egito até Roma. "A embriaguez dos habitantes da Terra é mencionada aqui após a referência à aliança ilícita entre a Babilônia e os reis do mundo" (ed. Nichol, 7:943; ver também Jr 51:7; Ap 13:3, 4, 7, 18; 14:8; 18:3). Isso indica que os reis influenciam seus povos a se submeter à mulher.

Em acréscimo, o anjo afirma que a meretriz estava "sentada sobre muitas águas" (17:1), as quais representam povos e nações (17:15). João viu que ela estava "montada" na besta escarlate (17:3) e "sentada" nos "sete montes", que são os sete impérios (17:9). O verbo grego usado nesses versículos é o mesmo: *kathemai*. Este verbo implica domínio e governo exercido a partir de um trono. O verbo *kathemai* é usado por João 14 vezes em referência a Deus e a Cristo que se assentam sobre o trono celestial (ver Ap 4:2, 3; 5:1; 7:10, 19:4; 21:5). Em Apocalipse 18:7, é dito que a meretriz está "sentada como rainha", naturalmente sobre o trono dos reis/impérios da Terra. Por isso, em Apocalipse 17, a besta não exibe diademas, pois seu poder real é exercido pela meretriz, no contexto enfocado na visão.

A meretriz, nesse caso, deve apontar para uma religião perversa que esteve presente em todos os impérios, embora tenha sua manifestação mais plena e final na Babilônia mística do fim do tempo, o que está em harmonia com o contexto escatológico em que ela é vista pelo profeta. Nesse sentido, a meretriz pode ser considerada como "representante dos sistemas religiosos apóstatas ao longo da história", embora "'Babilônia, a Grande', design[e] de maneira especial as religiões apóstatas unidas no fim dos tempos" (ed. Nichol, 7:851, 852).

A existência da meretriz desde o mais antigo império, o Egito, portanto, parece bem atestada na visão. Com seu vinho, ela teria embriagado as nações da Terra, desde os tempos antigos. Assim, a Babilônia mística pode ser tomada como representação das "religiões apóstatas desde o início dos tempos" (ed. Nichol, 7:961; ver Ap 14:8; 17:5, 13), daí a origem de seu nome da torre de Babel. Todavia, o foco mais específico de Apocalipse 13 a 18 é a atuação da mesma no "auge da apostasia no fim dos tempos" (ed. Nichol, 7:962).

O VINHO DA BABILÔNIA

Na visão, um primeiro anjo diz ao profeta que, com seu vinho, a meretriz

embriagou os que "habitam na terra" (17:2), ou seja, nações e povos de todas as culturas. Então, o anjo que desce do céu e anuncia a queda da meretriz confirma que "as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição" (18:3). Ao descrever a mulher, João diz que em sua mão achava-se um cálice "transbordante de abominações" (Ap 17:4).

O que seria indicado pelo tal vinho da Babilônia?

No Antigo Testamento, o vinho é um bloqueador do discernimento espiritual. Deus ordenou aos sacerdotes que não usassem vinho a fim de que pudessem fazer "diferença entre o santo e o profano e entre o imundo e o limpo" e para que fossem capazes de "ensinar" aos filhos de Israel os "estatutos" do Senhor (Lv 10:9-11). Em um tempo de apostasia, Isaías diz que sacerdotes e profetas, por causa do "vinho" e da "bebida forte", "erram na visão e tropeçam no juízo" (Is 28:7). Nesses casos, o vinho é relacionado a desordem, profanação e abominação.

Se a metáfora empregada por João é extraída do Antigo Testamento, o vinho da Babilônia pode representar as heresias com as quais ela embotou o juízo e desencaminhou os reis e os povos da Terra. Acerca da Babilônia de Nabucodonosor, Jeremias afirma: "Do seu vinho beberam as nações; por isso, enlouqueceram" (ver Jr 51:7).

O substantivo "abominações", como qualificativo do conteúdo do cálice na mão da mulher (Ap 17:4), traduz a palavra grega *bdelugma*, que significa "coisas detestáveis". A palavra é usada no Novo Testamento seis vezes, sendo traduzida na ARA (2ª ed.) por "abominável" ou "abominações". No Antigo Testamento, essa palavra grega traduz o termo hebraico *shiqquwts*, "coisas detestáveis", especialmente referindo-se à idolatria.

É significativo que Jesus tenha usado *bdelugma* para se referir ao "abominável da desolação de que falou o profeta Daniel" (Mt 24:15; Mc 13:14). No texto original do livro de Daniel, a palavra *shiqquwts* é usada para as obras do "assolador" (Dn 9:27), que é seguido pelo "chifre pequeno" descrito em Daniel 7:8; 8:9, o qual tinha olhos e boca e falava insolências e blasfêmias. Daniel ainda afirma que esse poder tira "o sacrifício diário" e estabelece a "abominação desoladora [*shiqquwts shamem*]" (Dn 11:31; 12:11). Uma das principais obras do "assolador" e do "chifre pequeno" é exatamente "mudar os

tempos e a lei" de Deus (Dn 7:25). Roma imperial decretou uma lei acerca do domingo (edito de Constantino, em 321 d.C.; ver White, 2004, 53, 574) e Roma papal a incorporou. A mudança da lei de Deus e sua substituição pela lei dos homens, usando-se para isso o nome do próprio Deus, constitui uma "abominação". Nesse caso, fica sugerida uma relação entre o vinho da mulher e a mudança da lei de Deus, com a substituição do sábado pelo domingo, como parte das abominações do "chifre pequeno". Abominação, portanto, é algo impuro ou comum que é colocado em lugar de outra coisa que seja santa; uma coisa detestável, que o Senhor não tolera (ver Êx 8:26; 1Rs 11:5, 7; 2Rs 23:13). Essa foi a culpa de Nadabe e Abiú, que ofereceram fogo comum no altar do Senhor, pelo que morreram (Nm 10:1-3).

Nesse sentido, as abominações ou o vinho da Babilônia podem ser uma referência a duas mentiras primordiais postas em lugar de duas verdades edênicas. Deus descansou no sétimo dia e o separou como memorial da criação, incluindo-o como parte de sua santa lei (Gn 2:1-3; Êx 20:8-11). O "abominável da desolação", porém, substituiu o sábado, um dia santificado por Deus, pelo domingo, um dia comum (Dn 7:25), o que é uma abominação. Além disso, Deus disse no Éden que o resultado do pecado é a morte; mas a serpente afirmou: "É certo que não morrereis" (Gn 3:4). Nesse caso, a religião falsa que se originou com a serpente sobrepõe a mentira da imortalidade da alma à verdade afirmada por Deus, o que constitui outra abominação.

O Apocalipse afirma que "os reis da terra", ou os grandes impérios, se prostituíram com a mulher e as nações se "embriagaram" com seu vinho (17:2; 18:3). O culto ao Sol e a crença na imortalidade da alma são encontrados em todos os grandes impérios, desde o Egito. "O culto do Sol era difundido e sua deificação foi uma fonte de idolatria em cada parte do mundo antigo" (Olcott, 1914, 142). Richard Rives (1999) afirma que egípcios, assírios, babilônios, medos e persas, gregos e romanos foram todos adoradores do Sol. A proibição feita por Moisés atesta o poder de atração desse culto no passado remoto (Dt 4:19). Além disso, no Egito, o extenso e dispendioso ritual de embalsamamento mostra a vitalidade da crença na imortalidade nesse primeiro império, a qual foi lançada no Éden e se difundiu por toda a Terra (ver Bacchiocchi, 2012, 50-60).

Assim, o vinho da Babilônia pode ser uma representação da pretensa santidade do dia do Sol e da imortalidade da alma, a mentira primordial (ver White, 1988, 2:68, 118). Essas duas heresias funcionaram ao longo da história

e continuam servindo ainda como uma poção mágica nas mãos da meretriz para seduzir os "reis" e os povos da Terra.

Nessa perspectiva, a meretriz faz referência à religião falsa em qualquer de suas manifestações, inclusive no judaísmo da Jerusalém sanguinária. Influenciados por essa religião falsa, os impérios ou os reis perseguiram os fiéis de Deus. Entretanto, no contexto do fim, a meretriz de Apocalipse 17 representa a religião falsa desviada da verdade bíblica, liderando as religiões e os reis da Terra contra Deus e a verdade de sua Palavra.

JUÍZO DE INVESTIGAÇÃO

Na estrutura do livro, a visão de Apocalipse 17 faz parte do conjunto de visões relativas às sete pragas (Ap 15:5–18:24), que começa com uma cena do santuário celestial em que o término da mediação é indicado (Ap 15:5-8). Essa seção mostra o juízo de Deus sobre os "portadores da marca da besta" (16:2; cf. 14:9, 10) e sobre a meretriz (Ap 17, 18). A vingança divina sobre a "besta", o "falso profeta" e o "dragão" ocorre mais tarde (Ap 19:20, 21; 20:10).

Uma vez que o anjo que fala a João é um dos "que têm as sete taças", o "julgamento" da meretriz deve ser uma explicação relativa às pragas (Ap 17:1). Todas as pragas são narradas em linguagem literal, exceto a sexta (Ap 16:12-16), que fala do secamento das águas do "rio Eufrates", uma visão construída em cima da história do fim do cativeiro babilônico. Isso sugere que o simbolismo da sexta praga pode ser o conteúdo explicado na visão dos capítulos 17 e 18. Paulien diz que Apocalipse 17 pode ser considerado "uma exegese" de Apocalipse 16:12-16. Esses trechos devem ser vistos como uma unidade (2008, 208).

Na sexta praga, a queda da Babilônia mística é representada com a imagem da queda da Babilônia antiga, quando Ciro desviou as águas do Eufrates e surpreendeu o inconsequente Belsazar em seu último banquete (Dn 5; cf. Is 44:27; Jr 50:38; 51:36; ed. Nichol, 4:278, 582, 583, 794).[1]

A sexta praga sugere o desfecho do Armagedom (Ap 16:16), uma luta dos poderes terrenos contra os fiéis de Deus. Nos preparativos para o Armagedom, os espíritos de demônios saem ao encontro dos reis de toda a Terra a fim de

ajuntá-los para a batalha (Ap 16:14). As nações da Terra com seus reis são representados pelo símbolo das "águas" sobre as quais a meretriz exerce domínio (Ap 17:1, 18). Na sexta praga, as águas se secam, indicando a retirada do apoio dos reis (Ap 16:12). Com isso, no auge desse conflito, fica claro que Deus interfere para livrar seu povo, provocando a queda da Babilônia, o que vai confundir a coalizão político-militar e religiosa dos oponentes, levando-os a uma fragmentação irreversível. A queda do poder religioso dessa coalizão pode ser, portanto, o efeito da sexta praga, a qual é explicada em detalhes literais em Apocalipse 18 (ver v. 2, 8, 9; cf. 17:16).

O conjunto das visões da sexta praga e dos capítulos 17 e 18 permite considerar a queda da Babilônia como uma sequência de juízo de investigação seguido de execução de sentença. O capítulo 17 trata primariamente das razões da "sentença" contra a Babilônia. Essa sentença é definida com o uso da palavra grega *krima*, que também quer dizer "condenação" ou "punição" (Ap 17:1). Entretanto, a descrição da "execução" da sentença ocorre no capítulo 18, com o uso da palavra *krisis* (v. 10; ver ed. Nichol, 7:958).

No contexto do grande conflito, o caráter de Deus é vindicado. Por isso, a fim de revelar seu caráter justo, o Senhor mostra detalhadamente a razão de cada sentença-chave a ser executada. Com o objetivo de legitimar a punição da meretriz, diante do universo, Deus estaria investigando a situação com uma testemunha terrena antes da execução, o que seria o propósito da visão de Apocalipse 17, que trata dos pecados da meretriz com os reis da Terra.

Esse tipo de expediente de investigação antes da execução de uma sentença é comum na Bíblia. Quando Adão e Eva pecaram, Deus investigou a situação por meio de uma arguição com nossos primeiros pais, antes de proferir as maldições resultantes do pecado (ver Gn 3:9). No caso de Caim, o Senhor o interrogou: "Que fizeste?" (Gn 4:10), antes de pronunciar sua sentença (v. 11). No dilúvio, Moisés declara que "viu o Senhor que a maldade do homem havia se multiplicado na terra"; então, Ele decidiu destruir tudo o que havia criado (Gn 6:5, 7). Em Gênesis 11:5, ele diz que "desceu o Senhor para ver" o que os homens estavam fazendo, antes de confundir a língua dos edificadores de Babel. Antes de enviar fogo e enxofre sobre as ímpias cidades de Sodoma e Gomorra, dois seres celestiais foram enviados para averiguar pessoalmente a condição do povo (Gn 19:1; ver também Hasel, 2011, 908-911, 935).

Nessa perspectiva, Apocalipse 17 parece apresentar esse expediente de investigação, com a descrição dos pecados da meretriz (v. 2, 4). O capítulo 18, por sua vez, descreve a punição: a meretriz se torna covil de "demônios" e de "aves imundas" (v. 2), sofre os flagelos de "morte, pranto e fome" e é "consumida no fogo" (v. 8). Nas duas visões, "a primeira parte [Ap 17] expõe os crimes da Babilônia. É, portanto, o auto de acusação do Céu, uma declaração do motivo da sentença divina a ser pronunciada sobre ela" (ed. Nichol, 7:941-942).

Assim, as visões narradas em Apocalipse 17 e 18 podem ser vistas como revelações adicionais e explicativas sobre a sexta praga e tratam da queda da Babilônia mística. Há uma sequência de juízo de investigação seguido de execução da sentença. A meretriz e a besta escarlate revelam entidades diferentes constituintes do grupo dos inimigos de Deus no clímax do grande conflito, contra os quais Deus executa juízos. Após a investigação retratada no capítulo 17, o Apocalipse mostra a execução da sentença divina primeiramente sobre a meretriz (Ap 18:20), depois sobre a besta (escarlate) e o falso profeta (19:20) e, por fim, sobre o dragão (20:10). Curiosamente, Apocalipse 18:20 apresenta a lista dos mártires da meretriz de maneira retroativa, desde o fim do tempo até o Antigo Testamento: "santos, apóstolos e profetas". "Santos" é a expressão usada para os mártires do período da Idade Média e do fim do tempo (Dn 7:21, 25; Ap 13:7, 10; 14:12).

Nessa perspectiva, uma visão ampla, retratando os pecados da meretriz desde o primeiro império até o último, se justifica, pois Deus está para puni-la por todos os seus pecados. Por isso, a sentença estabelece que a meretriz é culpada do sangue de santos e profetas (18:24) de toda a história; e o juízo de investigação retoma seus pecados desde os primórdios para concluir afirmando que ela é culpada do sangue de "todos os que foram mortos sobre a terra" (Ap 18:24).

Os resultados dessa sentença repercutem até o Céu. Após a visão do julgamento da meretriz, o profeta ouve uma voz de "numerosa multidão" no Céu, que diz: "Verdadeiros e justos são os seus juízos, pois julgou a grande meretriz" e "das mãos dela vingou o sangue dos seus servos" (Ap 19:1, 2).

Apocalipse 17, segundo esse ponto de vista, não é apenas uma visão sobre a identidade dos inimigos de Deus. A visão apresenta, de fato, uma acusação

formal à religião falsa que ao longo da história tem pervertido os "reis" e os "povos" da Terra, com suas inverdades, superstições e abominações, as quais impulsionaram as nações a perseguir os santos. Todas as religiões que mantêm as heresias configuradas no "vinho da Babilônia" estão, portanto, sob acusação, embora a manifestação mais ampla e escatológica dessa religião seja a igreja cristã desviada da verdade bíblica e que perverteu a lei de Deus perante os povos da Terra.

A MERETRIZ NO LAGO DE FOGO

A união dos poderes representados pelos três espíritos de demônios (Ap 16:13) e os "reis do mundo inteiro" (16:14) forma uma grande confederação de poderes religiosos e políticos para a batalha do grande dia do Deus Todo-Poderoso. No entanto, essa coalizão será desfeita, segundo o relato que segue a descrição da sétima praga.

A sétima e última praga (Ap 16:17-21) parece ser o grande terremoto, a chuva de pedras e fenômenos cataclísmicos de grandes proporções que transtornam toda a superfície do planeta. Com isso se consuma a ira divina, o que fica implícito na expressão "Feito está!" (v. 17). O verso 19 parece ser um parêntese, ou um comentário geral às pragas, pois trata da queda da Babilônia, a "grande cidade", evento que toma lugar na sexta praga (Ap 16:12). Outra informação adicional desse comentário é que, em face dos juízos divinos sobre a Terra, a "grande cidade" se divide em "três partes" (v. 19).

Kistemaker propõe que "se dividiu em três partes" é uma expressão idiomática que significa "completa destruição" (2001, 455). No entanto, a expressão usada nesse parêntese pode ser mais significativa. O versículo pode ser visto como um ponto de transição para o desdobramento das visões em Apocalipse 17 a 20. Os capítulos 17 e 18 relatam o juízo e a destruição da meretriz "no fogo" (17:16; 18:8). No 19, é dito que, por ocasião da manifestação de Cristo, a besta e o falso profeta são lançados no "lago de fogo" (19:20). Depois do milênio, por fim, o diabo também é lançado no "lago de fogo" com todos os demais perdidos (20:10).

Considerando esse conjunto dos três principais inimigos de Deus sendo destruídos em três diferentes fases, a expressão "grande cidade", no relato de

Apocalipse 16:19, pode ser uma sinédoque, em que o conjunto desses inimigos de Deus é referido com a alusão ao componente Babilônia, que é quem os representa nesse contexto das profecias do Apocalipse. A afirmação de que a Babilônia será dividida em "três partes" pode indicar a fragmentação da coalizão dos inimigos de Deus, no clímax do conflito, em (1) a meretriz, ou o poder religioso apóstata; (2) a besta e os reis, o poder político; e (3) o dragão/diabo, o príncipe deste mundo, que governa sobre todos os poderes alheios à causa de Deus. Essa é exatamente a sequência seguinte à descrição das pragas em que se revela como esses inimigos são punidos por seus pecados. Nesse caso, o comentário ao fim das pragas (Ap 16:19) anunciaria como e quando os inimigos de Deus serão punidos: em três diferentes fases.

A primeira parte da coalizão a cair é a religiosa. Isso ocorrerá "quando o lado político da coalizão político-religiosa universal se torna[r] um instrumento nas mãos de Deus para executar a sentença contra o lado religioso da união" (ed. Nichol, 7:952; ver White, 2004, 656), o que ocorre na sexta praga. Como foi visto, é comum Deus usar os aliados dos inimigos para executar juízos sobre os mesmos (ver Is 10:5; 13:4-9; 14:4, 6; 28:17-22; 47:11-15; Jr 25:14, 34-48; 50:9-15, 29-31; 51:49; Ez 26:3; Dn 11:45; Zc 11:10). A expressão "para dar-lhe o cálice do vinho do furor da sua ira" (Ap 16:19) parece confirmar essa interpretação do versículo como um comentário às pragas, pois o "cálice" especificamente relativo à Babilônia já terá sido derramado na sexta praga (16:12), e não faria mais sentido dizer que, após as sete pragas, Deus ainda teria outro cálice além daquele já consumado. À luz dos capítulos 17 e 18, pode-se dizer que o castigo da Babilônia a reduz à completa destruição (Ap 17:16), quando ela é queimada no "fogo", não restando mais sobre quem derramar subsequente flagelo.

Nas mãos de seus aliados enfurecidos por terem sido enganados, a meretriz será inteiramente destruída. O uso do verbo "odiar" (Ap 17:16) sugere que os reis e a besta estarão cientes de que estão perdidos e condenados diante de Deus e de que a culpa é da meretriz (ver Ap 6:15, 16). Ellen White diz que "é impossível descrever o horror e o desespero dos que pisaram os santos mandamentos de Deus", em face da manifestação do juízo e da visão da lei de Deus exibida no céu diante de todos os olhares desde a Terra (2004, 639). Pode ser nesse momento, diante da visão da lei pisada aos pés por influência da meretriz, que os reis tomarão consciência de que estão perdidos e se voltarão

contra ela.

Possivelmente haja uma relação intertextual entre a profecia de Apocalipse 17:16 acerca da queda da meretriz, sendo odiada e destruída pelos reis que com ela se prostituíram, e a visão de Ezequiel 16. Falando dos juízos sobre Jerusalém, nesse capítulo, representada na figura de uma prostituta, o Senhor declara:

> *Portanto, ó meretriz, ouve a palavra do Senhor.* [...]
>
> *Por se ter exagerado a tua lascívia e se ter descoberto a tua nudez nas tuas prostituições com os teus amantes*; *e por causa também das abominações de todos os teus ídolos e do sangue de teus filhos a estes sacrificados, eis que ajuntarei os teus amantes,* [...] *ajuntá-los-ei de todas as partes contra ti e descobrirei as tuas vergonhas diante deles,* [...].
>
> *Julgar-te-ei como são julgadas as adúlteras e as sanguinárias*; [...].
>
> *Entregar-te-ei nas suas mãos, e derribarão o teu prostíbulo de culto e os teus elevados altares*; *despir-te-ão de teus vestidos, tomarão as tuas finas joias e te deixarão nua e descoberta.*
>
> *Farão subir a ti uma multidão, apedrejar-te-ão e te traspassarão com suas espadas.* [...]
>
> *Desse modo, satisfarei em ti o meu furor* (*v.* 35-42).

Ao plasmar sua profecia em Ezequiel 16, João deixa sugerido que a religião perversa de certas fases de Jerusalém, que matou e apedrejou os santos de Deus (Mt 23:37; Lc 13:34), também está refletida na meretriz do Apocalipse. Em muitos momentos de sua história, Jerusalém derramou sangue de santos e profetas, crime pelo qual ela também pagará. Ao descrever as duas testemunhas, em Apocalipse 11, o profeta diz que elas são mortas na "grande cidade" (outro nome para a "prostituta", Ap 17:18). Essa grande cidade também se chama "Sodoma e Egito", e nela também o Senhor "foi crucificado" (Ap 11:8). Assim, a sanguinária Jerusalém que crucificou o próprio Cristo é

igualmente representada pela figura da "prostituta" ou "grande cidade".

Entretanto, não resta dúvida de que, nisso, Jerusalém é superada pela falsa religião cristã que durante toda a Idade Média derramou o sangue dos mártires e das testemunhas de Jesus e repetirá isso no fim do tempo, quando puder "montar" novamente sobre o poder político das nações da Terra.

O juízo divino traz à memória todos os profetas e santos mortos ao longo da história, os quais são vingados sobre a meretriz, cujo incêndio fará prantear os próprios "reis da terra" (Ap 18:9, 10, 18). Ela ficará "devastada" (17:16); "a forma da palavra no grego [*eromo*] sugere que a 'meretriz' permanecerá 'devastada' para sempre" (ed. Nichol, 7:952). Enfurecidos contra a prostituta, os reis da Terra e a besta a "consumirão no fogo", literalmente, "a queimarão completamente" (ed. Nichol, 7:952).

As expressões "consumida no fogo" e "fumaceira do seu incêndio" (18:8, 9, 18) podem indicar que a meretriz será lançada no "lago de fogo" por ocasião de sua queda, na sexta praga. Isaías profetizou: "Babilônia, a joia dos reinos, glória e orgulho dos caldeus, será como Sodoma e Gomorra, quando Deus as transtornou" (Is 13:19). Judas lembra que "Sodoma e Gomorra, e as cidades circunvizinhas, que, havendo-se entregado à prostituição" foram "postas para exemplo do fogo eterno" (Jd 1:7). Sobre o destino da meretriz, João afirma: "Para ti se extinguiu tudo o que é delicado e esplêndido, e nunca jamais serão achados" (Ap 18:14). O Antigo Testamento descreve os juízos divinos contra Babilônia em termos de completa destruição. Ela jamais será habitada (Is 13:19-22; Jr 50:39; 51:37).

A menção do "lago de fogo" em Apocalipse 19:20, como o destino da besta e do falso profeta, tem possibilitado ver o juízo a ser executado nesse lago como tendo diferentes fases. Os eventos de Apocalipse 19 estão relacionados à volta de Cristo, ao passo que o lago de fogo que se segue ao juízo final é parte dos eventos após o milênio. Entretanto, é razoável a premissa de que "acontece um juízo com fogo da parte de Deus tanto no início quanto no encerramento do milênio" (ed. Nichol, 7:973). A besta e o falso profeta são lançados no lago de fogo, no momento da volta de Cristo. Todavia, é possível que esse mesmo juízo de "fogo" tenha lugar para a meretriz por ocasião da sexta praga (ver Ap 17:16), a partir de quando ela "nunca jamais será achada" (Ap 18:21). Também não será encontrada depois do milênio, a exemplo da besta e do falso profeta.

Ao mencionar o lago de fogo, como destino desses poderes, João apresenta uma imagem tomada de Daniel 7:11: "Eu estive olhando [...] até que o animal foi morto, e seu corpo desfeito, e entregue para ser queimado no fogo." Daniel se refere a um "rio de fogo" no versículo anterior (7:10, ACF). João converte o "rio" em um "lago de fogo", como destino do animal representativo dos inimigos de Deus. Nesse ponto, Daniel e João preveem o fim da besta no mesmo lago de fogo. Kistemaker conclui que "a grande meretriz é queimada no fogo, supostamente no mesmo lugar" (Ap 17:16) em que "igualmente Satanás será lançado, no lago de fogo e enxofre (20:10), bem como todos os que adoram a besta e sua imagem e os que receberam a marca da besta na testa e na mão (14:9-10; 21:8)" (2001, 527).

O grande pecado da Babilônia é citado em Apocalipse 18:24. Ela fez mártires dos profetas e seguidores de Cristo. João já havia mencionado a culpa de sangue da meretriz (Ap 17:6). Em outras passagens, a morte dos mártires é atribuída aos "que habitam na terra" (6:10), à besta que surge do mar (13:7) e à besta que sobe "da terra" (13:15). No Antigo Testamento, a cidade de Jerusalém (Ez 24:6, 9; cf. Mt 23:37) e Babilônia (Jr 51:35) são chamadas de cidades sanguinárias. "O 'sangue' de todos 'os que foram mortos sobre a terra' se refere a todos os que na história foram martirizados por causa de sua lealdade ao verdadeiro Deus" (Johnson, 1981, 568). O verbo que João emprega para "foram mortos" (18:24) é *sphazo*, o mesmo que ele usa coerentemente para os mártires (Ap 5:6, 9, 12; 6:4, 9; 13:8), inclusive para o primeiro mártir, Abel (1Jo 3:12). As palavras "das mãos dela vingou o sangue dos seus servos" (Ap 19:2) também se colocam em paralelo com as palavras de Elias a Jeú, para vingar "da mão de Jezabel" o sangue dos profetas e de todos "os servos do Senhor" (2Rs 9:7). LaRondelle diz que, ao enviar Jeú para destruir Jezabel, o Senhor vigou da mão de Jezabel o sangue de seus servos, os profetas (1992b, 159; ver também 1Rs 18:4; 19:2; 21:15).

Na queda da Babilônia, a tomar lugar na sexta praga, o Deus Todo-Poderoso, finalmente, vingará o sangue de seus servos, a memória dos quais clama por isso desde o quinto selo: "Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra?" (Ap 6:10).

A ação vindicativa por parte de Deus despertará o cântico de "numerosa multidão no céu": "Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus,

porquanto verdadeiros e justos são os seus juízos, pois julgou a grande meretriz que corrompia a terra com a sua prostituição e das mãos dela vingou o sangue dos seus servos" (Ap 19:1-2).

---

[1] Ver também Heródoto, *The Histories*, i.191; George Rawlinson, *The History of Herodotus* (Appleton & Company, 1859), p. 424; Daniel Potts, *Mesopotamian Civilization: The Material Foundations* (Cornell University Press, 1996), p. 22, 23.

CAPÍTULO 7

O Armagedom

Na história da salvação, alguns montes se tornaram célebres. Abraão levou seu filho para apresentá-lo em sacrifício a Deus no monte Moriá. Nesse mesmo monte, mais tarde, Salomão construiu o templo para morada do Deus de Israel (2Cr 3). Deus falou com Moisés no monte Sinai. Igualmente ali, mais tarde, o Senhor entregou as tábuas da lei com os dez mandamentos aos israelitas, o povo da aliança. Do monte Nebo, Moisés avistou a terra de Canaã e, ali também, ele descansou (Dt 34). No monte das Oliveiras, Jesus ensinou os discípulos a orar. No monte Tabor, ele foi transfigurado em glória perante eles. No Gólgota, Cristo depôs sua vida em sacrifício para redimir os pecadores.

No Antigo Testamento, o monte Carmelo foi o palco de um grande evento em que o profeta Elias derrotou os profetas de Baal, provando ser Deus o único Senhor dos céus e da Terra. Da mesma forma, um "monte" chamado por João de "Armagedom" será o palco de outro tremendo conflito em que o remanescente dos últimos dias derrotará as forças das trevas com o poder da verdade da Palavra de Deus.

As batalhas militares foram e são mais comuns nos vales e nas planícies. Já as montanhas, na Bíblia, foram palco de batalhas espirituais, como a de Elias, no Carmelo, e a de Cristo, no Gólgota. Igualmente, a batalha final terá lugar em uma grande "montanha" que poderá ser de dimensões globais.

A batalha do monte chamado "Armagedom" será o clímax do confronto entre o remanescente que restaura a verdade na Terra e seus oponentes, conforme Apocalipse 16:12 a 16. Esse evento precede a segunda vinda de Cristo. No auge do conflito, as forças arregimentadas pelo dragão, a besta e o falso profeta parecerão invencíveis aos olhos do remanescente, que temerá ser eliminado da face da Terra. Entretanto, no calor da grande tribulação, Miguel, o grande príncipe, se levantará em defesa de seus santos.

A reação divina contra os inimigos do povo da aliança tem seu ponto de partida no encerramento da intercessão e do juízo investigativo no santuário celestial, conforme revela a cena narrada em Apocalipse 15:1 a 16:1. Nesse momento, o santuário se enche de fumaça, e os sete anjos saem dali com as taças da ira de Deus a ser derramada sobre a Terra. A ação divina contra os ímpios será progressiva ao longo das pragas, atingindo seu clímax na sexta e sétima pragas, com a queda da Babilônia mística e a destruição dos reis da Terra por ocasião da volta de Cristo.

Embora o foco desses acontecimentos se projete para esse clímax escatológico, o conflito entre a confederação do remanescente e a coalizão do mal deve começar bem antes. Na verdade, o choque entre a igreja verdadeira que restaura a verdade divina na Terra e as "portas do inferno" é detalhadamente descrito ao longo das visões de Apocalipse 12 a 20.

Como já foi visto, o ponto de partida para essa crise final é a emergência do remanescente, que equivale ao retorno da igreja pura do "deserto" (Ap 12:14), onde esteve escondida durante o tempo de trevas da Idade Média: os 1.260 anos. Assim, à luz do capítulo 14, o cenário da crise começa a ser montado com o ministério dos três anjos em restaurar a verdade e a lei de Deus na Terra (Ap 14:6-12). O movimento profético representado por esses anjos deve atingir "cada nação, e tribo, e língua e povo" (v. 6). Os três anjos proclamam o "evangelho eterno" e anunciam o juízo iniciado em 1844. Além disso, sua mensagem constitui um ataque direto às estruturas da Babilônia mística (v. 7, 8). Os três anjos desnudam o sistema religioso do papado e a falsificação da lei de Deus. Chamam os habitantes da Terra a sair da Babilônia e a repudiar a marca da besta como condição para se livrarem do juízo a ser vertido do "cálice" das sete últimas pragas (v. 9-10).

Embora a mensagem dos três anjos *deva* ser pregada a "cada nação", só com a descida do quarto anjo (Ap 18:1), cuja glória de fato *ilumina* toda a Terra, é que a restauração da verdade e da lei de Deus ganha a dimensão de um movimento global. Enquanto o movimento de restauração da verdade segue discretamente no mundo, os inimigos de Deus parecem indiferentes. Essa aparente imobilidade será rompida em face do alcance global da mensagem do remanescente em restaurar a verdade e a lei de Deus em toda a Terra.

O movimento global de restauração da verdade bíblica, ao desmascarar a

religião falsa, desperta a ira dos inimigos de Deus. Em decorrência disso, o dragão entra em direta "peleja" contra o remanescente que guarda e prega a perpetuidade dos "mandamentos de Deus" (Ap 12:17). A palavra grega usada para "peleja" (v. 17; "guerra", ARC) vem do verbo *polemeo*, também usado no verso 7 para falar da "peleja" desferida pelo dragão contra Miguel, o grande príncipe. É igualmente usada para as ações da besta contra os "santos" (13:7). Em outras palavras, Apocalipse 12:17 marca o momento em que o remanescente é envolvido diretamente na batalha que já estava em andamento entre Cristo e Satanás. A "batalha" assim descrita não é o mesmo que ser tentado pelo diabo, antes significa ser perseguido sob decreto de um império global usado pelo diabo.

O mesmo confronto entre as forças do dragão e o remanescente, na crise final, é retratado em Apocalipse 13:11 a 18, em que a segunda besta, emergindo da "terra", entra no conflito assumindo sua "voz" de dragão. No capítulo 17, é dito que a besta escarlate, na fase do oitavo rei, e os reis da Terra "pelejarão" (*polemeo*) contra o Cordeiro, e os que com Ele estão, "os eleitos e fiéis", ou seja, o remanescente (v. 14). Nesse caso, a "peleja" do dragão contra o remanescente (Ap 12:17), a perseguição da besta de dois chifres contra os que não têm a marca da besta (13:15), a "peleja" dos "reis do mundo inteiro" no "grande Dia do Deus Todo-Poderoso" (16:14) e a "peleja" do oitavo rei contra os "eleitos e fiéis" (17:14) são um único e mesmo evento. LaRondelle relaciona o ataque do dragão ao remanescente em Apocalipse 12:17 às ações da besta de dois chifres que emerge da "terra" em Apocalipse 13:11 (ver LaRondelle, 1992b, 163).

A grande obra de restauração da verdade e da lei de Deus na Terra, mostrada na visão dos três anjos, leva ao surgimento de uma geração de "santos", uma coalizão de fiéis testemunhas da Palavra viva de Deus, vindos das mais diversas nações e etnias. Eles são chamados de "os restantes da sua descendência", (Ap 12:17), "cento e quarenta e quatro mil" (14:1; 7:4), "grande multidão" (7:9), os que "vigia[m] e guarda[m] as suas vestes" (16:15) e os "eleitos e fiéis" (17:14).

Paralelamente à obra do remanescente, iniciada em 1844, as forças opositoras também caminham para a formação de uma coalizão global. O Apocalipse revela esse movimento na visão dos três espíritos/anjos impuros (Ap 16:13). Eles "se dirigem aos reis do mundo inteiro" com o objetivo de "ajuntá-

los" para a "batalha" (grego, *polemos*) "do grande Dia do Deus Todo-Poderoso" (16:14). Essa coalizão tem sua dimensão religiosa retratada na figura dos três demônios, a qual é chamada de "cidades das nações" (16:19), "meretriz" (17:1), "Babilônia, a grande" (17:5) e "grande cidade" (17:18). A dimensão política é retratada na figura dos "reis do mundo inteiro" e, por sua vez, é chamada de "outra besta" (13:11), "os que habitam sobre a terra" (13:14), "[águas do] grande rio Eufrates" (16:12), "muitas águas" (17:1), "reis da terra" (17:2; 19:19), "dez chifres" (17:16) e "oitavo rei" (17:11).

O teólogo adventista Jon Paulien afirma que a formação dessas "três confederações globais vai indicar claramente a chegada dos eventos finais na história da Terra" (2008, 133).

REMANESCENTE SOB ATAQUE

Segundo o relato de João, os três espíritos, representando as religiões de todo o mundo conseguem congregar os "reis da terra" e os ajuntam em um lugar que "em hebraico se chama Armagedom" (Ap 16:16). Ellen White afirma que essa unidade será sólida e determinada em seus objetivos. "Haverá um laço de união universal, uma grande harmonia, uma confederação de forças satânicas [...]. Na peleja a ser travada nos últimos dias, estarão unidos, em oposição a Deus, todos os poderes corruptos que apostataram da lealdade à lei de Jeová" (White, 1987, 392, 393).

À luz desse cenário global, em que consistirá a batalha do Armagedom?

A ideia geral mais predominante é de que se trata de uma guerra final, o último grande evento na história da Terra. Há uma primeira opinião de que se trata de uma guerra de natureza política e militar entre as nações do Oriente contra o Ocidente, a ser desferida a partir do vale de Jezreel, onde está a cidade de Megido, na Palestina. Conforme a segunda opinião, essa batalha deve ser de natureza religiosa, na qual os reis do mundo inteiro, influenciados por suas religiões falsas, farão uma investida global contra os fiéis de Deus, no fim do tempo (ver ed. Nichol, 7:937, 938).

O contexto geral de Apocalipse 12 a 19, em que o conflito se estabelece inicialmente entre Cristo e Satanás e no qual, por fim, o "remanescente", a

meretriz e "os reis do mundo inteiro" são envolvidos, não deixa margem para o entendimento de uma batalha de natureza apenas político-militar, mas de natureza religiosa capaz de envolver a dimensão política e militar de todo o mundo.

Quando e onde essa batalha deverá tomar lugar?

Alguns estudiosos sugerem que a batalha do Armagedom começa durante a sexta praga. Jon Paulien entende que "a sexta praga em si mesma não é a batalha do Armagedom; em vez disso, ela é o ajuntamento das forças para esse conflito" e que "a batalha em si mesma é referida na sétima praga" (2008, 60). Segundo ele, a queda da Babilônia seria o desfecho do Armagedom. Portanto, os capítulos 17 e 18 seriam uma explicação dessa batalha (ibid.). Já o *Comentário Bíblico Adventista* afirma que o ajuntamento das nações é um "processo gradativo" que se inicia "antes das pragas" (7:937) e que a "batalha do Armagedom começa quando os poderes religiosos e políticos da Terra iniciam seu ataque final ao povo remanescente de Deus" (7:934). Todavia, o mesmo *Comentário* também declara, como Paulien, que "os preparativos para a batalha ocorrem durante a sexta praga" (7:934).

Ranko Stefanovic, por sua vez, entende que Apocalipse 16:12 a 16 não revela a real batalha, mas somente "a preparação e o grande ajuntamento dos poderes religiosos e políticos da humanidade rebelde para o Armagedom" (2002, 495). Para ele, a verdadeira batalha do Armagedom ocorre após a sexta praga. "O clímax da sétima praga é a batalha do Armagedom. [...] A preparação para a batalha é descrita na cena da sexta praga, e a batalha propriamente dita é descrita em Apocalipse 16:17 a 19:21" (ibid., 499).

Quando, de fato, começa o Armagedom é uma questão importante para que se possa entender o que está envolvido nessa batalha.

É preciso considerar que as profecias sobre a queda da Babilônia deixam claro que esse evento resulta das ações de Deus contra a meretriz. Na verdade, todas as pragas provocam efeitos de juízo e punição sobre as pessoas que têm o selo da besta, sendo que a quinta e a sexta atingem a Babilônia diretamente. A sétima provoca um conjunto de fenômenos cataclísmicos que abalam toda a Terra, com um terremoto global e chuva de pedras (Ap 16:17-21). O "cálice" da ira de Deus, anunciado na terceira mensagem angélica (Ap 14:10), é

equivalente às mesmas "taças da ira de Deus" (17:1). Essas são metáforas comuns para juízos divinos (16:19). No Antigo Testamento, a mesma expressão é usada com sentido de juízo. O Senhor diz a Jeremias: "Toma da minha mão este cálice do vinho do meu furor e darás a beber dele a todas as nações às quais Eu te enviar. Para que bebam, e tremam, e enlouqueçam, por causa da espada que Eu enviarei para o meio delas" (Jr 25:15-16; ver também Sl 11:6; 75:8; Is 51:17, 22, 23; Jr 49:12; Mt 26:39).

Se a sexta praga, como as demais, é uma "taça" da ira de Deus (Ap 16:12), qual seria, então, o resultado dessa praga? Se ela for considerada como os "preparativos" dos ímpios para o Armagedom, então os inimigos, em vez de serem punidos, estariam conseguindo se organizar, durante essa praga, para lutar contra Deus, o que não faz sentido.

O relato do Apocalipse é de que a sexta praga provoca o secamento das águas "do rio Eufrates", preparando o "caminho dos reis que vêm do lado do nascimento do sol" (Ap 16:12). No Apocalipse, o rio Eufrates representa os poderes seculares e civis de todo o mundo: todas as nações, todas as etnias, todas as línguas. O próprio Paulien diz que "o rio Eufrates retrata os poderes políticos e militares do mundo que darão seu apoio à Babilônia do tempo do fim" (2008, 104).

Se João afirma que as "águas" sobre as quais a meretriz se assenta são "povos, multidões, nações e línguas" (17:15), a sexta praga prevê, então, a retirada do apoio desses povos, não o seu ajuntamento. Uma vez que os povos estão sob o controle da meretriz, a retirada do apoio dos mesmos resulta na queda da mulher. Nesse caso, a sexta praga provoca exclusivamente a queda da Babilônia, como resultado dos juízos de Deus sobre ela.

Nessa linha de pensamento, o conforto e a sustentação da Babilônia, providos pelos reis e as nações da Terra, é a situação a ser atingida na sexta praga. João diz acerca da queda da meretriz:

> *O quanto a si mesma se glorificou e viveu em luxúria, dai-lhe em igual medida tormento e pranto, porque diz consigo mesma: Estou sentada como rainha. Viúva não sou. Pranto nunca hei de ver! Por isso, em um só dia,*

sobrevirão os seus flagelos: morte, pranto e fome; *e será consumida no fogo, porque poderoso é o Senhor Deus, que a julgou* (*Ap 18*:7-8).

Além disso, é preciso lembrar que, no clímax do sexto selo, com a abertura do céu, os reis da Terra e os chefes militares, os representantes do poder político e militar da Terra, serão completamente tomados pelo pavor do juízo ao visualizar o trono de Deus e do Cordeiro (ver Is 34:4, 8; 2:10-12). Sobre essa situação, João relata: "E o céu recolheu-se como um pergaminho quando se enrola. Então, todos os montes e ilhas foram movidos do seu lugar. Os reis da terra, os grandes, os comandantes [...] se esconderam nas cavernas e nos penhascos dos montes e disseram aos montes e aos rochedos: Caí sobre nós e escondei-nos da face daquele que se assenta no trono e da ira do Cordeiro" (Ap 6:14-17). Assim, a condição dos "reis do mundo inteiro" não será de organização e preparo para a guerra, mas de completo pavor.

A palavra "então" (Ap 16:13) traduz a partícula grega kai. João a emprega centenas de vezes no Apocalipse, sendo 45 vezes traduzida por "então". Outra situação em que ele usa kai para falar de algo que ocorre antes do que acaba de descrever é em Apocalipse 11:19. Narrando o clímax da sétima trombeta, com Cristo assumindo o poder do mundo, ele interrompe a narrativa e diz: "Abriu-se, então, o santuário", uma visão que se refere ao início do juízo investigativo em 1844.

Nessa perspectiva, ao falar da ação dos espíritos imundos em ajuntar "os reis do mundo inteiro" (Ap 16:14), João deve estar abrindo um parêntese na narrativa da sexta praga para revelar como a situação de conforto e sustentação da Babilônia foi construída, naturalmente antes das pragas.

A profecia acerca do surgimento da segunda besta, ordenando aos que "habitam sobre a terra para que façam uma imagem à besta" (13:14), indica o momento crucial em que os preparativos são finalizados com a adesão dos reis da Terra, os quais se ajuntam: isto é, antes das pragas, antes da grande tribulação, pois esses preparativos criam as condições para a perseguição aos fiéis de Deus. Os "sinais" realizados pelo poder religioso da segunda besta (13:14) e os "sinais" executados pelos espíritos de demônios (16:14) criam um paralelo entre os dois textos, destacando o fascínio do poder espiritual capaz de

reunir os "reis da terra" para o Armagedom.

Uma vez que a segunda besta, que representa o maior e o mais poderoso dos "reis da terra", impõe a marca da besta e promove um boicote econômico e social de dimensão global contra os que não têm o selo da besta (Ap 13:15-16), fica claro que os ataques contra os fiéis de Deus começam antes das pragas, antes do fechamento da porta da graça e, naturalmente, se estenderão até certa altura das pragas.

O "ajuntamento" dos reis da Terra e sua consequente adesão ao programa da "imagem da besta", em nível global, poderá ser um processo demorado, com adesões individuais aqui e ali ao longo de meses e até anos. Uma vez que seria ilógico conceber uma batalha dos reis humanos diretamente contra o Deus Todo-Poderoso (Ap 16:14), é natural entender o Armagedom como a batalha desses reis contra Deus, na pessoa do remanescente. Essa batalha deverá começar com o decreto dominical, a ser oficializado a princípio no território da besta de dois chifres, ou seja, nos Estados Unidos, quando o remanescente fiel for proibido de adorar e obedecer a Deus.

À luz de Apocalipse 13:14, 16:14 e 17:2, a Babilônia conseguirá a adesão dos reis da Terra em sua empreitada contra o remanescente, para tentar bloquear sua obra e desarraigar a verdade divina deste mundo e, assim, vencer o conflito contra Deus.

As questões sociais e legais sugeridas em Apocalipse 13:11 a 18 indicam que, quando os reis da Terra se aliarem à Babilônia, as assembleias legislativas das nações formularão leis para dar legalidade às ideias e às doutrinas da grande meretriz. Os tribunais julgarão recursos contra os que desejarem viver em harmonia com a lei de Deus expressa em sua Palavra. A polícia e as forças armadas das nações tomarão para si a tarefa de prender e executar quem não se conformar com os ensinos e a religião da Babilônia. "Para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número de seu nome" (Ap 13:17), e ainda para que sejam "mortos" todos quantos não adorarem a "imagem da besta" (13:15, ARC). Essas condições indicarão que uma batalha contra o remanescente terá, de fato, começado inicialmente nos Estados Unidos e se estenderá em nível global. Essa é a batalha do Armagedom (prevista em Ap 12:17; 13:11-18; 16:14-16; e 17:14).

O Apocalipse não dá detalhes de como se dará o alinhamento, a coalizão das nações e das religiões, mas pode-se presumir que isso ocorrerá por meio de pactos, tratados e alianças em torno de agendas, políticas e mercados comuns. Uma geopolítica mundial de cooperação e interesses comuns. Entre esses pactos, pode-se certamente citar a Organização das Nações Unidas, Otan, União Europeia, os mercados comuns americano, europeu e asiático, os pactos em torno de sustentabilidade e proteção do ecossistema. São as alianças diversas anunciadas em Daniel 2:42 e 43, dizendo que as nações dos últimos dias, umas fortes e outras frágeis, se ligarão entre si por meio de "casamento[s]".

Entre as religiões, essa união tem se efetuado por meio de doutrinas afins, especialmente o domingo e a imortalidade da alma, as formas de culto, os modelos comuns de liturgia e celebração que privilegiam a emoção e o êxtase em detrimento da exposição da verdade bíblica.

Não deverá haver um ecumenismo para a formação de uma igreja mundial, mas uma religiosidade mundial. Assim como não deverá haver um governo mundial, mas uma ideologia sociopolítica global. Esse é o quadro sugerido em Apocalipse 12 a 19.

Essa coalizão religiosa, política, econômica e militar fará a última grande oposição à causa de Deus na Terra e ao plano da salvação centrado na cruz de Cristo. Por meio de arranjos nas leis, no clímax do conflito, esses poderes farão com que se torne ilegal a obediência aos mandamentos e à lei de Deus. Ao mesmo tempo, eles vão legitimar a desobediência e a mentira em relação aos mandamentos divinos. Essa investida final contra a verdade bíblica e contra seus representantes na Terra instaura a batalha final, ou o Armagedom.

Essa perspectiva de o Armagedom ter início antes das pragas se reflete nos escritos de Ellen White. Em 1890, ela escreveu: "O tempo atual é solene e terrível para a igreja. [...] O Espírito de Deus está gradualmente se retirando do mundo. Satanás também está arregimentando suas forças do mal, dirigindo-se 'aos reis do mundo inteiro', ajuntando-os sob sua bandeira, [...] para 'a peleja do grande Dia do Deus Todo-Poderoso'" (ed. Nichol, 7:1099). Em 1902, reiterou: "Um terrível conflito encontra-se diante de nós. Aproximamo-nos da peleja do grande dia do Deus Todo-Poderoso. [...] Os principados e poderes da Terra estão em acirrada revolta contra o Deus do Céu. Estão cheios de ódio contra os que o servem e, em breve, muito em breve, será travada a última grande batalha

entre o bem e o mal. A Terra será o campo de batalha – o local da peleja e da vitória final" (White, 1999, 250).

O NOVO CARMELO

Se a batalha final é dos reis do mundo inteiro, impulsionados pela religião falsa, contra o remanescente fiel, espalhado por toda a Terra, qual seria então o sentido de João dizer que os "reis" foram "ajuntados" em um lugar que em hebraico se chama "Armagedom"? Onde será travada a última batalha?

O estudo da palavra empregada por João tem levado estudiosos adventistas a algumas conclusões pertinentes.

A palavra "Armagedom" deriva da junção de duas palavras. A primeira parte é o termo hebraico *har*, que quer dizer "montanha" ou "monte". A segunda é o nome *Magedon*, que é a transliteração do hebraico *Megiddo* para o grego. Assim, "Armagedom", literalmente, quer dizer "a montanha de Megido". O problema é que não existe uma montanha com esse nome. Mesmo assim, por causa dessa expressão construída pelo profeta, alguns acreditam que o vale de Megido, mais conhecido como vale de Jezreel, na Palestina, seria um local estratégico onde teria início a batalha final.

Para que o Apocalipse empregasse esse local como uma metáfora da última batalha do grande conflito, algo decisivo precisaria ter acontecido ali. Os locais e eventos empregados como símbolos no Apocalipse são aqueles de grande representação no cenário do conflito cósmico vivenciado pelo povo de Israel, como o êxodo, o cativeiro babilônico, a imagem de Nabucodonosor, a fornalha ardente e queda da Babilônia de Belsazar, entre outros.

No Antigo Testamento, Megido era parte da herança dada à tribo de Manassés, depois da conquista de Canaã (Jz 1:27). Era uma antiga cidade cananeia na borda do vale de Jezreel, que fica localizado entre Samaria e a Galileia. A cidade se tornou uma fortaleza importante no sul da planície de Esdraelom, outro nome pelo qual a região é conhecida.

O vale tem por nome Jezreel porque, na extremidade sul, ficava uma cidade com esse mesmo nome. O vale de Jezreel tem "formato triangular e sua

base, de 24 km de comprimento, fica de frente para o vale do Jordão" (ed. Nichol, 2:274). O lado norte é limitado pelas montanhas de Nazaré, inclusive pelo monte Tabor. O lado sul é formado pelos montes de Samaria, incluindo as montanhas de Gilboa. "A cidade de Jezreel, hoje chamada de *Zer'in*, fica num dos picos a noroeste das montanhas de Gilboa, com vista para a planície e para a passagem do Jordão" (ed. Nichol, 2:274).

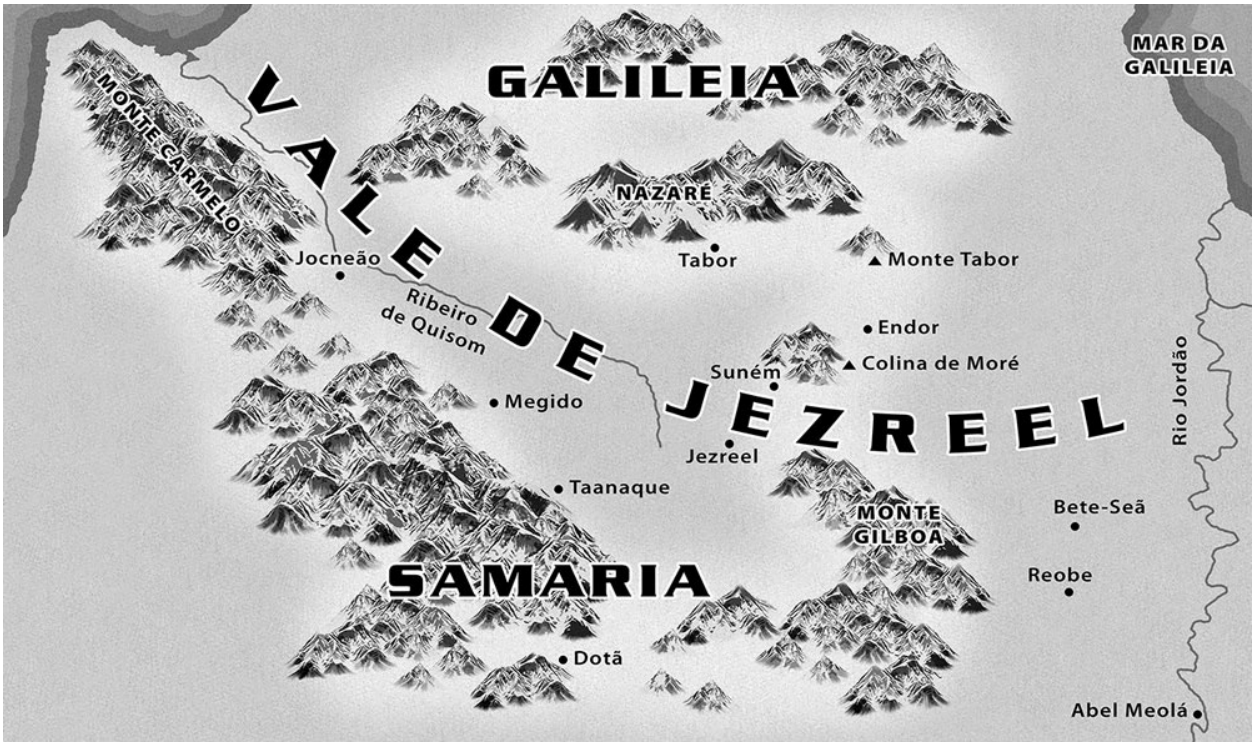
A cidade de Megido é mencionada no relato da batalha entre os reis de Canaã contra Israel, liderada vitoriosamente por Débora e Baraque (Jz 5:19). Foi para esse vale que Acazias fugiu quando ferido por Jeú, e ali morreu (2Rs 9:27). Também foi em Megido que morreu Josias, ao tentar deter as forças de Neco, do Egito, que iam rumo ao norte para o Eufrates (2Rs 23:29).

Assim, Megido era uma cidade, não uma montanha. Por si sós, as batalhas de Débora e Baraque contra os cananeus e de Josias contra os egípcios, no vale junto à cidade de Megido, não seriam pertinentes como exemplo para a batalha do fim do mundo envolvendo a adoração ao verdadeiro Deus e a perpetuidade de sua lei.

Contudo, ao identificar todas as montanhas adjacentes ao vale de Jezreel, chega-se, por fim, ao monte Carmelo, que é o cume da borda sudeste do vale, próximo a Megido. "O Carmelo é o ponto mais alto no cume, exatamente olhando para Megido" (Paulien, 2008, 57). Nesse monte, houve um confronto histórico e paradigmático entre Yahweh e Baal, entre Elias e os profetas de Baal, mantidos por Jezabel. Esse evento figura entre os grandes acontecimentos da história do povo de Israel. Por causa de sua coragem e da vitória sobre os profetas de Baal, Elias se projetou como um dos maiores profetas na experiência do povo hebreu. Como um reformador, ele se tornou um tipo de João Batista, que prepararia o caminho do Senhor em sua primeira vinda, e do remanescente do fim do tempo, nesta mesma função de preparar o mundo para a segunda vinda do Senhor em glória e majestade.

No monte Carmelo, Elias congregou o povo para a grande prova do verdadeiro Deus (1Rs 18:19-22, 36-38). No relato de Reis, o profeta de Deus mandou "ajuntar" na montanha de Megido "todo o Israel" bem como a multidão dos profetas de Baal, os quais ensinavam o povo a se desviar dos caminhos de Deus, servindo a um deus pagão, posto em lugar do Deus da aliança, o que configura prostituição espiritual e abominação. A falsa religião era comandada

pela rainha pagã, Jezabel, filha de Etbaal, a qual dominava seu marido, o rei Acabe. Elias não temeu, mesmo tendo ficado sozinho, como um remanescente. Ele "restaurou o altar do Senhor, que estava em ruínas" (1Rs 18:30), invocou o nome do Senhor e mostrou a Israel quem era o verdadeiro Deus.



Mapa: Vale de Jezreel e o monte Carmelo

Os eventos do Carmelo se ajustam perfeitamente às visões dos capítulos 12 a 19 do Apocalipse, nas quais o poder de uma religião falsa busca o apoio do poder político dos reis da Terra, indicando uma relação adúltera entre a Igreja e o Estado, como o ponto de partida para a guerra contra o remanescente. Essa relação apropriadamente é miniaturizada para o profeta João na figura de uma meretriz "montada numa besta" (Ap 17:3). Ora, a meretriz reproduz a figura de Jezabel, enquanto a besta reproduz a figura do rei Acabe. Jezabel era a sacerdotisa de uma religião pagã que conseguiu dominar a personalidade fraca de Acabe, seu marido israelita, o que resultou em um processo de paganização do reino de Israel. Na visão do Apocalipse, um processo de paganização e idolatria em nível global resulta do fato de a meretriz Babilônia conseguir "montar" sobre os reis da Terra, ou seja, reinar sobre eles. LaRondelle diz que a

meretriz no Apocalipse se "comporta basicamente como Jezabel, que usava seu marido, o rei Acabe, para perseguir Elias e os fiéis" (1992b, 161).

No relato de 1 Reis, as palavras "ajuntar", "todo" e "altar" são expressões-chave. No texto de Apocalipse 16:12 a 16, o verbo "ajuntar" ocorre duas vezes. O verbo grego empregado por João é *sunago*, de onde vem "sinagoga", que quer dizer "congregação". No relato de 1 Reis, o verbo hebraico para "ajuntar" é *qabats*, o qual é traduzido na versão grega pelo mesmo verbo *sunago* (1Rs 18:20). A noção de "totalidade" é bem atestada no relato de 1 Reis bem como no Apocalipse. "Todo" o Israel é reunido no monte Carmelo, bem como todos os profetas falsos. No Apocalipse, as três mensagens angélicas são proclamadas a todos os povos e nações (Ap 14:6), e os espíritos de demônios se dirigem aos "reis do mundo inteiro" para ajuntá-los (16:14).

Os termos comuns e o sentido compartilhado de "restauração" do altar, por parte de Elias, e de restauração da verdade e da lei Deus, por parte do remanescente, sugerem que a vitória de Elias sobre o monte deveria estar na mente de João ao visualizar a batalha do Armagedom como uma repetição do evento do Carmelo.[1]

Jon Paulien afirma que "a narrativa de Elias no monte Carmelo é como uma história de fundo para todo o relato de Apocalipse 12 a 19. Ela funciona exatamente como a narrativa da queda da Babilônia para o mesmo conjunto de visões" (2008, 58). Assim, "o tema do monte Carmelo em grande medida está por trás das descrições da segunda metade do livro do Apocalipse" (ibid., 59), que trata da adoração ao verdadeiro Deus, em contraste com a adoração ao dragão e à besta, e da restauração da lei de Deus por parte do remanescente do fim do tempo em detrimento da lei dos homens.

O Carmelo é o monte célebre mais próximo à cidade de Megido. Faz sentido que João se referisse a ele com o codinome "Monte de Megido", ou seja, "Armagedom", assim como se poderia dizer que o Table Moutain é o "Monte de Cape Town", na África do Sul, e que o Corcovado é o "Monte do Rio de Janeiro", pois estes são os montes mais célebres dessas cidades.

Tendo o relato do Carmelo como seu texto de fundo, João prevê a batalha do Armagedom em termos de um confronto entre a verdadeira e a falsa religião. Entre o verdadeiro e o falso dia de adoração. Entre o Deus verdadeiro e a falsa

representação dele na religião da meretriz e da besta. Desta forma, a batalha do Armagedom não deverá ser um confronto localizado no vale de Jezreel, nem na Palestina, mas deverá abarcar toda a superfície da Terra. Onde quer que a verdade e a lei de Deus forem restauradas pelo remanescente, como Elias restaurou o altar de Deus no monte Carmelo, ali se estabelecerá o conflito entre a luz e as trevas.

No Apocalipse, portanto, o Armagedom não é exatamente um "monte geográfico", mas um "momento" ou um "evento escatológico" que se estenderá por toda a superfície da Terra e deverá se prolongar por certo tempo, pelo menos desde o decreto dominical sancionado pela besta de dois chifres até a queda da Babilônia, por ocasião da sexta praga, e a volta de Cristo, quando a besta e os reis são lançados no lago de fogo (Ap 19:20).

A VINDICAÇÃO DOS SANTOS

Apesar de o remanescente ser a minoria em contraste com a confederação religiosa e política global, a evocação feita pelo Apocalipse da vitória de Elias no monte Carmelo assegura que os santos de Deus vencerão novamente. Além disso, embora o remanescente seja pequeno diante do poder dos "reis da terra" arregimentados pelos espíritos do dragão, da besta e do falso profeta, a queda dos profetas de Baal no monte Carmelo é um prenúncio da queda da Babilônia frente à restauração da verdade por parte dos fiéis de Deus. Além disso, é possível que João tivesse em mente a vitória de Débora e Baraque como um tipo do triunfo final do remanescente. Por outro lado, o pranto pela morte do rei Josias, no vale de Megido, também parece antecipar o lamento pela queda da Babilônia.

Os símbolos de Apocalipse 16:12 a 16 estão, portanto, relacionados aos acontecimentos históricos do Antigo Testamento associados às redondezas da antiga Megido, especialmente à vitória de Elias sobre os profetas de Baal. Esses símbolos também podem ser conectados ao sucesso de Débora e Baraque sobre o exército do cananeu Sísera (Jz 4:4–5:31). Esse evento é cantado pelo salmista, em um hino que celebra a vitória e suplica pelo livramento do Senhor em face do cerco dos inimigos:

Ó Deus, não te cales; *não te emudeças, nem fiques inativo, ó Deus*!

Os teus inimigos se alvoroçam, e os que te odeiam levantam a cabeça.

Tramam astutamente contra o teu povo e conspiram contra os teus protegidos.

Dizem: Vinde, risquemo-los de entre as nações; *e não haja mais memória do nome de Israel. Pois tramam concordemente e firmam aliança contra ti.* [...]

Faze-lhes como fizeste a Midiã, como a Sísera, como a Jabim na ribeira de Quisom (*Sl 83:1*-5, 9).

O cântico do salmista assume os contornos de uma profecia. Fala de uma coalizão de infiéis que se levantam contra os eleitos de Deus, pretendendo riscar a memória deles de sobre a face da Terra. A aliança entre os inimigos se deve a um sentimento de ódio compartilhado contra Deus e seus eleitos. Entretanto, o fim deles é o mesmo de todos aqueles que lutaram contra os santos protegidos pelo Todo-Poderoso. Os inimigos serão destruídos e ficarão como "adubo na terra" (Sl 83:10; cf. Ap 19:18).

A união dos inimigos de Deus contra seu povo se fragmentará diante das ações gloriosas de Deus no auge da crise final. A aparentemente sólida união das religiões falsas e dos reis da Terra entrará em colapso e a "grande cidade" se partirá em três (Ap 16:19). A sexta praga, resultando na queda da Babilônia, marca o momento da virada em que os santos são definitivamente vindicados pela ação libertadora de Deus, que se intensificará com a abertura do céu diante de todos os olhares humanos petrificados (Ap 6:14-17; cf. Is 34:4).

O Antigo Testamento prevê em diversas profecias esse momento dramático da vindicação dos santos. Isaías afirma que os ímpios terão feito "aliança com a morte e com o além", crendo que o "dilúvio do açoite" não os alcançará, pois estão escondidos na "mentira" e na "falsidade" (Is 28:15). Entretanto, o próprio Deus sentencia:

A vossa aliança com a morte será anulada, e o vosso acordo com o além não subsistirá; *e, quando o dilúvio do acoite passar, sereis esmagados por ele.* [...]

Porque o Senhor se levantará, como no monte Perazim, e se irará, como no vale de Gibeão, para realizar a sua obra, a sua estranha obra, e para executar o seu ato, o seu ato inaudito. [...]

Essa destruição já está determinada sobre a terra (*Is 28:14-22*; *ver também Dn 12:1*; *Hc 3:3-16*; *Ap 11:18*; *Js 10:7-14*; *2Cr 20:22-24*; *Is 19:2*; *63:1-6*; *White, 2004, 657*).

O evento da morte de Josias, em 609 a.C., no vale de Jezreel, e o intenso pranto subsequente (2Cr 35:24, 25) também podem lançar luz sobre os desdobramentos do Armagedom. Ao relatar a destruição da meretriz Babilônia, João emprega seis vezes a palavra "pranto" (gr. penthos; Ap 18:7, 8, 11, 15, 19). O intenso "pranto" por Babilônia tem ainda uma relação intertextual com Zacarias 12:11, que menciona o choro de Hadade-Rimom por seu primogênito, no vale de Megido. Assim, ao relatar o desfecho do Armagedom, é possível que João tivesse em mente ainda a décima praga do Egito (Êx 12:29-36).

Deus dissera que haveria "grande clamor em toda a terra do Egito, qual nunca" houvera (Êx 11:6), em resultado da décima praga. Depois, acrescentou que executaria juízo "sobre todos os deuses do Egito" (Êx 12:12). De fato, a morte dos primogênitos deve ter significado para os egípcios, assim como a morte do filho para Hadade-Rimom, a perda da esperança, pois o primogênito era o continuador da religião, o sacerdote da família. Dessa forma, a morte deles correspondia a um juízo divino executado sobre os seus deuses. As divindades egípcias não só se mostraram impotentes para protegê-los das pragas, mas tiveram seu ponto de contato destruído, com a morte dos primogênitos.

Na crise final, sob o efeito das pragas, os ímpios também não encontrarão em suas religiões um poder capaz de preservá-los. Pior ainda será a tragédia dos mesmos quando a Babilônia, a religião deles e sua fonte de esperança, for totalmente exterminada sob a ira dos reis da Terra (Ap 17:16; 18:9, 18).

Jacques Doukhan afirma que o termo "Armagedom" evoca "mais do que um campo de batalha; sugere o desfecho dela". "A morte dos primogênitos egípcios ocasionou mais do que a perda de um filho único ou o fim do nome da família. Foi a morte da religião deles" (2002, 156, 158).

Assim retratado no Apocalipse, o desfecho do Armagedom, da sexta praga até a volta de Cristo, deverá ser extremamente crítico para os ímpios, que têm o selo da besta. A exemplo dos judeus que choraram a morte do rei Josias e dos egípcios que prantearam a morte de seus primogênitos como o fim de sua religião, os ímpios prantearão o extermínio da Babilônia como o fim da esperança para eles.

O intenso pranto, referido seis vezes em Apocalipse 18 deverá ser despertado na primeira praga e se intensificará na sexta, quando os ímpios não verão qualquer esperança para o caso deles, ante a iminente manifestação de Cristo em glória e majestade.

---

1 Para mais detalhes sobre a relação entre Armagedom e monte Carmelo, ver William Shea, "The Location and Significance of Armageddon in Rev 16:16", *Andrews University Seminary Studies* 18 (1980), p. 157-162; J. Paulien, "Armageddon", em *The Anchor Bible Dictionary* 1 (New York: Doubleday, 1992), p. 395.

CAPÍTULO 8

A Queda da Babilônia

Das famosas Sete Maravilhas do Mundo Antigo, só resta a Pirâmide de Quéops, no Egito. Dentre elas, a que mais tem inspirado a imaginação talvez sejam os Jardins Suspensos de Babilônia. Nabucodonosor teria construído esses jardins em homenagem a sua rainha chamada Amitis, proveniente da Média, a fim de confortá-la diante da saudade de sua terra natal cheia de colinas e vales verdejantes.

A beleza de Babilônia orgulhava o rei Nabucodonosor, e sua segurança, as águas do rio Eufrates, fez Belsazar ignorar os persas em volta da cidade, em 539 a.C., quando ele dava seu famoso e trágico banquete. Durante o evento, um anjo desceu do Céu e escreveu na parede do palácio o julgamento e a queda de Babilônia. Naquela mesma noite, Ciro, rei da Pérsia, que desviou as águas do Eufrates, tomou a cidade.

Da antiga Babilônia, só resta uma história escassa. Contudo, na Bíblia há duas Babilônias. A segunda é a Babilônia mística retratada de maneira indireta na figura dos três espíritos de demônios em Apocalipse 16:13 e, de forma direta, na imagem da meretriz do capítulo 17. Qual será o destino da segunda?

A RETIRADA DAS ÁGUAS

Curiosamente, a linguagem para profetizar a queda desta segunda Babilônia é a mesma empregada pelos profetas do Antigo Testamento para a queda da antiga. Na sexta praga, João vê que, ao ser derramada a taça da ira de Deus sobre o rio Eufrates, suas águas secam e abrem caminho para os "reis do Oriente" (Ap 16:12, ARC).

A figura das águas que secam é recorrente na história do povo eleito de Deus. Quando o Senhor se levanta para defender seu povo, muitas vezes ocorre esse fenômeno que se tornou uma espécie de arquétipo. No antigo Egito, Deus

abriu as águas do Mar Vermelho. Perseguidos pelo enfurecido faraó e seu exército, os israelitas chegaram até a margem do mar e não viam saída, estando entre os inimigos ferozes e as águas agitadas.

> *Então, Moisés estendeu a mão sobre o mar e o Senhor, por um forte vento oriental que soprou toda aquela noite, fez retirar-se o mar, que se tornou terra seca, e as águas foram divididas.*
>
> *Os filhos de Israel entraram pelo meio do mar em seco*; *e as águas lhes foram qual muro* à *sua direita e* à *sua esquerda* (*Êx 14:21-22*).

Os egípcios entraram atrás deles e foram engolidos pelas pesadas ondas que cobriram "todo o exército" do faraó (v. 28). O evento se tornou um símbolo para Israel da força do Senhor em defender seu povo escolhido. No Salmo 74, o salmista expressa sua convicção de que o Senhor abriu o "mar" e "esmagou" nas águas "as cabeças do leviatã", uma metáfora do opressor dos santos (v. 13, 14, ARC; ver também Sl 106:9; Is 51:10).

Na entrada em Canaã, 40 anos depois da saída do Egito, novamente Deus abriu as águas, então do rio Jordão, e fez "maravilhas" diante dos olhos dos filhos de Israel. Eles passaram pelo leito seco do rio (Js 3:17) e de lá levaram 12 pedras para memória dos gloriosos atos de Deus em seu favor (Js 4:4-9).

Quando Israel se afastou dos caminhos de Deus e foi entregue nas mãos dos assírios, em 722 a.C., e os judeus nas mãos de Babilônia, em 586, a terra de Canaã ficou deserta, e o povo foi levado em cativeiro como escravos de seus opressores. Entretanto, Deus não os abandonou. Ele prometeu reverter o cativeiro em um novo êxodo. Os profetas do Antigo Testamento direta e indiretamente predisseram a libertação dos filhos de Israel pela figura da secagem das águas. Isaías garantiu que Deus abriria um caminho no mar para libertar os cativos israelitas da Assíria. "Haverá caminho plano para o restante do seu povo que for deixado, da Assíria, como o houve para Israel no dia em que subiu da terra do Egito" (Is 11:16). Da mesma forma, ele profetizou a ruptura do cativeiro para os judeus em Babilônia (v. 15) e previu que Ciro seria o pastor nas mãos do Senhor para livrar os judeus, quando Ele ordenasse às águas que secassem (Is 44:27, 28). Por sua vez, Jeremias predisse que Deus secaria o

"mar" e esgotaria o "manancial" dos caldeus. "Babilônia se tornará em montões de ruínas" (Jr 51:36, 37; ver Zc 10:11).

Na conquista da antiga Babilônia, uma vez que os muros da cidade pareciam intransponíveis, "o guerreiro [Ciro] buscou outra maneira de quebrar suas defesas" (Paulien, 2004, 50). Ele conseguiu isso ao "desviar as águas do Eufrates e, então, pôde marchar com seus soldados através do leito do rio, sob os muros, e entrar na cidade" (ibid., 50; cf. Kistemaker, 2001, 447).

O historiador grego Heródoto (484-425 a.C.) relata a estratégia de Ciro na conquista de Babilônia de modo a confirmar essa interpretação das profecias do Antigo Testamento a respeito da cidade de Nabucodonosor:

> *Ele* [*Ciro*] *colocou seu exército no lugar por onde o rio entrava para a cidade, e outra parte dele atrás da cidade, por onde o rio saía dela, e disse a eles que entrassem na cidade pelo canal do Eufrates quando vissem que o rio estava raso o suficiente para atravessar. Tendo disposto seus homens e dado seu comando, ele marchou com aqueles do exército que não podiam lutar e chegou até o lago. Ciro trabalhou entre o lago e o rio exatamente como faziam os babilônios: ele escoou o rio por um canal até o lago, que era um pântano*; *afundou esse canal o suficiente para que o canal do rio pudesse ser atravessado sob a muralha. Quando isso ocorreu, os persas colocados junto* à *cidade entraram em Babilônia pelo canal do Eufrates, cujas águas tinham baixado até a altura da coxa de um homem* (*Heródoto, Histories, 1.191.2*-4, *citado por Doukhan,* 2002, *151*).

Jacques Doukhan afirma que a tradição bíblica associa o "secamento do Eufrates" com a conquista de Babilônia por Ciro, em 539 a.C. (2002, 150), acontecimento que resultou no fim do cativeiro dos judeus. Para esse povo, o evento foi, no entanto, um ato de Deus em defesa deles. O próprio Deus predissera: "[Eu sou o Senhor] que digo à profundeza das águas: Seca-te, e Eu secarei os teus rios; que digo de Ciro: Ele é meu pastor e cumprirá tudo o que me apraz" (Is 44:27, 28; cf. Jr 50:38; 51:32).

Essas profecias tiveram seu cumprimento quando Ciro, rei da Pérsia,

sitiou Babilônia, em 539 a.C., tomou-a e libertou os judeus. Além dos judeus em Babilônia, os israelitas oprimidos na Assíria também foram libertados no reinado de Ciro (ver Is 11:11, 16; Ez 34:12, 13).

Assim, a figura das águas que secam fazia parte do cenário histórico e profético do Antigo Testamento para falar dos atos gloriosos de Deus em abater o adversário de seu povo e prover libertação. A imagem se tornou um paradigma da libertação em relação ao cativeiro do pecado. Por isso, ao falar do término do grande conflito, o Apocalipse recorre à figura das águas que secam, abrindo caminho para a libertação do povo da aliança.

O secamento das águas do Eufrates, no relato da sexta praga no Apocalipse, portanto, encontra seu paralelo no desvio das águas do Eufrates por Ciro, em sua conquista da Babilônia histórica, bem como na abertura do Mar Vermelho, no êxodo do Egito. Esses dois eventos históricos são tipos da libertação final do povo de Deus das mãos de seus inimigos terrenos. No Apocalipse, portanto, assim como no Antigo Testamento, a secagem das águas é símbolo de um evento miraculoso em que Deus se levanta para livrar seus escolhidos. Nesse sentido, o êxodo e o fim do cativeiro babilônico se tornam um prenúncio da libertação final, mediante a queda da Babilônia mística.

Na visão de João, o caminho das águas é aberto para a passagem dos "reis do oriente" (Ap 16:12, ARC) ou "os reis que vêm do lado do nascimento do sol" (ARA). Essa figura tem sido associada à segunda vinda de Cristo com seus anjos para a libertação de seu povo do cativeiro do pecado. Ciro chegou a Babilônia vindo do oriente (Is 41:2; 45:13). Isso sugere que a manifestação de Cristo se dará pelo lado do oriente para quem estiver na Terra. Ezequiel diz que viu a glória do Senhor vindo do "caminho do oriente" para o templo em Jerusalém (Ez 43:2, 4).

Entretanto, a expressão "reis do oriente" no Apocalipse também pode ser uma alusão a Cristo e seus santos, pois estes "reinarão" com Cristo em seu trono (Ap 3:21; 5:10; 20:6; 22:5). Já os anjos não são referidos como tendo um reinado com Cristo.

Nesse caso, a sexta praga prevê a queda da Babilônia mística mediante o "secamento" das águas que representam os povos que a sustentarão no fim do tempo. A queda da Babilônia apocalíptica, descrita em detalhes em Apocalipse

17 e 18, resultará de seu descrédito provocado diante da restauração da verdade bíblica e da lei de Deus, que ela mesma alterou e ensinou os reis e os habitantes da Terra a pisar. A restauração da verdade e da lei de Deus em nível global, mediante a descida do quarto anjo (Ap 18:1), provocará o desmascaramento da Babilônia diante de seus aliados que, por isso, vão odiá-la e destruí-la.

Assim, o secamento das águas do Eufrates na sexta praga aponta para a retirada do apoio das nações (cf. Ap 17:1, 15, 18) que sustentarão a Babilônia em sua investida final contra o povo de Deus. Os profetas do Antigo Testamento usam a metáfora das águas em referência a povos e multidões afastados dos caminhos de Deus (Is 8:7; 23:11; Jr 47:2; 51:13). O mesmo ocorre no Apocalipse (17:15).

O QUARTO ANJO

A queda da Babilônia mística descrita no Apocalipse é um evento de grande magnitude no cenário do conflito entre Cristo e Satanás. Esse evento prepara o mundo para o encerramento do grande conflito. Ele tomará lugar mediante a descida do anjo poderoso descrito em Apocalipse 18.

Como visto nos capítulos anteriores, em Apocalipse 16:13, a Babilônia é anunciada na imagem dos "três espíritos" que saem "da boca do dragão, da besta e do falso profeta" a fim de congregar as nações da Terra. A obra desses espíritos representa o ecumenismo de todas as forças religiosas do planeta, incluindo o espiritismo e as filosofias orientais, retratadas pelo espírito do "dragão", as quais vão se juntar às igrejas e aos cultos cristãos que se desviaram das verdades bíblicas, estes últimos representados pelos espíritos da "besta" e do "falso profeta".

Em Apocalipse 17, a besta que conduz a meretriz tem "sete cabeças", que são "sete reinos" (v. 9, 10). Esses reinos são os sete impérios que, ao longo da história, se opuseram ao povo de Deus. Todos esses impérios tiveram e têm em comum a "combinação de Religião e Estado e todos eles têm tentado oprimir e destruir o povo de Deus" (Stefanovic, 2002, 512). A imagem profética da Babilônia, portanto, revela uma religião falsa que terá, no clímax do grande conflito, o apoio e o poder de todos os povos da Terra em sua investida contra o

remanescente que restaura a verdade bíblica.

Apocalipse 18:3 diz que "todas as nações têm bebido do vinho" das suas mentiras, que "com ela se prostituíram os reis da terra", e os "mercadores da terra se enriqueceram à custa da sua luxúria". O que a profecia revela aqui, portanto, é que todas as culturas da Terra, por fim, estarão embriagadas pelas heresias da Babilônia. Em toda a Terra, reis, presidentes, primeiros-ministros, parlamentares, estadistas, homens poderosos, empresários e executivos estarão em relacionamento pecaminoso com ela, e colocarão seus poderes e suas riquezas a serviço da causa da meretriz.

A meretriz usará esses poderes em sua batalha, "no grande Dia do Deus Todo-Poderoso", no "Armagedom" (Ap 16:14, 16).

Contudo, no auge de sua atuação, a confederação do erro corporificada pela meretriz Babilônia vai enfrentar uma oposição insuperável e intransponível. Um poder de natureza divina desafiará a grande coalizão do mal e provocará sua fragmentação. Quando parecer que a trindade demoníaca, com apoio dos reis da Terra, conseguirá desarraigar o remanescente do mundo, uma força opositora à mentira da Babilônia vai se levantar e quebrar o seu poder. Essa força vai desmascarar a Babilônia e fará com que seus aliados não só a odeiem, mas também a destruam. Isso será resultado de uma ação de Deus em defesa de seus escolhidos.

Que oposição será essa capaz de desafiar a grande coalizão das religiões e dos reis do mundo inteiro, capitaneados pelo próprio diabo em sua investida contra o reino de Deus?

A resposta é dada na visão de Apocalipse 18, com a descida do quarto anjo. Quando esse anjo descer do céu, sua glória será capaz de iluminar toda a Terra, ou seja, a humanidade inteira será alcançada com sua luz e sua proclamação. A voz desse anjo vai alcançar cada nação, cada povo e cada pessoa na Terra. Sua pregação vai desmontar as mentiras da meretriz. Esse desmascaramento despertará o ódio das nações contra ela. Os reis do mundo inteiro e os povos que eles lideram perceberão que estão perdidos e que seu caso é sem solução. Essa consciência, no entanto, virá além do tempo, pois a porta da misericórdia já estará fechada.

Diante da presença do quarto anjo, a Babilônia cairá e, então, o grande conflito poderá terminar.

A restauração da verdade em nível global vai alcançar seu auge antes do início das pragas. Isso significa que a descida do anjo precede o fechamento da porta da misericórdia, pois seu apelo é para os últimos fiéis saírem da Babilônia e se juntarem ao remanescente. No entanto, o eco de sua mensagem permanecerá ao longo das pragas, pois a cada novo flagelo, os ímpios deverão ficar prostrados, da mesma forma que os egípcios por ocasião do êxodo, devido à crescente consciência de que estão perdidos, lutando contra o Deus Todo-Poderoso.

O que representa a descida do anjo de Apocalipse 18 é uma questão importante na compreensão do evento da queda da Babilônia.

A pregação desse anjo inicia e termina com as mesmas palavras da mensagem do segundo anjo de Apocalipse 14:8: "Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição." Ele, porém, acrescenta que, além das nações, também "os reis da Terra" têm se prostituído com ela e os "mercadores" têm se beneficiado "à custa da sua luxúria" (Ap 18:3). O acréscimo dos "reis" na pregação deste anjo indica que a incorporação do poder político por parte da Babilônia é um fato específico do fim do tempo, e não do período do início da restauração da verdade desde 1844. Além disso, ele descreve a condição da Babilônia: ela se tornou morada de "demônios", habitação de espíritos e esconderijo de todo tipo de "ave imunda" (v. 2).

Depois das palavras do anjo, João ouve uma voz do céu que ordena ao povo de Deus ainda na Babilônia: "Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos" (Ap 18:4). Esse é um último convite àqueles que creem em Deus verdadeiramente, mas que ainda jazem na ignorância da lei e da verdade divina, falsificadas pela meretriz. Eles devem abandonar as organizações que constituem Babilônia como condição para preservar a própria vida diante do juízo divino.

O anjo de Apocalipse 18, portanto, deve ser visto como um quarto ser celestial na sequência dos três anjos de Apocalipse 14, visto estarem unidos na missão de restaurar a verdade na Terra e desmascarar a Babilônia a fim de fazer

sair dela os últimos servos de Deus. João usa a expressão *allon angelon* (Ap 18:1) para esse agente divino, o que sugere que ele é da mesma natureza dos três anteriormente vistos (Ap 14:6-12).

Ellen White afirma que "a obra desse anjo [o quarto] vem unir-se, no tempo devido, à última grande obra da mensagem do terceiro anjo, ao tomar esta o volume de um alto clamor" (1996, 399). Ela acrescenta ainda que a união deste com os três anjos anteriores permitirá à causa da verdade presente iluminar toda a Terra com a sua glória. "Prediz-se com isto uma obra de extensão mundial e de extraordinário poder" (2004, 611). Em outras palavras, este anjo também representa um movimento de proclamação, ou uma intensificação da proclamação da mensagem do mesmo movimento representado pelos três anjos anteriores. Nesse caso, ele deve revelar o mesmo povo remanescente, mas no evento do alto clamor, sob o batismo do Espírito Santo, prometido na plenitude da chuva serôdia para "antes que venha o grande e terrível dia do Senhor" (cf. Jl 2:28-32).

Curiosamente, João diz que viu o primeiro anjo "voando pelo meio do céu" (Ap 14:6), ao passo que diz ter visto o quarto anjo "descer do céu" (Ap 18:1). Esta expressão é semelhante à usada por Lucas, no Pentecostes, por ocasião da descida temporã da chuva do Espírito: "Veio *do céu* um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam assentados" e "todos ficaram cheios do Espírito Santo" (At 2:2, 4, itálico acrescentado). O contraste entre "voando pelo meio do céu" e "descer do céu" deve apontar para o impacto e efeito direto da proclamação da verdade presente na manifestação do quarto anjo. Com a descida do Espírito, a exemplo dos apóstolos, o remanescente será cheio do poder de Deus manifestado no Pentecostes, de modo que sua proclamação não mais poderá ser negada ou ignorada.

Quando menciona a "mensagem do terceiro anjo", em geral, Ellen White fala dos três anjos de Apocalipse 14. O quarto anjo vem para unir-se aos três primeiros, e sua presença atribui poder e autoridade à pregação, de modo que a proclamação se avoluma e assume o tom de um alto clamor que deverá atingir todos os povos da Terra.

Os três anjos de Apocalipse 14 representam o povo remanescente de Deus, que desde 1844 está restaurando a verdade divina na Terra. Entretanto, esse povo tem feito isso de maneira discreta. É uma pequena comunidade no

mundo, percebida por uma parcela limitada da população. Quando o quarto anjo descer, porém, sua glória iluminará toda a Terra.

Nessa linha de raciocínio, o quarto anjo deve representar o mesmo povo remanescente de Deus, a mesma igreja, com as mesmas instituições, com a mesma mensagem, mas revestido da plenitude do poder do Espírito Santo. Ele deve representar a igreja verdadeira reavivada e reformada, investida de poder e coragem para enfrentar a oposição e, apesar dela, finalizar sua missão de preparar o mundo para os últimos eventos da história e para a volta de Jesus.

Uma vez que a descida desse quarto anjo aponta para o Pentecostes final e a chuva serôdia, mediante sua simbólica presença, sinais e prodígios serão feitos, dons sobrenaturais serão exercidos e a verdade será proclamada com poder e autoridade nunca vistos. Com a descida desse anjo, a igreja de Deus e a verdade presente serão, então, a notícia em todos os canais de televisão, rádios, jornais, revistas, internet e redes sociais. Assim, a presença plena do Espírito vai alçar a igreja verdadeira e a verdade bíblica ao centro das atenções no mundo.

Com esse poder, as grandes verdades que Deus tem revelado em sua Palavra, para este tempo, serão corajosamente proclamadas e levarão o mundo a assumir uma posição definitiva ao lado de Deus ou ao lado da Babilônia. Nesse contexto, as verdades bíblicas que identificam a igreja verdadeira de Deus, segundo as Escrituras, serão proclamadas com intensidade. Todos conhecerão que a salvação é pela graça, mediante a fé, para a santificação; que Jesus está procedendo ao juízo de investigação e preparação de seu povo desde 1844 no santuário celestial; que Cristo virá de modo visível e corporal; que a lei de Deus é perpétua; que o sábado é o dia de Deus e memorial da criação e da redenção; que não temos uma alma imortal; que nosso corpo é o templo do Espírito; e que temos uma forma de viver para agradar a Deus, com temperança e com um estilo de vida saudável. Todas essas verdades deverão ser anunciadas ao mundo de maneira clara e corajosa. A "glória" do anjo que "ilumina toda a Terra" aponta para a ampla divulgação dessas verdades que chegarão a ser destaque nas mais diversas redes de comunicação em todo o mundo.

A pregação clara e contundente da verdade bíblica, por parte do remanescente reavivado, vai provocar então uma reviravolta no mundo. Milhões de pessoas sinceras vão abandonar a Babilônia, atendendo ao chamado "Retirai-vos dela, povo meu!".

Dentro das estruturas do remanescente, o anúncio escatológico da verdade presente também provocará reviravolta. Muitos não poderão suportá-lo. Proclamar as verdades que derrubarão a Babilônia será uma atitude extrema de fé.

Ellen White diz que as pessoas que se acostumaram com a mensagem evangélica desvinculada da verdade presente não suportarão a descida do quarto anjo. Elas julgarão que essa atitude de fé extrema é resultado de fanatismo. Julgarão que desafiar o mundo, sua cultura e suas leis é postura perigosa. Entretanto, quando Deus "ordena a seus servos que apresentem o último convite de misericórdia ao mundo", os "embaixadores de Cristo nada têm que ver com as consequências" (2004, 609, 610), porque Miguel, o grande príncipe, os defende.

Temendo, contudo, a oposição do mundo, "ao aproximar-se a tempestade, uma classe numerosa que tem professado fé na mensagem do terceiro anjo, mas não tem sido santificada pela obediência à verdade, abandona sua posição, passando para as fileiras do adversário, [pois] está pronta a escolher o lado fácil, popular" (White, 2004, 608). Na crise final, retratada no Apocalipse, no entanto, não há uma condição que possa ser considerada fácil e popular.

Nessa linha de pensamento, o quarto anjo de Apocalipse 18 aponta para a descida do Espírito Santo, no Pentecostes final, em que a proclamação da verdade presente deverá produzir grande impacto em toda a Terra. O remanescente e sua mensagem deverão ser notícia em todos os meios de comunicação em uma divulgação sem precedentes do "evangelho eterno", o que vai desmascarar toda a contrafação por parte da religião falsa e preparará o mundo para o fim do grande conflito.

A MENTIRA DESMASCARADA

Falando sobre a descida do "anjo" de Apocalipse 18, Ellen White afirma que a "mensagem do terceiro anjo" será, então, proclamada com poder e coragem nunca vistos antes. Com esse movimento, "os pecados da Babilônia serão revelados" (2004, 606).

Isso significa que a pregação do remanescente, na presença do quarto anjo,

vai desnudar a Babilônia diante dos olhos da Terra. Seus pecados e suas heresias serão desmascarados mediante a clara e contundente exposição da verdade bíblica. Denunciando o vinho da Babilonia (Ap 17:2; 18:3), o remanescente vai proclamar em nível global que todas as religiões e as práticas religiosas fundadas sobre a imortalidade da alma e a santidade do domingo, não importa quão atraentes sejam, não são caminhos de salvação. Isso é o que significa "desmascarar" a meretriz. Esta será a condição para que os que são "povo de Deus" decidam atender à voz do anjo para abandonar as organizaões que constituem a Babilônia mística a fim de não serem cúmplices de seus pecados e não tomar parte em suas pragas (Ap 18:4).

A profetiza especifica os pecados da Babilônia a serem desmascarados: "Os terríveis resultados da imposição das observâncias da Igreja pela autoridade civil, as incursões do espiritismo, os furtivos, mas rápidos progressos do poder papal – tudo será desmascarado" (White, 2004, 606).

Portanto, além do vinho da Babilônia, há mais três coisas a serem denunciadas. Em primeiro lugar, os resultados da "união de Igreja e Estado", com o consequente fim da liberdade de consciência. Isso certamente provocará a ira de Deus e deverá despertar o remanescente em sua tarefa de defender a liberdade para obedecer à lei de Deus segundo sua Palavra.

Em segundo lugar, deve-se desmascarar o "avanço do espiritismo", em suas mais modernas e mesmo científicas manifestações, como espiritualismo, experiências extáticas, terapias alternativas como acupuntura, cristais, meditação, ioga e coisas semelhantes fundadas nas filosofias orientais. Com essas técnicas, o espiritismo tem conquistado *status* de ciência, inclusive em grandes universidades do mundo.

Ela afirma que o espiritismo tem se desdobrado nas diversas pseudociências que apelam para um tipo de "poder elétrico", "magnetismo" ou certas "forças latentes contidas na mente humana" (White, 1990b, 2:701). Adverte ainda que a pessoa que se entrega a essas formas de espiritismo moderno pode "perder o seu equilíbrio e ser controlada por um demônio" (White, 1984, 1:95).

Ellen White afirma que "Satanás tem há muito estado a preparar-se para um esforço final a fim de enganar o mundo" e que "pouco a pouco ele tem

preparado o caminho para sua obra-mestra de engano: o desenvolvimento do espiritismo" (2004, 561). De acordo com ela, o inimigo de Deus ainda não conseguiu realizar completamente seus desígnios; "mas estes serão atingidos no fim dos últimos tempos" (ibid.). O desenvolvimento do espiritismo como condição para o inimigo alcançar seus propósitos no grande conflito deve apontar para a aceitação desse tipo de religião mística por parte das camadas sociais mais esclarecidas e pelos próprios cristãos.

Nesse sentido, Ellen White acrescenta que "os protestantes dos Estados Unidos serão os primeiros a estender as mãos através do abismo para apanhar a mão do espiritismo" (ibid., 588). Uma integração entre cristianismo protestante e espiritismo foi, portanto, prevista a tomar lugar inicialmente nos Estados Unidos. Denunciar esse sincretismo também deve ser parte da agenda do remanescente como condição para levar os sinceros de Deus a abandonar as diversas organizações que constituem Babilônia; nesse caso, aquelas representadas especificamente pelo falso profeta, nas quais o pseudocarismatismo é a evidência do sincretismo entre cristianismo e espiritismo.

Por fim, ela afirma que o remanescente tem a tarefa de denunciar os eventuais perigos para a fé bíblica, a verdadeira religião e a obediência a Deus em virtude dos "progressos do poder papal". Desde o pontificado de João Paulo II, essa instituição tem crescido em granjear a simpatia e o apoio dos reis e dos povos da Terra (ver Dorneles, 2005).

Considerando a obra de o remanescente enfrentar a confederação do erro, no fim do tempo, Ellen White acrescenta que Apocalipse 18 indica "um tempo em que o anúncio da queda da Babilônia, conforme foi feito pelo segundo anjo de Apocalipse 14, deve repetir-se com a menção adicional das corrupções que têm estado a se introduzir nas várias organizações que constituem Babilônia" (2004, 603).

O que se revela, portanto, nos capítulos que anunciam a queda da Babilônia mística (Ap 16-18), é um confronto entre a igreja de Deus e os poderes políticos e religiosos da Terra, ocasião em que a "cidade" de Deus enfrentará a "grande cidade que domina sobre os reis da terra" (Ap 17:18). Este acontecimento é um capítulo crucial do grande conflito e resultará na queda da "grande cidade" que tem sustentado a obra da mentira ao longo da história.

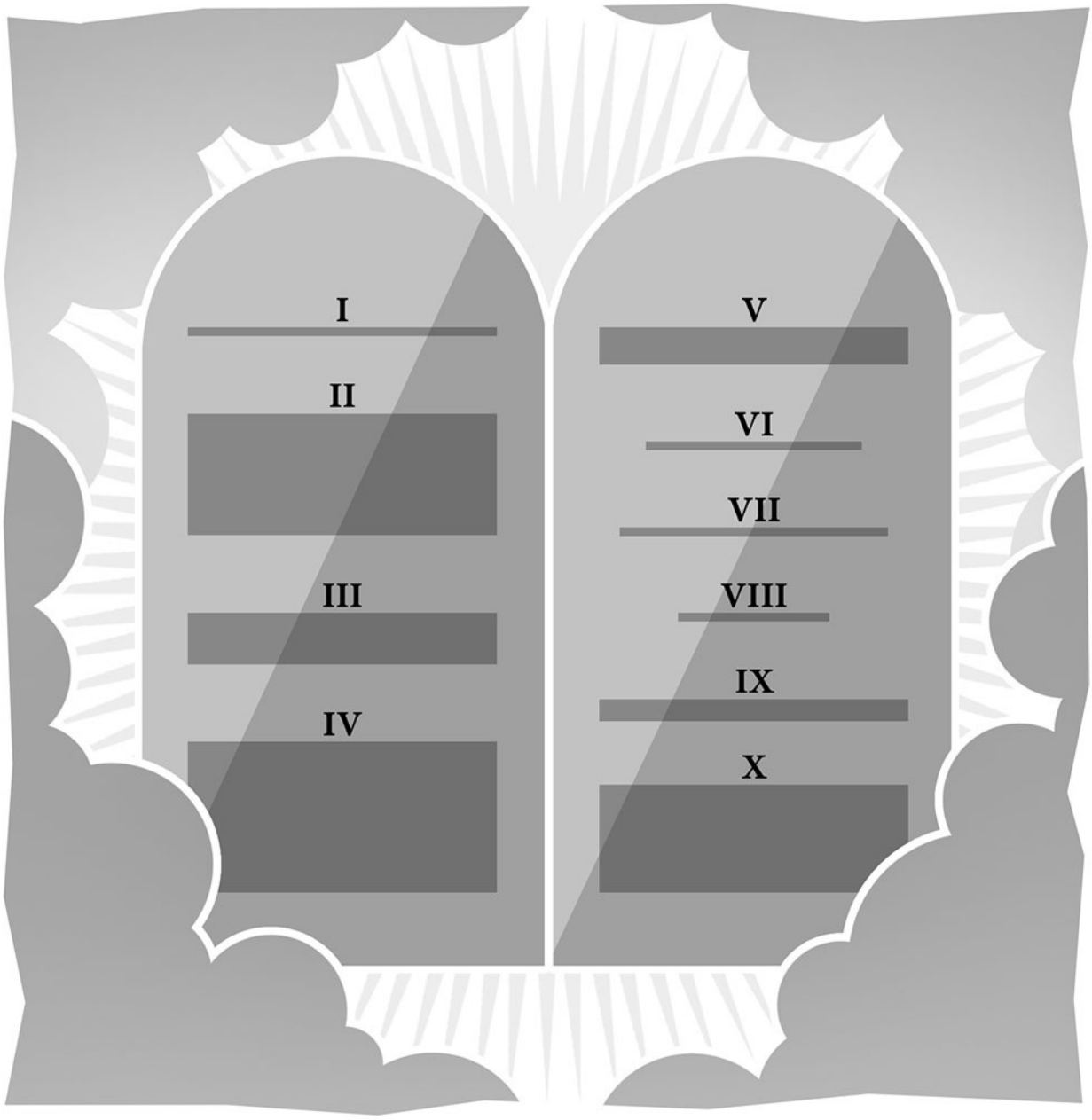
CONSCIÊNCIAS DESPERTADAS

O anúncio da queda da Babilônia deverá soar por toda a Terra; porém, a maioria dos pecadores não cortará seus laços com a transgressão da lei de Deus. Entretanto, o alto clamor vai despertar a consciência dos sinceros que deixarão a Babilônia. O mundo ímpio só se despertará acerca de sua culpa após o encerramento da graça. Isso tomará lugar durante as pragas (Ap 14:9, 10; 16:8).

O Apocalipse deixa implícito que as consciências ímpias só serão despertadas pela confirmação da mensagem do remanescente a cada novo flagelo a cair sobre os aliados da meretriz (ver Ap 6:15, 16). Essa conscientização atingirá seu ápice de fato na sexta praga, possivelmente com a abertura do céu e a consequente visão das tábuas da lei de Deus (Ap 6:14; Is 34:4). Essa visão despertará nos ímpios uma profunda consciência de perdição, condenação e desamparo em relação a Deus, pois até ali os que têm a marca da besta ainda vão pensar que estão do lado de Deus, pois foi isso que a religião falsa assegurou a eles.

A consciência de condenação diante da exibição, perante todos os seres humanos, da lei de Deus, que fora alterada pela meretriz como parte de seu vinho, levará os ímpios a ver a meretriz como a principal culpada de sua desgraça.

Ellen White afirma que, nesse contexto, "a glória da cidade celestial" vai ser vista da Terra por "suas portas entreabertas". Então, aparecerá "de encontro ao céu uma mão segurando duas tábuas de pedra dobradas uma sobre a outra". A mesma lei proclamada no Sinai "revela-se agora aos homens como a regra do juízo". "A mão abre as tábuas, e veem-se os preceitos do decálogo, como que traçados com pena de fogo." As palavras serão claramente vistas e lidas por todos. "Desperta-se a memória, varrem-se de todas as mentes as trevas da superstição e heresia, e os dez preceitos divinos, breves, compreensivos e autorizados, apresentam-se à vista de todos os habitantes da Terra." Diante da cena celestial, ela diz: "É impossível descrever o horror e desespero dos que pisaram os santos mandamentos de Deus" (2004, 639; cf. Ap 6:14-17; 11:19). Os selados da besta vão sentir-se irremediavelmente condenados na presença divina.



A profetiza acrescenta, então, que "os inimigos da lei de Deus, desde o ministro até ao menor dentre eles" percebem, demasiado tarde, que "o sábado do quarto mandamento é o selo do Deus vivo". Compreendem, por fim, "a verdadeira natureza de seu sábado espúrio e o fundamento arenoso sobre o qual estiveram a construir". Concluirão, assim, que a meretriz os levou a "combater contra Deus". Segundo ela, nesse momento, "a voz de Deus é ouvida no Céu [pelos santos], declarando o dia e a hora da vinda de Jesus" (2004, 640).

O capítulo "Será Desolada a Terra", de *O Grande Conflito*, começa exatamente com as palavras de Apocalipse 18, que tratam da queda da meretriz Babilônia. Ellen White passa a descrever, então, os "juízos que caem sobre a Babilônia, no dia da ira de Deus", pois "ela encheu a medida de sua iniquidade" e "está madura para a destruição" (2004, 653).

No contexto em que "a voz de Deus põe fim ao cativeiro de seu povo", haverá um "terrível despertar" por parte dos perdidos. Eles verão que aqueles dos quais zombaram e escarneceram, e que desejaram exterminar, passam "ilesos através das pestilências, tempestades e terremotos", ou seja, as pragas. Compreendem, então, que Deus é para si mesmos "fogo devorador", mas "seguro pavilhão" para o remanescente (2004, 654).

Ao citar, então, a profecia contra os pastores infiéis, que "destroem e dispersam" as ovelhas de Deus, ela diz que os ímpios percebem que se "rebelaram contra o Autor de toda lei reta e justa. [...] O povo vê que foi iludido" pelos falsos mestres de sua religião que anularam a lei de Deus e perseguiram os que a santificavam (2004, 655). Todos os seres humanos fizeram sua decisão, e "os ímpios uniram-se completamente a Satanás em sua luta contra Deus e seu povo". Entretanto, é chegado "o tempo para Deus vindicar a autoridade de sua lei que fora desprezada" (2004, 656). Os ímpios fizeram sua escolha iludidos pela meretriz e por seus aliados. Por isso, a ira desses perdidos se voltará contra seus líderes religiosos.

Hans LaRondelle diz que "o julgamento [da meretriz] é colocado em execução quando os governantes políticos e as multidões de todas as nações repentinamente percebem o veredito divino sobre a Babilônia e, em conjunto, retiram seu apoio" (1992a, 387). A lealdade se inverterá em ódio destrutivo.

Tal é a clareza com que hão de perceber a verdade, então estampada nos céus, que os próprios falsos mestres, por si mesmos, "confessam" perante o mundo sua obra de engano. As multidões, "cheias de furor", lamentarão: "Estamos perdidos! [...] E vós sois a causa de nossa ruína" (White, 2004, 656). Então, enfurecidos, voltam-se contra os mestres da religião falsa. "As mesmas mãos que os coroavam de lauréis, levantar-se-ão para destruí-los. As espadas que deveriam matar o povo de Deus são então empregadas para exterminar os seus inimigos. Por toda parte há contenda e morticínio" (ibid.).

A visão das tábuas da lei, diante de todos os habitantes da Terra, provocará uma reviravolta sem precedentes no curso dos acontecimentos no fim do tempo. Essa visão vai assombrar e fragmentar a coalisão dos inimigos de Deus e lançará a humanidade em um turbilhão de contendas. O poder político-militar das nações será, então, direcionado em sua tarefa destruidora contra o poder religioso enganador. Então todas as religiões falsas, com suas casas de culto, seus documentos, símbolos, seus mestres, tudo virá abaixo e será destruído pela fúria dos que já não têm os limites e as restrições do Espírito Santo em seu coração revoltado.

Esse será o juízo final para a meretriz. Ela não se levantará mais depois do milênio. Entretanto, pelas mãos de quem será ela destruída?

A linguagem do Apocalipse é forte em extremo. "Os dez chifres que viste e a besta, esses odiarão a meretriz, e a farão devastada e despojada, e lhe comerão as carnes, e a consumirão no fogo" (Ap 17:16). "Comer a carne" é uma atitude de inimigos vorazes (ver Sl 27:2, ARC; Mq 3:2-3; Jr 10:25). "Queimar no fogo" é a punição por imoralidade grave (ver Lv 20:14; 21:9; Ez 16:38-41; 23:22-29). Isso significa que o poder bélico da besta, na fase de seu oitavo rei, que pode ser os Estados Unidos, e dos "dez reis", que devem representar a União Europeia, toda a Otan e toda a Ásia, ou seja, todas as nações da Terra, será empregado para a destruição do poder religioso que os enganou e os levou a transgredir a lei de Deus e a perseguir seus santos. Todas as forças políticas e militares do planeta, em fúria incontida, se voltarão contra a falsa religião que os seduziu e os enganou. Este é o cenário da sexta praga e da queda da Babilônia.

Os eventos preditos em Apocalipse 17:16 possibilitam prever uma repetição do ódio e das investidas destrutivas contra a religião que caracterizaram a Revolução Francesa, no século 18, quando a Europa iluminista se levantou para destruir sua religião, considerada falsa e corruptora.

Deus usará as nações, aliadas da meretriz, como instrumentos em suas mãos. Ele tem controle sobre todos os poderes. Assim, a ira das nações em relação à meretriz cumprirá o desígnio divino (ver Is 10:5-11; Jr 34:22). A expressão "porque em seu coração incutiu Deus que realizem o seu pensamento" (Ap 17:16) é um idiomatismo semítico comum no Antigo Testamento e que significa "sob controle divino" (Kistemaker, 2001, 478; ver Êx

14:8; Ne 2:12; 7:5; 2Co 8:16).

A ira das nações será uma consequência final da restauração da verdade e da lei de Deus na Terra por parte do remanescente. A exatidão dessa verdade, no entanto, os ímpios só reconhecerão tarde demais, após o fim da misericórdia. Por ocasião da sexta praga, a exibição da lei de Deus no céu confirmará cada palavra do remanescente que foi desprezada e rejeitada pela maioria dos habitantes da Terra.

O choque da "cidade" de Deus, a igreja verdadeira, com as estruturas escatológicas da Babilônia ocorrerá quando o povo de Deus tiver a coragem despertada pelo Espírito Santo para anunciar a verdade presente de maneira clara e contundente. Esse enfrentamento por parte do remanescente de sua missão profética em restaurar a verdade e denunciar as mentiras da Babilônia em nível global marcará o ápice e o clímax do grande conflito na Terra. Isso ocorrerá mediante a descida do Espírito Santo, conforme Apocalipse 18:1.

A "verdade presente", conforme esboçada na pregação dos três anjos de Apocalipse 14 e do quarto de Apocalipse 18, tem o potencial para abalar estruturas inteiras e provocar um choque sem precedentes entre a "cidade de Deus" e a "cidade do mundo". Isso fica ainda mais claro ao se considerar a forma como o mundo estará organizado neste período do tempo do fim, com leis do "politicamente correto", as quais em certos contextos podem legitimar a desobediência a Deus e tornar ilegítima a obediência.

O confronto provocado pelo "quarto anjo" poderá prolongar-se por alguns anos, começando em um período anterior ao fechamento da porta da graça e estendendo-se ao longo das sete pragas. Inicialmente, esse movimento provocará uma sacudidura no mundo, em todos os níveis da comunidade humana, nas mais diversas nações da Terra. Seus efeitos atingirão o clímax após o fechamento da porta da graça, quando a pregação da verdade presente será certificada de modo global e inegável mediante o derramamento dos juízos de Deus, e a abertura do céu e a consequente visão das tábuas da lei de Deus. Então, a Babilônia cairá definitivamente.

Assim, a proclamação da verdade presente em nível global, no poder do Espírito Santo, deverá preparar o caminho para o desmascaramento e a queda final da Babilônia. Isso ocorrerá por ocasião da sexta praga. Esse movimento

também prepara o mundo para a segunda vinda de Cristo e aplaina o caminho para o fim do grande conflito.

CAPÍTULO 9

O Protótipo do Remanescente

Protótipo é uma palavra derivada da junção de dois termos gregos: *protos* e *typos*. Literalmente, quer dizer o "primeiro modelo". Designa algo que foi feito e preparado para ser testado e aprovado, como molde para produzir inúmeros outros de sua mesma forma. O protótipo também pode ser visto como algo que exemplifica, que abre o caminho e que garante que tudo que for feito segundo o exemplo vai dar certo.

O remanescente dos últimos dias, em sua tarefa de restaurar e vindicar a lei de Deus na Terra, não é um tipo ou modelo inédito. De fato, Deus já desenvolveu e empregou alguns protótipos do remanescente na história da salvação. Se o padrão desses anteriores for seguido, é certo que o resultado da luta do remanescente escatológico também será o mesmo de seu protótipo. Quem seria o modelo humano mais próximo e mais ajustado à tarefa do remanescente em decretar a queda da Babilônia dos últimos dias?

O quarto anjo descrito em Apocalipse 18 desce do céu e anuncia a queda da Babilônia mística (v. 2). Ele se coloca em paralelo com o anjo que desceu do céu e ordenou a derrubada da grande árvore do sonho de Nabucodonosor (Dn 4:13, 14) e com o ser cuja mão escreveu o juízo da antiga Babilônia na parede do palácio de Belsazar (Dn 5:5). Da mesma forma, o remanescente que anuncia a verdade no tempo do fim se coloca em paralelo com Daniel, que interpretou a mensagem celestial a Nabucodonosor e a Belsazar e anunciou a queda de seu império.

No capítulo anterior, vimos que a mensagem do anjo de Apocalipse 18 atingirá toda a Terra como uma luz que ilumina as consciências e desfaz o véu da ignorância. Ele surge no contexto do fim do tempo para atribuir força e globalidade à proclamação dos três anjos de Apocalipse 14. Tanto os três anteriores quanto o quarto anjo representam o remanescente fiel de Deus, respectivamente, em sua missão histórica de restaurar a verdade na Terra e em

sua missão escatológica.

O remanescente, apresentado inicialmente em Apocalipse 12:17, é a descendência da mulher pura, ou seja, é uma comunidade comprometida com a Palavra de Deus e encarregada de difundir a verdade no clímax do grande conflito. Por sua vez, Apocalipse 14 representa esse mesmo remanescente no exercício de sua missão profética desde 1844. Em Apocalipse 18, o mesmo remanescente é representado então no contexto de sua missão escatológica, no clímax do conflito.

Na presença do quarto anjo (Ap 18:1), a verdade presente, esboçada nas três mensagens angélicas (Ap 14:6-12), atingirá toda a Terra, o que vai desmascarar a Babilônia mística e resultar em sua queda por ocasião da sexta praga. Assim, uma comunidade de fiéis remanescentes fará ressoar ao redor da Terra o último apelo de Deus aos sinceros e fiéis que ainda estão sob a influência da Babilônia. Esse chamado será atendido por uma grande parcela dos habitantes da Terra, que deixarão a Babilônia e se unirão ao remanescente histórico para formar o remanescente escatológico, o qual concluirá a missão divina e verá o Senhor retornar em glória e majestade.

Esse remanescente escatológico é apresentado na visão de Apocalipse 7, na figura da "grande multidão", provinda de "todas as nações, tribos, povos e línguas" (7:9), a qual estará diante do trono de Deus, tendo passado pela "grande tribulação" (v. 14). Segundo alguns intérpretes, essa multidão, apresentada no contexto do fim do tempo, é o mesmo grupo dos 144 mil, os quais estarão com o Cordeiro sobre o "monte Sião", tendo em sua fronte o "nome de seu Pai" (14:1). Eles são apresentados com paralelos verbais. Sobre a grande multidão, João diz: "São estes os que vêm da grande tribulação, lavaram as suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro, [...] pois o Cordeiro que se encontra no meio do trono os apascentará e os guiará para as fontes da água da vida" (7:14, 17). Acerca dos 144 mil, ele diz: "São estes os que não se macularam com mulheres, [...]. São eles os seguidores do Cordeiro por onde quer que vá. São os que foram redimidos dente os homens" (14:4).

O remanescente, portanto, será redimido da Terra após a queda da Babilônia. Antes, porém, sua proclamação da verdade presente, na presença do quarto anjo, vai desnudar a meretriz diante de todos os olhos. Ele denunciará seus pecados, os quais serão punidos por Deus, pelas mãos dos próprios aliados

da meretriz. O remanescente, portanto, será o instrumento direto de Deus a fim de restaurar a verdade e desmascarar toda mentira no clímax do grande conflito.

Quem são essas pessoas a quem o Espírito Santo vai ungir com poder e coragem a fim de proclamar a queda da grande coalizão dos inimigos de Deus em um alto clamor que atingirá toda a Terra?

Novamente, as alusões ao Antigo Testamento nos ajudam a ter um vislumbre das características e da natureza da experiência espiritual das pessoas visualizadas pelo profeta como componentes da força-tarefa de restauração da verdade no clímax do conflito. A profecia da queda da Babilônia mística, como visto no capítulo anterior, remete à queda da antiga Babilônia.

PLENOS DE SABEDORIA

Além dos detalhes descritivos da meretriz e da besta, as profecias de Apocalipse 17 e 18 também fazem alusão ao Antigo Testamento ao descrever um anjo que desce do céu para anunciar a queda da Babilônia mística. Assim como as demais, essa alusão não é feita casualmente.

No relato da queda da Babilônia histórica, pelas mãos de Ciro, em 539 a.C., um ser sobrenatural desceu do céu a fim de anunciar o julgamento e a condenação do reino de Belsazar. Esse mensageiro celestial escreveu a sentença do juízo na parede do palácio babilônico. Entretanto, a escritura só pôde ser interpretada e anunciada por um servo de Deus, inteiramente comprometido com a vontade divina e instruído pelo Espírito de Deus.

Segundo o relato de Daniel, o rei caldeu, em seu famoso banquete, mandou que levassem a ele os "utensílios de ouro, que foram tirados do templo da Casa de Deus que estava em Jerusalém, e beberam neles o rei, os seus grandes e as suas mulheres e concubinas" (Dn 5:3). Com os vasos sagrados, eles deram "louvores aos deuses de ouro, de prata, de bronze, de ferro, de madeira e de pedra" (v. 4). Essa atitude insana e abominável do monarca fez com que a ira de Deus atingisse o limite de sua tolerância. Daniel declara que, "no *mesmo instante*, apareceram uns dedos de mãos de homem e escreviam, defronte do candeeiro, na caiadura da parede do palácio real" (Dn 5:5, itálico acrescentado). Essa cena bíblica inspirou a obra do artista Rembrandt, chamada

"O Banquete de Belsazar", criada em 1635, hoje na Galeria Nacional, em Londres.

Ver os "dedos" sobrenaturais, escrevendo na parede do palácio, fez o poderoso rei transmudar o semblante, de modo que "as juntas dos seus lombos se relaxaram, e os seus joelhos batiam um no outro" (Dn 5:6). No entanto, ninguém podia entender a escritura na parede. O rei ficou perplexo. A festa parou, dando lugar a um clima de tensão e pânico. Daniel foi chamado a fim de que lesse e explicasse a misteriosa mensagem que decretava a queda da antiga Babilônia nas mãos dos persas.



A figura do "anjo" que desceu do céu e escreveu na parede do palácio de Belsazar e o profeta hebreu chamado para explicar a escritura oferecem um fundo histórico para a visão do quarto anjo de Apocalipse 18. Dois seres sobrenaturais anunciam a queda das duas Babilônias. No primeiro caso, um profeta de Deus interpreta e transmite a mensagem de juízo escrita na caiadura da parede do palácio pelo ser celestial, preparando o ímpio rei caldeu para a destruição de seu reino. No segundo caso, uma comunidade de fiéis, o remanescente comprometido com a verdade e a lei de Deus, é igualmente o

elemento humano usado por Deus para interpretar e transmitir a mensagem de juízo codificada nas Escrituras sagradas.

Nesse paralelo, o homem Daniel se apresenta como uma espécie de protótipo do remanescente que vai anunciar a queda da última Babilônia. Daniel é apresentado ao rei pela rainha como um homem singular. As palavras da rainha, por sua vez, servem como uma profecia sobre o perfil e a experiência do remanescente do fim do tempo.

> *Há no teu reino um homem que tem o espírito dos deuses santos*; *nos dias de teu pai, se achou nele luz, e inteligência, e sabedoria como a sabedoria dos deuses*; *teu pai, o rei Nabucodonosor, sim, teu pai, ó rei, o constituiu chefe dos magos* [...], *porquanto espírito excelente, conhecimento e inteligência, interpretação de sonhos, declaração de enigmas e solução de casos difíceis se acharam neste Daniel* [...]; *chame-se, pois, a Daniel, e ele dará a interpretação* (*Dn* 5:*11, 12*).

Descrito com todos esses dons, Daniel foi levado à presença do rei e revelou o mistério da queda de Babilônia manifestado na inscrição sobrenatural na parede do palácio. Ele não somente declarou o julgamento divino sobre o reino de Babilônia, como deu as razões para o mesmo: Belsazar não reconhecera o Deus do céu em cuja mão estava a vida dele. Não apenas serviu a falsos deuses, mas os adorou, cometendo abominação ao usar os utensílios sagrados de Jerusalém para suas orgias. A coragem de Daniel em acusar o monarca, sendo ele um súdito desconhecido, só é digna dos verdadeiros profetas de Deus.

> *Tu, Belsazar, que és seu filho, não humilhaste o teu coração, ainda que sabias tudo isto.*
>
> *E te levantaste contra o Senhor do céu, pois foram trazidos os utensílios da casa dEle perante ti, e tu, e os teus grandes, e as tuas mulheres, e as tuas concubinas bebestes vinho neles*; *além disso, deste louvores aos deuses de prata,*

de ouro, de bronze, de ferro, de madeira e de pedra, que não veem, não ouvem, nem sabem; *mas a Deus, em cuja mão está a tua vida e todos os teus caminhos, a Ele não glorificaste* (*Dn* 5:22, 23).

Nesse contexto, Daniel lembra o profeta Elias que não temeu denunciar os pecados do ímpio rei Acabe e da rainha Jezabel (1Rs 18:18). O mesmo se verifica na figura de João Batista, que denunciou os pecados do rei Herodes (Mc 6:17-19) mesmo em face do risco de morte, o que de fato aconteceu. Esses servos de Deus se apresentam como uma antecipação e uma previsão do remanescente escatológico que, sob o batismo do Espírito Santo, não temerá cumprir a missão dada por Deus, de anunciar a plena verdade divina diante dos reis da Terra nem de denunciar os pecados do mundo no fim do tempo.

Como um protótipo do remanescente que anuncia a queda da Babilônia mística, Daniel é apresentado pela rainha babilônia a partir de suas habilidades de sabedoria. Ele é cheio de luz, conhecimento e inteligência provenientes de Deus. Ele tem o Espírito de Deus. Por isso, é capaz de solucionar os enigmas e interpretar as visões e os sonhos proféticos.

O remanescente escatológico, assim retratado pela figura histórica do profeta Daniel, deverá ser visto, entre todos os povos, como as pessoas mais entendidas e sábias de toda a Terra, capazes de interpretar as profecias e esclarecer os grandes mistérios do conflito cósmico entre Cristo e Satanás. O remanescente será qualificado pelo batismo do Espírito, representado na descida do quarto anjo, com os mais diversos dons, entre eles, o de "sabedoria" e "conhecimento" (1Co 12:8), a exemplo de Daniel. Plenos da sabedoria divina, fundada nas Escrituras, eles serão capazes de impressionar os grandes da Terra, como Daniel impressionou a rainha babilônia e todos os convivas de Belsazar.

Os servos de Deus, no contexto do fim do tempo, serão "diligentes estudantes das Escrituras" e terão "o amor à verdade". Seu conhecimento das Escrituras será resultado da unção e do discernimento do Espírito, o que os qualificará em toda a sabedoria divina. Por isso, eles mesmos estarão protegidos contra os grandes enganos que dominarão o mundo. Além disso, alicerçados no "testemunho da Bíblia", eles serão capazes de explicar todo mistério e também de desmascarar todo engano e disfarce dos poderes das trevas (cf. White, 2004,

625).

PLENOS DE SANTIDADE

Além das habilidades de conhecimento e sabedoria, Daniel ficou conhecido entre os persas, mais tarde, por sua vida limpa e imaculada. Diversos sátrapas da Pérsia foram colocados sob a liderança de Daniel, entre outros homens de confiança do rei Dario. Isso, naturalmente, despertou a inveja desses homens em relação ao estadista judeu.

Por isso, os administradores persas desejavam acusar Daniel a respeito de sua atuação no reino. Desse modo, investigaram sua vida à exaustão. Entretanto, nada puderam achar nele digno de acusação. Reconheceram, então, tratar-se de um homem sem "culpa" e isento de "erro" (Dn 6:4). Vivendo no reino mais poderoso da Terra, naquele tempo, e atuando como um estadista, Daniel era um homem sem mancha, inteiramente limpo e justo.

Essa segunda qualificação do homem Daniel, como um protótipo do remanescente, destaca sua vida lavada e purificada na experiência da salvação. Assim representado, o remanescente do fim do tempo, que anunciará a queda da Babilônia mística, segundo o Apocalipse, será composto por pessoas justas e santas diante dos olhos de toda a Terra.

A exemplo de Daniel, os 144 mil, sobre o monte Sião, são descritos pelo profeta de Patmos como não tendo mancha; "não se achou mentira na sua boca; não têm mácula" (Ap 14:5). As palavras de João sugerem que o mundo também fará um escrutínio dos santos, como os sátrapas fizeram acerca de Daniel; porém, neles não se achará nenhuma mancha de compromisso com o pecado nem com as mentiras que terão seduzido e embriagado os habitantes da Terra.

Os servos de Deus que compõem o remanescente escatológico não têm mancha porque eles "lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro" (Ap 7:14). Uma experiência verdadeira de justificação e santificação atribuída e comunicada, mediante a fé, está refletida nessas palavras. O remanescente sobrevive e vence na grande tribulação por causa do "sangue do Cordeiro" (Ap 12:11). Ele pode estar em pé diante do trono de Deus e entrará na cidade de Deus "pelas portas" porque foi lavado e santificado na redenção

que há no sangue do Cordeiro Jesus Cristo (Ap 22:14; 1Co 6:11).

A experiência da justificação pela fé leva o remanescente a sentir-se inteiramente dependente de Cristo. Escondido em Cristo, ele sabe que pode triunfar na crise final. Ellen White diz: "Se quiserdes ficar firmes através do tempo de angústia, tereis de conhecer a Cristo e apropriar-vos do dom de sua justiça, que Ele atribui ao pecador arrependido" (1985, 1:363).

Ela acrescenta ainda que "a mensagem da justificação pela fé é a mensagem do terceiro anjo" (ibid., 372). Isso significa que as pessoas que anunciarão a queda da Babilônia escatológica, ao proclamar as três mensagens angélicas, terão uma sólida experiência de salvação modelada pelo ensino da justificação pela fé. Essa experiência os levará a cortar todo relacionamento com as heresias e com todo hábito pecaminoso que possa prendê-los a este mundo. Por isso, são descritos como "comprados da terra" (Ap 14:3).

Além de serem lavados e justificados no sangue do Cordeiro, sendo limpos e justos diante de Deus mediante a fé em Cristo, os fiéis do fim do tempo são qualificados no Apocalipse por sua adesão à lei de Deus. Eles são os que "guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus" (Ap 12:17). Por isso, são chamados de "santos" (Ap 13:7; 14:12; 19:8; cf. Dn 7:18). Eles têm seu nome escrito no "Livro da Vida do Cordeiro" (13:8) e recebem "o selo do Deus vivo" (7:2).

Esses fiéis são descritos como trajando "vestiduras brancas", com "palmas nas mãos" (Ap 7:9, 13) ou vestidos de "linho finíssimo, resplandecente e puro" (Ap 19:8). Ao mesmo tempo que diz que a "noiva" do Cordeiro, sua igreja, "a si mesma se ataviou" (v. 7), João também afirma que a ela "foi dado vestir-se de linho", que são "os atos de justiça dos santos" (v. 8). A noiva não poderia vestir-se de "linho resplandecente" se esta veste não lhe fosse provida mediante a fé no sangue do Cordeiro. "A noiva pode preparar-se somente porque Deus provê as vestes nupciais para ela" (Kistemaker, 2001, 515). Nenhuma abertura para a justiça própria é refletida nas apresentações do remanescente no Apocalipse.

Assim, o remanescente retratado na figura histórica do profeta Daniel se projetará como um povo justo e santo, por causa de sua relação com o Cordeiro que foi morto, cujo sangue pode apresentá-lo diante do trono de Deus como se nunca tivesse pecado. Também se projetará no mundo como as pessoas mais

instruídas e sábias, capazes de desvendar todos os mistérios e ensinar ao mundo o caminho da luz e da salvação por causa da presença plena do Espírito de Deus neles e por meio deles.

Uma vez que foram "comprados" e libertados de todo compromisso com as coisas deste mundo, incluindo o pecado, os fiéis de Deus estarão justificados e habilitados a anunciar a verdade divina ao mundo no poder do Espírito, pois eles vivem segundo essa verdade. Pelo mesmo motivo, eles estarão também legitimados a denunciar a queda da Babilônia e de todas as estruturas do pecado que dominam este mundo.

Na visão de João, os 144 mil são descritos como tendo o "nome" de Deus e o de Cristo simbolicamente sobre a "fronte" (Ap 14:1). Isso é resultado da experiência plena de justificação e santificação alcançadas pela fé em Cristo. Em outras palavras, o remanescente do fim do tempo é formado por uma geração de fiéis selados "com o Espírito Santo da promessa" (Ef 1:13). Ellen White diz que esse selo não é algo que possa ser visto, mas "a consolidação na verdade, tanto intelectual como espiritualmente, de modo que não possam ser abalados" na crise final (1999, 220; Ms 173, 1902; ed. Nichol, 4:1279, 1280).

O remanescente tem o puro sinal da verdade, nele "gravado pelo poder do Espírito Santo" (White, 2002, 3:267; ed. Nichol, 7:866). Esse sinal tem que ver com o compromisso com toda a lei de Deus (Ap 12:17). No contexto do fim do tempo, o selo é manifestado mediante a observância do sábado, o memorial da criação e da redenção, pois é "o ponto da verdade especialmente controvertido" nesse contexto (White, 2004, 605).

Em sua encarnação, Cristo veio para "vindicar os sagrados reclamos da lei" divina e provar ser falsa a alegação de Satanás de que é "impossível ao ser humano guardar a lei de Deus". Sua vida pura e incontaminada nos deu testemunho de "que também a nós é possível obedecer à lei de Deus" mediante a fé em seu sangue derramado por nós (White, 2006, 8:208).

No contexto do término do conflito, Deus chama, então, o remanescente fiel a ser "depositário" de sua lei e a "reivindicar seu caráter perante o mundo" (White, 1985, 2:343). Assim, a exemplo de Cristo, em sua própria esfera, "o caráter do povo de Deus será um vivo testemunho contra a falácia de Satanás de que a lei de Deus era arbitrária" (White, 1895, 6).

Desta forma, no alto clamor que encerrará o grande conflito, o remanescente fará uma vindicação da lei e da verdade divina diante da Terra e do universo, por meio de sua vida e de sua pregação. Primeiro, Jesus fez isso, em sua vida e na morte sobre a cruz. Então, lavado no sangue de Cristo, o remanescente constituirá uma geração inteira de fiéis cuja vida, assim como a de Noé, Jó e Daniel, entre outros, trará orgulho a Deus e recomendará sua lei e seu governo diante da Terra e do universo.

Da mesma forma que Noé, que era justo e temente ao Senhor, o remanescente sabe que só obtendo "graça" aos olhos de Deus (Gn 6:8) pode cumprir sua missão e seu compromisso com a verdade na Terra e permanecer em pé diante do trono de Deus.

CAPÍTULO 10

O Decreto Imperial

Na antiga Pérsia, uma bela jovem judia foi escolhida para ser a rainha de Assuero. A popularidade da moça e a fidelidade de seu tio e de seus irmãos judeus à lei divina despertaram a ira de Hamã, um ministro persa a quem todos reverenciavam, prostrando-se como se ele fosse um deus ou seu representante.

Movido pelo ódio e por forças espirituais, Hamã convenceu o rei Assuero de que os hábitos dos judeus em cumprir a lei de Deus representavam uma ameaça à Pérsia. Diante disso, o rei tirou o anel-sinete, que servia para carimbar seus decretos, e o entregou a Hamã, delegando assim autoridade real ao ministro rancoroso para combater seus inimigos. Um decreto foi promulgado, e uma data foi estabelecida para dar fim a todos os judeus no império persa. Deus, porém, se levantou e defendeu seus filhos. Hamã e seus aliados foram derrotados, e Deus e sua lei foram vindicados pelos judeus fiéis. Esse desfecho do conflito na Pérsia se apresenta como uma miniatura histórica do desfecho final do grande conflito retratado no Apocalipse.

Os eventos revelados nas visões de Apocalipse 12 a 19 antecipam o desfecho do grande conflito entre Cristo e Satanás, ocasião em que certos eventos tipológicos se repetirão em dimensões universais. Como representante da aliança com Deus nesse período da história, o remanescente que vindica a lei divina, a exemplo dos antigos judeus, está completamente envolvido nessa controvérsia de dimensões cósmicas.

A batalha está concentrada na lei de Deus de maneira direta e bem explícita. A lei é o conteúdo da arca aberta em Apocalipse 11:19. Esse evento indica o início do juízo de investigação no santuário celestial com base nessa lei. Esse juízo, tipificado pelo Dia da Expiação no santuário terrestre (Lv 16), prepara o povo de Deus para a segunda vinda de Cristo, constituindo a base para a retribuição aos santos e a punição aos ímpios, por ocasião da vinda de

Cristo (Ap 11:18).

A abertura da arca é a cena do santuário que inaugura todo o conjunto de visões que vai desde o capítulo 12 até o 19, nas quais o desfecho do conflito é retratado a partir dos seguintes movimentos: (1) a restauração da verdade e da lei de Deus na Terra por parte do remanescente, (2) a reação do dragão e de seus aliados, a besta e a besta de dois chifres, em perseguir o remanescente, (3) a fragmentação dessa confederação mediante o anúncio da queda da Babilônia mística, (4) o derramamento das pragas e, por fim, (5) a manifestação de Cristo como o guerreiro vitorioso sobre todos os poderes opositores.

OBEDIÊNCIA PROIBIDA

A reação do diabo à restauração da lei de Deus na Terra, seu pretendido principado, é inicialmente anunciada em Apocalipse 12:17, com a figura do dragão ou serpente de sete cabeças em perseguição ao remanescente que guarda os "mandamentos de Deus". Esse texto, em conexão com a abertura da arca da aliança (Ap 11:19), deixa claro que o problema do diabo com o remanescente é que este mantém e vindica a lei de Deus, especialmente o sábado, no território rebelado: o planeta Terra, onde o inimigo pretende proibir a obediência a Deus.

A segunda representação da reação do inimigo contra o remanescente é vista no evento da formação da "imagem da besta". A primeira besta, semelhante a leopardo, ou seja, o papado medieval, ferida de morte após atuar por 1.260 anos, encontra um novo aliado no maior poder político do fim do tempo, representado pela besta de dois chifres, símbolo do poder republicano e democrático norte-americano (Ap 13:11). Esta segunda besta impõe um decreto para que a primeira besta receba adoração, ou seja, que a lei adulterada se torne vigente em toda a Terra (Ap 13:12). Esse decreto afeta diretamente os "santos" que, mesmo assim, perseveram em guardar os mandamentos de Deus (Ap 13:11; 14:12).

Na visão de Apocalipse 17, esse mesmo confronto final é retratado na figura de uma besta, montada pela meretriz, representando a aliança do poder político com o poder religioso, os quais vão pelejar contra os que são "chamados, eleitos e féis" de Deus no fim do tempo (Ap 17:14).

Na representação do clímax do conflito, no fim do tempo, a crise final será deflagrada pela união da Igreja e do Estado, ou seja, os poderes religioso e político, o que resultará em um movimento global, em que os reis do mundo inteiro em apoio à religião falsa (Ap 16:13-16) farão sua última investida contra o povo de Deus, na batalha do Armagedom.

Esse desfecho do conflito, portanto, é iniciado com a restauração da verdade e da lei de Deus na Terra e caminhará para seu clímax mediante a formulação de um decreto, em nível global, proibindo a obediência à lei divina, presumivelmente naquele preceito que é o divisor de águas em relação à lealdade entre os fiéis de Deus e os seguidores da besta: o sábado do quarto mandamento.

A sanção desse decreto, portanto, à luz do Apocalipse 13:16 e 17, é o evento que marca o início da batalha direta do dragão e das bestas ao remanescente de Deus, ou seja, o Armagedom. Essa controvérsia com o remanescente é claramente vinculada à lei, tanto em Apocalipse 12:17 quanto em 13:10 e 14:12. O remanescente restaura a lei divina no sentido de retomar sua transcrição bíblica em detrimento da lei mantida pela igreja dominante. Essa igreja mantém uma lei contrafeita, em que o sábado do sétimo dia (o quarto mandamento) é substituído pelo domingo, e o mandamento que proíbe a idolatria (o segundo) é suprimido, com a divisão do décimo mandamento em dois. Essas falsificações naturalmente resultaram das ações dos poderes representados pelo "assolador" e o "chifre pequeno" (Dn 7:25; 9:27), Roma e o papado medieval.

De todos os decretos imperiais mencionados nas Escrituras (ver capítulo 4), o mais nitidamente contrário ao povo de Deus por causa da observância de sua lei é o decreto de Assuero, rei da Pérsia, sob influência de Hamã. Esse histórico decreto persa assume os contornos de uma profecia ou uma antecipação do que será o último decreto contra os observadores da lei de Deus.

> *Disse Hamã ao rei Assuero: Existe espalhado, disperso entre os povos em todas as províncias do teu reino, um povo cujas leis são diferentes das leis de todos os povos e que não cumpre as do rei; pelo que não convém ao rei tolerá-lo.*
>
> *Se bem parecer ao rei, decrete-se que sejam mortos.* [...] *Então, o rei tirou da*

mão o seu anel, deu-o a Hamã, filho de Hamedata, agagita, adversário dos judeus (*Et 3:8-10, itálico acrescentado*).

Nesse evento histórico, o rei Assuero, como representante do poder político global, tira o anel real de sua mão e o entrega ao inimigo do povo de Deus, permitindo a este fazer o que bem desejar. Nesse contexto persa, Hamã se torna o representante da religião falsa, que se opõe à religião verdadeira, representada pelos judeus. A exemplo do que é revelado em Apocalipse 17, em que a meretriz está montada sobre a besta, Hamã consegue dominar o poder político do vacilante monarca e o emprega para atingir seus objetivos perversos. O resultado é a promulgação de um decreto de morte contra os guardadores dos mandamentos de Deus. O motivo do decreto é que a lei dos persas era desobedecida pelos judeus ao obedecerem à lei de Deus.

O gesto de Assuero de tirar o anel de sua mão e entregá-lo a Hamã corresponde à entrega do poder político e militar dos reis da Terra e do último império à meretriz, símbolo da religião falsa no fim do tempo (Ap 17:2, 13). Isso é representado no Apocalipse pela união da besta de dois chifres com a primeira besta (Ap 13:12) e pelo serviço do "oitavo rei" em carregar a meretriz (Ap 17:3). Ambas as visões sugerem o uso do poder político imperial por parte do poder religioso. Por causa de seu ódio à lei de Deus, a religião falsa tomará a mesma atitude de Hamã a fim de tentar banir da Terra os observadores dos mandamentos. No entanto, a destruição de Hamã e dos inimigos dos judeus, no antigo império persa (Et 7:10; 9:5), é um prenúncio e uma garantia do mesmo destino aos inimigos no tempo do fim.

Em decorrência da vitória dos judeus no reino da Pérsia sobre seus inimigos, o anterior decreto de morte foi sucedido por um decreto em favor dos judeus (Et 8:2, 9-10). Além disso, os judeus foram exaltados no reino de Assuero, e o tio da rainha Ester, chamado Mordecai, tornou-se o segundo no reino. Ele chegou a ser "grande na casa do rei, e a sua fama crescia por todas as províncias; pois ele se ia tornando mais e mais poderoso" (Et 9:4; cf. 10:3).

A imposição do decreto imperial no fim do tempo terá o objetivo de proibir a adesão à lei divina, mais especificamente ao quarto mandamento. Entretanto, esse decreto também não deixará de despertar um poderoso impulso à pregação

da mensagem dos três anjos, pois será uma evidência clara da lógica e da coerência dessa pregação em curso desde 1844. Então, assim como as investidas do perverso Hamã, por fim, tornaram-se em oportunidades para os judeus, o decreto dominical também contribuirá indiretamente para exaltar a pregação do remanescente e acelerar o cumprimento de sua missão.

Ellen White previu esses acontecimentos com base em sua leitura das profecias do Apocalipse e nas visões do grande conflito, recebidas em 1857 (cf. Holbrook, 2011, 1104). Segundo ela, uma reviravolta ocorrerá diante da promoção da causa do domingo em nível global. Esse movimento atrairá a atenção para a pregação do remanescente, atribuindo poder à sua mensagem, como antes não seria possível ocorrer:

> *Até aqui* [*momento da imposição do domingo*]*, os que apresentavam as verdades da mensagem do terceiro anjo foram muitas vezes considerados como simples alarmistas. Suas predições de que a intolerância religiosa alcançaria predomínio nos Estados Unidos, de que a Igreja e o Estado se uniriam para perseguir os que guardam os mandamentos de Deus, foram declaradas sem fundamento e absurdas. Afirmou-se confiantemente que esse país jamais se poderia tornar outro que não o que tem sido: defensor da liberdade religiosa. Mas, ao ser a questão da obrigatoriedade da observância do domingo amplamente agitada, vê-se aproximar o fato há tanto tempo duvidado e descrido, e a terceira mensagem produzirá um efeito que antes não seria possível produzir* (2004, 605, 606, *itálico acrescentado*).

Como um sinal da aliança entre as duas bestas de Apocalipse 13, o decreto em favor do domingo também será uma evidência de que a ruptura entre protestantismo e catolicismo, desde a Reforma de Lutero (século 16), terá sido superada, o que possibilitará uma ação conjunta entre essas duas confissões cristãs contra o remanescente fiel. Assim, "a imposição da guarda do domingo por parte das igrejas protestantes é uma obrigatoriedade do culto ao papado – à besta" (ibid., 448).

Ellen White afirma que uma terrível crise se estabelecerá no mundo em

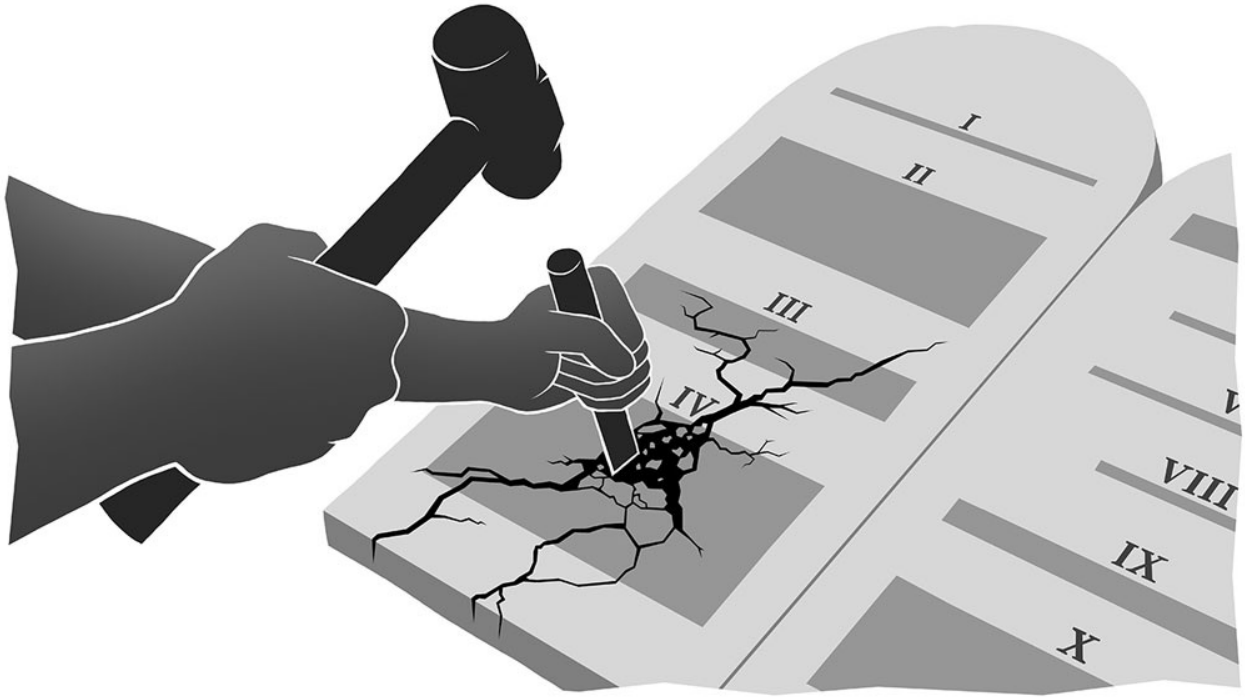
face da emergência desse decreto, pois "os poderes da Terra" estarão unidos para "combater os mandamentos de Deus" (ibid., 604). Entretanto, "o decreto não será imposto ao povo cegamente. Cada qual receberá esclarecimento bastante para tomar inteligentemente a sua decisão" (ibid., 605). Esse esclarecimento acerca da verdade divina a inundar a Terra inteira será o resultado da descida do quarto anjo, ou seja, o movimento do alto clamor por parte do remanescente sob o poder do Espírito Santo.

O fato de a América protestante e democrática ser o espaço em que esse decreto deverá entrar inicialmente em vigor mostrará que os cristãos, anteriormente desvinculados da religião romana, voltarão para ela a fim de restaurar sua lealdade à lei do papado expressa em seu catecismo, em detrimento da lei de Deus claramente revelada nas Escrituras. De fato, com esse decreto, os protestantes abrirão "a porta para o papado a fim de este adquirir na América do Norte protestante a supremacia que perdeu no Velho Mundo" (ibid., 573). Assim, conclui Ellen White:

> *O sábado será a pedra de toque da lealdade*; *pois é o ponto da verdade especialmente controvertido. Quando sobrevier aos homens a prova final, traçar-se-á a linha divisória entre os que servem a Deus e os que não o servem. Ao passo que a observância do sábado espúrio em conformidade com a lei do Estado, contrária ao quarto mandamento, será uma declaração de fidelidade ao poder que se acha em oposição a Deus, é a guarda do verdadeiro sábado, em obediência* à *lei divina, uma prova de lealdade para com o Criador. Ao passo que uma classe, aceitando o sinal de submissão aos poderes terrestres, recebe o sinal da besta, a outra, preferindo o sinal da obediência* à *autoridade divina, recebe o selo de Deus* (*ibid.,* 605).

Conforme ela mesma disse, ainda há entre os cristãos de modo geral uma suspeita e mesmo uma indiferença para com essa previsão. A mensagem dos três anjos tem sido pregada nos últimos 170 anos, e o último apelo de Deus para sair da Babilônia e aderir à obediência à lei Deus tem se intensificado. Contudo, a maioria dos cristãos e mesmo muitos entre o próprio corpo do remanescente ainda parece descrer da realidade e da iminência desses

acontecimentos.



Que evidência há de que a América do Norte protestante e democrática poderá caminhar para a formulação de um decreto de natureza religiosa, em favor da guarda do domingo?

É possível afirmar que, de fato, há um pendor por parte dos protestantes norte-americanos para uma lei dominical desde suas origens.

PENDOR À INTOLERÂNCIA

A guarda do domingo, como um mandamento em lugar do sábado, foi um resultado mais tardio da Reforma. Os protestantes ingleses foram os que primeiramente se interessaram por essa ordenança, em decorrência de se considerarem o novo povo eleito de Deus, em substituição aos antigos judeus. Da Inglaterra, esse conceito foi levado pelos pais peregrinos para a América do Norte. Uma leitura desses fatos históricos relacionados à América do Norte e à lei dominical revela um pendor latente por parte dessa nação para esse tipo de

intolerância.

Segundo Christopher Ringwald, uma vez que os antigos cristãos adaptaram o sábado à própria fé, "o domingo se tornou o novo sábado" para eles (2007, 17). Em uma perspectiva panorâmica, esse preceito virou "lei no império romano e, séculos mais tarde, na Inglaterra e em partes da Europa e, em seguida, nos Estados Unidos" (ibid.).

Apesar da Reforma que ele mesmo iniciou, Lutero continuou sendo um católico em relação ao dia do Senhor, relegando o mandamento a um resquício do judaísmo. Ele considerou o sábado como "parte da lei que Cristo tinha abolido" na cruz. Com base nisso, Lutero foi um severo crítido dos guardadores do sábado no século 16 (ibid., 106). Calvino, por sua vez, deu mais atenção que Lutero ao dia do Senhor e, por isso, influenciaria profundamente os então futuros puritanos ingleses (ibid., 102).

Embora alguns cristãos europeus falassem do dia do Senhor, nos mesmos termos do sábado bíblico, desde o século 12, só em 1548 esse mandamento foi concebido como um preceito cristão. Isso foi obra do bispo anglicano de Gloucester, chamado John Hooper. Ele foi um dos promotores da Reforma na Inglaterra e o primeiro líder reformador a defender o "sabatarianismo" (ibid., 103). Em 1555, Hooper se tornou um mártir sob o reinado de Maria Tudor, conhecida como a "sanguinária". Entretanto, em 1570, o sabatarianismo já era bastante difundido na Inglaterra rural para o desespero dos líderes da Igreja Anglicana.

Em 1595, Nicholas Bownd, um ministro formado em Cambridge, publicou "A Doutrina do Sábado", livro que teve uma reedição em 1606. Esse trabalho "consolidou" o lugar do dia do Senhor na Reforma inglesa (ibid., 104). A grande novidade era que Bownd se baseava unicamente nas Escrituras para argumentar sobre a mudança do sétimo dia para o primeiro dia da semana, dia que esses cristãos consideravam como "sábado".

Assim, por meio de seu livro, Bownd propagou "a teoria da transferência", a qual "teve uma importância decisiva para a discussão do sábado nas décadas de 1630 e 1640" (Douglas, 1982, 235). Bownd "estava em conflito com Calvino, que respeitava o domingo, mas ensinava, com base nos escritos do apóstolo Paulo, que Cristo tinha abolido o sábado judaico. No entanto, Bownd

convenceu muitos a manter estrita observância das 24 horas dia do Senhor [o domingo] como o sábado cristão" (Ringwald, 2007, 104).

Bownd pregava que o "Dia do Senhor" era para ser "consumido e gasto" no "ministério da Palavra, nos sacramentos, na oração e nas atividades consideradas sagradas relacionadas à disciplina e ao governo" (ibid.). Assim, ele consolidou o sábado cristão como uma crença. A convicção de Bownd, de que "profanar o sábado era profanar a Deus, deu origem à seriedade com que os puritanos e seus descendentes, até o século 20, condenariam as violações das leis de Deus" (ibid.). Com base em suas premissas, os puritanos ingleses ensinariam que "trabalhar no sábado era um pecado tão grave quanto matar ou cometer adultério" (ibid., 105).

Nos anos posteriores a Bownd, líderes da Igreja Anglicana passaram a chamar o domingo de "sábado cristão" e enfatizaram as regras para guardá-lo. A fim de tentar conter a onda que suspeitavam ser judaizante, a rainha Elizabete e o rei Tiago I incentivavam diversões lícitas aos domingos.

No reinado da rainha Elizabete, ao longo da segunda metade do século 16, pelo empenho de certos pensadores anglicanos independentes, alguns cristãos ingleses começaram a admitir que o quarto mandamento exigia a observância, não do primeiro, mas do sétimo dia da semana. Ao passo que outro grupo mais expressivo se convencia de que o dia tinha sido alterado por autoridade divina. Ambos os grupos conviviam na mesma Igreja Anglicana que oficialmente não defendia isso.

A chamada igreja estabelecida, separada do catolicismo romano e oficializada pelo parlamento inglês desde 1534, procurou por meio de seus arcebispos "subjugar tanto quanto possível a influência dos ensinamentos puritanos sobre o sábado cristão" (Douglas, 1982, 233). Entretanto, apesar das tentativas contrárias da rainha Elizabete, os puritanos cresceram grandemente em número e influência, e "simultaneamente a esse crescimento houve perseguições contra eles" (ibid.). Assim, "a separação e a eventual saída dos puritanos da Igreja Anglicana, durante o reinado de Carlos I (1625-1649) e de seu filho Carlos II (1660-1685), tornaram-se inevitáveis" (ibid.).

Nesse período, o domingo sabático foi consagrado, em sua expressão mais madura, na Confissão de Fé de Westminster (1646). O preceito se tornou "uma

lei do Dia do Senhor", no século 17, determinando sua observância e proibindo o comércio e o trabalho, exceto atos de caridade aos necessitados. Essa lei foi levada para as colônias americanas (Ringwald, 2007, 101).

Da segunda metade do século 16 até início do 17, os protestantes anglicanos foram despertados para a observância do quarto mandamento da lei de Deus. Entretanto, prevaleceu entre eles a "teoria da transferência", segundo a qual o preceito do dia de descanso bíblico permanecia, mas não mais para o sétimo, e sim para o primeiro dia da semana.

UMA LEI CONTRA O SÁBADO

Alguns pensadores ingleses estiveram inclinados ao mandamento do sábado cristão. Todavia, a vertente puritana que emergiu dos anglicanos foi muito mais consagrada nessa prática religiosa. Com os puritanos, o sábado cristão, ou seja, o domingo, tornou-se lei civil.

O historiador americano George Marsden afirma que "o sábado puritano foi, provavelmente, o símbolo mais marcante da civilização evangélica no mundo de fala inglesa, e foi um grande problema para a Reforma onde os interesses religiosos e sociais coincidiam" (2006, 13). Em 1871, o Conselho Nacional Congregacional britânico declarou: "O descanso do sábado é indispensável para a manutenção da saúde, da virtude e do princípio cristão neste país" (ibid.). Portadores de uma visão religiosa que não deixava o Estado fora da Igreja, os puritanos estavam convencidos de que "o devido reconhecimento da santidade do sábado [era] a principal pedra angular na fundação da Igreja e da nossa civilização cristã" (ibid.).

Com os puritanos, a doutrina do sábado cristão deslizou para o Antigo Testamento sem receios. Eles usavam a Bíblia, especialmente os ensinamentos judaicos no Antigo Testamento, para justificar o "descanso dominical" como um sábado bíblico (Ringwald, 2007, 102).

Desde cedo, para os puritanos, o sábado era o sinal de uma aliança entre Deus e seu povo, antes para os judeus e, depois, para os cristãos. Para eles, o domingo era "o sábado cristão", e como tal era obrigatório a todos os fiéis. Estavam convictos de que nunca houve a intenção de que fosse anulado ou

profanado.

Os puritanos procuravam basear seus pontos de vista inteiramente na autoridade das Escrituras. Entre eles, surgiu também um grupo que acreditava que o sétimo dia do quarto mandamento do decálogo nunca fora alterado e que "a obediência à lei de Deus requer[ia] a observância adequada do sábado, como o sétimo dia" (Douglas, 1982, 229).

Do outro lado da polêmica, estava a igreja estabelecida, que, por intermédio de seus clérigos e dos estudiosos, argumentava contra ambas as posições defendidas pelos adversários puritanos. "Esses anglicanos, com apoio da coroa, desenvolveram o que eles julgavam razoáveis argumentos baseados na história da igreja para não aceitar o ensino puritano sobre o sábado. Os da igreja estabelecida acreditavam que os puritanos eram fanáticos na insistência em uma criteriosa observância do sábado" (ibid.).

No entanto, os puritanos estavam seguros de uma aliança com Deus, a qual teria no sábado o seu sinal eterno. Com todo rigor, eles defendiam que o mandamento sobre o sábado em todo o Antigo Testamento era verdadeiro. Assim, o sábado se tornou, para esses cristãos puritanos, o sinal e a garantia de sua eleição e aliança com Deus.

Christopher Ringwald afirma que o modelo de comunidade dos puritanos eram os israelitas e os cristãos apostólicos. Eles estavam certos de que, à luz das Escrituras, o sábado tinha de ser estabelecido como uma doutrina. Para aqueles que questionavam a mudança para o domingo, os puritanos respondiam que "o componente moral do quarto mandamento fora estabelecido na criação", mas que esse era *um* dia de descanso e adoração, podendo ser guardado em qualquer dia da semana (Ringwald, 2007, 103). Eles argumentavam que "a exigência do sétimo dia se aplicava somente aos israelitas em seu contexto histórico" (ibid.). Se o apóstolo Paulo, um favorito dos reformadores, se opôs ao sábado, ele devia ter em mente o aspecto cerimonial ou judaico do mesmo" . Assim, os puritanos passaram a defender "um domingo cristão observado com o mesmo rigor dos judeus fariseus" (ibid.).

Os puritanos chamavam esse dia de "sábado" a fim de evitar as expressões "Dia do Senhor" ou "Domingo", as quais desprezavam como termos que evocavam a adoração pagã ao Sol (ibid.). Eles se convenceram também de que

Deus descansou no sétimo dia da criação e que abençoou e santificou esse dia. Para eles, "os judeus guardavam esse *sábado* aos sábados; mas, por causa da ressurreição, Deus mudou tanto o dia quanto seu caráter sagrado para o primeiro dia da semana, o sábado cristão, como um sinal da nova aliança" (Wigley, 1980, 21).

Os pensadores puritanos defendiam que "as palavras do quarto mandamento são um modelo que pode ser aplicado a qualquer dia da semana, do qual Deus se agrade, para ser colocado em lugar do sábado, seja o primeiro ou o último dos sete dias" (Willison, 1820, p. x). Pois, quando se diz: "O sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus", para eles, "isso significa não o sétimo dia desde a criação, mas qualquer sétimo dia depois de uma sequência de seis dias de trabalho" (ibid.).

A seriedade com que os puritanos se dedicaram à prática dessa doutrina estava enraizada em seu conceito da aliança e em sua "auto-avaliação como o povo escolhido de Deus" em sucessão a Israel (Douglas, 1982, 233).

No espírito disciplinado do calvinismo, os puritanos ingleses incentivavam uma "nova consagração do tempo". Eles pregavam contra os dias santos e, em lugar dos calendários litúrgicos antigos, destacavam o sábado. "Guardado no domingo, em honra da ressurreição de Jesus, o sábado puritano era um momento em que todo o trabalho era deixado a fim de que as pessoas prestassem atenção às coisas divinas" (Albanese, 2013, 90).

No pensamento puritano, "o tempo é um tesouro de valor inestimável"; mas, de todo tipo de tempo, "o tempo do sábado é o mais precioso, e deve ser redimido com o maior cuidado, como algo de que nossa salvação depende de maneira peculiar" (Willison, 1820, 26, 27).

Os puritanos acreditavam que a Inglaterra, sob o reinado de Tiago, era sem esperança. Os pastores da corrente puritana haviam sido muitas vezes rejeitados e até mesmo silenciados pelos reis. Assim, "para estabelecer uma nova Jerusalém que preservasse o sábado em sua integridade, os puritanos partiram para a América" (Ringwald, 2007, 106).

Antes, porém, muitos deles tinham se refugiado na Holanda. Entretanto, depois de dez anos buscando em vão pela observância ideal do domingo

sabático, eles resolveram deixar o país, onde tinham sido gentilmente recebidos. Então foram até as "extremidades da terra", na distante América, para observar "o dia do Senhor" com o mesmo rigor dos antigos israelitas.

Os que mantinham o sábado "do sétimo dia" eram uma minoria entre os puritanos, na primeira metade do século 17, na Inglaterra. Entretanto, essa minoria remanescente se manteve firme em sua posição de que "o decálogo ainda era obrigatório para todos os seres humanos, e que a diferença entre a antiga e a nova aliança não impõe qualquer alteração no dia original de descanso" (Douglas, 1982, 237).

Entre essa minoria remanescente, havia um homem chamado John Trask, um pregador itinerante, ordenado em 1611. Trask se convenceu de que deveria guardar o sétimo dia. Ele deixou a Igreja Anglicana estabelecida e passou a pregar como um ministro puritano. Para ele, de fato, o quarto mandamento se referia ao "verdadeiro e permanente sábado de Deus". Trask conseguiu atrair um pequeno grupo de seguidores que aceitaram o sábado do sétimo dia. Ele logo passou a insistir em todos os feriados e na dieta do judaísmo e, ainda, exigia de seus seguidores que trabalhassem no domingo.

A Igreja Anglicana não chegou a punir os guardadores do sábado cristão. Entretanto, por causa do sábado do sétimo dia e de suas pregações, Trask foi acusado de fazer do "povo de Deus", pertencente à sua majestade, um povo judaizado. Assim, ele e sua esposa, Dorothy, foram presos em 1618. Na prisão, ele fraquejou. "Porém, os membros de sua igreja estavam tão firmemente enraizados que sua fraqueza não afetou a crença deles sobre o sábado" (Douglas, 1982, 237).

Ringwald afirma que a experiência de John Trask ilustra a severidade dos cristãos anglicanos daquela época. "Eles chicotearam Trask, pregaram nele um símbolo de execração e o estigmatizaram como um judeu" (2007, 105). Condenado a prisão perpétua, ele se retratou e foi liberado. "Sua esposa Dorothy, no entanto, manteve-se firme e passou 25 anos na prisão guardando o sábado como o sétimo dia da semana e recusando alimentos impuros à maneira do judaísmo" (ibid.).

LEI A FAVOR DO DOMINGO

Os puritanos sentiam-se comprometidos diante de Deus a guardar o domingo da mesma forma que os judeus haviam guardado o sábado. A fim de garantir o cumprimento desse dever, eles entenderam que deveriam fundar uma nação cujas leis civis sustentassem as leis religiosas.

No século 17, os problemas religiosos e políticos que separavam os puritanos dos demais cristãos na Inglaterra forçaram muitos deles a deixar a igreja estabelecida e, mais tarde, sua terra natal. Tendo se refugiado na Holanda, eles ainda encontravam dificuldades para manter seus pontos de vista e suas práticas religiosas em um país que não era seu lar original.

Ao mesmo tempo, os líderes puritanos percebiam uma gradativa frouxidão por parte de suas comunidades na Holanda, especialmente na observância do sábado (domingo). A única solução, pensavam eles, seria ter uma pátria deles mesmos, estabecida sobre seus princípios religiosos. Assim, eles viram no distante, mas atrativo Novo Mundo, a possibilidade de um lar definitivo onde pudessem começar uma sociedade a partir das fundações e onde o dia do Senhor fosse parte das leis civis.

No início do século 17, dois grupos de puritanos desembarcaram na América e se estabeleceram em Plymouth, no nordeste do que mais tarde se tornaria os Estados Unidos. Essas migrações deram início à Nova Inglaterra e ao estabelecimento do puritanismo e do sábado (domingo) na América. Assim diz Walter B. Douglas: "Recordando o lugar dos puritanos na criação e desenvolvimento desta República, nos lembramos de que a guarda do santo dia de sábado é uma de suas poderosas pedras angulares" (1982, 239).

George Marsden afirma que "o sábado puritano, em que o dia do Senhor era rigorosamente observado para o culto, em vez de trabalho ou lazer, foi um dos principais símbolos da civilização protestante na América" (1995, 25). Com o tempo, alguns imigrantes europeus, tanto de grupos protestantes que não eram sabatistas e especialmente de países católicos, chegaram a ameaçar esse costume. Para esses, o sábado cristão era mais um feriado. Os protestantes puritanos, no entanto, "lutaram ferrenhamente para fazer valer os seus costumes sabáticos por força de lei" (ibid.).

Por causa dessas medidas, as colônias puritanas americanas logo desenvolveram uma "legislação dominical contra a profanação do dia do Senhor,

e as penalidades para as violações dessas leis dominicais eram frequentemente pesadas e graves" (Douglas, 1982, 240).

John A. Gribb afirma que as autoridades civis, no início da Nova Inglaterra, aprovaram leis que proibiam "não só crimes sexuais, mas também blasfêmia, embriaguez, jogos de azar e violação da santidade do sábado por meio de comportamento inadequado" (2011, 270). Suas comunidades tinham elevadas concepções de valor do tempo e do trabalho, o que ajudou a criar uma consciência sólida da importância do uso sagrado das horas do dia do Senhor. "A vida [puritana] era claramente marcada por minutos, horas, dias e estações do ano. O mais importante entre esses períodos de tempo era o sábado, cuja violação era punida por lei" (ibid.).

Apesar de terem deixado a Inglaterra por serem perseguidos, os puritanos de Massachussets não acreditavam em tolerância religiosa. Eles consideravam que sua ida para a América não era para promover a tolerância, mas para fazer o que era certo diante de Deus. E o certo era o que eles acreditavam ser certo.

O primeiro dos puritanos que não se sentiu livre para servir a Deus como desejava, nem mesmo na América dos puritanos, foi Roger Williams. Ele não queria a Igreja e o Estado unidos porque, segundo entendia, esse era o problema da Inglaterra. Assim, em 1635, Williams foi banido da colônia de Massachussets e então começou uma nova colônia em Rhode Island, que se tornou um refúgio para dissidentes e perseguidos pelo puritanismo de Massachusetts. Williams fundou a cidade de Providence, que era o centro da colônia de Rhode Island, o primeiro local na América em que liberdade religiosa era um direito e onde "a separação entre Igreja e Estado foi mantida" (Stein, 2012, 268).

Por isso, os experimentos de Rhode Island são associados à tolerância religiosa. Não havia nenhuma igreja estabelecida ali. Para Williams, o governo deveria garantir a ordem social, mas não poderia controlar a vida religiosa. "Foi Roger Williams – não Thomas Jefferson – quem primeiro usou a metáfora do muro de separação entre Igreja e Estado, mas sua finalidade era proteger a igreja de ser corrompida pelo mundo" (Corbett e Corbett, 1999, 40).

Por causa da liberdade religiosa, a colônia de Rhode Island se tornou diversificada em termos de crenças protestantes. Roger Williams ajudou a

fundar uma igreja batista. Ele mesmo foi batista por um tempo. Além de batistas, havia *quakers* e, depois, anglicanos e congregacionais. "Uma variedade de pontos de vista protestantes estava representada; e, eventualmente, houve também judeus e católicos em Rhode Island" (ibid, 41).

Com essa visão pluralista e tolerante, Rhode Island também não tinha leis dominicais. Por isso, os batistas do sétimo dia puderam se estabelecer ali. Em 1664, Stephen Mumford, um batista do sétimo dia, chegou de Londres e se estabeleceu em Newport, Rhode Island. Logo, muitos simpatizaram com suas ideias e práticas religiosas e passaram a guardar o sábado do sétimo dia. Deixando suas igrejas, eles fundaram a primeira Igreja Batista do Sétimo Dia na América, em 1771 (Sperry, 1945, 274). Por muitos anos, após sua organização, essa Igreja Batista do Sétimo Dia, em Newport, foi "o centro para quase todos aqueles que guardavam o sábado em Rhode Island e Connecticut". A igreja cresceu tanto pela chegada de batistas do sétimo dia da Inglaterra como por conversões ao sábado na colônia de Rhode Island (Douglas, 1982, 241).

Os batistas do sétimo dia parecem ter sido o primeiro grupo de puritanos ingleses a manter a posição do sábado como o sétimo dia na América. Eles encontraram em Rhode Island um lugar aberto para o exercício de sua liberdade de consciência, o que os puritanos de Massachusetts não desejavam manter.

As leis dominicais dos puritanos perduraram em certos estados americanos mesmo após a fundação da República. Entretanto, elas perderam sua força após a consolidação da separação entre Igreja e Estado no século 18, com a fundação da República.

Frank Lambert diz que os pais puritanos criaram o símbolo da América como refúgio de liberdade religiosa e os Estados Unidos como uma nação cristã livre. Apesar do regime pluralista e de diversidade estabelecido em Rhode Island, foram os pais fundadores da República, no século 18, que garantiram a plena liberdade de consciência e fé ao definir o papel da Religião na sociedade americana, em separação ao papel do Estado, para toda a nação. Para Lambert, o legado em "separar Igreja e Estado só pode ser entendido sob o pano de fundo da Revolução Americana" (2003, 2, 3).

O impulso dos puritanos para guardar o sábado no primeiro dia da semana e garantir essa observância por força de lei não perdurou por muito tempo após

a fundação da República dos Estados Unidos. No entanto, a consciência dos religiosos americanos acerca do papel da América no mundo, como o novo Israel, sugere que esse impulso pode ressurgir com força em um movimento de reforma da religião e da sociedade.

Essa inserção da Igreja nos limites do Estado para impor a guarda do sábado cristão (domingo) por força de lei é o acontecimento escatológico previsto em Apocalipse 13. Esse será o ponto de partida para a grande tribulação para aqueles que perseveram em guardar o verdadeiro sábado do sétimo dia, conforme a Palavra de Deus ensina.

CAPÍTULO 11

O Cristo Entronizado

Quando estavam para deixar o Egito, os israelitas foram orientados a sacrificar a primeira Páscoa. O sangue de um cordeiro imolado em sacrifício devia ser aplicado aos batentes das portas de suas casas. Na última noite deles no Egito, o Senhor desceu do céu e espalhou a destruição sobre todas as casas, mas "passou por cima" (o significado de *p*áscoa) das casas dos israelitas as quais estavam seladas com a marca do sangue do cordeiro (Êx 12:26, 27, 29). Assim o cordeiro sacrificado tornou-se para eles um memorial de seu livramento como povo da aliança.

O protagonista do Apocalipse é o Cordeiro que foi morto e que, pelo seu sangue, nos resgatou de nossos pecados (Ap 1:5), adotando-nos como parte da comunidade da aliança. Em suas visões, João diz que contemplou "um Cordeiro como tendo sido morto" (Ap 5:6). Entretanto, no Apocalipse, o Cordeiro só tem as marcas de seu sacrifício na cruz.

O destaque do Cordeiro no Apocalipse é sua posição ao lado da Majestade do Céu. De fato, João o descreve como "o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi" (v. 5). Na natureza, o leão é a figura da realeza; e Judá é a tribo da qual o "cetro" não se afastaria (Gn 49:10). Deus garantiu a Davi que seu trono seria estabelecido "para sempre" (1Cr 17:14). A promessa se cumpre em Jesus Cristo, o Reis dos reis. É assim que o Apocalipse o retrata. O Cordeiro de Deus não está mais na cruz, mas no trono do universo.

Essas três referências à realeza preparam o profeta para contemplar uma das cenas mais importantes do grande conflito: a entronização do Cristo morto e ressurreto, à direita da Majestade no Céu. Esta é a posição e o *status* de Cristo no livro do Apocalipse. João escreveu um livro cujo protagonista não é o "servo sofredor", mas o Cristo entronizado como rei.

A visão do Cristo entronizado na glória se constitui em uma garantia do Céu de que o grande conflito logo terminará e, o mais importante, com a vitória

e a vindicação definitiva dos servos fiéis de Deus.

O CORDEIRO NO TRONO

As duas visões de Apocalipse 4 e 5 estão concentradas no trono de Deus. A primeira mostra o Deus eterno em seu trono. A ênfase desta visão é sobre a criação. Aquele que está sentado no trono é "Santo, Santo, Santo"; é o "Senhor Deus, o Todo-Poderoso, aquele que era, que é e que há de vir" (Ap 4:8). Ele é adorado pelos seres celestiais em virtude de sua obra criadora. "Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas Tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas" (v. 11).

Por sua vez, a segunda visão está centralizada na obra da redenção, e o personagem principal é o Cordeiro. Ele é adorado como redentor: "Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes; e reinarão sobre a terra" (Ap 5:9, 10).

João descreve o trono de Deus cercado de seres celestiais, incluindo os 24 anciãos com coroas de ouro sobre a cabeça (Ap 4:4). Eles devem ser representantes da "totalidade dos redimidos e fiéis de Deus, tanto da igreja do Antigo Testamento quanto do Novo Testamento" (Stefanovic, 2002, 186). Eles são as primícias dos "vencedores" que se sentam com Cristo no trono para reinar (Ap 3:21; 20:6). Por sua vez, os quatro seres viventes (Ap 4:6-8) devem representar a totalidade da criação de Deus: leão (animais selvagens), boi (domesticados), águia (aves e peixes, 5º dia da criação) e o gênero humano (Doukhan, 2002, 54).

Considerando-se o sentido amplo da cerimônia descrita nas visões de Apocalipse 4 e 5, Stefanovic afirma que essa passagem descreve "um específico e decisivo evento na história do universo" (2002, 160). Ele argumenta que Apocalipse 3:21 provê a primeira sugestão para a visão da cerimônia da entronização de Cristo, quando este faz a promessa ao "vencedor". Esse texto funciona como uma conclusão para a seção da mensagem às sete igrejas e um trampolim para a visão do trono de Deus e de Cristo: "Ao vencedor, dar-lhe-ei

sentar-se comigo no meu trono, assim como também Eu venci e me sentei com meu Pai no seu trono" (Ap 3:21). O texto prepara o leitor para a visão da entronização do Cordeiro ao lado da Majestade (Ap 4–5) e garante a vitória final do novo Israel sob a bênção do Cristo entronizado e a presença do Espírito Santo derramado no Pentecostes.

Os capítulos 4 e 5 de Apocalipse descrevem, especificamente, a coroação do Cristo ressurreto, glorificado e assunto ao trono celestial, depois de sua encarnação, morte e ressurreição. Dois eventos devem ainda tomar lugar: o juízo final e a subsequente segunda vinda quando o plano da salvação terá sua consumação definitiva. Uma vez que o Cristo encarnado, morto e ressuscitado recebeu o trono e o governo do universo, tendo enviado o Espírito sobre a igreja, sua segunda vinda para a redenção final dos fiéis e para a condenação dos infiéis se torna um evento irrevogável e iminente (cf. Sl 24:7-10; Dn 7:13, 14; 9:24).

A entronização de Cristo no santuário celestial é, portanto, um evento crucial na história do universo. Esse evento inaugura o ministério sacerdotal e o reinado de Cristo no Céu, cuja exaltação assegura a vitória final sobre o pecado, sobre Satanás e seus aliados. "A entronização de Cristo marca o começo do fim, define a natureza do fim da história e descreve quem tomará parte na vitória do Cordeiro" (Stefanovic, 2002, 209). Sem esse evento crucial o conflito contra as forças opositoras, na segunda metade do Apocalipse, não poderia portar a garantia da vitória do remanescente.

A visão do Cristo entronizado e glorificado, sendo agora Senhor do Céu e da Terra, era bem clara e vívida para os apóstolos. "Estêvão, cheio do Espírito Santo, fitou os olhos no céu e viu a glória de Deus e Jesus, que estava à sua direita; e disse: Eis que vejo os céus abertos e o Filho do Homem, em pé à destra de Deus" (At 7:55-56). A visão lhe assegurou a vida eterna diante do martírio, e revelou a Estêvão que Jesus *se levantou* do trono para lhe garantir isso. Os apóstolos se referiram a Jesus à destra de Deus inúmeras vezes (At 2:25, 33, 34; 5:31; Rm 8:34; Ef 1:20-22; Fp 2:8-10; Cl 3:1; Hb 1:3, 13; 8:1; 10:12; 12:2; 1Pe 3:22; Ap 5:1, 7).

A visão do Senhor glorificado, detendo o controle do trono do universo, motivou as ações dos apóstolos e era a fonte de sua fé e coragem em face das provações e perseguições. Essa visão, sem dúvida, também desperta a convicção

de que a segunda vinda do Senhor é parte de uma cadeia de acontecimentos na história da salvação cujo fluxo é irrevogável e irreversível. Por isso, os apóstolos estavam convictos de que Jesus viria sem demora.

Sendo que Cristo é entronizado como rei no universo e como sumo sacerdote no templo celestial, a história da salvação tem seu fluxo confirmado e caminha para sua consumação. O ato de Cristo tomar o livro selado, com sete selos, tendo autoridade para abri-los (Ap 5:7-9), é uma representação de sua autoridade para dirigir os acontecimentos de modo a cumprir o mistério de Deus na salvação de seu povo e na aniquilação do pecado e dos impenitentes.

Stefanovic argumenta que o livro selado simboliza as promessas de Deus quanto a dar o reino a seu povo. O fato de o livro ser entregue a Cristo, o qual por seu sacrifício e ressurreição levou a promessa acerca do reino a seu cumprimento (Ap 5:9-10), significa que Cristo tem recebido o senhorio, a autoridade e todo o poder para reinar (Ap 5:12; cf. Fp 2:9-11; 1Pe 3:22).

A entrega do livro a Cristo também significa transferir o domínio do mundo para ele, que foi condenado pelo pecado, mas que se ergueu vitorioso sobre seus inimigos. Assim, entregando-lhe o livro, o Pai investe Cristo como o governante do universo para o período final do grande conflito. Deus transfere para Cristo o cumprimento de seu plano eterno em relação ao destino deste mundo. Jesus disse que o "Pai a ninguém julga, mas ao Filho confiou todo julgamento" (Jo 5:22). Para Stefanovic, "o livro selado se relaciona com o conceito de 'mistério de Deus', a frase com que o Novo Testamento se refere ao plano divino para redimir e congregar todo o universo e estabelecer seu reino eterno" (2002, 176).

Ele pode ser comparado com o livro da aliança que ficava guardado dentro da arca da aliança (cf. Dt 31:9, 24-26). Por isso, o livro selado pode também aludir ao conteúdo da segunda parte do livro do Apocalipse, uma vez que arca é aberta no início desse conjunto de visões iniciadas em Apocalipse 11:19. A segunda metade do Apocalipse retrata a consumação escatológica com o cumprimento final do plano de Deus para a salvação da humanidade (ibid., 367).

Ressurreto e glorificado, Cristo subiu ao Céu exibindo um troféu de sua vitória. Muitos santos que dormiam no pó da terra ressurgiram com Ele e foram

levados ao Céu como as primícias de seu sacrifício (ver Mt 27:51-53; cf. Sl 68:18; Ef 4:8; White, 1990a, 786).

A entronização de Cristo e a inauguração do santuário celestial ocorrem nos dias seguintes à ascensão. Uma grande cerimônia celestial estava preparada para receber o Reis dos Reis após sua estada na Terra por mais de 30 anos. O Salmo 24 fala dessa recepção nas cortes celestiais, e as visões de Apocalipse 4 e 5 retratam as cerimônias de coroação como rei e unção como sumo sacerdote. Ciente desses eventos, o escritor de Hebreus diz que "possuímos tal sumo sacerdote, que se assentou à destra do trono da Majestade nos céus" (Hb 8:1).

Em Patmos, o idoso João viu a entronização de Cristo no Céu, em uma visão que retomou o evento passado que já fazia cerca de 60 anos. O conteúdo de Apocalipse 4 e 5, sem dúvida, estava na base da certeza de João de que Cristo viria "sem demora" (Ap 22:20). Em volta do trono de Deus, os anjos, os 24 anciãos e os seres viventes, representando diferentes segmentos do mundo criado e redimido, exaltam a Cristo como digno de consumar o plano da redenção, porque, com seu sangue, ele comprou para Deus pessoas "de toda tribo, língua, povo e nação" (Ap 5:9).

A entronização do Cordeiro no trono do universo possibilita o cumprimento da promessa do Pentecostes. A descida do Espírito sobre a igreja, lavada no sangue do Cordeiro, coroa a nova aliança não só com a lei escrita no coração, mas com o selo do Espírito.

A DESCIDA DO ESPÍRITO

A visão de Apocalipse 5 trata tanto da entronização de Cristo quanto dos desdobramentos desse fato, em termos da descida do Espírito Santo sobre a igreja na Terra, para o cumprimento do plano da salvação.

Para muitos especialistas, o Pentecostes está referido em Apocalipse 5, como um resultado da inauguração do santuário celestial e da entronização de Cristo. Esse evento deve ter tomado lugar no Céu nos dez dias seguintes à ascensão, e as solenidades de recepção ao Cristo vitorioso diante de Deus podem ter atingido o clímax no dia de Pentecostes (Davidson, 1992, 122).

Cristo foi aclamado como digno de "receber o poder, e riqueza, e sabedoria, e força, e honra, e glória, e louvor" (Ap 5:12), pois com seu sangue Ele comprou para Deus os que procedem de "toda tribo, língua, povo e nação" (5:9). Nesse exato momento da glorificação, o Espírito Santo foi enviado sobre os apóstolos em Jerusalém, no dia de Pentecostes. Com isso, eles foram capacitados pelo Espírito de Deus com poder e dom de línguas a ganhar para Deus pessoas provenientes de "todas as nações debaixo do céu" (At 2:5).

Jesus dissera que, se Ele não fosse, o Consolador não viria, mas Ele enviaria o Espírito logo que fosse entronizado (Jo 16:13, 14). O Senhor dissera que "toda autoridade" lhe fora dada no Céu e na Terra (Mt 28:18) e, por causa disso, os discípulos receberiam "poder" ao descer sobre eles o Espírito Santo para que fossem suas testemunhas (At 1:8). De fato, ao ascender ao Céu, Ele foi recebido e "assentou-se à destra de Deus" (Mc 16:19).

Em sua pregação, no Pentecostes, Pedro afirmou aos judeus que o Jesus crucificado fora ressuscitado dos mortos e exaltado à "destra de Deus, tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo". Por isso, afirmou o apóstolo, Ele "derramou isto que vedes e ouvis" (At 2:32-36). Na ascensão do Senhor, cumpriu-se a profecia do salmista, citada por Pedro: "Assenta-te à minha direita, até que Eu ponha os teus inimigos por estrado dos teus pés" (At 2:34, 35; cf. Sl 110:1; Hb 1:8, 9; 8:1 e 2).

Há, portanto, uma extensa relação entre a entronização de Cristo e a descida do Espírito Santo sobre os discípulos no Pentecostes, o que reforça o fato de que o Cristo entronizado tem toda autoridade para consumar o plano da salvação. A atuação do Espírito Santo para conversão e libertação do pecado, em cumprimento do "ano aceitável do Senhor" (Lc 4:19), é uma confirmação de que Jesus Cristo de fato reina no trono celestial.

Nesse sentido, a descida do Espírito como resultado da aceitação do sacrifício de Cristo é o cumprimento da promessa da nova aliança dada por intermédio de Jeremias. Deus prometeu: "Firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá. [...] Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei, Eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo" (Jr 31:31, 33). Ezequiel retoma a promessa e assegura a restauração de Israel mediante a descida do "Espírito" para que os servos de Deus andem nas suas "leis" e nos seus "estatutos" (Ez 36:27). Isaías diz que a lei seria selada no

"coração" dos "discípulos" do Senhor (Is 8:16).

De fato, o Novo Testamento confirma que o Espírito da promessa é enviado para gravar a lei no coração dos servos de Deus, na nova aliança (ver Hb 8:10). Segundo o apóstolo Paulo, os crentes são "selados com o Santo Espírito da promessa" (Ef 1:13). O cumprimento dessa promessa só é possível porque o Cordeiro que foi morto ressurgiu e, tendo se assentado à direita da Majestade, pôde tomar o livro do destino em suas mãos e consumar o plano da redenção, mediante o envio do Espírito Santo sobre a igreja.

Além disso, há também evidências de que a descida do Espírito no Pentecostes coincide com o dia da entrega da lei no Sinai, o que reforça o papel do Espírito em levar os crentes ao cumprimento da vontade divina. Essa correlação também une a igreja cristã à igreja do deserto, como um mesmo Israel sob uma mesma aliança firmada em duas fases.

Moisés relata que os hebreus celebraram a primeira Páscoa no dia 14 do primeiro mês, que é abibe (ou nisã). Nesse dia, eles sacrificaram o cordeiro pascal, cujo sangue foi aplicado às umbreiras de suas portas como sinal de seu pacto com Deus para a libertação (Êx 12:6).

Tendo partido do Egito, eles chegaram ao Sinai no primeiro dia do terceiro mês (Êx 19:1). Nesse mesmo dia em que chegaram ao Sinai, Deus lhes disse: "Estejam prontos para o terceiro dia; porque no terceiro dia o Senhor, à vista de todo o povo, *descerá* sobre o monte Sinai" (Êx 19:11, itálico acrescentado). A ênfase desse relato de Moisés é a *descida* de Deus sobre o monte e a congregação de Israel. Ele usa o verbo "descer" sete vezes em Êxodo 19. De fato, Deus *desceu* sobre o Sinai à vista de todo o Israel no terceiro dia da chegada deles ali.

Desde a saída do Egito, ao longo da jornada, eles devem ter caminhado 17 dias do primeiro mês (nisã) e mais 29 dias do segundo (liar), chegando ao Sinai no 47º dia após a Páscoa, no início (ou no pôr do sol) do "primeiro dia" do terceiro mês. Nesse dia, Deus lhes prometeu que, ao terceiro dia, do terceiro mês (sivã), ou seja, no 50º dia da saída dos filhos de Israel do Egito, Ele desceria sobre o monte (ver Êx 19:11, 16, 18). Essa descida do Senhor sobre o monte e a congregação de Israel ocorreu, portanto, exatamente no dia de Pentecostes, quando a lei foi proclamada (Êx 20; cf. Davidson, 1992, 123). De

fato, a tradição judaica relacionava a festa de Pentecostes ao pronunciamento da lei, que ocorreu 50 dias depois de os israelitas terem celebrado a primeira Páscoa e saído do Egito (Êx 19:1-16), e "um dos propósitos do Pentecostes era comemorar o pronunciamento da lei" (ed. Nichol, 1:675).

Na nova aliança, tendo Jesus sido sacrificado na Páscoa, transcorreram 50 dias até o Pentecostes, quando Ele foi entronizado, e o Espírito, então, desceu sobre os discípulos em Jerusalém, em cumprimento da nova aliança para escrever e selar a lei no coração dos crentes, como os profetas Jeremias e Ezequiel haviam prometido.

Essa associação entre a descida de Deus sobre o Sinai para a entrega da lei (Êx 19, 20) e a descida do Espírito sobre a igreja (At 2), ambas no dia de Pentecostes, sugere que o evento do Sinai não foi uma mera comunicação dos preceitos divinos. Da mesma forma, sugere também que a descida do Espírito sobre a igreja no Pentecostes não é apenas para uma comunicação de poder, mas tem um propósito específico em relação à lei dada no Sinai. Depois de entregar a lei no Sinai, Deus disse que as palavras da lei deveriam ser colocadas como "sinal" ou selo no coração, sobre a mão e sobre a fronte (Dt 6:6, 8; 11:18). Assim, uma experiência de selamento da lei no coração, no Espírito do Pentecostes, era o plano de Deus para os antigos israelitas desde aquele 50º dia, o primeiro Pentecostes de Israel. Contudo, embora um remanescente em Israel tenha alcançado essa experiência (Sl 119:11), a nação judaica não recebeu esse selo.

Mediante o sacrifício na cruz e a entronização de Cristo no Céu e a consequente descida do Espírito Santo, o plano de Deus é retomado e levado a efeito na nova aliança. Então, aquilo que "fora impossível à lei", para o antigo Israel, Deus tornou possível enviando seu Filho, a fim de que a "justiça da lei se cumprisse" com o novo Israel que não vive "segundo a carne, mas segundo o Espírito" (Rm 8:3, 4, ARC).

Essa cena do santuário (Ap 4 e 5) tem também relações diretas com Êxodo 40, na inauguração do santuário e oficialização do sacerdócio araônico (Êx 40:13-15). O Apocalipse, portanto, interpreta a entronização de Cristo como a inauguração do santuário celestial e a oficialização do ministério de Cristo no Céu. O autor de Hebreus confirma que temos um sumo sacerdote "que se assentou à destra do trono da Majestade nos céus, como ministro do santuário e

do verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem" (Hb 8:1-2).

O livro de Atos confirma essa associação ao emparelhar o evento do Pentecostes cristão com a entronização de Cristo (At 2:1, 34). Ellen White também afirma o vínculo entre os dois eventos:

> *A ascensão de Cristo ao Céu foi, para seus seguidores, um sinal de que estavam para receber a bênção prometida. Por ela deviam esperar antes de iniciar a obra que lhes fora ordenada. Ao transpor as portas celestiais, Jesus foi entronizado em meio* à *adoração dos anjos. Tão logo foi essa cerimônia concluída, o Espírito Santo desceu em ricas torrentes sobre os discípulos, e Cristo foi de fato glorificado com aquela glória que tinha com o Pai desde toda a eternidade. O derramamento pentecostal foi uma comunicação do Céu de que a confirmação do Redentor havia sido feita. Em conformidade com sua promessa, Jesus enviara do Céu o Espírito Santo sobre seus seguidores, em sinal de que Ele, como Sacerdote e Rei, recebera todo o poder no Céu e na Terra, tornando-se o Ungido sobre seu povo* (*White, 1990, 38, 39*).

Stefanovic argumenta que, em Apocalipse 5:9 e 10, o cântico dos 24 anciãos (representantes da humanidade redimida) retoma Êxodo 19:5 e 6. Além disso, os relâmpagos e o som de trovão procedentes do trono (Ap 4:5; cf. Êx 19:16), o clangor de trombeta (Ap 4:1; cf. Êx 19:16-19) e o chamado "sobe aqui" (Ap 4:1, ARC; cf. Êx 19:20, 24) retomam os eventos do Sinai. Ele entende que "a entrega da lei a Moisés se coloca em paralelo à tomada do livro da aliança em Apocalipse 5" (2002, 34). Os judeus tradicionalmente liam, na festa de Pentecostes, Êxodo 19:1 a 20:23, que relata a descida de Deus sobre o Sinai e o pacto com Israel, entre trovões e relâmpagos, bem como a proclamação dos dez mandamentos.

Assim, Jesus foi morto na Páscoa e permaneceu ressurreto na Terra por 40 dias (At 1:3), e sua entrada no Céu se deu poucos dias antes do Pentecostes. Os eventos desses 10 dias são da maior importância no desdobramento dos planos de Deus, e os apóstolos estavam cientes disso.

Pedro afirma, no sermão do Pentecostes, que o Jesus que os judeus crucificaram foi "exaltado" "à destra de Deus" e empossado como "Senhor e Cristo" (At 2:32-36). Paulo assegura que o Cristo feito servo ressurgiu e assentou-se nos "lugares celestiais", tendo agora completo domínio sobre todo "principado e potestade" (Ef 1:20-23) "nos céus, na terra e debaixo da terra" (Fp 2:10; cf. Êx 20:4; Ap 5:13); ou seja, Ele tem agora o controle de tudo em suas mãos.

Embora o Espírito Santo seja referido como "os sete Espíritos de Deus" em Apocalipse 1:4 e 4:5, somente em Apocalipse 5:6, após a entronização de Cristo, é que Ele é "enviado" a toda a Terra, em cumprimento da promessa do Pentecostes para a igreja.

Assim, a entronização do Cordeiro garante a consumação da salvação mediante a descida do Espírito sobre a igreja, que é lavada e purificada no sangue de Cristo. Também é a garantia de que os inimigos não permanecerão impunes.

A VINGANÇA DO CORDEIRO

Os eventos reportados nas visões de Apocalipse 4 e 5, portanto, são da maior importância na compreensão da natureza irreversível do plano divino. Deus entrega todo o poder, o domínio e a autoridade (Mt 28:18) do universo nas mãos daquele Jesus que foi crucificado pela ira de malfeitores.

O período que separa a entronização de Cristo de sua segunda vinda é um tempo necessário para consumar a obra salvífica. Entretanto, deve ser breve, considerando-se a pressa do Senhor entronizado de "reger as nações com cetro de ferro" (Ap 2:27; 12:5; 19:15). Ele tem pressa de vir para buscar os seus eleitos (Jo 14:1-3), mas não se pode ignorar que Ele também tenha pressa de vingar-se de seus inimigos.

Em Apocalipse 19, João descreve o "Verbo de Deus", no contexto da segunda vinda, a partir dessa perspectiva. Ele diz que seus olhos são como "chama de fogo" (19:12), de sua boca sai "uma espada para ferir [do grego *patasso*: 'atacar', 'castigar', 'ferir'] as nações" (v. 15). Um exército o segue, ao Ele pisar pessoalmente o "lagar" da ira sobre seus inimigos (v. 15).

A visão de Apocalipse 19 é também um desdobramento natural da entronização do Cordeiro. Tendo recebido toda autoridade no Céu e na Terra e cumprido o plano da salvação, com a mediação e o juízo investigativo, o Senhor se manifestará em uma majestosa cena. Ele monta um cavalo branco e é seguido por exércitos, em ordem de combate.

Essa visão é compartilhada por Isaías, que registra a fala do Guerreiro montado no cavalo: "O dia da vingança me estava no coração, e o ano dos meus redimidos é chegado" (Is 63:4). Estas palavras destacam o dia do Senhor, como dia de ira sobre os povos, mas de salvação para os justos. Por outro lado, as vestes manchadas de sangue (Ap 19:13) reforçam a conexão com a visão de Isaías e "apresentam Deus como o executor de seus inimigos" (Kistemaker, 2001, 521).



Ao mencionar a destruição dos inimigos, João deixa sugerido ser esta uma tarefa exclusiva do Cavaleiro, não dos exércitos que o acompanham. “Ele mesmo as regerá com cetro de ferro e, pessoalmente, pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso” (Ap 19:15). Isaías registra uma fala semelhante do Guerreiro: “Olhei, e não havia ninguém que me ajudasse, e admirei-me de não haver quem me sustivesse; pelo que o meu próprio braço me trouxe a salvação, e o meu furor me susteve. Na minha ira, pisei os povos, no meu furor, embriaguei-os, derramando por terra o seu sangue” (Is 63:5, 6).

Kistemaker destaca que “o Comandante do exército encarrega-se dos inimigos com a espada que sai de sua boca, notadamente, a Palavra de Deus”. A Palavra é “viva, e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes”

(Hb 4:12) e, com ela, "o Guerreiro do céu destruirá os seus oponentes" (2001, 522).

A imagem da espada afiada que sai da boca do Guerreiro é descrita na primeira visão na ilha de Patmos: "Da boca saía-lhe uma afiada espada de dois gumes" (Ap 1:16). Paulo também afirma que, em seu retorno, Cristo eliminará o iníquo com "o sopro de sua boca e o destruirá pela manifestação de sua vinda" (2Ts 2:8). Assim, a batalha que o Senhor luta contra os inimigos não é com espada literal, mas com sua Palavra (ver Is 11:4; 49:2; Sl 2:9).

Entretanto, o verbo "reger" usado para o trabalho do Cavaleiro (Ap 19:15) também significa "pastorear" (ver Ap 7:17; 12:5). Nesse caso, Cristo "rege" e "pastoreia" as nações com seu cetro, no sentido de que rege como senhor sobre os inimigos; mas, ao mesmo tempo, "pastoreia" e salva seus eleitos. Isso explica a espada ser de dois gumes. Ela trará a recompensa por causa da misericórdia do Guerreiro, mas também a destruição virá na esteira da sua ira.

O resultado do confronto com a "espada" do Guerreiro é que toda a face da Terra ficará coberta com os corpos dos derrotados. Assim, um anjo posto em pé no Sol clama a todas as "aves que voam pelo meio do céu", ou seja, as aves de rapina, que venham e se reúnam para "grande ceia de Deus" (Ap 19:17). A elas se oferecem "carnes de reis, carnes de comandantes, carnes de poderosos, carnes de cavalos e seus cavaleiros, carnes de todos, quer livres, quer escravos, tanto pequenos como grandes" (19:18; adjetivos equivalentes descrevem os selados da besta em Ap 13:16; 6:15).

Nesse convite às aves que voam pelo meio do céu, João retoma a visão de Ezequiel, em que as aves de rapina e as feras da terra são chamadas para consumir carne e sangue de homens poderosos, príncipes, cavalos e seus cavaleiros, além de soldados (Ez 39:4, 17-20). Celebrando a vitória de Deus sobre o "dragão", ou o faraó, no êxodo, o salmista diz que as cabeças do inimigo foram dadas por alimento aos animais (Sl 74:13, 14).

Ao visualizar o Cavaleiro, João afirma que seus olhos são como "chama de fogo" (Ap 19:12). Ele descreveu Jesus a princípio com palavras semelhantes: seus olhos são como "chama de fogo" (1:14; 2:18). Essa descrição também faz alusão a Daniel 10:5 e 6, em que o profeta descreve um ser "vestido de linho", cujo rosto é "como um relâmpago" e cujos olhos são como "tochas de fogo". As

chamas de fogo revelam "a ira santa de Cristo contra seus inimigos e sua ira contra o pecado que se acumulou até o Céu" (Kistemaker, 2001, 520).

João também se refere aos diademas sobre a cabeça de Cristo. Eles não são apenas sete (Ap 12:3) ou dez coroas (13:1), porém "muitos diademas" de realeza (Ap 19:12; *diademata*). Johnson diz que esses diademas "devem indicar que a plenitude do poder real do mundo é, então, passada para Cristo em virtude de sua vitória e da de seus seguidores" (1981, 574). Por sua vez, Kistemaker considera que os muitos diademas devem ser uma "imagem simbólica de sua completa soberania no universo" (2001, 520). Isso é antecipado em Apocalipse 11:15: "O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo."

Há três alusões em Apocalipse 19:15 ao Antigo Testamento: o Messias que rege as nações (Is 11:3, 4), que governa sobre elas com cetro de ferro (Sl 2:9) e que pisa o lagar da ira de Deus (Is 63:1-6).

A menção aos "exércitos que há no céu, montando cavalos brancos" (Ap 19:14) é, em geral, entendida como uma referência às hostes angelicais. De fato, algumas passagens falam de exércitos ou soldados celestiais como sendo anjos (Sl 103:21; 148:2; Lc 2:13; At 7:42). Na visão do grande conflito, os anjos guerreiam junto a Miguel, contra o diabo e seus anjos (Ap 12:7). Além disso, em outras passagens no Novo Testamento, a vinda de Cristo é associada a anjos (Mt 13:41; 16:27; 24:30-31).

Entretanto, essa descrição do "Cavaleiro Fiel e Verdadeiro" seguido pelos "exércitos que há no céu" (Ap 19:11, 14) também pode ser uma alusão a Cristo e seus santos, pois os exércitos montam cavalos e vestem "linho finíssimo, branco e puro" (19:14). João afirma no mesmo capítulo que o "linho finíssimo, resplandecente e puro" são "os atos de justiça dos santos", ou seja, da noiva do Cordeiro, ou a igreja (19:8). Além disso, os "santos" são referidos como o "exército do céu" (Dn 8:10). Assim, com essa cena majestosa do Cavaleiro e seus exércitos, João pode estar falando da vitória final no grande conflito em que Cristo e seus santos vencem o dragão e seus aliados por ocasião do alto clamor e da segunda vinda. Fazem isso como se os atropelassem montados em cavalos. Essa vitória resulta do poder de sua espada, ou seja, a Palavra de Deus (Ap 19:15), com a qual os eleitos são bem familiarizados (Ap 12:11) e habilitados a desmascarar todo engano.

Essa relação entre os "exércitos" que seguem o Guerreiro e os fiéis de Cristo é reforçada pelo fato de que, na visão de Apocalipse 17, o profeta afirma que a besta (ou o oitavo rei) e os reis da terra "pelejarão contra o Cordeiro" (Ap 17:14). Na cena da manifestação de Cristo, em glória e majestade, na visão de Apocalipse 19, o profeta diz que a "besta e os reis da terra" estarão "congregados para pelejarem contra aquele que está montado no cavalo e contra o seu exército" (Ap 19:19). Essas duas descrições (Ap 17, 19) parecem falar da mesma batalha, já que os que guerreiam são os mesmos grupos, e o resultado é o mesmo: a completa derrota dos inimigos de Deus. O Apocalipse afirma que o Cordeiro os vencerá, e "vencerão também os chamados, eleitos e fiéis que se *acham com Ele*" (17:14, itálico acrescentado).

No entanto, em Apocalipse 17, João está falando da crise final desencadeada pela emergência do "oitavo rei" em aliança com a meretriz, os quais perseguirão o remanescente no fim do tempo. Por sua vez, a visão do capítulo 19 trata do momento final, com a volta de Cristo, a destruição dos ímpios e a libertação final dos eleitos.

Uma solução para a questão seria considerar a batalha descrita em ambos os capítulos como um único conflito, mas tendo uma extensão mais ampla. Nesse caso, o confronto não se inicia no momento da volta de Cristo, como em geral se entende a profecia de Apocalipse 19:11 a 21. Em vez disso, pode ser uma descrição da fase final do conflito que se prolonga desde o alto clamor até a volta de Cristo. Na fase inicial da batalha, os santos restauram a verdade na Terra e, por isso, são perseguidos. Todavia, mediante o batismo do Espírito, representado na descida do quarto anjo (Ap 18:1), eles alcançam plena vitória sobre a besta, a meretriz e o falso profeta, desmascarando-os completamente diante do mundo e do universo. Na fase final da batalha, ou seja, na segunda vinda de Cristo, esses inimigos são derrotados de maneira definitiva, mediante a morte no "lago de fogo" (19:20, 21).

Assim, as cenas do santuário celestial, repletas de promessas e garantias de vitória para os servos de Deus, ao longo do Apocalipse, são ainda complementadas pelas visões do Cordeiro vitorioso ao longo de todo o livro.

No primeiro capítulo, João contempla o Cordeiro andando entre os sete candeeiros, assegurando sua presença e atuação constante com a igreja, ao longo da história. Nos capítulos 4 e 5, ele vê o trono da Majestade e a cerimônia

de entronização do Cordeiro como Senhor do universo.

Essa entronização possibilita a abertura do livro selado e o desdobramento do plano da salvação e do destino deste mundo, bem como o consequente envio do Espírito Santo sobre a Terra para o cumprimento das promessas da nova aliança. A presença de Cristo no trono e do Espírito Santo sobre a igreja preenche as condições para o encerramento do conflito com a vitória do remanescente na crise final.

Então, em Apocalipse 19, o Cavaleiro fiel e verdadeiro e seu exército "atropelam" e "pisam" os inimigos em uma completa e definitiva vitória sobre seus oponentes no plano da salvação. Essa visão garante ao profeta e aos santos que o destino final que os aguarda é de plena bem-aventurança uma vez que eles estão com o Cordeiro que foi morto, ressuscitado e entronizado, o "Leão da tribo de Judá" (Ap 5:5).

Considerações Finais

O estudo do Apocalipse nas décadas recentes, entre os adventistas, tem progredido para uma maior valorização e atenção à linguagem, às estruturas e aos símbolos empregados pelo profeta João. Os intérpretes têm reconhecido não só a importância do estudo dos termos originais, mas também das figuras e das estruturas literárias para o entendimento das visões proféticas. Como profecia apocalíptica, o livro de João apresenta características do pensamento e da cultura dos hebreus, extraídas das Escrituras, as quais devem ser levadas em consideração.

Especialmente relevantes são o emprego da imagética do Antigo Testamento e as construções intertextuais, nas quais o profeta reflete ou faz ecoar cenas, imagens, símbolos, metáforas, personagens e eventos da história da salvação. As pontes erigidas entre o Apocalipse e o Antigo Testamento, por meio desses recursos, oferecem pistas essenciais para se pressupor o que estaria na mente do profeta ao escrever suas visões. A identificação das alusões ao Antigo Testamento, seja ao Pentateuco, aos Escritos Poéticos ou aos Profetas, descortina um novo horizonte e uma perspectiva contextual muito mais ampla para a interpretação das profecias apocalípticas. Com essas alusões e relações intertextuais, o profeta desejava prover ao leitor um contexto expandido da história da salvação para apoiar a compreensão de sua mensagem profética.

De fato, o que deveria estar na mente do profeta ao escrever sua profecia é o que Deus lhe revelou. Portanto, identificar os símbolos e a origem dos mesmos oferece uma oportunidade de chegar o mais próximo possível à mente divinamente instruída do profeta.

Neste livro, a exemplo de outros intérpretes, procurou-se identificar os símbolos em questão e, tanto quanto possível, o significado dos mesmos em sua origem: as Escrituras hebraicas. Nessa tarefa, foram consideradas importantes contribuições metodológicas do estudo escriturístico do Apocalipse por meio dos diversos autores citados no texto. Nesse processo, pretende-se balancear o estudo predominantemente temático com o estudo mais escriturístico, contextual e linguístico do texto profético.

Essa metodologia não é necessariamente dependente de uma visão mais ou menos historicista. A perspectiva historicista pode certamente ser mantida no estudo temático ou no escriturístico. Apesar da necessidade de se enfatizar a visão historicista das profecias no contexto atual, o que algumas vezes é chamado de historicismo é uma interpretação histórica e tradicional, que tem naturalmente seu valor e seus pontos irremovíveis. Entretanto, o conceito mais essencial do historicismo, em contraste com idealismo, futurismo e preterismo, parece ser uma visão panorâmica e de longo alcance em que toda a história da salvação se apresenta revelada na profecia. Isso atesta o dom profético e a onisciência divina.

O método historicista procura relacionar os símbolos proféticos a entidades históricas objetivas ao longo de toda a história, e não apenas ao clímax escatológico. Por sua vez, o preterismo não deve ser considerado como um método de interpretação profética, uma vez que ele parte da premissa de que o profeta não antecipa o futuro, mas apenas reveste os acontecimentos de seu tempo de uma linguagem poética, metafórica e simbólica.

Ao longo deste livro, uma preocupação predominante foi a de prover mais informação escriturística para a interpretação do Apocalipse, sem, no entanto, enveredar por alternativas relativistas em relação aos aspectos já consolidados da escatologia adventista. A identificação das alusões feitas por João ao Antigo Testamento e a exploração do significado de alguns de seus símbolos e metáforas nas Escrituras tende a fortalecer e aprofundar a identificação daqueles eventos e entidades mais centrais da visão adventista da profecia bíblica.

Nesse sentido, a perspectiva histórica do papel desempenhado pelo papado medieval, como o "chifre pequeno" descrito por Daniel, e pela primeira besta de Apocalipse 13, em mudar a lei de Deus, substituir o sacrifício de Cristo pela mediação sacerdotal humana e perseguir os santos é totalmente inegociável, visto ter em seu apoio não só uma tradição histórica, mas também o Espírito de Profecia. Além disso, a visão escatológica de uma associação entre o poder religioso e o poder político, ou seja, a união entre Igreja e Estado, e o papel decisivo desempenhado pela besta de dois chifres em formular um decreto contrário à guarda do quarto mandamento e em apoiar o poder religioso romano também são grandemente reforçados neste estudo à luz do significado escriturístico dos símbolos empregados pelo profeta.

Na interpretação escriturística, o significado da figura do dragão e das bestas de sete cabeças e dez chifres se expande para além do império romano e do papado medieval. Por sua vez, a prostituta de Apocalipse 17 passa a ser vista como representação de uma religião mais antiga e mais ampla do que exclusivamente a igreja romana. No entanto, o sentido mais central do símbolo é enfatizado na medida em que o foco escatológico desses símbolos na profecia destaca exatamente a relação deles com essas entidades terrenas já identificadas historicamente.

O reconhecimento das alusões ao Antigo Testamento, no caso da metáfora da besta e do dragão, é altamente produtivo no sentido de prover o contexto bíblico para sua interpretação. Por exemplo, na identificação dos sete "reis" anunciados pelo anjo e do oitavo em particular, o contexto amplo das Escrituras não permite simplesmente nomear uma lista de inimigos do povo da aliança, da verdade e da religião verdadeira. Os filisteus, moabitas e edomitas, embora tenham combatido os israelitas, nada têm que ver com esses sete reis, pois esses tais "reis" são poderes sustentadores da causa do dragão, capazes de formular decretos e proibir a obediência a Deus e à sua lei em nível transnacional ou global.

Assim, os nomes desses reis devem ser dados pela própria Escritura em sintonia com esse conceito. Nesse sentido, as profecias de Ezequiel 34, e Isaías 11 e 27 e Miqueias 7, acerca do fim do cativeiro de Israel e de Judá, proveem objetivamente os primeiros nomes da lista, o que determina uma linha bíblica de interpretação. Em seguida, Daniel complementa a lista com mais nomes, sendo a mesma encerrada no próprio Apocalipse.

Constam dessa lista bíblica, Egito, Assíria, Babilônia, Pérsia, Grécia, Roma e Roma papal. Esses impérios tiveram uma relação direta com o povo eleito, ora apoiando, ora perseguindo esse povo. Eles tiveram alcance transnacional ou global e foram capazes de formular decretos para promover ou proibir a obediência a Deus. Assim, nesse contexto, as visões apocalípticas miniaturizam impérios e reinos políticos e religiosos históricos e concretamente constituídos, por meio da figura tangível de animais, bestas e chifres.

Além das relações intertextuais, as quais proveem uma ampliação do contexto para interpretação das profecias, a identificação da chamada imagética

bíblica se mostra extremamente proveitosa na compreensão do Apocalipse. Uma vez que os principais símbolos e imagens empregados pelo profeta são extraídos do Antigo Testamento, o significado dos mesmos já não depende da criatividade nem de uma metodologia externa e alheia ao profeta, mas da própria Escritura. Assim, o Cordeiro, o dragão, as bestas, a meretriz, o Armagedom, a queda da Babilônia e o Cavaleiro e seu exército, entre outros, devem ser interpretados à luz do significado desses símbolos, metáforas e eventos na sua fonte primária: a mentalidade e a cultura hebraica retratadas nas Escrituras, porque esse era o significado dessas linguagens na mente do autor original.

Por fim, é importante ressaltar que a visão do papel do Cordeiro como o personagem central do Apocalipse e de sua vitória na cruz como o acontecimento estruturante desse livro é potencialmente ampliada à luz do Antigo Testamento e do santuário. As sete cenas do santuário e as alusões ao sangue do Cordeiro destacam a morte de Cristo como o evento paradigmático da história da salvação retratada nesse livro.

No Apocalipse, Cristo é "o que era, que é e que há de vir", a "Estrela da Manhã", "o Leão da tribo de Judá", "o Cavaleiro Fiel e Verdadeiro", o que "rege as nações com cetro de ferro". Entretanto, Ele é, sobretudo, o Cordeiro que foi morto, aquele que nos ama e que pelo seu sangue nos libertou dos nossos pecados, aquele por cujo sangue os santos vencem o próprio dragão e seus aliados. Aquele que, por sua morte, pôde assumir o trono à direita da Majestade. O Cristo do Apocalipse é, acima de tudo, aquele em cujo sangue podemos ter a vida justificada e lavada e retomado o direito perdido por nossos primeiros pais à árvore da vida e a entrar na cidade santa.

O Cordeiro do Apocalipse é também aquele que diz: "Venho sem demora" (Ap 3:11).

Amém! Vem, Senhor Jesus!

Referências Bibliográficas

Albanese, Catherine L. *America: Religions and Religion*. 5a ed. Boston: MA, Wadsworth, 2013.

Bacchiocchi, Samuele. *Crenças Populares*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

Barho, Onoso; e Obi Mbeledogu. *The Eighth King is Here*. United Kingdom: Xlibris Corporation, 2012.

Budge, E. A. Wallis. *The Gods of the Egyptians*. New York: Dover Publications, 1969.

Corbett, Michael; e Julia Mittchel Corbett. *Politics and Religion in the United States*. London: Taylor & Francis, 1999.

Damsteegt, Gerard. "The Interpretation of Prophecy and the Advent Movement". Em *Christ, Salvation, and the Eschaton*. Eds. Daniel Heinz, Jiri Moskala e Peter M. van Bemmlen. Berrien Springs, MI: Andrews University, 2009. 221-230.

Davidson, Richard M. "Sanctuary Typology". Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies*. Ed. Frank B. Holbrook. Livro 1. Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992. 99-130.

Diop, Ganoune. "Lendo as Escrituras intertextualmente". Em *Compreendendo as Escrituras: Uma Abordagem Adventista*. Ed. George W. Reid. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2007. 135-151.

Dorneles, Vanderlei. *O Último Império: A Nova Ordem Mundial e a Contrafação do Reino Deus*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

_____ . "João Paulo II: O restaurador de feridas". *Revista Adventista*. Maio de 2005. 14-17.

Douglas, Walter B. “The Sabbath in Puritanism”. Em *The Sabbath in Scripture and History*. Ed. Kenneth Strand. Hagerstown: Review and Herald, 1982. 229-243.

Doukhan, Jacques B. *Secrets of Revelation: The Apocalypse Through Hebrew Eyes*. Hagerstown, MD: Review and Herald, 2002.

Grigg, John A. “Puritan Family”. *What Happened? An Encyclopedia of Events that Changed America Forever*. Eds. John E. Findling e Frank W. Thackeray. Santa Barbara: CA: ABC-Clio, vol. 1, 2011.

Hall, Manly. *The Secret Destiny of America*. New York: Penguin, 2008.

Hasel, Gerhard F. “Julgamento divino”. Em *Tratado de Teologia Adventista do Sétimo Dia*. Ed. Raoul Dederen. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 904-948.

Heidel, Alexander. *The Babylonian Genesis*. Chicago: University of Chicago, 1942.

Holbrook, Frank B. “O Grande Conflito”. Em *Tratado de Teologia Adventista do Sétimo Dia*. Ed. Raoul Dederen. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 1070-1112.

Johnson, Alan F. *Revelation*. Ed. Frank E. Gaebelein, *The Expositor’s Bible Commentary*. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1981.

Johnsson, William G. “Apocalíptica bíblica”. Em *Tratado de Teologia Adventista do Sétimo Dia*. Ed. Raoul Dederen. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 870-903.

Johnsson, William G. “The Saints’ End-Time Victory over the Forces of Evil”. Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies.* Ed. Frank B. Hoolbrook. Livro 2. Silver Springs, MD: Biblical Research Institute, 1992. 3-40.

Kistemaker, Simon J. *New Testament Commentary: Exposition of the Book of Revelation*. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2001.

Lambert, Frank. *The Founding Fathers and the Place of Religion in*

America. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.

LaRondelle, Hans K. “Armageddon: Sixth and Seventh Plagues”. Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies.* Ed. Frank B. Hoolbrook. Livro 2. Silver Springs, MD: Biblical Research Institute, 1992a. 373-390.

_____ . “Babylon: Anti-Christian Empire”. Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies.* Ed. Frank B. Hoolbrook. Livro 2. Silver Springs, MD: Biblical Research Institute, 1992b. 151-176.

Marsden, George. *Fundamentalism in American Culture*. 2a ed. New York: Oxford University Press, 2006.

_____ . *Reforming Fundamentalism: Fuller Seminary and the New Evangelicalism.* Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1995.

Mounce, Robert H. *The Book of Revelation*. The New International Commentary on the New Testament. Ed. rev. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1998.

Müeller, Ekkehardt. “Diretrizes para a Interpretação das Escrituras”. Em *Compreendendo as Escrituras: Uma Abordagem Adventista*. Ed. George W. Reid. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2007. 111-134

_____ . “A Besta de Apocalipse 17: Uma Sugestão”. *Parousia: Revista do Seminário Latino-Americano de Teologia*. Unasp, Engenheiro Coelho, SP, 1º semestre de 2005. 31-41.

_____ e Gerhard Pfandl. “Como os adventistas interpretam Daniel e Apocalipse”. Em *Interpretando as Escrituras*. Org. Gerhard Pfandl. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015. 80-87.

Nichol, Francis D., ed. *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia*. Tatuí, Casa Publicadora Brasileira, 7 vols., 2011-2015.

Olcott, William T. *Sun Lore of All Ages*. New York: Putnam’s Sons, 1914.

Ovason, David. *The Secret Symbols of Dollar Bill*. New York, NY:

Harper Collins, 2004.

Paulien, Jon. *Armageddon at the Door.* Hagerstown, MD: Review and Herald, 2008.

_____ . *The Deep Things of God*. Hagerstown, MD: Review and Herald, 2004.

_____ . “Interpreting Revelation’s Symbolism”. Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies*. Ed. Frank B. Holbrook. Livro 1. Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992a. 73-97.

_____ . *Decoding Revelation’s Trumpets: Literary Allusions and Interpretations of Revelation 8:7-12*. Andrews University Seminary Doctoral Dissertation Series 11. Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1988.

Potts, Daniel. Mesopotamian Civilization: The Material Foundations. Cornell University Press, 1996.

Rawlinson, George. *The History of Herodotus*. Appleton & Company, 1859.

Ringwald, Christopher D. *A Day Apart: How Jews, Christians, and Muslims Find Faith, Freedom, and Joy On the Sabbath*. New York: Oxford University Press, 2007.

Rives, Richard. *Too Long in the Sun*. Charlotte, NC: Partakers, 1999.

Rodríguez, Ángel Manuel, ed. *Teologia do Remanescente: Uma Perspectiva Eclesiológica Adventista*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

_____ . “As Sete Trombetas do Apocalipse”. *Ministério* (Brasil). Maio-Junho de 2012. 17-20.

Sloan, Robert B.; Carey C. Newman. “Ancient Jewish Hermeneutics”. Em *Biblical Hermeneutics: A Comprehensive Introduction to Interpreting Scripture*. Eds. Bruce Corley, Steve W. Lemke e Grant I. Lovejoy. 2a ed. Nashville, TN: Broadman & Holmas, 2002. 23-39.

Snodgrass, Klyne. “The Use of the Old Testament in the New”. Em *Interpreting the New Testament: Essays on Method and Issues*. Eds. David A. Blacke e David S. Dockey. Nashville, TN: Broadman & Holman, 2001. 209-229.

Sperry, Willard, L. *Religion in America*. New York: Cambrigde University Press, 1945.

Stefanovic, Ranko. *Revelation of Jesus Christ: Commentary on the Book of Revelation*. Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 2002.

Stein, Stephen J. “Alternative Religious Movements in American History”. Em *The Columbia Guide to Religion in American History*. Eds. Paul Harvey e Edward J. Blum. New York: Columbia University Press, 2012. 265-279.

Strand, Kenneth A. “Foundational Principles of Interpretation”. Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies*. Ed. Frank B. Holbrook. Livro 1. Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992a. 3-34.

_____ . “The Eight Basic Visions”. Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies*. Ed. Frank B. Holbrook. Livro 1. Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992b. 35-49.

_____ . “Victorious-Introduction Scenes”. Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies*. Ed. Frank B. Holbrook. Livro 1. Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992c. 51-72.

_____ . “The Seven Heads: Do They Represent Roman Emperors?” Em *Symposium on Revelation: Introductory and Exegetical Studies*. Ed. Frank B. Holbrook. Livro 2. Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992d. 177-206.

_____ . *Interpreting the Book of Revelation*. Worthington, OH:

Ann Arbor, 1979.

Sunday, Patricia Ann. *Nostradamus, Branham and the Little Book: God's Masterpiece*. Bloomington, IN: AuthorHouse, 2012.

Thomas, Robert L. *Revelation 8–22: An Exegetical Commentary*. Chicago, IL: Moody Press, 1995.

Westcott, Brooke F.; e Fenton J. Anthony Hort (eds.). *The New Testament in the Original Greek*. New York, Harper & Brothers, 1881.

White, Ellen G. *Atos dos Apóstolos*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1990.

_____ . *O Desejado de Todas as Nações*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1990a.

_____ . "Draw Out Thy Soul to the Hungry". *Review and Herald*, 13 de agosto de 1895.

_____ . *Eventos Finais*. 8ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1999.

White, Ellen G. *História da Redenção*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1996.

_____ . *Mensagens Escolhidas*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, vol. 1, 1985; vol. 2, 1988; vol. 3, 1987.

_____ . *O Grande Conflito*. 42ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

_____ . *Mente, Caráter e Personalidade*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, vol. 2, 1990b.

_____ . *Primeiros Escritos*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1988a.

_____ . *Profetas e Reis*. 8ª ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1996.

_____ . "Notes of travel". *Review and Herald*, 25 de novembro de 1884.

_____ . *Testemunhos Para Ministros*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2002.

_____ . *Testemunhos Seletos*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, vol. 1, 1984; vol. 2, 1985.

_____ . *Testemunhos Para a Igreja*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, vol. 1, 2000; vol. 3, 2002; vol. 6, 2007; vol. 8, 2006; vol. 9, 2002.

Wigley, John. *The Rise and Fall of the Victorian Sunday*. Manchester: Manchester University Press, 1980.

Willison, John. *A Treatise Concerning the Sanctification of the Lord's Day*. Albany: Loomis & Co., 1820.

CPB NA INTERNET

FAÇA SUAS COMPRAS COM COMODIDADE

APROVEITE PROMOÇÕES EXCLUSIVAS



LIVROS, REVISTAS, AUDIOLIVROS, CDS E DVDS

CONECTE-SE ATRAVÉS DAS NOSSAS REDES SOCIAIS COM MILHARES DE SEGUIDORES

ACESSE AGORA

www.cpb.com.br